



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - 26ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 9ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais - 50 Anos do Golpe de 64
- 1.3 - 10ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais - 50 Anos do Golpe de 64
- 1.4 - 11ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais - 50 Anos do Golpe de 64
- 1.5 - Evento Realizado na 22ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais - 50 Anos do Golpe de 64
- 1.6 - 1ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.7 - 39ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.8 - 40ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.9 - 10ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.10 - 11ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.11 - 12ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.12 - 13ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.13 - 14ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.14 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissão

### 4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

### 5 - MANIFESTAÇÕES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/4/2014

#### Presidência dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Rômulo Viegas

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios e cartão - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 5.121/2014 - Projetos de Lei nºs 5.122 a 5.132/2014 - Requerimentos nºs 7.608 a 7.623/2014 - Comunicações: Comunicação do deputado Dalmo Ribeiro Silva - Interrupção e Reabertura dos Trabalhos Ordinários - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Henrique - Mário Henrique Caixa - Rogério Correia - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.



### Abertura

O presidente (deputado Rômulo Viegas) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

##### Ata

- O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### Correspondência

- O deputado Carlos Henrique, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

### OFÍCIOS

Da Sra. Adriana Augusta de Moura Souza, procuradora do trabalho, informando, em atenção ao Ofício nº 67/2013/CPI, do indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil que menciona e do prazo para recurso administrativo e encaminhando cópia do documento de arquivamento. (- Anexa-se ao Relatório Final da CPI da Telefonia.)

Do Sr. Alceu José Torres Marques, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.073/2013, da Comissão de Meio Ambiente.

Da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação (4), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.719, 6.793, 6.801 e 6.812/2013, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Angela Inácio, chefe do gabinete (substituta) da ministra da Cultura (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.450/2013, da Comissão da Pessoa com Deficiência, e 6.854/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Cássio Soares, secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.684 e 6.702/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.244/2013, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.

Do Sr. Eduardo César Moreira, presidente da Câmara Municipal de Itamarandiba, encaminhando moção de repúdio, formulada por essa câmara, à Copanor por suposta má prestação de serviço em distritos desse município. (- À Comissão de Saúde.)

Da Sra. Elisa Smaneoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.337/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Gabriel Ferreira Bartholo, gerente-geral da Embrapa Café, informando a celebração de convênio entre a Embrapa e a Epamig. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Isabela Nery Leão Freire, técnica administrativa da Procuradoria Regional do Trabalho (2), informando o indeferimento dos requerimentos de instauração dos inquéritos civis que menciona. (- Anexa-se ao Relatório Final da CPI da Telefonia.)

Do Sr. Itagiba de Castro Filho, presidente do Conselho Regional de Medicina, solicitando providências com relação à ausência de peritos médicos oficiais e aos valores pagos pelas perícias. (- À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Luís Gustavo Patuzzi Bortoncello, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.448/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Osvaldo Teixeira de Souza Filho, superintendente regional da Conab, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.706/2013, da Comissão de Participação.

Do Sr. Paulo Sérgio Celestino de Oliveira, presidente em exercício da Câmara Municipal de Leopoldina, encaminhando moção de apoio, aprovada por essa Casa Legislativa, ao Projeto de Lei Complementar nº 57/2014. (- Anexa-se ao referido projeto de lei complementar.)

Da Sra. Rafaela Souza Jacques, técnica administrativa da Procuradoria Regional do Trabalho, informando, de ordem do Sr. Victório Álvaro Coutinho Rettori, procurador do trabalho, o indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil que menciona. (- Anexa-se ao Relatório Final da CPI da Telefonia.)

Do Sr. Sérgio Leite, presidente da Unale, encaminhando parecer jurídico que recomenda o afastamento de cargo na diretoria executiva dessa entidade para fins de desincompatibilização.

Da Sra. Tássia Rabelo de Pinho, coordenadora-geral do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Presidência da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.554/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Yury Bessa e Silva, secretário municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Vespasiano, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.048/2013, da Comissão de Meio Ambiente.

### CARTÃO

Da Sra. Célia Maria Pinto Coelho, presidente do Servas, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção a requerimento do deputado Leonardo Moreira, por sua nomeação para o cargo.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

##### Apresentação de Proposições

O presidente - A presidência passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5.121/2014**

Susta os efeitos do decreto com numeração especial 30, de 22 de janeiro de 2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão, terrenos situados nos municípios que menciona, para a passagem do Mineroduto Projeto Vale do Rio Pardo da Empresa Sul Americana de Metais S.A. - SAM.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam sustados os efeitos do decreto com numeração especial 30, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Rogério Correia

Justificação: No decreto estadual com numeração especial 30, de 22 de janeiro de 2014, restou declarada a utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão sobre terrenos situados nos Municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite, Novorizonte, Salinas, Taiobeiras, Curral de Dentro, Berizal e Águas Vermelhas.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Melo, servidão administrativa “é o direito real que assujeita um bem a suportar uma utilidade pública, por força da qual ficam afetados parcialmente os poderes do proprietário quanto ao seu uso ou gozo”. A servidão administrativa se diferencia da desapropriação, entre outras características, pelo fato de a servidão não retirar a propriedade do seu titular, criando apenas limitação ao seu uso.

Nas duas hipóteses, ou seja, tanto na desapropriação quanto na servidão, as propriedades serão diretamente afetadas por ato específico da administração pública, fato que implica indenização por parte do Estado, ou seja, o Estado deverá, a princípio, despende recursos públicos para levar a cabo as desapropriações e servidões administrativas.

Ademais, é importante ressaltar que a finalidade dessa intervenção na propriedade é viabilizar a construção de um mineroduto, que passará por 21 municípios nos Estados de Minas Gerais e da Bahia, iniciando-se em Grão Mogol e desaguardo no município baiano de Ilhéus, no limite externo do Porto Sul, percorrendo uma distância aproximada de 482 km. Assim, vários municípios serão atingidos com a medida e um número indeterminado de pessoas podem sofrer as consequências desse ato estatal. Dessa maneira, não é possível desconsiderar os impactos socioambientais negativos que podem advir e, por isso, julgamos necessário avaliar com cuidado a maneira menos onerosa de transportar o minério desde a mina até o Porto Sul, em Ilhéus, Bahia, tanto do ponto de vista financeiro, quanto do ponto de vista socioambiental.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 5.122/2014**

Declara de utilidade pública a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com sede no Município de Cláudio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com sede no Município de Cláudio.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Neider Moreira

Justificação: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário atende a todos os requisitos da Lei nº 12.972, de 1998. É uma instituição civil de direito privado, de caráter religioso e beneficente, com sede no Município de Cláudio. Foi fundada em 18 de março de 1990 e tem por finalidade, entre outras, promover anualmente a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em rituais do congado, segundo os costumes de Minas Gerais, preservando puras e vivas as tradições folclóricas; cuidar dos bens que a irmandade vier a possuir; e zelar pelo bem-estar social e por uma distribuição mais justa e equitativa de benefícios morais e materiais da comunidade.

Em face do exposto, apresento este projeto de lei, para apreciação dos meus nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 5.123/2014**

Institui a Comenda da Liberdade Chico Rei.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criada a Comenda da Liberdade Chico Rei, que se destina a condecorar pessoas físicas ou jurídicas que tenham realizado trabalhos e ações relevantes em prol dos afrodescendentes no Estado, através de atividades relacionadas com:

I - campanhas para a igualdade racial;

II - movimentos e manifestos a favor da cidadania e da defesa do cidadão afrodescendente;

III - trabalhos e projetos que combatam o racismo, a xenofobia e todo tipo de intolerância;

IV - políticas públicas e projetos voltados para a inserção do negro no sistema de educação;

V - contribuições ao desenvolvimento espiritual da humanidade no que se refere à religiosidade africana;

VI - ações que contemplem políticas de ação afirmativa;

VII - contribuições literárias, artísticas e culturais;

VIII - ações para a promoção da dignidade humana.

Parágrafo único - A Comenda da Liberdade Chico Rei poderá ser conferida *post mortem*, e sua entrega, nesse caso, será feita a uma das seguintes pessoas, nesta ordem: ao cônjuge supérstite, a descendente, a ascendente ou a irmão.



Art. 2º - A cerimônia de entrega da Comenda da Liberdade Chico Rei será realizada anualmente, no dia 20 de novembro, como parte das comemorações do Dia da Consciência Negra, de cujo calendário oficial passa a fazer parte.

Art. 3º - As condecorações serão entregues pelo Governador do Estado e pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de acordo com o cerimonial estabelecido pelo regimento do Conselho da Comenda da Liberdade Chico Rei.

§ 1º - Os agraciados receberão diplomas assinados pelo Governador do Estado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pelo Presidente de Honra, pelo Vice-Presidente e pelo Secretário do Conselho da Comenda.

§ 2º - A relação dos agraciados com a Comenda da Liberdade Chico Rei será publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado.

Art. 4º - A Comenda da Liberdade Chico Rei será administrada por um conselho constituído de um representante de cada um dos seguintes órgãos, indicado pelo titular e nomeado pelo Governador do Estado:

I - Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

II - Secretaria de Estado de Cultura;

III - Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra;

IV - União Espírita Mineira;

V - Associação Amigos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz (Ouro Preto) - Amirei;

VI - Associação Estadual dos Congadeiros;

VII - Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg;

VIII - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

§ 1º - O Conselho da Comenda da Liberdade Chico Rei elegerá o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário entre seus membros, de acordo com as normas estabelecidas por seu regimento.

§ 2º - O Presidente do Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra será o Presidente de Honra do conselho, sem direito a voto.

§ 3º - Os membros do conselho não serão remunerados pelo exercício do cargo.

§ 4º - O Presidente do Comitê Permanente da Comenda da Liberdade Chico Rei representará social e juridicamente a comenda.

Art. 5º - Compete privativamente ao Comitê Permanente da Comenda da Liberdade Chico Rei:

I - propor, em caráter sigiloso, a concessão da comenda e deliberar sobre ela;

II - velar pelo prestígio da comenda e pela fiel execução da lei e do regulamento a ela pertinentes;

III - propor medidas que se tornem necessárias ou indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;

IV - administrar a comenda no que se refere a seus objetivos;

V - elaborar o seu Regimento Interno;

VI - suspender ou cancelar o direito de uso da comenda, em razão de ato incompatível com a sua dignidade, por deliberação da maioria de seus membros.

§ 1º - Para a concessão da Comenda da Liberdade Chico Rei, o Comitê Permanente deliberará por maioria absoluta de seus membros.

§ 2º - A concessão da comenda em data diferente da estabelecida no *caput* deste artigo só poderá ser feita por motivo de força maior, a juízo do Comitê Permanente.

Art. 6º - O Comitê Permanente manterá livro de registro, no qual serão inscritos, por ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a comenda, sua identificação e suas realizações.

Art. 7º - Compete ao Conselho da Comenda da Liberdade Chico Rei:

I - elaborar seu regimento;

II - deliberar sobre a escolha dos candidatos indicados para receber a medalha analisando um breve currículo que conterá:

a) nome completo;

b) qualificação do candidato à homenagem;

c) dados biográficos;

d) relação de serviços prestados nas áreas cultural e artística e relação das condecorações que possui;

III - zelar pelo prestígio da comenda;

IV - aprovar as medidas necessárias ao bom desempenho de suas funções;

V - suspender ou cancelar o direito de uso da comenda, nos termos do regimento.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias e definirá as especificações da comenda e do diploma, bem como as condições e particularidades de sua concessão.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Paulo Lamac

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa este projeto de lei que institui a Comenda da Liberdade Chico Rei, fruto do trabalho do professor, escritor e pesquisador da cultura afro-brasileira Vicente Oliveira.

De acordo com o professor, uma indagação merece ser feita: porque os negros devem ser lembrados? O professor fez uma pesquisa, no mínimo, bastante interessante, e o resultado não poderia ser diferente nem espantoso: existem no ordenamento jurídico mineiro dezenas de leis de criação de medalhas, méritos, honrarias e comendas, porém nenhuma prestigia ou exalta o afro-mineiro. Há medalha para tudo. Então, perguntamos: será que ninguém reconhece a corresponsabilidade do negro na construção de Minas e do Brasil?

É sabido que Minas teve grandes vultos africanos em sua história e que, apesar do sofrimento nas senzalas, calabouços e pelourinhos e da dor da saudade de seus valores deixados na África, os escravos deixaram para a sociedade herança na fé e na cultura



e manifestações riquíssimas como o congado, a capoeira, o candomblé e muitos outros símbolos de luta, além de destaques no barroco como Aleijadinho, mestre Valentim e mestre Ataíde.

Dos heróis, podemos citar Chico Rei (patrono do congado, herói símbolo do reconhecimento que propomos), que, apesar de deportado do Congo como escravo, conquistou sua liberdade e a de mais de 400 negros escravos nas minas de ouro de Vila Rica. Não podemos deixar de citar ainda Chica da Silva, mulher negra que deixou sua marca na história mineira, Ambrósio e outros tantos que a história suprimiu e são nossos referenciais de luta até aos dias atuais. Esses vultos poderiam tornar-se marca dos negros, a partir do momento em que os revivêssemos em homenagens. Quem já assistiu à entrega dessas medalhas confirma as estatísticas de que os afrodescendentes são menos de 1% dos privilegiados com as comendas. Então, “cadê” nossos negros?

Quem é rei nunca perde a majestade. O ditado poderia muito bem refletir a surpreendente e pouco conhecida história de um dos maiores libertadores de escravos do Brasil, Chico Rei, que virou monarca em Ouro Preto, antiga Vila Rica, em Minas Gerais, no séc. XVIII, com a anuência do governador-geral Gomes Freire de Andrada, o conde de Bobadela.

Chico Rei, nascido Galanga no Congo, como um monarca guerreiro e sumo sacerdote do deus pagão Zambi-Apungo, foi capturado com toda a corte por comerciantes portugueses de escravos. O navio negreiro Madalena partiu do Congo com 191 prisioneiros. As mulheres foram batizadas de Maria, e os homens, de Francisco; por isso, Galanga passou a ser conhecido, no Brasil, por Chico Rei.

Numa tempestade durante a viagem, o capitão do navio decide jogar ao mar 20 escravos, entre mulheres e idosos, para, segundo ele, diminuir o “excesso de carga”. Nesse episódio foram mortas a companheira e a filha de Galanga. A rainha Djalô e a filha, a princesa Itulo, foram jogadas no oceano pelos marujos do navio para aplacar a ira dos deuses da tempestade, que quase o afundou. O navio chegou ao Rio de Janeiro em 1740, após 50 dias de viagem, com apenas 112 sobreviventes. Chico Rei e seu filho Muzinga foram comprados por um só senhor. Este dava folgas aos sábados e aos domingos para os escravos mais produtivos. Chico logo mostrou serviço, sendo contemplado com as folgas, que eram vendidas a seu próprio patrão na mineração e na lavoura. O que ganhava tinha uma única finalidade: comprar sua liberdade. Durante muitos anos Chico Rei trabalhou na mina de ouro da Encardideira, numa fazenda próxima a Vila Rica. A sociedade mineira diferia das restantes: era urbana e com uma mobilidade social maior do que nos engenhos. Escravos e escravas compravam às vezes a alforria, sobretudo quando as minas entravam em exaustão. Em 1739 os libertos são 1,2% dos escravos da região. É neste contexto que Chico Rei e seus companheiros conseguem, depois de juntarem o ouro que guardavam em seus cabelos e no pó que ficava em seus corpos, comprar suas cartas de alforria. Eles passam, então, a trabalhar pela liberdade de seus irmãos.

Chico Rei casou-se com a filha de um congolês. Já liberto, entra para a Irmandade de N. Sra. do Rosário e continua seu trabalho de compra de cartas de alforria, tendo conseguido a liberdade de cerca de 400 escravos. A irmandade era composta de negros livres e dava apoio à luta contra a escravidão. Além disso, significava, mesmo que limitadamente, o espaço de manifestação cultural da comunidade negra, reprimida duramente pelas autoridades portuguesas. Antes do trabalho, reuniam-se para rezar em coro. Com a crise provocada pelas sucessivas derramas, ordenadas pela Coroa Portuguesa, a irmandade compra a mina da Encardideira, e Chico Rei passa a explorar seu ouro. Ele passa a usá-lo para a libertação dos escravos e também para a construção de uma igreja, a de Santa Ifigênia (a santa negra). Durante uma prisão de Chico Rei, a mando do governador local, uma multidão cerca o palácio e exige sua libertação. Com medo de que a rebelião se tornasse incontrolável, o governador cede aos reclamos do povo e liberta Chico Rei, que é aclamado nas ruas de Ouro Preto. Por muitos anos Chico Rei manteve a luta pela liberdade de seu povo.

O prestígio de Chico Rei crescia na região, e, com sua simpatia, ganhava amigos brancos e negros. Um padre, sentindo sua devoção, ajudou-o a criar a corte real, acompanhada da guarda do Congo ou reinado. Com sua opulência, Chico tornou-se o rei dos guardas. Aos domingos, aprontava a corte de coroa de ouro na cabeça e com mantas bordadas, ao lado de sua esposa. O filho o protegia com a umbrela bordada com franjas de ouro carregadas por mucamas. Na frente, tocadores de instrumentos e dançantes abriam o caminho para a corte passar. As mulheres empoavam o cabelo com ouro e subiam o morro para assistir à missa na igreja construída por Chico. Terminada a cerimônia, as mulheres lavavam a cabeça na pia batismal com água benta, deixando as riquezas para a irmandade. Consta que Chico Rei teria feito uma promessa a N. Sra. do Rosário: iria festejar durante oito dias e oito noites, com a congada, a data em que todos os escravos fossem livres no Brasil.

Chico Rei teria morrido em 1774, mas há controvérsias sobre a data exata de sua morte, havendo relatos de que teria morrido em 1781, com 72 anos de idade. Galanga, rei do Congo, tornou-se, aqui no Brasil, o rei da congada. O reinado de Chico Rei espalhou-se pelo Brasil. Sob a influência de brancos e índios, foram criando outros grupos, como os moçambiqueiros, a marujada, a caboclada e os catopês. Hoje, a tradição é mantida no interior das Minas Gerais.

Por estas considerações, curvamo-nos diante do legado de contribuições de Chico Rei e vários afrodescendentes na formação histórica de Minas Gerais. Assim, conclamamos os nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 5.124/2014

Dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos tutelares no Estado e dá outras providências.  
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

### CAPÍTULO I

#### DA CRIAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 1º - O conselho tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente previsto na Lei nº 8.069, de 1990, e na Constituição Federal.

Art. 2º - Em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar como órgão da administração pública local.



§ 1º - Para assegurar a equidade de acesso, caberá ao município criar e manter conselhos tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de um conselho para cada cem mil habitantes.

§ 2º - Quando houver mais de um conselho tutelar em um município, caberá a este distribuí-los conforme a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações a seus direitos, assim como os indicadores sociais.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Municipal deverá, preferencialmente, estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento dos conselhos tutelares e custeio de suas atividades.

§ 1º - Para a finalidade descrita na *caput*, devem ser consideradas as seguintes despesas:

I - custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax e outros;

II - formação continuada para os membros do conselho tutelar;

III - custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições;

IV - espaço adequado para a sede do conselho tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;

V - transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e a segurança da sede e de todo o seu patrimônio.

§ 2º - Na hipótese de inexistência de lei local que atenda os fins do *caput* ou de seu descumprimento, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o conselho tutelar ou qualquer cidadão poderá requerer aos Poderes Executivo e Legislativo, assim como ao Ministério Público competente a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 3º - O conselho tutelar deverá, de preferência, ser vinculado administrativamente ao órgão da administração municipal ou, na inexistência deste, ao Gabinete do Prefeito.

§ 4º - Cabe ao Poder Executivo dotar o conselho tutelar de equipe administrativa de apoio.

§ 5º - O conselho tutelar poderá requisitar serviços e assessoria nas áreas de educação, saúde, assistência social, entre outras, com a devida urgência, de forma a atender ao disposto nos arts. 4º, parágrafo único, e 136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069, de 1990.

§ 6º - Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins previstos neste artigo, exceto para a formação e a qualificação funcional dos conselheiros tutelares.

## CAPÍTULO II

### DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 4º - O processo de escolha dos membros do conselho tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes:

I - eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do respectivo Município, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e

III - fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 5º - Os candidatos mais votados serão nomeados conselheiros tutelares titulares e os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação.

§ 1º - O mandato será de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 2º - O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 6º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do conselho tutelar, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, na legislação local relativa ao conselho tutelar e nas diretrizes estabelecidas na presente Lei.

§ 1º - A resolução regulamentadora do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

I - o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie no mínimo seis meses antes do término do mandato dos membros do conselho tutelar em exercício;

II - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990;

III - as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e as vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções; e

IV - a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§ 2º - A resolução regulamentadora do processo de escolha para o conselho tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069 de 1990, e pela legislação local correlata.

§ 3º - A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, entre outros.

§ 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá enviar esforços para que o processo de escolha ocorra, preferencialmente, no primeiro semestre do ano, de modo a evitar coincidência com as eleições gerais e esteja finalizado, no mínimo, trinta dias antes do término do mandato dos conselheiros tutelares em exercício.

§ 5º - Cabe ao município o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do conselho tutelar.

Art. 7º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros para o conselho tutelar, mediante publicação de edital de convocação do pleito no diário oficial do município, ou meio equivalente, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais e outros meios de divulgação.

§ 1º - O edital conterá, dentre outros, os requisitos legais à candidatura, a relação de documentos a serem apresentados pelos candidatos, regras da campanha e o calendário de todas as fases do certame.



§ 2º - A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre o papel do conselho tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 8º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomar, com a antecedência devida, as seguintes providências para a realização do processo de escolha dos membros do conselho tutelar:

I - obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como elaborar o *software* respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da localidade;

II - em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores, a fim de que a votação seja feita manualmente; e

III - garantir o fácil acesso aos locais de votação, de modo que sejam aqueles onde se processe a eleição conduzida pela Justiça Eleitoral ou espaços públicos ou comunitários, observada a divisão territorial e administrativa do conselho tutelar.

Art. 9º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá delegar a uma comissão especial eleitoral, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do conselho tutelar local, observados os mesmos impedimentos legais previstos no art. 14 desta lei.

§ 1º - A composição, assim como as atribuições da comissão referida no *caput* deste artigo, devem constar da resolução regulamentadora do processo de escolha.

§ 2º - A comissão especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 3º - Diante da impugnação de candidatos ao conselho tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§ 4º - Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§ 5º - Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§ 6º - Cabe ainda à comissão especial eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao Comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

IX - resolver os casos omissos.

§ 7º - O Ministério Público será pessoalmente notificado, com a antecedência devida, de todas as reuniões deliberativas realizadas pela comissão especial eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 10 - Para a candidatura a membro do conselho tutelar serão exigidos os critérios do art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990, além de outros requisitos expressos na legislação local específica.

§ 1º - Os requisitos adicionais devem ser compatíveis com as atribuições do conselho tutelar, observada a Lei nº 8.069, de 1990, e a legislação municipal.

§ 2º - Entre os requisitos adicionais para candidatura a membro do conselho tutelar a serem exigidos pela legislação local, devem ser considerados:

I - a experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

II - formação específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a responsabilidade do conselho dos direitos da criança e adolescente local; e

III - comprovação de conclusão do ensino fundamental.

§ 3º - Havendo previsão na legislação local é admissível aplicação de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no diário oficial do município ou em meio equivalente.



Art. 11 - O processo de escolha para o conselho tutelar ocorrerá com o número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.

§ 1º - Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

§ 2º - Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatas seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 12 - A votação deverá ocorrer no dia previsto na resolução regulamentadora do processo de escolha publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - O resultado do processo de escolha dos membros do conselho tutelar deverá ser publicado no diário oficial do município, ou em meio equivalente, com a indicação do dia, hora e local da nomeação e posse dos conselheiros tutelares titulares e suplentes.

Art. 13 - São impedidos de servir no mesmo conselho tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual.

Art. 14 - Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do conselho tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga.

§ 1º - Os conselheiros tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 2º - No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

§ 3º - A homologação da candidatura de membros do conselho tutelar a cargos eletivos deverá implicar a perda de mandato por incompatibilidade com o exercício da função, a ser prevista na legislação local.

### CAPÍTULO III

#### DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 15 - O conselho tutelar funcionará em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população.

§ 1º - A sede do conselho tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - placa indicativa da sede do Conselho;
- II - sala reservada para o atendimento e recepção ao público;
- III - sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV - sala reservada para os serviços administrativos; e
- V - sala reservada para os conselheiros tutelares.

§ 2º - O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 16 - Observados os parâmetros e normas definidas pela Lei nº 8.069, de 1990, e pela legislação local, compete ao conselho tutelar a elaboração e aprovação do seu regimento.

§ 1º - A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração.

§ 2º - Uma vez aprovado, o Regimento Interno do conselho tutelar será publicado, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 17 - O conselho tutelar estará aberto ao público nos moldes estabelecidos pela lei municipal que o criou, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único - Cabe à legislação local definir a forma de fiscalização do cumprimento do horário de funcionamento do conselho tutelar e da jornada de trabalho de seus membros.

Art. 18 - Todos os membros do conselho tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

Parágrafo único - O disposto no *caput* não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

Art. 19 - As decisões do conselho tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 1º - As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§ 2º - As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do conselho.





§ 3º - Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do conselho tutelar, admitindo-se outras formas de publicação, de acordo com o disposto na legislação local.

§ 4º - É garantido ao Ministério Público e à autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do conselho tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.

§ 5º - Os demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do conselho tutelar que lhes digam respeito, ressalvadas as informações que coloquem em risco a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança ou do adolescente, bem como a segurança de terceiros.

§ 6º - Para os efeitos deste artigo, são considerados interessados os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas.

Art. 20 - É vedado ao conselho tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Art. 21 - Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao conselho tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Sípia - ou sistema equivalente.

§ 1º - O conselho tutelar encaminhará relatório trimestral ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

§ 2º - Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes com atuação no município auxiliar o conselho tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas e deficiências das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º - Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição do plano de implantação do Sípia para o conselho tutelar.

## CAPÍTULO IV

### DA AUTONOMIA DO CONSELHO TUTELAR E SUA ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 22 - A autoridade do conselho tutelar para tomar providências e aplicar medidas de proteção decorre da lei, sendo efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 23 - O conselho tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas no art. 136 da Lei nº 8.069, de 1990, não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades, tais como do Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Legislativo ou Poder Executivo Municipal.

Art. 24 - A atuação do conselho tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, incisos III, alínea 'b', IV, V, X e XI da Lei nº 8.069, de 1990.

Parágrafo único - O caráter resolutivo da intervenção do conselho tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado sempre que necessário.

Art. 25 - As decisões do conselho tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

§ 1º - Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8.069, de 1990.

§ 2º - Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo conselho tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 26 - É vedado o exercício das atribuições inerentes ao conselho tutelar por pessoas estranhas ao órgão ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade no processo democrático a que alude o Capítulo II desta lei, sendo nulos os atos por elas praticados.

Art. 27 - O conselho tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições, de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Parágrafo único - Articulação similar será também efetuada junto às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário.

Art. 28 - No exercício de suas atribuições o conselho tutelar não se subordina ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias, de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 1º - Na hipótese de atentado à autonomia do conselho tutelar, deverá o órgão noticiar o fato às autoridades responsáveis para apuração da conduta do agente violador para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

§ 2º - Os Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também serão comunicados na hipótese de atentado à autonomia do conselho tutelar, para acompanhar a apuração dos fatos.

Art. 29 - O exercício da autonomia do conselho tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.



## CAPÍTULO V

### DOS PRINCÍPIOS E CAUTELAS A SEREM OBSERVADOS NO ATENDIMENTO PELO CONSELHO TUTELAR

Art. 30 - No exercício de suas atribuições, o conselho tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do Conanda, especialmente:

- I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- II - proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;
- III - responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade em geral, e do poder público pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes;
- IV - municipalização da política de atendimento a crianças e adolescentes;
- V - respeito à intimidade e à imagem da criança e do adolescente;
- VI - intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;
- VII - intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- VIII - proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;
- IX - intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e o adolescente;
- X - prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isso não for possível, em família substituta;
- XI - obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e
- XII - oitiva obrigatória e participação da criança e do adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo conselho tutelar.

Art. 31 - No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombo e outras comunidades tradicionais, o conselho tutelar deverá:

- I - submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como a representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e
- II - considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sócio-cultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 32 - No exercício da atribuição prevista no art. 95 da Lei nº 8.069, de 1990, constatando-se a existência de irregularidade na entidade fiscalizada ou no programa de atendimento executado, o conselho tutelar comunicará o fato ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público, na forma do art. 191.

Art. 33 - Para o exercício de suas atribuições, o membro do conselho tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

- I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;
- III - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e
- IV - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único - Sempre que necessário, o integrante do conselho tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 34 - Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendido pelo conselho tutelar.

§ 1º - O membro do conselho tutelar poderá se abster de se pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.

§ 2º - O membro do conselho tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

§ 3º - A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares à disposição do conselho tutelar.

Art. 35 - As requisições efetuadas pelo conselho tutelar às autoridades, órgãos e entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal serão cumpridas de forma gratuita e prioritária, respeitando-se os princípios da razoabilidade e legalidade.

## CAPÍTULO VI

### DA FUNÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIREITOS DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 36 - A função de membro do conselho tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 37 - A função de conselheiro tutelar será remunerada, de acordo com o disposto em legislação local.

§ 1º - Cabe ao Poder Executivo, por meio de recursos orçamentários próprios garantir aos integrantes do conselho tutelar, durante o exercício do mandato, as vantagens e direitos sociais assegurados aos demais servidores municipais, devendo para tanto, se necessário, promover a adequação da legislação local.

§ 2º - A remuneração deve ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, e sua revisão far-se-á na forma estabelecida pela legislação local.



## CAPÍTULO VII

### DOS DEVERES E VEDAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 38 - Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do conselho tutelar:

- I - manter conduta pública e particular ilibada;
- II - zelar pelo prestígio da instituição;
- III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
- IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;
- V - comparecer às sessões deliberativas do conselho tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;
- VI - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
- VII - declararem-se suspeitos ou impedidos, nos termos desta lei;
- VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;
- IX - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do conselho tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- X - residir no Município;
- XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou por seus procuradores legalmente constituídos;
- XII - identificar-se em suas manifestações funcionais; e
- XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único - Em qualquer caso, a atuação do membro do conselho tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

Art. 39 - Cabe à legislação local definir as condutas vedadas aos membros do conselho tutelar, bem como as sanções a elas cominadas.

Parágrafo único - Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação local, é vedado aos membros do conselho tutelar:

- I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;
- II - exercer atividade no horário fixado na lei municipal para o funcionamento do conselho tutelar;
- III - utilizar-se do conselho tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;
- IV - ausentar-se da sede do conselho tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;
- V - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- VI - delegar a pessoa que não seja membro do conselho tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
- VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- IX - proceder de forma desidiosa;
- X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;
- XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;
- XII - deixar de submeter ao colegiado as decisões individuais referentes à aplicação das medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990; e
- XIII - descumprir os deveres funcionais mencionados no art.38 desta lei e na legislação local relativa ao conselho tutelar.

Art. 40 - O membro do conselho tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

- I - a situação atendida envolver cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do conselho tutelar, de seu cônjuge ou companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º - O membro do conselho tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º - O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do conselho tutelar que considere impedido, nas hipóteses previstas neste artigo.

## CAPÍTULO VIII

### DO PROCESSO DE CASSAÇÃO E VACÂNCIA DO MANDATO

Art. 41 - Entre outras causas estabelecidas na legislação municipal, a vacância da função de membro do conselho tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV - falecimento; ou
- V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.



Art. 42 - Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do conselho tutelar, entre outras a serem previstas na legislação local:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função;

III - destituição da função.

Art. 43 - Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal.

Art. 44 - As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao conselheiro tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou de conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Parágrafo único - De acordo com a gravidade da conduta ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar, poderá ser determinado o afastamento liminar do conselheiro tutelar até a conclusão da investigação.

Art. 45 - Cabe à legislação local estabelecer o regime disciplinar aplicável aos membros do conselho tutelar.

§ 1º - As situações de afastamento ou cassação de mandato de conselheiro tutelar deverão ser precedidas de sindicância e processo administrativo, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 2º - Na omissão da legislação específica relativa ao conselho tutelar, a apuração das infrações éticas e disciplinares de seus integrantes utilizará como parâmetro o disposto na legislação local aplicável aos demais servidores públicos.

§ 3º - Na apuração das infrações pode ser prevista a participação de representantes do conselho tutelar e de outros órgãos que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 46 - Havendo indícios da prática de crime por parte do conselheiro tutelar, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente ou o órgão responsável pela apuração da infração administrativa comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das medidas legais.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 47 - Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conanda, deverão estabelecer, em conjunto com o conselho tutelar, uma política de qualificação profissional permanente dos seus membros, voltada à correta identificação e atendimento das demandas inerentes ao órgão.

Parágrafo único - A política referida no *caput* compreende o estímulo e o fornecimento dos meios necessários para adequada formação e atualização funcional dos membros dos conselhos e seus suplentes, o que inclui, entre outros, a disponibilização de material informativo, realização de encontros com profissionais que atuam na área da infância e juventude e patrocínio de cursos e palestras sobre o tema.

Art. 48 - Qualquer cidadão, o conselho tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são parte legítima para requerer aos Poderes Executivo e Legislativo, assim como ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, a apuração do descumprimento das normas de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente as contidas na Lei nº 8.069, de 1990 e nesta lei, bem como requerer a implementação desses atos normativos por meio de medidas administrativas e judiciais.

Art. 49 - As deliberações do Conanda, no seu âmbito de competência para elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, são vinculantes e obrigatórias para a administração pública, respeitando-se os princípios constitucionais da prevenção, prioridade absoluta, razoabilidade e legalidade.

Art. 50 - Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com os conselhos tutelares, deverão promover ampla e permanente mobilização da sociedade, conscientizando-a acerca da importância e do papel do conselho tutelar.

Art. 51 - Para a criação, composição e funcionamento do conselho tutelar deverão ser observadas as diversidades étnicas e culturais do país, considerando as demandas das comunidades remanescentes de quilombo e outras comunidades tradicionais.

Art. 52 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Paulo Lamac

Justificação: Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa este projeto de lei, que dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos tutelares no Estado e dá outras providências.

A presente proposição tem como objetivo transformar em lei a Resolução nº 139, de 17 de março de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos conselhos tutelares no Brasil e dá outras providências.

Sabe-se que o conselho tutelar constitui-se num órgão essencial do sistema de garantia dos direitos, tendo sido concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990, para desjudicializar e agilizar o atendimento prestado à população infanto-juvenil. Todavia, os resultados da pesquisa “Conhecendo a Realidade” (Conanda, 2006) revelou a inexistência de conselhos tutelares em cerca de 10% dos municípios brasileiros e graves deficiências no funcionamento da maioria dos já constituídos, o que torna urgente a implementação de medidas concretas por parte do Poder Público para garantir o adequado funcionamento dos conselhos tutelares no Estado, visando à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Como constatamos em audiência pública sobre o tema, realizada em 25 de março de 2014, o conselho tutelar e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente são frutos de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pelas liberdades democráticas, que buscam efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e



a implementação das políticas públicas no plano municipal, o que refletiu, nessa ocasião, a substancial demanda popular pelo fortalecimento do respaldo legal da Resolução nº 139 do Conanda.

Há de se considerar, também, que o presente projeto de lei vai ao encontro da necessidade de fortalecimento dos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa e da política de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, em especial de prevalência dos direitos humanos como forma de afirmação de valores como a diversidade, a pluralidade e a dignidade da pessoa humana.

Diante de todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e do Trabalho para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.125/2014

Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva São Jorge, com sede no Município de Uberlândia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva São Jorge, com sede no Município de Uberlândia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Tenente Lúcio

Justificação: A Sociedade Esportiva São Jorge, de Uberlândia é uma associação civil sem fins lucrativos que tem por finalidade a promover a difusão do civismo e da cultura física, principalmente a prática do futebol, podendo ainda promover a prática e a competição em todas as modalidades esportivas amadoras ou especializadas, incluindo o futebol feminino.

A Associação, que promove a prática do futebol exclusivamente amador, promove também reuniões sociais e culturais com o objetivo de proporcionar lazer e diversão aos seus associados e a membros da sociedade uberlandense em geral.

Considerando a importância das atividades da Associação, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.126/2014

Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Acrescente-se os seguintes parágrafos ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975:

“Art. 12 - (...)

§ ... - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma, no prazo e nas condições previstas em regulamento, a reduzir para 0% (zero por cento) a carga tributária nas operações internas com preparados antissolares que não possuam propriedades bronzeadoras.

§ ... - Para fins de compensação da perda de receita tributária resultante do disposto no parágrafo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a aumentar a carga tributária nas operações internas com preparados bronzeadores.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Ulysses Gomes

Justificação: A incidência do câncer de pele dobrou nos últimos 10 anos no Brasil. Estudo divulgado pelo Ministério da Saúde estima que haverá 576.580 novos casos de câncer diagnosticados no país em 2014. A previsão, de acordo com o governo, é que o tumor de pele não melanoma, considerado o mais frequente na população feminina e masculina, atinja 182 mil pessoas no próximo ano, equivalente a 31,5% do total de cânceres, superando em muito os demais casos, como próstata (69 mil) ou mama (57 mil).

Em Minas Gerais, e na capital Belo Horizonte, as estatísticas seguem padrões semelhantes aos registrados no Brasil em geral.

Segundo especialistas da Sociedade Brasileira de Dermatologia, o Brasil, por ficar entre trópicos, recebe radiação muito forte de raios ultravioleta, que levam ao aparecimento desse tipo de câncer com incidência muito alta. Estudos sobre o tema, como os do Instituto Nacional do Câncer, apontam o câncer de pele como o tipo de maior incidência no Brasil – 25% de todos os tumores malignos está diretamente relacionado à exposição ao sol.

No caso das pessoas com lúpus, com sensibilidade ao sol e à claridade, é necessário usar protetor ou filtro solar mesmo nos dias nublados e na sombra de uma forma geral. O seu uso permanente reduz os procedimentos cirúrgicos, tratamentos, reabilitação e afastamentos do trabalho.

A partir de 2004, o governo federal, através do Decreto nº 5.282/2004, reduziu a zero a alíquota de IPI para protetores solares que não possuem propriedades bronzeadoras, considerado-o produto fundamental ao combate do câncer de pele e outras enfermidades.

Atualmente, tramita na Câmara o Projeto de Lei nº 5.734/13, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que permite a oferta de protetores solares à população pelo programa Farmácia Popular do Brasil, criado para fornecer medicamentos essenciais a baixo custo. Em alguns entes federados já foram aprovadas leis que obrigam as empresas a fornecer protetor solar para seus funcionários que ficam expostos aos raios solares por 30 minutos ou mais diariamente.

É, portanto, justificável e urgente a alteração da legislação tributária em Minas Gerais, que continua classificando o filtro solar na categoria de perfumes, cosméticos e produtos de toucador, com alíquota de ICMS de 25%.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.



### PROJETO DE LEI Nº 5.127/2014

Declara de utilidade pública a Associação 15 Eterna Paixão Esporte Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação 15 Eterna Paixão Esporte Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Wander Borges

Justificação: A Associação 15 Eterna Paixão Esporte Clube, com sede no Município de Santa Luzia, é uma associação sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado. Sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que nada recebem pelo exercício de suas funções. Tem por finalidade proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, principalmente o futebol, podendo, ainda, praticar ou competir em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas, inclusive o futebol feminino, nos termos da legislação vigente.

Sabemos que o esporte é algo fundamental na vida das pessoas, tanto para a saúde, quanto para a mente, por isso faz-se mais que oportuno se declare de utilidade pública estadual essa associação que se nos apresenta, razão pela qual conto com a anuência dos nobres colegas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.128/2014

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - com sede no Município de Viçosa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - com sede no Município de Viçosa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Paulo Lamac

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa este projeto de lei, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública – Consep – de Viçosa.

Fundado no ano de 2010, o Consep de Viçosa é uma entidade sem fins lucrativos que atua na promoção de atividades relacionadas com segurança pública em Viçosa, bem como na promoção de campanhas educativas associadas ao tema.

Diante de todo o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.129/2014

Declara de utilidade pública a Associação dos Membros Ativos de Floresta, com sede no Município de Central de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Membros Ativos de Floresta, com sede no Município de Central de Minas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Rogério Correia

Justificação: A Associação dos Membros Ativos de Floresta é uma associação civil, de fins não econômicos, com sede no Município de Central de Minas e tem por finalidades: proporcionar a melhoria do convívio entre as classes, através da integração de seus associados; proporcionar aos associados e a seus dependentes atividades econômicas, culturais, desportivas e sociais; melhorar as condições de vida das famílias; fomentar e assistir as famílias de agricultores em suas atividades; promover a assistência à criança, ao adolescente, a gestantes e anciãos.

O processo objetivando a utilidade pública encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Por essas razões, espero contar com apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 5.130/2014

Declara de utilidade pública a Associação Bom Destino Futebol Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Bom Destino Futebol Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.



Wander Borges

Justificação: A Associação Bom Destino Futebol Clube, com sede no Município de Santa Luzia, é uma associação sem fins lucrativos e duração por tempo indeterminado. Sua diretoria é formada por pessoas idôneas, que nada recebem pelo exercício de suas funções. Tem por finalidade proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, principalmente especializadas, inclusive o futebol feminino, nos termos da legislação vigente.

Sabemos que o esporte é algo fundamental na vida das pessoas, tanto para a saúde, quanto para a mente, por isso é mais que oportuno se declare de utilidade pública estadual essa associação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.131/2014

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tupaciguara imóvel com área de 337,50m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e cinquenta centímetros quadrados), localizado na Avenida Brasil, lado ímpar, Lote 12, da Quadra 161, no Município de Tupaciguara, registrado sob o nº 12.338, ficha 1, do Livro nº 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tupaciguara.

Parágrafo único - O imóvel mencionado no *caput* deste artigo destina-se à construção de uma agência do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Luiz Humberto Carneiro

Justificação: O imóvel a que se refere este projeto de lei foi doado ao Estado de Minas Gerais por meio da Lei nº 2.540, de 2007, e destinava-se à construção da sede da Agência Fazendária no Município de Tupaciguara. Entretanto, devido a aquisição de outro imóvel por parte do Estado para o mesmo fim, a referida lei perdeu o objetivo.

Considerando que o bem se encontra sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e não existem projetos do Estado para utilização do imóvel, esta proposição tem o objetivo de viabilizar a doação do terreno ao município para a construção de uma agência do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 5.132/2014

Declara de utilidade pública a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Córrego Santo Antônio, com sede no Município de Matipó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Córrego Santo Antônio, com sede no Município de Matipó.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2014.

Paulo Lamac

Justificação: Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa este projeto de lei, que declara de utilidade pública a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Córrego Santo Antônio.

Fundada em 2010, a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Córrego Santo Antônio é uma entidade sem fins lucrativos, que atua na promoção de atividades que visam o fortalecimento da agricultura familiar e a geração de trabalho e renda e no incentivo a práticas agroecológicas e cooperativistas, no Município de Matipó.

A entidade também atua desenvolvendo ações em defesa dos direitos humanos, no combate à fome e à pobreza, promovendo a segurança alimentar e nutricional.

Diante de todo o exposto, pedimos o apoio e a compreensão dos nobres pares para aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 7.608/2014, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de São Vicente de Minas pelo aniversário desse município.

Nº 7.609/2014, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Juatuba pelo aniversário desse município.

Nº 7.610/2014, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Itambacuri pelo aniversário desse município.



Nº 7.611/2014, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Carvalhópolis pelo aniversário desse município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.612/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Pe. Marcelo Nicolau Corcelli por ter assumido a Paróquia Nossa Senhora Aparecida e São Miguel, em Contagem. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 7.613/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Paulo Tadeu Rodrigues Rosa pelos relevantes serviços prestados à Justiça Militar, em especial pela realização de 152 julgamentos em matéria criminal e 904 audiências em 2013.

Nº 7.614/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 51º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 2/4/2014, em Janaúba, na qual apreenderam armas e munições e prenderam dois homens; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.615/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 17ª Cia. Independente de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, pela atuação em ocorrência, em 7/4/2014, em São Lourenço, na qual apreenderam armas, munição, redes de pesca e outros materiais e prenderam dois homens; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.616/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 16ª Cia. Independente da PMMG, pela atuação em ocorrência, em 7/4/2014, em Três Corações, na qual apreenderam um menor, bem como droga, armas, munições, balança de precisão, celulares e dinheiro; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.617/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona do 10º Batalhão de Polícia Militar por sua atuação em ocorrência do dia 8/4/2014, em Montes Claros, na qual apreenderam arma, dinheiro, celular e outros objetos roubados de uma casa lotérica, efetuaram prisão de suspeito e apreensão de menor, e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.618/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona do 26º Batalhão de Polícia Militar por sua atuação em ocorrência do dia 8/4/2014, em Itabira, que resultou na apreensão de drogas e armas e na prisão de dois homens, e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.619/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona do 34º Batalhão de Polícia Militar por atuação em ocorrência do dia 9/4/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas e na prisão de dois homens e na apreensão de um menor, e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.620/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona do Batalhão da Rotam, do 16º Batalhão de Polícia Militar, do 1º Batalhão de Polícia Militar, do Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo da Polícia Militar - BTL RPAER - e da Companhia Independente de Cães da Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 8/4/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas e na prisão de dois homens, e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.621/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona do 21º Batalhão de Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 9/4/2014, em Ubá, que resultou na apreensão de drogas e na apreensão de cinco adolescentes, e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado.

Nº 7.622/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona do 28º Batalhão de Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 9/4/2014, em Urucuaia, que resultou na apreensão de armas e drogas e na prisão de três pessoas, e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.623/2014, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a implantação de rede de drenagem pluvial com bueiros nas seguintes vias: Rua Tereza Viana de Assis, em frente ao nº 197, no Bairro Vila Pinho, e Rua José Pedro de Brito, em frente ao nº 193, no Bairro Vila Santa Rita. (- À Comissão de Transporte.)

#### **Comunicações**

- É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

#### **Interrupção dos Trabalhos Ordinários**

O presidente - A presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para a realização do ciclo de debates Comunicação, Regulação e Democracia.

- A ata desse evento será publicada em outra edição.

#### **Reabertura dos Trabalhos Ordinários**

O presidente (deputado Adelmo Carneiro Leão) - Estão reabertos os nossos trabalhos.



### **Encerramento**

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as especiais de amanhã, dia 11, às 9 e às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/3/2014**

#### **Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Durval Ângelo**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – 1º Paineil: Composição da Mesa – Registro de presença – Palavras do Presidente – Palavras do Sr. Antônio Ribeiro Romanelli – Palavras do Deputado Paulo Lamac – Palavras da Deputada Liza Prado – Palavras do Deputado Rogério Correia – Palavras do Deputado Federal Weliton Prado – Palavras do Vice-Prefeito Délio Malheiros – Palavras da Ministra Eleonora Menicucci – 2º Paineil: Composição da Mesa – Palavras do Presidente – Palavras do Sr. Antônio Ribeiro Romanelli – Palavras da Sra. Vânia Bambirra – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Theotonio dos Santos – Palavras do Sr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento.

#### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e a deputada:

Dinis Pinheiro - André Quintão - Durval Ângelo - Liza Prado - Paulo Lamac - Rogério Correia.

#### **Abertura**

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### **Ata**

– A deputada Liza Prado, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **Destinação da Reunião**

O locutor – Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais – 50 Anos do Golpe de 64, decorrente de requerimentos dos deputados André Quintão, Celinho do Sinttrocel, Durval Ângelo, Paulo Lamac e Rogério Correia.

Os 50 anos do golpe de 64 devem ser lembrados para que seu significado se reavive na memória de quem viveu os anos da ditadura e seja transmitido às novas gerações. Suas marcas foram a repressão aos movimentos populares e às reivindicações sociais, a censura, a limitação dos direitos individuais, a violação dos direitos humanos, o abuso de poder, a violência, a tortura, os assassinatos, as sequelas físicas e psicológicas nos que lutaram contra o regime militar, a quebra do estado de direito, o cerceamento das instituições democráticas. Os 50 anos devem ser lembrados também como período de resistência, de luta pelos direitos humanos e pela democracia.

#### **1º Paineil**

##### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Délio Malheiros, vice-prefeito municipal de Belo Horizonte; a Exma. Sra. deputada federal Jô Moraes; os Exmos. Srs. deputado federal Weliton Prado; e Antônio Ribeiro Romanelli, coordenador da Comissão da Verdade em Minas Gerais; a Exma. Sra. deputada Liza Prado, autora da lei que criou a Comissão da Verdade em Minas Gerais; e os Exmos. Srs. deputados André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular; Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos; Paulo Lamac, presidente da Comissão de Assuntos Municipais; e Rogério Correia, membro da Comissão de Direitos Humanos, coautores do requerimento que deu origem a este evento.

##### **Registro de Presença**

O locutor – Registramos a presença em Plenário do Exmo. Sr. vereador Gilson Reis, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e das Exmas. Sras. vereadora Adriana Lara, da Câmara Municipal de Vespasiano; e Ilva Maria Franca Lauria, presidente do Conselho Executivo da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais.

##### **Palavras do Presidente**

Quero saudar a nossa querida ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Eleonora Menicucci. Na sua pessoa e na da Dra. Andréa, quero saudar todas as mulheres aqui presentes, cada dia mais participativas, mais atuantes, fazendo de nossa sociedade uma sociedade melhor, moderna. Quero saudar ainda o nosso amigo vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros. Cumprimento também a deputada federal Jô Moraes - nosso abraço e carinho - e o jovem amigo guerreiro, deputado federal Weliton Prado. Quero saudar também o Exmo. Sr. coordenador da Comissão da Verdade em Minas Gerais, Antônio Ribeiro Romanelli; o dileto amigo e presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado André Quintão; esse valente homem público e presidente da Comissão de Direitos Humanos desta querida Casa, o deputado Durval Ângelo; o presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização da Assembleia Legislativa, deputado Paulo Lamac, que faz um belíssimo trabalho; o deputado Rogério Correia, sempre combativo e membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa - é uma alegria revê-lo; e essa mulher superatual, a deputada Liza Prado, autora da lei que criou a Comissão da Verdade em Minas Gerais. Por fim, saúdo os senhores, as senhoras, a querida imprensa, os demais deputados presentes e a querida ministra.

A abertura deste ciclo de debates formaliza o ensejo de refletirmos sobre nossa história recente, na passagem dos 50 anos dos eventos que levaram ao impasse político que, por 21 anos, submeteu a vida do País à tutela militar. A deposição do presidente João

Goulart resultou numa sequência de fatos, na cassação de mandatos políticos, na supressão do voto direto, dos partidos tradicionais e dos sindicatos, na censura à imprensa e às manifestações artísticas. Significou também, querida Dra. Andréa, a prisão e o desaparecimento de centenas de opositores, ao mesmo tempo em que promoveu ou permitiu a tortura de homens e mulheres, temas de que vêm tratando as diversas comissões da verdade ora em funcionamento.

O golpe militar, senhoras e senhores, que fulminou o Brasil em 1964, com decisivo apoio de grande parcela da sociedade civil, resultou da grande polarização interna, uma disputa ideológica por reformas sociais e econômicas, mas foi também produto da Guerra Fria, que dividiu o mundo em dois blocos. Hoje, como está fartamente documentado, sabemos que a intervenção militar no Brasil não foi um fenômeno isolado, mas integrou a instalação de várias ditaduras no continente, com o ativo interesse do governo norte-americano, gerando a cooperação entre os organismos repressivos que se desenvolveram na América Latina.

O governo militar, deputado Durval Ângelo, veio frear mudanças sociais defendidas nas ruas por sindicalistas e estudantes, que, entre outras reivindicações, defendiam as chamadas reformas de base, como a reforma agrária e o controle sobre a remessa de lucros para o exterior, entre outras. O respaldo popular que o golpe angariou em seu início, pois o País se mostrava efetivamente dividido, muito cedo se desgastou, dada a violência com que os donos do poder procuravam destruir seus opositores. Nesse contexto, a resistência também foi conduzida à luta armada, e a reação se tornou ainda mais feroz impondo o silêncio e a privação da plena liberdade a todos os cidadãos.

Perdemos muitos cidadãos de bem, amigo Betinho Duarte, nessa luta. O povo se tornou sedento de democracia; quis eleger de novo seus representantes, e as marchas pelo retorno das eleições diretas sacudiram o Brasil, vindo resultar na retomada da democracia, simbolizada pela eleição do saudoso Tancredo Neves e na Constituição de 1988, que tantos avanços trouxe nos âmbitos jurídico, político e social.

Hoje, sem sombra de dúvida, temos essa democracia já consolidada, mas ela carece de aperfeiçoamento constante. É exatamente esse aperfeiçoamento que a Assembleia de Minas tem em mente ao promover os debates que se iniciam. Voltamos a olhar para o passado em busca da consciência histórica dos fatos e de seus desdobramentos, mas olhando com firmeza para o futuro, atentos a outras perspectivas que possam aprimorar nossas instituições.

Esta é a Assembleia que, desde 1989, ao edificar a Constituição Mineira, vem se abrindo cada vez mais – amigo André Quintão – à participação popular, recorre no seu dia a dia, através do trabalho das comissões ou dos eventos institucionais, ao aperfeiçoamento da cidadania, promovendo o desenvolvimento político dos mineiros, sempre instados a se fazer ouvir e a participar da elaboração das leis e das políticas públicas. Estamos todos construindo e refinando a democracia e, na consecução dessa tarefa, devemos manter viva a memória coletiva que nos define como indivíduos pertencentes à mesma nação.

Para que não nos esqueçamos do passado – mesmo de suas mais duras lições –, devemos promover o equilíbrio entre a revisão dos acontecimentos e a definição das ações com que iremos balizar o nosso futuro. Devemos também, querida ministra, contribuir para reparar as injustiças e valorizar a participação dos homens e mulheres que sustentaram a resistência ao arbítrio, impedindo, certamente, que ele fosse mais longe.

A Assembleia de Minas tem sido exemplar nessa reparação histórica. Há tempos já restituímos os mandatos aos três parlamentares estaduais que foram cassados na primeira hora do golpe, os queridos Dazinho, Sinval Bambirra e Clodesmith Riani. E hoje, nessa abertura solene, cabe anunciar mais uma iniciativa do Legislativo mineiro para uma grande homenagem, reparando, também uma injustiça histórica. Por nossa iniciativa e acolhimento unânime do Parlamento, foi concedido o título de Cidadão Honorário de Minas ao Eminentíssimo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, sem dúvida o maior baluarte da resistência democrática brasileira, dos tempos mais duros da ditadura. Muito brevemente, senhoras e senhores, esperamos fazer a ele a entrega do título em reconhecimento pelo seu papel na história, mas também para que fique registrada no coração dos mineiros a trajetória exemplar desse homem que engrandece a natureza humana.

Agradeço a presença de nossos parlamentares, que compartilharão conosco suas ideias, olhares, conhecimentos e interpretações dessa época conturbada, que muitos de nós vivenciamos. Igualmente agradeço a todos os que aqui estão, participando do evento, à procura de informações e da troca de pontos de vista.

Tenho certeza, querida ministra, querida Dra. Andréa, de que este ciclo de debates transcorrerá de uma forma altamente democrática, já que este é nosso grande objetivo: a superação de um trauma histórico, tendo em vista um País melhor, mais justo e no qual todas as vozes se façam ouvir, banidas as discriminações e, claro, as gritantes desigualdades. Muito obrigado.

#### **Palavras do Sr. Antônio Ribeiro Romanelli**

Minhas senhoras, meus senhores, componentes da Mesa, a minha participação aqui será realmente breve. Só quero registrar a presença da Comissão da Verdade do Estado de Minas Gerais, uma ideia da ilustre deputada Liza Prado, prontamente acolhida pelo Sr. Governador.

Queria dizer apenas o seguinte: Comissão da Verdade, para quê? Nós temos de passar a limpo essa história recente de nossa pátria, a qual está tão enodada, distorcida pela história oficial, pretendendo mostrar ao povo brasileiro, principalmente aos jovens, alguma coisa que não houve, porque o que aconteceu de fato, como dito pelo presidente, foi violência, truculência, assassinatos. Vimos o incrível depoimento desse coronel, que disse que não se arrepende de nada. Quando matava as pessoas, ele as decapitava, retirava as arcadas dentárias, cortava-lhes todos os dedos da mão, botava uma pedra no corpo e o jogava nas águas, para que não houvesse possibilidade de identificação.

Eles falam em anistia e em crimes conexos – e a palavra grega anistia vem de amnésia, esquecimento – como se fosse possível e justo esquecer. Digo como cidadão, como brasileiro, que não tenho nada a esquecer. Ao contrário, lamento não ter podido fazer mais pela volta da democracia. Porém, não admito que me julguem pelas mesmas regras que estão julgando o Sr. Carlos Alberto Brilhante Ustra, porque este, sim, tem muito que ser esquecido. Muito obrigado.

### **Palavras do Deputado Paulo Lamac**

Bom dia a todos e a todas. Gostaria, mais uma vez, de dar-lhes as boas vindas à Casa de todos os mineiros. É uma alegria para nós, que trabalhamos junto com a sociedade civil na elaboração deste momento, vermos materializado aqui algo que não é simplesmente a repetição de mais uma lembrança triste de um fato que aconteceu no Brasil. A cada ano a gente recicla e relê toda aquela tragédia que se abateu sobre o nosso país. Mas os fatos passados não se encerraram com o final da ditadura. Um dos grandes desafios que temos a cada novo ano é conseguir trazer para o dia a dia das pessoas, inclusive daquelas que não vivenciaram o golpe e o período sombrio que o sucedeu, a compreensão de como essas questões impactaram e impactam até hoje a nossa vida.

Convivemos cotidianamente com os ditadores e torturadores nas nossas ruas, nas escolas, nos campos de futebol, porque eles continuam dando nome aos espaços públicos, os quais deveriam prestar homenagens a pessoas que simbolizam os anseios e sentimentos mais nobres que, esperamos, sejam uma marca da população brasileira. Esta Casa parlamentar aprovou na semana passada, em 1º turno, projeto de lei que tem por objetivo retirar os nomes de todos os ditadores, torturadores e associados ao regime militar. Quero agradecer publicamente a todos os colegas deputados que participaram da aprovação desse projeto. Tive a honra de apresentá-lo, mas certamente não foi uma proposição minha, foi inspirada em vários presentes aqui. E queria complementar que essas homenagens no nome dos próprios públicos não se limitam à presença do regime. Convivemos hoje com uma juventude altamente despolitizada, uma sociedade também muito despolitizada, com honrosas exceções. Via de regra, reina a negação dos partidos políticos, a negação da atuação política e, indiscutivelmente, a negação da política, como se fosse algo complicado, sujo, quando, na realidade, deve ser vista como algo nobre, uma atividade através da qual as pessoas trabalham pelo coletivo.

Conseguimos, nesse período, congelar a participação, conseguimos marginalizar a atuação parlamentar, e não apenas parlamentar, mas também política. Um dos grandes desafios que vejo é a retomada desse debate, dessa discussão. As escolas foram utilizadas como aparato do regime. Fazia-se formação de opinião dentro das escolas por meio de conteúdo, por meio de disciplina. Foi feita, com justiça, a retirada de conteúdos que, historicamente, faziam formação de opinião dentro das escolas, mas não houve substituição.

Algo que também discutimos aqui, e é uma discussão corajosa e difícil de ser feita, porque a teoria do elástico nos leva ora para um extremo, ora para o outro, é a organização política brasileira. É preciso discutirmos nas escolas, não apenas de maneira transversal, a formalização de conteúdo, a organização social, a organização política brasileira porque, enquanto continuarmos tratando, de maneira velada, que qualquer democracia demanda organização e estruturação e as pessoas compreenderem isso, estaremos dando sequência à escuridão levantada no período ditatorial. Temos muitos desafios no nosso dia a dia. E essa proposta e esse desafio que procuramos tomar para nós nessa discussão nos fazem trazer para o contexto atual os desdobramentos, as consequências e o que temos de fazer para acabarmos com os pedacinhos de ditadura que continuam no nosso convívio.

Este é um grande encontro para todos nós. Devemos lembrar com pesar, mas com esperança, de todo esse período triste por que passou o país e de toda a luta para reconquistar essa democracia. Bom dia e um bom encontro a todos.

### **Palavras da Deputada Liza Prado**

Bom dia a todos e a todas. Quero saudar, na pessoa dos meus amigos, do Betinho, todas as pessoas aqui presentes, meu querido cantor Sirlan, argentino combativo. Não irei saudar pessoalmente a ministra e as autoridades que compõem a nossa Mesa porque quero ser breve. Este momento é muito importante porque é preciso rememorar. A versão oficial dos fatos que aconteceram na nossa história não é verdadeira e está distorcida. Precisamos realizar solenidades, manifestações, criar comissões da verdade, e fico feliz de ter sido a autora, com apoio desta Casa, da Comissão da Verdade de Minas, que foi importante para o nosso estado contar a verdade. Minas Gerais tem de passar essa história a limpo para que jamais venha repetir no nosso País o que aconteceu. Parabenizo todos os membros da comissão. Quero dizer que agora, com essa infraestrutura, a nossa Comissão da Verdade tem condições de subsidiar a comissão nacional e fazer realmente um trabalho melhor, resgatando e ouvindo testemunhas, viajando por este Estado e divulgando o que realmente aconteceu neste país. É preciso invocarmos o espírito de João Monnerat, de Elza Monnerat e de João Amazonas, guerrilheiros que considero muito importantes para a nossa história. Esse espírito de coragem precisa se estabelecer entre nós, porque a guerra não acabou.

Dois comportamentos do povo brasileiro me assustaram. Um diz respeito às mulheres, à pesquisa que mostrou que o povo brasileiro acha que as mulheres merecem ser estupradas por causa das suas vestimentas. Isso nos mostra um comportamento assustador, uma posição retrógrada, atrasada e ainda desrespeitosa às mulheres. A outra ação que me assustou bastante, nesses 50 anos em que estamos rememorando o golpe militar para que possamos conhecer a nossa história e não nos esquecer jamais do acontecido, foi o comportamento e algumas manifestações de grupos fascistas na imprensa e nas redes. Deveríamos ter os rigores da lei porque muitos desavisados, com descrédito na política, podem achar que determinado caminho é a volta de um regime autoritário.

Então, a todos vocês que estão aqui, que lutaram a vida inteira, quero dizer que ainda temos muito que lutar porque esses sentimentos e essas duas ações que aqui coloquei são sintomáticos e têm que nos tornar firmes e fortes porque não podemos permitir jamais tantas atrocidades, como bem colocou o presidente da Comissão da Verdade: tortura, desaparecimento, famílias que não enterraram seus entes até hoje. É preciso que rememoremos e fiquemos firmes para construir uma história verdadeira, para construir uma democracia sólida. E que possamos dizer: resistir sempre, ditadura nunca mais.

### **Palavras do Deputado Rogério Correia**

Bom dia a todas e a todos os presentes no nosso ciclo de debates da Assembleia Legislativa. Cumprimento os componentes da Mesa, a nossa ministra e o presidente da Assembleia Legislativa, a quem saúdo pela iniciativa da Assembleia em *descomemorar* a ditadura militar. A ditadura torturou, exilou, matou, subjugou os adversários, impediu as liberdades políticas, retirou os partidos políticos da vida do País, bem como os sindicatos e as associações. Quero falar um pouco da atualidade e da importância deste ano.

Dias atrás assistimos à marcha que pedia a volta da ditadura militar no País. Que existam ainda saudosistas que tenham saudades disso tudo já é de se estranhar, mas precisamos também repudiar a forma como isso foi tratado. Uma parte da mídia e da grande mídia que apoiou o regime militar em 64 tratou isso como algo do processo democrático, como se essas marchas pela volta do regime militar fossem manifestações democráticas sem nenhuma repercussão, que pudessem ser convocadas insistentemente por alguns



órgãos, sem nenhum senso crítico, e tratadas como se fossem algo normal e natural do processo democrático. Como se exigir a volta de algo que, caso acontecesse, viria retirar as liberdades políticas e colocar na clandestinidade partidos políticos? Como se voltar a torturar, a matar e a subjugar fosse algo do processo democrático, mas não é. Na Europa, atos do nazifascismo são proibidos pelo Estado porque ali se atenta contra o Estado de Direito e o Estado Democrático. Mas aqui a grande mídia tratou isso como se fosse algo normal e natural. É preciso, portanto, revisar os nossos atos, como estamos fazendo aqui, repudiando inclusive aqueles que, mesmo extremamente minoritários, ainda trabalham pela volta desse tipo de sistema de ditadura, como foram as ditaduras militares na América Latina.

Estamos realizando também, e o presidente da Assembleia está dando total apoio, um ciclo de debates nos dias 10 e 11 de abril sobre comunicação, regulação e democracia, fruto de um projeto de lei de minha autoria, agora lei sancionada pelo governador, que criou, com o apoio de todos os deputados, a Semana da Liberdade de Expressão em Minas Gerais. Então, todos os anos debateremos o que é liberdade de expressão e, conseqüentemente, a questão da comunicação, que é parte essencial da construção do processo democrático no nosso país.

Neste momento, neste ato, deputado Durval Ângelo, presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, quero falar da atualidade e da importância deste evento que estamos fazendo aqui e está sendo feito no Brasil como um todo. Termino, fazendo a leitura de um trecho do Xavier Plassat, escrito agora e publicado na *Carta Capital*, o qual também fala da atualidade desses problemas: “Precisamos escutar, resgatar e honrar com justiça as vozes abafadas e os sonhos dos resistentes e lutadores. Sem a elucidação constante da verdade, particularmente em relação às sombras mais trágicas da nossa história, tornam-se incompreensíveis e insuperáveis as recorrentes e brutais manifestações de violência, de barbárie, que continuam pontuando nosso tempo nos presídios, nas delegacias, nos morros, nas fazendas; a matança de jovens, de posseiros, de negros, de índios, de migrantes, de travestis, de prostitutas; a comercialização de gente e sua escravização; a confiscação da esperança; a negação do bem viver”. Portanto, o que fazemos hoje é atual e necessário para lutarmos para que esse tipo de coisas não volte a acontecer e para que as que acontecem sejam também combatidas no nosso país e no nosso estado. Muito obrigado. Parabéns, presidente.

#### **Palavras do Deputado Federal Weliton Prado**

Resistir sempre; ditadura nunca mais. Queria parabenizar a Assembleia Legislativa na pessoa do deputado Dinis Pinheiro por este ciclo de debates, e, nas pessoas da ministra Eleonora e da deputada Liza Prado, cumprimentar todas as mulheres. Queria também, mais uma vez, parabenizar a deputada pela Lei nº 20.765, que instituiu a Comissão da Verdade em Minas Gerais, o que é muito importante. Gostaria ainda de parabenizar todos os presentes e de fazer um resgate histórico em relação ao papel da juventude, ressaltado aqui hoje.

Se fizermos uma reflexão histórica, veremos que a juventude nunca fugiu à luta e sempre esteve presente nos momentos mais importantes do nosso país e do mundo: no século XVII, quando impediu a invasão pelos franceses da cidade do Rio de Janeiro, na Abolição da Escravatura, na Proclamação da República, na Inconfidência Mineira, na luta contra a ditadura militar, no Fora Collor, na manifestação contra a guerra no Iraque. Então, ela sempre esteve presente.

Para ser breve e ouvir a explanação da ministra, queria finalizar citando Ferreira Goulart, que fez uma poesia que tem muito a ver com toda a minha vida e minha militância política no movimento estudantil e também como vereador, deputado estadual e, agora, deputado federal. Levo-a sempre muito firme; ela vive dentro de mim e tem muito a ver com este momento: “Somos jovens, operários, camponeses, estudantes, artistas e intelectuais. Buscamos o futuro e a liberdade, os direitos que nos são negados. Como o poeta, acreditamos que a vida vale a pena, mesmo que o pão seja caro e a liberdade seja pequena; e, por ela, estamos dispostos a viver, lutar e vencer. Somos mesmo inconformados e contestadores, ousados e sonhadores. Que isso dê calafrios e faça tremer os guardiões da velha ordem. Nada a fazer além de aconselhar que estoquem cobertores e agasalhos, pois prosseguiremos mais e mais, inconformados com a falta de liberdade, contestando as injustiças, ousando contra os preconceitos e sonhando com a tão sonhada felicidade”. Obrigado.

#### **Palavras do Vice-Prefeito Délio Malheiros**

Exma. Sra. Ministra e Exmo. Sr. Presidente desta Casa, apenas gostaria de trazer uma saudação a mais a este evento que a Assembleia realiza, à abertura do ciclo de debates dos 50 anos da ditadura.

A ditadura neste país significou um atraso terrível para a política, para a juventude, para a educação, enfim, para tudo no Brasil. Foram 21 anos de atraso de 1964 a 1985. Na época do Getúlio, o atraso foi de 12 anos, fora o de mais 5 anos, ocorrido entre 1950 e 1955. Portanto, esse atraso em cadeia da nossa democracia deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Esperamos que esse tempo nunca mais volte.

Tive a experiência de viver uma ditadura no Iraque, onde morei por um ano e meio, e nada é tão terrível para uma sociedade como isso. Precisamos da democracia, da liberdade dos direitos individuais, da liberdade de expressão e do mais comezinho direito do homem de ir e vir. Ao discutir esse assunto, a Assembleia oferece mais uma maneira de revivermos a história, para não permitirmos que esse tempo volte a assombrar não só o Brasil, mas também o mundo inteiro. Imagino o que passam os coreanos do norte, os sírios e todos aqueles que vivem sob uma ditadura em qualquer lugar do mundo. Assim sendo, é importante que o Brasil assuma um papel de vanguarda na América do Sul para levantar trincheiras contra qualquer ato que seja atentatório à democracia na América do Sul, na América Central, na América do Norte, na Europa ou em qualquer outro lugar.

Presidente, parabéns à Assembleia de Minas por reviver esse momento histórico; por reconhecer a fragilidade dos cidadãos que naquela época foram perseguidos; e por entender que as 66 pessoas não morreram em vão, já que deixaram um pouco da sua história, do seu sangue e da sua semente para que esse fato não se repita. Hoje vivemos uma democracia plena. Podemos reclamar de tudo, menos de que não estamos vivendo um momento democrático. O nosso país deve de fato assumir um papel de vanguarda contra qualquer regime de exceção, não importa onde. Esse é o nosso papel, o papel do brasileiro. Parabéns a Assembleia e parabéns a todos!

O locutor – Com a palavra, a ministra Eleonora Menicucci, para proferir a palestra magna “Direito à verdade, à história e à memória”.



### Palavras da Ministra Eleonora Menicucci

Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar as Exmas. Sras. e os Exmos. Srs. deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do meu Estado de Minas Gerais; Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Délio Malheiros, vice-prefeito de Belo Horizonte; minha amiga Jô Moraes, deputada federal; Weliton Prado, deputado federal; Antônio Ribeiro Romanelli, coordenador da Comissão da Verdade, velho companheiro e militante em Minas Gerais; deputado André Quintão, presidente da Comissão de Participação Popular; deputado Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos, meu amigo e companheiro; deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Assuntos Municipais; deputado Rogério Correia, membro da Comissão de Direitos Humanos; e deputada Liza Prado, autora da lei que criou a Comissão da Verdade em Minas Gerais.

Cumprimento também meu amigo, companheiro, militante e resistente batalhador, o Betinho Duarte. Minas Gerais tem em Betinho Duarte um exemplo de resistência em todos os momentos e em todas as frentes. Quero, em sua pessoa, agradecer o convite que a Assembleia Legislativa me fez. O convite do presidente da Assembleia Legislativa foi feito por meio dele, para que eu pudesse participar desta cerimônia tão importante no meu Estado e na cidade onde eu me fiz como sujeito político. Quero cumprimentar com muito carinho a Cristina Rodrigues, minha velha amiga, companheira e militante dos direitos humanos; a Oroslinda Maria Taranto Goulart, minha chefe de gabinete, também velha amiga de Minas Gerais; e, em especial, todas as mulheres mineiras. Falo isso não por eu ser ministra da política para as mulheres, mas porque nós, mulheres, somos 52% da população e mãe da outra metade. Portanto, somos 100% da população brasileira.

Estivemos em todas as frentes de luta na história do Brasil, desde a colônia. Estivemos invisíveis, estivemos confinadas em espaços absolutamente ocupados por homens, e nossa visibilidade, somente há poucas décadas, vem assumindo o lugar de destaque que merece. Ontem pensei muito como falaria aqui, porque sou uma sobrevivente da ditadura, da tortura e da resistência. Como eu, ministra e sobrevivente da ditadura, que também sofreu como várias mulheres as mais bárbaras torturas nos centros e calabouços da ditadura, proceder aqui? Um lado seria contar a minha experiência, que já foi narrada em verso, prosa, em depoimento e entrevista. O público e toda a população brasileira sabem disso, e não faltaram aqueles e aquelas que, quando fui convidada para assumir a titularidade desse ministério, foram para as ruas e a imprensa, dizendo que a presidenta Dilma havia levado uma das suas companheiras da Torre das Donzelas e que, por isso, seu governo ficaria comprometido em parte. Ao contrário: comprometia para o lado da democracia, para o lado da retomada da existência, para o lado da reafirmação da presidenta Dilma quanto aos princípios que a norteiam.

O outro caminho foi tentar fazer uma reflexão, aproveitando vários escritos que já tenho da época da ditadura. Optei, sem nenhum problema, por falar da minha experiência. Como várias mulheres e homens, fomos presos no auge da nossa juventude. Entregamos os anos dessa nossa época à luta contra a ditadura. Essa foi a nossa luz e a nossa juventude. Fui presa com o meu então marido Ricardo Prata, também mineiro, e a minha filha, que tinha 1 ano e 10 meses. Desencadeou-se todo o processo que toda a sociedade conhece de tortura de nós três e de resistência.

Resolvi reproduzir aqui algumas falas da presidenta por ocasião da instalação da Comissão Nacional da Verdade. Ela disse: “Queria iniciar citando o deputado Ulisses Guimarães, que, se vivesse ainda, certamente ocuparia um lugar de honra nesta solenidade”. Ele ocuparia um lugar de honra também nesta solenidade. O Sr. Diretas, como aprendemos a reverenciá-lo, disse uma vez: “A verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem. A verdade não mereceria esse nome se morresse quando censurada”. De fato, a verdade não morre por ter sido escondida. Nas sombras, somos todos e todas privados da verdade, mas não é justo que continuemos apartados dela à luz do dia. Embora saibamos que regimes de exceção sobrevivem pela interdição da verdade, temos o direito de esperar que, sobre a democracia, a verdade, a memória e a história venham à superfície e se tornem conhecidas sobretudo para as novas e futuras gerações. A palavra “verdade”, na tradição grega ocidental, é exatamente o contrário da palavra esquecimento. É algo tão surpreendentemente forte que não abriga nem o ressentimento, nem o ódio, nem o perdão. Ela é só e sobretudo o contrário do esquecimento. Ela é memória, é história e é a capacidade humana de contar o que aconteceu. O que fazemos aqui neste momento de instalação da Comissão da Verdade é a celebração da transparência da verdade de uma nação que vem trilhando o seu caminho na democracia, mas que ainda tem um encontro marcado consigo mesma. Nesse sentido fundamental, essa comissão é uma iniciativa do Estado brasileiro, e não apenas uma ação de governo.

Continuando a presidenta, “cada um ou cada uma de nós deu a sua contribuição para esse marco civilizatório, que é a Comissão da Verdade. Esse é o ponto culminante de um processo iniciado nas lutas do povo brasileiro pela liberdade democrática, pela anistia, pelas eleições diretas, pela constituinte, pela estabilidade econômica e pelo crescimento com a inclusão social. O processo foi construído passo a passo, durante cada um dos governos eleitos depois da ditadura”.

O Brasil deve render homenagens às mulheres e aos homens que lutaram pela revelação da verdade histórica, aos que entenderam e souberam convencer a Nação de que o direito à verdade é tão sagrado quanto o direito que muitas famílias têm de prantear e sepultar os seus entes queridos, vitimados pela violência praticada na tortura pela ação do Estado ou por sua omissão. É certamente por isso que todas e todos estamos juntos aqui. O nosso encontro hoje neste momento tão importante para o País é um privilégio propiciado pela democracia e pela convivência civilizatória; é uma demonstração de maturidade política que tem origem nos costumes de nosso povo e nas características de nosso país.

Acreditamos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade da sua história. Trabalhamos juntos para que ele conheça e se aproprie da totalidade da sua história. A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário mantém latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda a apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade; as novas gerações merecem a verdade; sobretudo merecem a verdade factual aqueles que perderam amigas, amigos, parentes e continuam sofrendo como se morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhas e filhos sem pai, sem mãe; pais e mães sem túmulos; túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são mulheres e homens livres, que de forma alguma têm medo de escrevê-la. Atribuí-se à Galileu Galilei uma frase que diz respeito a este momento que vivemos: “A verdade é filha do tempo, não da autoridade e do



autoritarismo”. A presidenta acrescenta: “A força pode esconder a verdade; a tirania pode impedi-la de circular livremente; o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz”.

Hoje esse tempo chegou. Agora, passo para mim. À narrativa da experiência em busca da utopia perdida a verdadeira imagem do passado perpassa veloz. “O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento em que é reconhecido. As verdades de cada experiência nunca nos escaparão”, dizia Walter Benjamin. Segundo ele, a narrativa da experiência assume um lugar historicamente importante se, por meio dela, conseguirmos articular o passado não para conhecê-lo como ele foi, mas para apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo.

Assim, a experiência, enquanto um caminho para despertar as centelhas da esperança e da utopia, é privilégio daqueles e daquelas que estão convencidos de que revisitar o passado com olhos dialéticos desconstrói certezas conceituais e reconstrói práticas de liberdade, que incorporam a multiplicidade de sujeitos na dimensão de classe, raça, gênero, geração para pensar as práticas sociais e políticas de hoje. Aqui, conto uma pequena experiência: por ocasião de um enfrentamento com o Carlos Alberto Ustra, eu e a Amelinha Teles, ao denunciá-lo frente a frente, dizendo que ele nos havia torturado e determinado o assassinato, a morte de várias pessoas, entre elas Luiz Eduardo da Rocha Merlino, que assisti, ele simplesmente nos olhou e disse: “Vocês não existem, vocês são vacas que passaram pela história”.

Pensar as práticas políticas do passado assume significado de liberdade quando inserimos o nosso pensamento no exercício das construções cotidianas das múltiplas relações, nas quais estão envolvidos homens e mulheres. Assim é que o passado vivido deixa de ser passado para tornar-se parte integrante de cada um de nós, 50 anos depois. Saímos do passado, mas o passado não sai de nós. A nossa responsabilidade, o nosso direito, o nosso dever é contá-lo, desvendá-lo, trazê-lo cada vez mais à luz do dia. A Comissão Nacional da Verdade capilarizou comissões da verdade estaduais, municipais, nas universidades, que têm contribuído exemplarmente para, passo a passo, colocar à luz do dia tudo, todos os terrores, todas as barbaridades que vivemos. Ainda bem que existem pessoas da minha geração que sobreviveram para enfrentar os torturadores e torturadoras - existiam torturadoras - e para contar a verdade. Como disse a presidenta Dilma, ao contar a verdade, estamos contando a história, reescrevendo-a e contribuindo com toda uma geração que não a viveu, mas se comprometeu a reescrevê-la como realmente aconteceu. Temos de lembrar para não esquecer e para transformar as práticas sociais e políticas em ações que levem a uma sociedade mais justa, mais humana, mais solidária.

A tortura é uma prática inominável que se dá entre seres humanos em suas mais diversas expressões enquanto uma prática individual e social ao longo dos séculos. É histórica. Os torturadores usaram, ao longo de toda a história, o estupro como arma de guerra, a violência sexual como arma de guerra. Até hoje continuam.

Em vários sequestros, a arma do estupro tem sido usada; em várias guerras também. Onde as mulheres estão nessa história? Elas são donas dos seus próprios corpos. E os nossos corpos não estão à venda e nem à disposição em metrô e ônibus para serem estuprados, acochados e violentados no confinamento dos transportes públicos. Por isso, vivo batendo na tecla de que uma cidade com iluminação e mobilidade urbana adequada e de qualidade tem assustadoramente reduzidos o número de violência sexual e o estupro contra as mulheres. De maneira alguma podemos aceitar que no século XXI, o século das mulheres, o estupro continue sendo arma de guerra. Não podemos aceitar dentro de casa e nem fora de casa.

Para encerrar, lembro que, na tortura, ficamos totalmente desabrigados, sem casa, sem teto, sem segurança, sem o mínimo de solidariedade de nosso próprio corpo conosco, uma vez que a dor física nos coloca literalmente no chão, sem apoio elementar, entregues a ansiedades inconscientes mais primitivas, como já dizia Hélio Pellegrino, da qual só conseguimos escapar por meio da morte. Se a tortura física em nosso corpo expõe-nos a todo tipo de humilhação, por outro lado estabelece uma velada cumplicidade com nosso próprio corpo e nossa própria vontade de viver. É como se o corpo torturado sáísse do nosso próprio corpo e nos negasse, não obedecesse a nenhum comando de nossa vontade. A separação da mente e corpo é muito clara nessas situações. O corpo não nos obedece e se acumplicia ao torturador sem querermos. Talvez essa seja uma das mais penosas situações de tortura, porque, em sua prática nefasta, ela reivindica uma rendição do sujeito do qual estejam empenhados nervos, carnes, sangue, ossos, tendões, espermas, secreções, cabeça, tronco e membros.

Nesse sentido, por experiência própria, digo que toda tortura, seja em homem, seja em mulher, é abominável. É uma dor física, é uma dor psicológica, é uma dor emocional. Recentemente tenho dito que a dor da tortura psicológica talvez seja mais forte do que a dor da tortura física. A tortura física é cicatrizável, mas a dor psicológica não, a tortura psicológica não. Você fica com ela noite e dia, dia e noite. Houve uma diferença, há uma diferença entre a tortura num homem e a tortura numa mulher.

O ato da tortura numa mulher diz o seguinte: “em vez de você estar cuidando da casa e da maternidade” – mães, como eu, foram presas – “está aqui; agora aguenta, não vai ter filho ou filha. Sua filha vai morrer, como você”. E há ainda a violência sexual, todos os tipos de violência.

Rendo aqui homenagem à nossa amiga, conterrânea e companheira Inês Etienne, a quem peço uma salva de palmas. Com coragem, firmeza e bravura, denunciou primeiro a Casa da Morte, em Petrópolis, de onde têm saído as mais inomináveis verdades que nós, brasileiros e brasileiras, podemos pensar existir. A Inês é a resistente que mais sofreu ao longo de todo esse processo, com o qual tem contribuído imensamente, a despeito do seu atual estado de saúde. Em momento nenhum tem deixado de responder aos pedidos e apelos de reafirmar os seus depoimentos.

Ao longo da história das torturas, várias passagens nos apontam para a invisibilidade das mulheres. As mais conhecidas foram as da Inquisição, portadoras de saber popular sobre a cura de doenças que ocorrem nas próprias mulheres, expropriado pelo saber médico. Consideradas bruxas, foram queimadas em público como exercício pedagógico para outras mulheres.

Durante a implantação do processo de industrialização, trabalhadoras têxteis foram mortas por terem feito greve para a diminuição da jornada de trabalho. O suplício do estupro não foi considerado crime nas duas Grandes Guerras Mundiais, na Guerra do Vietnã, na Bósnia, na Iugoslávia, no Afeganistão, no Iraque, no Brasil e, finalmente, nas resistências às ditaduras da América Latina. Se não desconstruirmos o discurso da tortura nomeando sexualmente os sujeitos torturados, permaneceremos no mesmo equívoco da unicidade do ser humano enquanto sujeito masculino. Reincide-se, assim, na mesma omissão histórica, quando se fala em direitos



humanos, sem dizer que são direitos de todas as pessoas humanas, homens e mulheres. Assim como há diferença entre a violência contra as mulheres e a violência conjugal, a perspectiva do uso de gênero desconstrói o senso comum de que é uma violência contra pessoas.

Senhoras e senhores, estou muito emocionada de estar aqui neste momento. Fiquei muito emocionada ao responder “presente”, quando foram lidos todos os nomes. Militei com quase 100% deles, os conheci. Estando novamente aqui como ministra de Estado do governo da primeira mulher presidente do Brasil, tenho a dizer, como disse outro dia em Brasília, quando a Jô também estava presente, que esse processo é a reafirmação de um caminho democrático, do caminho do resgate implacável da verdade dos anos da ditadura. Só com essa verdade é que reconstruiremos, revelaremos e reescreveremos a nossa história, ao nos unir para ouvir todas as memórias.

Quero dizer a todas as pessoas que fazem parte das diferentes comissões da verdade que, sem dúvida, o papel de vocês é exemplar, e está nas mãos de vocês a construção de relatórios exemplares para serem apresentados. A partir desses relatórios, não só a sociedade brasileira terá acesso à verdade, à história e à memória, mas será resgatado esse direito e será dado esse direito a toda a população brasileira. Será a partir desses relatórios que os destinos serão definidos, porque as comissões da verdade têm prazo a cumprir. A partir delas, será iniciado outro processo, e é esse outro processo que depende desses relatórios.

Quero também dizer aos senhores e senhoras das comissões da verdade, como ex-presa política, para além do orgulho que tenho de ter sido presa política, é muito, muito, muito sofrido fazer depoimentos sobre aquela época. É muito sofrido para cada uma e cada um de nós que vai depor. A cada hora que vamos depor, em cada comissão, é um reviver do sangue, do sofrimento, porque não vivemos a alegria de resgatar a história de pessoas que foram assassinadas, de companheiros e companheiras e da tortura que nos infligiram. É o sofrimento novamente, é uma tortura novamente, porque a tortura não sai de nós; a dor da tortura não sai de nenhuma e de nenhum de nós; só nos dá força para continuarmos a viver, para continuarmos a denunciar, a buscar cada vez mais caminhos de resgate, caminhos que dizem “vocês quiseram nos destruir, mas estamos aqui”, e força para ocuparmos esses cargos que não imaginávamos que ocuparíamos. E mais: que uma mulher, com a trajetória da presidenta Dilma, chegasse à Presidência da República.

Termino dizendo que resgatar a utopia assume o significado político de recuperar a nossa velha relação dialética entre opressão de classe, que, transnacionalizável, faz esquecer ela própria a presença e o agravamento de velhas e novas opressões locais de origem sexual, racial, étnica e de geração. O exercício de nossas perplexidades é fundamental para identificarmos os desafios que valem a pena ser respondidos.

Portanto, recuperar as experiências vividas no passado, em nível individual e coletivo, tem hoje o significado de contribuir para que, recuperando o pensamento de esquerda dialético, possamos enfrentar os desafios deste século, em que os conceitos e teorias estão todos fora do lugar, para que possamos partir de algum lugar com a habilidade desenvolvida no domínio prático ou teórico em que nos exercitamos. E, finalmente, para a construção de utopia é importante que abandonemos a posição de contemplação da degradação alheia como se ela não nos dissesse a respeito. Muito obrigada e um excelente trabalho para todos nós.

O presidente – Após a linda e profunda oração da nossa querida ministra, a Assembleia Legislativa manifesta seus agradecimentos aos integrantes da Mesa de abertura desde ciclo de debates. Faremos agora a recomposição da Mesa e, em seguida, passaremos ao painel Contexto do Golpe Militar de 64, sob a presidência do deputado Durval Ângelo.

O locutor – Gostaríamos de dar alguns avisos ao público que nos prestigia com a sua presença, bem como aos telespectadores da TV Assembleia, que nos acompanham neste momento. Informamos a todos que, além da programação regular do ciclo de debates, será realizada uma agenda de eventos culturais, que se iniciou hoje, com a abertura da exposição “1964-1985: A subversão do esquecimento”, exposição essa que muitos dos senhores já tiveram a oportunidade de participar, que acontece na Galeria de Arte da Assembleia e se encerra no dia 30 de abril. O horário de visitação é das 8 horas às 18h30min. Quem tiver interesse em visitas orientadas de grupos deve realizar o agendamento pelo telefone 2108-7800. Os outros eventos culturais acontecem a partir de amanhã, dia 1º de abril: lançamento de livros, amanhã, às 11h30min, no Salão de Chá da Assembleia, que fica logo à entrada do Plenário, neste mesmo andar; livro *e-book Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*, cujos organizadores são Emílio Peluso Neder Meyer e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, o qual estará conosco na Mesa, neste próximo painel; livro *Direitos humanos atual*, coordenadoras Flávia Piovesan e Inês Virgínia Prado Soares; sessão comentada do documentário *Na lei ou na marra: 1964 um combate antes do golpe*, também amanhã, às 17h30min, no Teatro da Assembleia, a ser feita por Antônio Ribeiro Romanelli, coordenador da Comissão Estadual da Verdade e ex-presidente das Ligas Camponesas de Minas Gerais, e que está conosco na Mesa de honra, e por Maria Eliza Linhares Borges, historiadora e pesquisadora da UFMG; e apresentação musical *O menestrel e o general*, também amanhã, às 13 horas, no Teatro da Assembleia, de que participam os músicos Rogério Leonel, Lígia Jacques, Clóvis Aguiar e Roniere Menezes.

## 2º Painel

### Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Vânia Bambilra, doutora em economia pela Universidade Nacional Autônoma do México – Unam; e os Exmos. Srs. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, doutor em direito pela UFMG; Theotônio dos Santos, doutor em economia pela UFMG e pela Universidade Federal Fluminense; e Antônio Ribeiro Romanelli. Com a palavra, o deputado Durval Ângelo.

### Palavras do Presidente

Bom dia a todos e a todas. Eu só gostaria de fazer um registro, na continuação deste ciclo de debates. Como todos os eventos da Assembleia Legislativa, este também foi construído a várias mãos. Há dois meses estamos nos reunindo com cerca de 50 entidades, que têm organizado diretamente cada atividade, e também com servidores da área institucional desta Casa, que têm contribuído de forma decisiva para o evento. Só que, por deliberação dessas entidades, juntamente com a Assembleia e a Comissão de Direitos Humanos, este ciclo faz parte de um conjunto maior de atividades que serão realizadas por ocasião dos 50 anos do golpe.



Eu já estava aqui quando da realização do ciclo sobre os 30 anos do golpe, depois no dos 40 e agora no dos 50. Durante o mês haverá uma exposição nesta Casa, com monitores para receber os alunos que desejarem visitá-la. As escolas já podem agendar a vinda durante todo o mês. Constará de músicas, filmes etc. e acontecerá no *hall* de entrada da Assembleia. Ademais, a exposição pode ser itinerante. Aliás, indaguei à ministra se ela não queria levá-la para o Planalto a fim de mostrar nacionalmente esse trabalho.

Além da exposição, teremos até dezembro um debate por mês relacionado ao golpe militar. Em abril o tema abordado será a questão indígena e o golpe, quando discutiremos as atrocidades cometidas contra os índios em Minas Gerais e também alguma coisa do *Relatório Figueiredo*; em maio discutiremos a primeira greve operária de Contagem; e assim sucessivamente – não me lembro de todas. Em agosto haverá um grande debate sobre a lei da anistia, terminando em dezembro com o debate sobre os direitos humanos e o AI-5.

Gostaríamos de fazer um convite para que, nesses debates mensais, todas as entidades nos ajudem na mobilização e que todos estejam presentes. Teremos também algumas publicações relacionadas com o golpe. Este debate fará parte, em junho, de um caderno de estudo da Assembleia Legislativa. Teremos uma revista sobre todas as intervenções que fizemos aqui e uma revista que apresentará o conjunto das atividades. Nós estamos fazendo um livro sobre as trilhas da democracia, com os 65 lugares que marcaram o golpe militar. Teremos fotos desses lugares na região metropolitana e no interior e o depoimento de um resistente, perseguido nesse período da ditadura. Vamos publicá-la em agosto. Também, juntamente com a Universidade Federal, publicaremos uma cartilha sobre a justiça de transição, e outros companheiros estarão lançando livros neste ano. A Assembleia Legislativa estará à disposição para fornecer informações sobre o golpe militar.

Vamos ter neste ano uma agenda permanente, abrigada num *site* da Assembleia Legislativa, sobre tudo que os movimentos estão fazendo. Várias entidades estão fazendo um tribunal popular sobre o golpe. Vamos ajudar a divulgar essas atividades.

A Comissão de Direitos Humanos, neste ano, estará permanentemente sintonizada com as questões do golpe. Nem que seja uma vez por mês, continuaremos nos reunindo. Acho que já vimos uma mudança hoje quando foi convidado para hastear a bandeira o Prof. Romanelli, esse combatente lutador pelas questões agrárias e pela causa da liberdade democrática. A sua coerência anima e entusiasma a nós todos. E tê-lo ali no Hall das Bandeiras, hasteando a bandeira do Mercosul, é um orgulho para o Poder Legislativo. Tivemos também a companheira Cristina Rodrigues, perseguida, lutadora contra a ditadura militar e pelas causas democráticas, hasteando a bandeira de Minas Gerais, e não um deputado, ficando claro para nós que a liberdade, ainda que tarde, teria que estar nas mãos de uma mulher, e de uma mulher que lutou contra a ditadura, como a companheira Cristina. E também para hastear a bandeira de Belo Horizonte, em vez de um deputado, prefeito ou vice, tivemos a companheira Ana Júlia, do Levante Popular, que vem fazendo um belo trabalho de resgate da memória em relação à ditadura, uma jovem que vem dizer bem claro “ditadura nunca mais”, que a juventude tem que saber disso e que a nossa memória não pode se perder em poeira. Temos esses três companheiros, juntamente com o presidente da Assembleia Legislativa, que hasteou a bandeira do Brasil, é um sinaliza o que vamos mostrar durante este ano na Comissão de Direitos Humanos, procurando avivar a memória do golpe.

Antes de passar a palavra aos palestrantes, passo-a ao Prof. Romanelli, companheiro que me ajudará a coordenar a Mesa. Quero deixar bem claro que esse trabalho é uma parceria. Diferentemente dos outros ciclos, ele será coordenado por deputados e por representantes da sociedade civil porque, para nós, a luta pela democracia tem que ser essa emergência da sociedade civil.

#### **Palavras do Sr. Antônio Ribeiro Romanelli**

Agradeço a oportunidade de estar aqui. A Comissão da Verdade, sob a nossa coordenação, está fazendo o possível para ser digna da confiança em nós depositada pela Assembleia Legislativa e pelo governador.

Faremos o possível para que a Comissão da Verdade possa cumprir os objetivos para os quais foi criada. Pessoalmente tenho uma satisfação maior pelo fato de estar reencontrando aqui dois grandes amigos do meu tempo de início de militância, bem antes do golpe, o Theotônio e a Vânia, que nos ajudaram muito e participaram das nossas caminhadas para organizar as Vilas Camponesas de Três Marias, fazendo viagens quase que semanais para aquele local a fim de fundarmos, como acabamos fundando, a primeira associação dos trabalhadores rurais de Minas Gerais. Naquele tempo não havia sindicatos rurais, isso era proibido; permitiam apenas a existência de sindicatos urbanos. Só depois que o João Goulart foi à presidência da República é que a existência de sindicatos rurais se tornou possível. Antes disso, vendo o exemplo e o trabalho do Julião, em Pernambuco, também fundamos aqui, e com a ajuda deles, as ligas camponesas. É uma grande satisfação ter a oportunidade de coordenar esta mesa, tendo como palestrantes meus grandes amigos: Theotônio, Vânia e Marcelo. Não sei a quem caberia a palavra em primeiro lugar: *ladies first*.

O presidente – Quero apenas dizer que a cartilha já foi editada. Não sabia que daria tempo para ser editada agora. Quero lembrar três leis de nossa autoria, oriundas da Comissão de Direitos Humanos: a Lei nº 19.488, que determina o pagamento de indenização à vítima de tortura praticada por agente público do Estado, da qual participou a maior parte das entidades presentes; a Lei nº 13.736, de nossa autoria, que concede anistia, pagamento de pensão e indenização aos deputados cassados, Clodesmith Riani, José Gomes Pimenta e Sinval de Oliveira Bambirra; e está em tramitação o Projeto de Lei nº 4.102/2013, que cria o Sistema Estadual de Prevenção de Tortura. Ele está na Comissão de Constituição e Justiça e foi reapresentado pela segunda vez, pois eu o apresentei há cinco anos com o objetivo de criação do mecanismo estadual. Estamos tendo muita dificuldade junto ao governo do Estado para a sua aprovação. O Projeto de Lei nº 4.102/2013, que cria o mecanismo estadual de prevenção à tortura, é uma determinação da Corte Americana de Direitos Humanos, mas ainda não existe em Minas Gerais; está em tramitação. Com a palavra, a Sra. Vânia Bambirra.

#### **Palavras da Sra. Vânia Bambirra**

Bom dia a todos. Para mim, é um tremendo prazer estar aqui com vocês e poder refletir, mais uma vez, sobre essa experiência pela qual passamos. Alguns me pediram para falar do contexto do golpe de 64, e queria logo dizer que ocorre no contexto de uma crise estrutural multifacética: econômica, política e cultural também.

Todos os jornais estão comentando esse período. No Rio de Janeiro, *O Globo* fez uma reportagem com atores e diretores, e a Fernanda Montenegro fez uma revelação que me deixou muito perplexa: ela estava fazendo uma peça teatral na época e,





constantemente, recebia um telefonema em que a pessoa dizia que ela receberia um tiro na cabeça em cena. Puxa, isso é algo muito chocante. Fico pensando no estado de espírito com que essa atriz entrava em cena todos os dias.

Essa crise de múltiplas faces ocorreu em quase todos os países da América Latina - naturalmente alguns se livraram, como foi o caso, por exemplo, do México, onde não houve golpe. O contexto em que ela ocorreu não só no Brasil, mas também nos vários países latino-americanos dá-se no ascenso do movimento popular e dos movimentos sociais, não só os que já existiam como também os novos que surgiram nesse período, quando vivemos greves operárias muito significativas e greves estudantis. Lembro-me de que o movimento estudantil, nessa época, era completamente diferente do que existe hoje; não há nenhuma comparação. Por exemplo, o movimento estudantil tinha a Aliança Operária Estudantil Camponesa, e a UNE liderava tudo isso. Mas era outra história; era algo vivo, dinâmico. A proposta daquele governo era muito avançada. Na época, lembro-me também de que existia a UNE Volante, uma UNE que ia a todos os estados da Federação apresentando seus filmes, sua dança, suas histórias. Era fantástica.

Nessa época, também surgiu, de maneira inédita, o movimento camponês, que até então nunca havia existido. Logo em seguida, ele realizou em Belo Horizonte em 1961, um fantástico movimento com camponeses provenientes de todas as partes, particularmente do Norte e do Nordeste, liderados por Francisco Julião, cuja palavra de ordem era “reforma agrária na lei ou na marra”. Enfim, desse congresso participaram o presidente da República, que foi lá cumprimentar os camponeses e, por certo, o governador de Minas, Magalhães Pinto. Até então, o campesinato sempre havia sido esquecido. Vargas não fez absolutamente nada por eles, e estavam também ausentes do programa de metas do Juscelino Kubitschek. Em suma, nenhum governo havia se lembrado de que existia campesinato no Brasil.

Agora, é muito interessante o fato de que a ação das ligas camponesas – e participei, como o Romanelli destacou – era fundamentalmente centrada na propriedade privada, na terra. Então, era importantíssimo haver advogados, pois, assim que surgiam os conflitos, entravam na Justiça, já que se sabia que, na Justiça, os processos corriam anos. Tínhamos o Romanelli, o Lins, levando o confronto naturalmente contra os latifundiários, que representam a classe mais conservadora e retrógrada de qualquer sociedade. O setor latifundiário é retrógrado.

Marx disse que, em relação aos interesses puros e ao desenvolvimento do capitalismo, o mais importante seria a nacionalização da propriedade da terra. O capital não necessitaria desembolsar seus recursos para a compra da terra. A terra já era propriedade do Estado, um bom começo para o investimento na produção.

Além do movimento camponês, surgiram novos movimentos relacionados com esse clima de radicalização existente. Eu me lembro de que a radicalização foi levada ao seio das Forças Armadas. Houve em Brasília o levante dos sargentos. Os professores da Universidade de Brasília moravam em um alojamento da Petrobras, e, certo dia, acordamos cedo, pela manhã, com tiros do levante dos sargentos. Depois veio a revolta dos marinheiros, que teve como líder o delator que entregou à repressão a mulher grávida dele. Foi comprado pela ditadura. É o famoso e sinistro Cabo Anselmo.

Essa crise era, na verdade, um terreno abonado, que punha na ordem do dia a luta pelas reformas de base: reformas urbana, universitária, bancária, agrária etc., inspiradas nas conquistas que a revolução cubana ia demonstrando na prática e que apontava como solução para as mazelas do capitalismo dependente o socialismo. Eu sou, e toda a minha geração é, um filho político da revolução cubana.

Agora perguntamos: que alternativa, odiável e própria, o sistema de dominação capitalista dependente possuía? É óbvio que o sistema de dominação buscava criar um novo ciclo de expansão capitalista, e, para implementar isso, seu objetivo era criar uma política neoliberal proposta pelo FMI, baseada num tripé de restrições: contenção de crédito à pequena burguesia, ao pequeno proprietário, arrocho salarial e redução do gasto fiscal e governamental, o que também estimulava o desemprego. Esse tripé, isto é, essa política, de salário, crédito e gasto fiscal, tinha como consequência fundamental a concentração, a monopolização e a centralização de capital, o que é incompatível com a democracia.

Nos mais importantes países da América Latina, por exemplo, México, Brasil e Argentina, havia ocorrido o fenômeno da “revolução democrática burguesa”, entre outras, cujo auge, sem dúvida nenhuma, foi o primeiro governo nacionalista de Getúlio Vargas, no Brasil, o governo de Lázaro Cárdenas, no México, e o governo de Perón, na Argentina. Qual é a origem da burguesia industrial? Com certeza ela é o produto de uma simbiose existente entre os proprietários de terra, além dos imigrantes europeus e dos filhos de seus filhos, e os setores agropecuários.

Eles vieram maciçamente, por exemplo, da Itália no final do século XIX e no começo do século XX e estavam vinculados, de uma ou de outra forma, ao setor primário exportador. O proletário industrial brasileiro crescente tem suas origens em dois troncos. Um deles é o camponês, que foi forçado a encarar cidades em razão da expansão e da especialização do setor exportador. Este começou a predominar nas grandes áreas da economia doméstica de subsistência. Além disso, o mesmo se deu com filhos de imigrantes. Então não é estranho que ambos, o setor camponês e o artesanal, tenham formado as origens do proletariado urbano brasileiro. Esta é uma fácil explicação para que fosse muito permeável, primeiro, a influência do anarquismo e, segundo, a origem pequeno burguês, pequena burguesa, que encontrou aí um terreno abonado para sua proliferação. Quer dizer, o proletariado urbano brasileiro é de origem camponesa ou artesanal, uma origem, portanto, tipicamente pequena burguesa. Não é para ninguém estranhar que ele é presa fácil, primeiro do anarquismo e, em seguida, do populismo.

Vargas, consagrado pelas massas, voltou ao poder em 1950. Ele ficou de 1950 a 1954 e, neste ano, suicida-se, deixando a Carta Testamento com seu filho político Jango. Ele cria, nesse segundo período, o monopólio estatal do petróleo, da sua prospecção e da sua extração, deixando a distribuição e a comercialização, setores mais lucrativos, nas mãos do capital privado estrangeiro. Na prática, ele estava implementando uma política anti-imperialista. As agitações de massa promovidas por seu herdeiro político Jango, em uma época em que, na América Latina, proliferavam esses apelidos – Jango, Evita e todos aqueles líderes que fizeram sua revolução que fracassou -, provocaram naturalmente a reação dos círculos militares no Brasil. Jango precisou ser, portanto, demitido pelo presidente Vargas. Eu era pequenininha, mas me lembro de que o imperialismo instrumentou uma campanha contra a corrupção no governo.

Lembro-me perfeitamente, como se fosse hoje, de que falavam em um mar de lama. Esta era uma expressão típica para qualificar o governo Jango, que assumiu, portanto, uma caráter golpista.

Carlos Lacerda, que os chargistas apelidavam de corvo sinistrão, vivia da oposição a Vargas. Com o suicídio do Vargas, ele precisou fugir para os Estados Unidos. Aliás, foi instalada uma comissão de investigação nas dependências da Força Aérea. Só sobraram o presidente e o apoio das massas. Como Vargas, um latifundiário de fato, um sujeito de classe dominante de coração, lideraria um movimento popular?

Essa é a pergunta. Como ele não tinha condições de fazer isso, suicidou-se e deixou uma carta-testamento nas mãos do seu herdeiro político, que era o Jango. Nessa carta-testamento, ele denunciava o complô da oligarquia com o imperialismo. Digo oligarquia no sentido amplo, da qual fazem parte as classes dominantes. Todos se metiam nesse conceito de oligarquia e imperialismo. Ele entrega esse movimento popular nas mãos do seu herdeiro político. Um trecho da sua carta diz o seguinte: “Sigo o destino que me impõem. Depois de anos de dominação e saques pelos grupos econômicos e financeiros internacionais, tornei-me um chefe de uma revolução incontida. Iniciei uma obra de libertação e instituí um regime de liberdade social. Fui obrigado a renunciar”. Ele deixou esse instrumento político nas mãos do Jango.

Essa carta, sem nenhuma dúvida, representou uma radicalização do populismo. E todos os historiadores concordam com isso. O impacto disso foi avassalador, pois as massas se atiraram nas ruas. Nas eleições de 1955, ainda veio a vitória do esquema criado por Vargas. Foi eleito o JK, que foi o candidato do PDS. O Vargas havia criado o PTB, que era o partido popular, e o PSD, que era o partido tranquilo, para garantir o apoio popular. O JK tinha o apoio de quem? Do Jango. O Lacerda voltou dos Estados Unidos, e iniciou-se uma forte agitação contra a posse do JK e do Jango. O Marechal Teixeira Lotti, que era o Ministro da Guerra, tentou conter isso com uma intervenção militar, para garantir a posse do Jango e do Juscelino.

O governo Kubitschek foi o primeiro passo atrás. Logo que JK assumiu, usou a chamada Instrução nº 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito – Sumoc –, que tinha sido elaborada no governo Carlos Luz, a qual concedia todas as facilidades do mundo ao capital estrangeiro, como isenção de impostos nas vendas durante um ano e facilidades em terrenos e créditos. O capital estrangeiro era muito chamado. “Venham, venham, que o terreno está desbloqueado para vocês.” Mas a crise econômica era por demais profunda. A inflação chegava ao maior nível histórico. A expressão usada na época era inflação galopante, quando já estava perto dos 100%. Às vésperas do golpe, ela já estava a 80%, querendo ultrapassar isso e dar a volta nos 100%.

A burguesia e o imperialismo precisavam de um clima de tranquilidade e sobretudo de segurança, o que não poderia ser proporcionado pelo filho político do Vargas. Ocorreu então o que disse no início, o movimento popular, que foi o primeiro item que destaquei. Foi formada a Frente Parlamentar Nacionalista, que passou a pressionar o governo para fazer as reformas de base, como eram chamadas.

Nas Forças Armadas surgem o Comando Nacional dos Sargentos e o Comando dos Militares Nacionalistas, de onde emerge a Revolução dos Marinheiros, que teve como líder o sinistro Cabo Anselmo. Radicalizou-se o anti-imperialismo e a crítica aos partidos comunistas, que compunham uma grande frente nacional, na qual a classe operária ia disputar a hegemonia. O triunfo da revolução cubana continua influenciando tudo. Era a grande vitrine. Mostrava que o socialismo na América Latina não era só viável, mas possível.

A revolução cubana colocava a alternativa socialista na ordem do dia. Um exemplo disso é o surgimento de uma esquerda marxista. Primeiro, foi a Organização Revolucionária Marxista, entre aspas, “política operária”, que pretendia criar as bases para a formação de um partido revolucionário. Em seguida, surge o Movimento Radical Tiradentes, que era um movimento das ligas camponesas, que o Julião criou. Por sua vez, esse movimento influenciou os jovens cristãos de esquerda, que formaram a Ação Popular – AP –, cujo líder maior era o Betinho, mas, por incrível que pareça, também tinha o José Serra, hoje Serra, que naquela época passou a ter uma orientação maoista. Vejam só que coisa esquisita. Radicalizou-se também o movimento dos favelados, dos marginais, como se chamava naquela época, dos moradores de favelas. Em Belo Horizonte, o Pe. Lage, lembro-me como se fosse hoje, que era pároco da Igreja da Floresta, liderava a toma dos terrenos, assim como Brizola liderava, do Rio Grande do Sul para cima, o Grupo dos Onze. Brizola tinha um prestígio nacional muito grande, porque, em 1961, ele se levantou junto com Mário Borges, de Goiás, e questionou um golpe militar, um golpe de estado a que já estava acostumado. Os milicos já tinham tomado posse do governo. Ele questionou, e os caras tiveram que renunciar. Aí, veio a solução de um plebiscito, Jango assumiu e fez uma votação para que pudesse recuperar os poderes originais de presidente. O ano de 1964 foi chamado pelos ideólogos mais lúcidos como uma contrarrevolução preventiva. E era mesmo, não deixava de ser uma contrarrevolução preventiva. Só que não se tratava de uma revolução no sentido de uma transformação revolucionária da sociedade. A antessala dessa contrarrevolução preventiva foi a marcha da família com Deus e pela propriedade. Por uma ironia muito trágica da história, no dia 1º de abril, que é o dia da mentira, foi consumada a revolução libertadora. Olha que título pomposo. Começa então um outro capítulo da mesma história de dependência e exploração, sem dúvida o mais obscuro e sinistro da história do Brasil. Assim, na América Latina, o Brasil torna-se o precursor de uma nova política. As Forças Armadas, como instituição, assumem a gestão do estado.

Em interesse de que classes foi concebida a política da ditadura? Podemos perguntar. Em interesse da grande burguesia industrial, financeira e comercial integrada aos sócios maiores que constituíam a grande burguesia monopólica, o grande capital estrangeiro. Os interesses das velhas oligarquias foram mantidos, porque simplesmente se concedeu a elas o direito de continuar exercendo o poder monopólico da propriedade da terra. Como base de dominação, essa oligarquia rural tinha a propriedade da terra.

O Estatuto da Terra, de autoria de Roberto Campos, e o Cadastro Rural foram elaborados em 1964. O Estatuto da Terra tinha um caráter modernizador, progressista. Quando discutíamos reforma agrária na Câmara dos Deputados, buscávamos inspiração no Estatuto da Terra. Era progressista porque tinha o objetivo de obrigar o latifúndio a ter um caráter mais produtivo. É importante destacar que a grande burguesia nunca delegou completamente a implementação de seus interesses aos militares. Ela participou direta ou indiretamente da execução das políticas econômicas – lá havia sempre um burguês de carteirinha, com sua gravatinha – e das políticas externas. O burguês determinava: “Não delegue isso aos milicos”.



O que estamos fazendo agora é uma reflexão sobre o golpe civil-militar, porque não foi apenas um golpe militar. Quando uma cidade dorme com um governo e amanhece com outro, quando, tecnicamente, no outro dia há um novo governo, fica caracterizado um golpe militar. Tecnicamente, a revolução russa – insisto nisso – foi um golpe militar. A população dormiu com um governo, mas despertou com outro. Dormiu com um governo, mas acordou com os bolcheviques no poder.

Aqui não teríamos tempo para falar - são temas muito complexos – sobre coisas como a fascistização do Estado brasileiro, a chamada descompressão controlada, que foi bolada por um ideólogo entre aspas “de esquerda”, o Wanderley Guilherme dos Santos, os novos grupos contestatários que surgiram nas guerrilhas urbanas e nas guerrilhas rurais. Esse período foi muito longo, durou quase duas décadas de arbítrio, repressão, tortura e exílio.

Enfim, isso fica colocado para que tenhamos a oportunidade de pensar. O que fizemos? Onde estávamos? Como foi? Por que tudo isso aconteceu? Muitíssimo obrigada.

#### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O presidente – A presidência esclarece que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, além de outras enviadas pelo formulário do Participe Agora, disponível pela internet no Portal da Assembleia Legislativa.

Lembro que estamos transmitindo ao vivo pela internet, por TV por assinatura e por canal aberto para mais de 500 municípios mineiros. Para melhor organizarmos o debate, os participantes podem encaminhar as perguntas por escrito, em formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer intervenções oralmente devem especificar no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia, [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), e clicar sobre o botão Participe Agora.

Com alegria, dando continuação ao painel Contexto do Golpe Militar de 1964, com a palavra o Sr. Theotonio dos Santos.

#### **Palavras do Sr. Theotonio dos Santos**

Bom dia! Para mim é extremamente emocionante estar aqui, retomando velhas lutas que tivemos no Estado. Em particular, emociona-me a presença do Romanelli, que foi companheiro de luta nesse período tão significativo, tão importante porque, afinal, o movimento camponês brasileiro esteve por anos submetido a condições terríveis de isolamento. Realmente, no final da década de 1950 e no começo da década de 1960, ele renasce como uma grande força. Em nosso estado, particularmente, havia extremas limitações para esse avanços, mas, com o intenso trabalho dirigido pelo Romanelli, conseguimos realmente levantar um significativo movimento camponês.

Antes mesmo do golpe, esse movimento sofreu brutal repressão, sobretudo no Vale do Rio Doce. Parece-me que isso está num documentário em produção, em que se mostra realmente a brutal violência da uma classe social difícil de ser definida, parecem mais senhores feudais. Eles estavam mais ligados ao mundo capitalista, é verdade, mas mantinham formas de repressão e de domínio do campesinato extremamente brutais porque tinham o monopólio da terra. Temos pouca clareza sobre o que realmente significa um instrumento de produção tão fabuloso como a terra nas mãos de pequenas minorias que exploravam intensamente trabalhadores ou aqueles que pudessem acessar e trabalhar a terra, sempre sob domínio desse pequeno grupo que conseguiu concentrar uma riqueza colossal, é verdade, mas sempre num contexto de uma economia bastante precária.

Por isso, no caso brasileiro, vimos que, desde o começo da dominação portuguesa em nossa região, a terra foi dividida entre esses senhores que vinham de Portugal para cá a fim de assumir totalmente o domínio e a propriedade da terra. Essa gente continuou no poder e manteve o sistema escravista como instrumento fundamental para explorar a terra. Com o fim do escravismo, buscaram outras formas de exploração extremamente intensas.

Por isso o campesinato foi um movimento de grande transformação do País. Quero acentuar isso, porque o seu efeito não se verificou somente do ponto de vista social e humano, tendo em vista que a maior parte da nossa população vivia em condições de vida extremamente miseráveis. Também significou um limite para a expansão do capitalismo brasileiro, pois essa população não constituía um mercado. Éramos e ainda somos uma população muito grande, mas o nosso mercado é pequeno, pois é um mercado de miseráveis. Isso é estranho, pois, como sabemos, as nossas políticas econômicas estão inspiradas na ideia de que precisamos conter a demanda, quer dizer, de que há excesso de demanda no País. Demanda significa pessoas com dinheiro para comprar, não significa necessidade, que é colossal. Mas os que têm necessidade não possuem instrumentos para comprar o que é produzido pelo sistema capitalista.

A nossa burguesia, desde o começo de toda a sua história e, sobretudo, no momento crucial da base do golpe de 1964, revelou impotência, falta de visão e de decisão para criar condições para a sua própria expansão, ficando limitada nos anos posteriores.

Há uma literatura econômica que destaca muito o período em que a ditadura militar conseguiu certo desenvolvimento econômico. Esse período foi muito curto: de 1967 a 1974. Daí em diante, o crescimento parou e a crise voltou. Crescemos muito abaixo do período do auge populista, que a Vânia acabou de nos mostrar. No governo Vargas, a expansão do movimento popular foi muito ampla, até com intervenção no setor urbano de ampliação da demanda urbana, por meio da criação do salário mínimo. O salário mínimo foi criado no contexto dessas lutas sociais, quando poderia interessar a certo setor da burguesia a ampliação do salário, a fim de se aumentar o número de consumidores dos seus produtos, já que ela não exportava produto industrial, mas agrário. Para haver consumo de produto industrial, tinha de haver pessoas com recurso aqui dentro.

O populismo de Vargas abriu caminho para a expansão do mercado interno. O Brasil foi um dos países que mais cresceu no mundo entre 1920 e 1950. Costumam dizer que foi um período de fracasso econômico, mas, ao contrário, fracasso econômico foi o deles. Pior ainda, esse fracasso econômico consolidou-se no período posterior à ditadura, porque a ditadura condicionou a abertura e teve apoio muito grande para que fosse feita em um contexto limitado de transformação, em que se asseguraram os interesses econômicos desse pequeno grupo.

Após a Segunda Guerra Mundial, foram feitas reformas agrárias radicais na Ásia. O Japão, por exemplo, fez reforma agrária até com o apoio dos norte-americanos, porque os americanos que ocupavam o país naquele momento tinham como inimigo principal a antiga oligarquia japonesa, os proprietários de terra. Mas a grande reforma agrária ocorreu na China. A vitória da revolução chinesa,



do Exército Vermelho consagrou essa reforma. As forças armadas foram um fator de apoio e contribuíram para a reforma agrária radical, profunda. Depois a Coreia do Norte fez uma reforma agrária muito radical, bem como a Coreia do Sul, para sustentar-se politicamente com o apoio norte-americano, após fracassar na guerra terrível que dividiu a Coreia. No Vietnã foi realizada uma reforma agrária extremamente radical, que triunfou.

O que se fala sobre o mundo atual nas discussões a respeito de economia? O mundo atual está passando por uma reestruturação profunda na economia mundial, e a base de desenvolvimento do mundo atual é a Ásia, onde a reforma agrária foi extremamente profunda. A liderança desse processo foi assumida por alguns países capitalistas, e, em outros, foram os movimentos políticos com propostas de transformação socialista que assumiram essa liderança, com economia estatal extremamente avançada também.

Hoje o Brasil está sofrendo as consequências da não realização de uma reforma agrária satisfatória. Temos uma agroindústria muito célebre no País, que está aguentando a economia brasileira. Nosso país tem uma das maiores extensões de terras cultiváveis do mundo, mas esse setor não assegurou nem assegura ao nosso país condições de desenvolvimento econômico e expansão, porque estruturou sua organização em torno de um campesinato de assalariados agrícolas que, nos anos 1970, assumiu o nome de boia-fria, porque são camponeses que vêm trabalhar, vão embora e não constituem um grande mercado interno para o desenvolvimento do País. Portanto, é impossível que nossa economia se consolide realmente, sejamos capitalistas ou socialistas, para darmos ao nosso país, ao nosso povo algum caminho de expansão, de condições de vida para o conjunto da população.

Nessa história é muito impressionante que, por trás dessa violência, dessa coisa trágica, como mencionado pela nossa ministra, há a força subjetiva de como isso vive na alma humana, de como isso vive dentro de nós, de sermos entregues a essa violência, de estarmos dominados por essa violência, impotentes diante dela, tendo um Estado que é inimigo do nosso povo. Por quê? Não se trata simplesmente de uma questão de malvados, mas da opção econômica de uma classe cuja sobrevivência depende desse instrumento brutal de repressão. Esse é o ponto crucial. Infelizmente, eles ainda condicionam nossa política econômica muito seriamente. Aliás, conseguiram criar uma coisa chamada banco central independente, que decide a vida econômica de nosso país, independentemente de quem seja governo. Ademais, defendem para a nossa população que essa é uma grande conquista e que as políticas econômicas devem ser dirigidas por quem não foi eleito, têm de ficar fora do domínio do Estado, do domínio da política, que é outro grande inimigo. Mas a política é o povo, não são os políticos, mas o povo. Na medida em que os políticos têm a capacidade de controlar as situações ainda com o apoio de todo esse sistema de poder, realmente o povo não exerce seu poder político. Por isso ele tem na política um inimigo e joga para os políticos a responsabilidade por sua derrota. O cidadão fica sem saída. Se não se pode ter saída política, qual será a saída?

Se você mantém o sistema nas mãos dos que não são políticos, isto é, dos economicamente poderosos, como vamos tirar-lhes o poder e exercer um poder a serviço do nosso povo? Esse quadro infelizmente ainda não foi totalmente rompido. Houve grandes avanços políticos – é verdade – porque a democracia nos ajuda a reconstruir uma base democrática, ajuda-nos a avançar politicamente, mas ainda precisamos de muito tempo, de muita organização, de muita consciência e de muita capacidade política para criar as condições a fim de resolver os grandes problemas da nossa população.

Poderíamos dizer que os quadros militares que estiveram à frente do golpe não representavam a maioria dos nossos militares. Tiveram de expulsar das Forças Armadas mais de 6 mil militares, entre oficiais e outros. Eles não eram maioria, mas tinham controle da situação, porque havia os quadros da direção, que se formaram sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial. E – vejam vocês – passaram a ser sócios dos americanos, dos interesses econômicos mais fortes que atuavam no País. Tomemos o exemplo do Golbery, o grande articulador do golpe de 1964. Ele organiza o Ipes, sendo seu presidente. E quem participava do Ipes eram as grandes corporações multinacionais e algumas nacionais. Foram eles que organizaram o golpe. Muitos pensam que ele era o presidente porque ele era também o chefe da Escola Superior de Guerra no Brasil. Não. Ele era presidente do Ipes porque era o presidente da Dow Chemical, poderosa empresa da família Rockefeller, que, por sinal, também tinha como empregado o Geisel e vários outros dirigentes militares. Não pensemos que estamos trabalhando sobre um campo de pessoas que pensam assim; não, estamos diante de interesses econômicos organizados, com apoio das forças armadas, no caso, as forças armadas americanas que aqui estiveram, mas falta-nos clareza sobre esse aspecto.

O golpe começou aqui, em Minas. Criou-se um governo, em Minas, apoiado pelos norte-americanos, pronto para ser reconhecido como governo do Brasil. As tropas americanas – hoje já é superconhecida a operação naval americana nas nossas costas – entrariam pelo Vale do Rio Doce para apoiar o Estado Nacional, o governo que representaria o Brasil para os norte-americanos e seus aliados. Magalhães Pinto – homem liberal – foi um dos que apoiou a luta contra a ditadura, nos anos 1940. Era membro da UDN – União Democrática Nacional –, conspiradora do golpe militar, por anos e anos, em nome da democracia. E há as pretensas figuras que, de alguma forma, defendiam um estado de desenvolvimento econômico para o País, mas sempre nas mãos e de acordo com os interesses do grande capital internacional, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial – todo um aparelho de organização da economia mundial, que se criou após a Segunda Guerra Mundial.

Magalhães Pinto representa exatamente isto: um banqueiro importantíssimo no Brasil, cujo banco, depois, vai quebrar no período do governo Fernando Henrique. E vocês sabem muito bem que havia graves problemas porque, nesse banco, existiam 2 mil contas falsas para remunerar seus proprietários, seus acionistas.

Esse banco recebeu a ajuda do Estado, reestruturou-se e foi vendido para o Unibanco ainda no governo Fernando Henrique. Tudo isso é muito interessante, porque a presidente do banco era nora do Fernando Henrique, casada com seu filho Henriquinho.

Como vocês veem, a oligarquia vai se reproduzindo. Esses interesses estão articulados entre si. Estão reconstruindo a todo momento os instrumentos de poder. O que estamos vivendo agora é um momento muito decisivo, porque conseguimos manter esse processo democrático, obtivemos avanços políticos significativos, mas há todo um trabalho para tentar desestruturar esse avanço democrático que conquistamos nesse período. E não foi só no Brasil, pois esse avanço democrático se estendeu a toda a região. Trabalhamos essa questão muitas vezes, até na época, mostrando como o próprio governo americano entrou em choque com a base militar que eles tiveram aqui, porque ela não serviu exatamente ao que queriam. A situação chegou a um ponto em que eles perderam o controle de alguns, não tanto do Brasil, mas ficaram com medo aqui porque fizeram uma eleição entre os militares e a ala deles perdeu. Tiveram

de impedir que o presidente fosse o designado pelos militares, porque ele apoiava de certa maneira o processo peruano, quando na época um grupo de militares no Peru adotou uma perspectiva completamente diferente da pró-imperialista no Brasil e em outras partes. Eles começaram a repensar o problema militar e a se distanciar desse processo, etc. Essa foi uma luta dos anos 1970, sobretudo, que ajudou na abertura dos anos 1980 no Brasil, etc.

Nesse contexto, eles esperavam ter o controle da abertura democrática e o tiveram de certa forma. Pensem bem: seria possível que alguém pensasse em colocar na presidência da República – para fazer essa abertura democrática – o presidente do partido da ditadura? Todo mundo ia dizer que não seria possível. Mas foi – o Sr. Sarney era o presidente do PDS, o partido da ditadura. Aí o grupo dividiu o partido da ditadura e se aliou, então, à abertura, colocando-o na vice-presidência, confiando talvez na idade do Tancredo e na possibilidade de que o processo ficasse na mão desse setor, que veio da UDN. Sarney era da UDN – União Democrática Nacional –, o velho partido dos nossos liberais.

Não dá para irmos muito mais longe aqui. Mas, em resumo, quais são as condições da criação do golpe de estado e do regime que se produziria? Não são condições só brasileiras, elas envolvem o conjunto do mundo pós-guerra. E nós continuamos sob um forte domínio de forças reacionárias, que não permitiram nem aos setores mais progressistas da classe dominante criar uma economia que nos levasse realmente a uma transformação social maior, a uma sociedade de mais igualdade.

Nada! Apesar disso, eles não conseguiram controlar completamente a situação e tiveram que ir abrindo, como forma de resolver as dificuldades que esse domínio gerou, de cima para baixo. O resultado é que eles vão sendo obrigados a aceitar essa abertura, que vai escapando do controle deles. Este é o problema: está escapando do controle. Eles ainda controlam, mas têm medo de perder o controle, porque o povo brasileiro não dá demonstração de que está a favor das suas propostas econômicas.

Há uma situação política de difícil controle, que não ocorre apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. Na verdade, o grande capital, os contextos e interesses norte-americanos resolvem entrar numa tentativa de desestabilização sistemática de toda a região, porque os governos que estão se constituindo estão sob pressão popular muito forte e não têm os mecanismos de repressão para conter essa pressão popular. Esse é o ambiente que criou o golpe; é o mesmo ambiente que leva as forças do grande capital a pensar na necessidade de recorrer, outra vez, à força. Os militares foram o instrumento. Serão sempre eles? Não, não precisa ser diretamente através de um governo militar. Há outras formas, evidentemente fascistas, que tiveram muito êxito nos anos 1930 e 1940. Também formas capitalistas democráticas que podem, através dos meios de comunicação, paralisar os movimentos sociais. Esse é o grande problema que temos no momento.

Como vimos, os militares não são inocentes, não fizeram isso por razões de valores. A única ideologia que tiveram nessa época foi a ideologia da direita. O Julião contava sempre uma história de um camponês de Pernambuco. Chegavam para ele e pediam para ter cuidado com os comunistas. O camponês perguntava o que era comunismo e recebia como resposta que o comunismo era um regime em que você não manda nada, que as suas filhas são tomadas pelos comunistas, que você não tem poder, que você não vale nada. O camponês dizia: “Mas, doutor, então nós já estamos no comunismo”.

O que é ser anticomunista? Essa violência está de volta à sociedade, porque existem várias formas de poder: as diretas e as intermediárias, dos setores mais baixos, até chegar à vida de cada um. É uma estrutura de poder. Se pensarmos bem, veremos que devemos ter muita consciência de que as condições que favoreceram o golpe estão debilitadas historicamente, porque estamos num momento de busca e ascensão das forças populares no mundo. Mas, se não levamos essa luta até às últimas consequências, teremos que esperar a outra consequência, que é a vitória do outro lado, outra vez. Por isso, nunca mais. Os torturadores, nunca mais. Os donos do nosso país, do nosso povo, nunca mais. Nunca mais essas brutais estruturas de exploração do nosso povo. Nunca mais a ditadura. E, sim, o povo brasileiro realmente exercendo seu poder e dirigindo sua vida. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Prof. Theotônio. Dando sequência, passo a palavra ao Prof. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira.

#### **Palavras do Sr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira**

Bom dia a todas e a todos. Quero agradecer ao presidente Dinis Pinheiro e ao deputado Durval Ângelo; ao Prof. Romanelli; ao deputado Paulo Lamac e à sua equipe; ao nosso aluno e amigo Caio; ao Grupo de Estudos de Justiça de Transição e Constitucionalismo Democrático da América Latina; ao Prof. Emílio, da UFMG; à Telma; ao Lucas, ao Samuel, enfim. Agradeço também pela oportunidade de participar de uma mesa ao lado da Profa. Vânia Bambilra e do Prof. Theotônio dos Santos, que são dois grandes pensadores. É uma grande honra e uma imensa oportunidade, sobretudo para o diálogo e para a possibilidade de aprendizagem.

Como a Profa. Vânia Bambilra chamou a atenção, o tema deste painel é o contexto do golpe civil-militar de 1964. Essa questão acerca do contexto na verdade passa por uma profunda discussão ou, mais ainda, por uma disputa narrativa, uma discussão historiográfica sobre os sentidos do golpe de 1964. Muitas vezes os historiadores se perguntam: por que o golpe? O que explicaria o golpe? Por que, num primeiro momento, ele teria sido vitorioso?

Essas narrativas historiográficas ou, se quiserem, essa disputa ou essa discussão acerca da história são constitutivas de uma narrativa mais ampla. De alguma forma essa discussão constitui a nossa identidade política, a nossa identidade cultural e também a nossa identidade constitucional. Essa discussão historiográfica é perpassada por uma tensão entre memória e história, que é própria de todo trabalho de reconstrução historiográfica, sobretudo em se tratando de um estudo sobre história contemporânea em que, é claro, nosso olhar retrospectivo sobre esse período é filtrado, é mediado, é perpassado pelos 50 anos posteriores, por toda uma trajetória, por toda uma vivência, por toda uma experiência histórica que, se, por um lado, dificulta ou até impossibilita um resgate total daquele contexto, por outro lado enriquece o sentido, a nossa visão a respeito justamente daquele contexto.

O tempo da memória é, sobretudo, para usar uma expressão do Fernand Braudel, da Escola dos Annales, o tempo da curta duração em que a individualização das ações e a responsabilidade individual pelos eventos guarda uma certa imediatidade. Aqui, por exemplo, em se tratando da discussão específica sobre o contexto do golpe, vamos discutir o papel individual de diversos atores, a começar pelo próprio presidente João Goulart e passando por Leonel Brizola, Tancredo Neves, San Tiago Dantas, os generais Amaury Kruehl, Olímpio Mourão Filho e Castelo Branco, Carlos Lacerda, o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, o governador

Magalhães Pinto, Miguel Arraes e o então candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek. Na verdade, vai-se discutir exatamente como ações e atuações isoladas e articuladas – ou desarticuladas – entre esses diversos atores construiriam uma malha a que se poderia chamar, até certo ponto, de processo histórico, todavia no nível da curta duração e da imediatidade.

A questão é que essa é uma velha discussão. O Prof. Jorge Ferreira, em um texto sobre o contexto do golpe de 64, em um livro que ele organizou com a Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado, *O Brasil Republicano*, 3º volume, dirá que, até hoje, não existe uma solução ou consenso entre os historiadores, no que se refere exatamente à visão de uma história contada a partir da atuação dos indivíduos ou das conjunturas e das estruturas. Aqui, valeria a pena, sobretudo na análise de toda uma atuação política, que muitas vezes se individualiza no nível do testemunho e da rememoração, citar a velha passagem de um dos textos mais brilhantes de um pensador que, do meu ponto de vista, é insuperável até hoje: “Os homens fazem história, mas não a fazem como querem”. Essa é uma passagem famosa do texto *O 18 de Brumário*, de Luís Bonaparte, escrito por Karl Marx.

Passamos aqui para o tempo da chamada média duração, das conjunturas, das estruturas, no qual se vai discutir, do ponto de vista do golpe, quais seriam os movimentos políticos e sociais, as organizações, a dinâmica da economia da sociedade. Esse é justamente o tempo das estatísticas, da análise da inflação galopante, de um certo recuo do crescimento econômico que havia acontecido sobretudo ao longo dos anos 1950. Esse é o momento em que se analisa, por exemplo, a influência da Guerra Fria sobre o contexto brasileiro; o sentido simbólico da revolução cubana; a atuação, para além da ação individual, de certos atores e dos partidos políticos: o PTB, que alcançará um crescimento eleitoral cada vez maior nesse período, a UDN, o PSD, enfim, uma série de outros partidos políticos que, de alguma forma, estão como satélites ou na periferia desses movimentos; as formas de organização social tanto do capital e das grandes empresas, como do grande operariado; a atuação das multinacionais; o risco das nacionalizações; os institutos, como o Ipes, a Escola Superior de Guerra, o Ibad, que recebia dinheiro da CIA e da Secretaria de Estado Norte-Americana, que até financiou a eleição de uma série de parlamentares em 1962.

Ao tempo da longa duração, mais uma vez usando uma expressão do Braudel, aqui se vai discutir sobretudo a democracia ou o populismo? O populismo em ascensão ou em colapso? O subdesenvolvimento ou a sociedade e a economia em desenvolvimento? Os modelos de desenvolvimento econômico e as estruturas de poder, como a estrutura agrária? Enfim, são todas aquelas formas de organização social de longo prazo e de longa duração que irão conformar, condicionar e determinar, na visão de alguns autores influenciados por uma visão mais estruturalista, a atuação daqueles diversos agentes políticos e sociais.

Ao longo de toda essa discussão, do ponto de vista da historiografia, o que existiu foi uma profunda disputa na narrativa histórica, em termos de nacionalidade, brasilidade, identidade cultural, social e jurídico-constitucional. É possível lembrar os vários textos clássicos, desde as análises sobre o colapso do populismo, de Octávio Ianni, ou, por exemplo, a análise sobre o golpe, um clássico de Dreyfus sobre a conquista do estado, bem como as reflexões bastante deterministas de democracia e autoritarismo, numa perspectiva econômica de Fernando Henrique Cardoso. Igualmente importante foi a virada interpretativa na história do populismo com Francisco Weffort, até que finalmente ocorreu uma renovação historiográfica sobre o período.

Existiram muitos autores importantes, como a Profa. Angelina Figueiredo, o Jorge Ferreira, o Daniel Aarão Reis e a Maria Célia de Araújo, bem como reflexões extremamente importantes no que diz respeito à crítica de construção de certas narrativas, sobretudo quanto ao balanço acerca da experiência democrática de 1945 a 1964 em relação ao populismo. Esses autores vão criticar essa perspectiva, como é o caso do Prof. Wanderley Guilherme dos Santos.

Falar de um período de agosto de 1961 a março, abril de 1964 significa que qualquer data ou evento eram verdadeiras pontas de *iceberg*, uma expressão a que Alfredo Bosi se referia quando falava de outras datas como 1808, 1822, 1492, 1500 e 1930. Esses eventos, essas datas formam verdadeiras constelações ou imagens dialéticas, usando uma expressão muito cara a Walter Benjamin.

A minha perspectiva é uma abordagem sobretudo de alguém que tem uma formação em direito constitucional, uma formação constitucionalista, mas que se filia à tradição do chamado marxismo ocidental da Teoria Crítica da Sociedade da Escola de Frankfurt. A minha chave de leitura é sobretudo constitucional. Entretanto, aqui a Constituição não é vista, como na tradição liberal, tão somente como um documento escrito a partir do qual são plasmadas determinadas regras, sejam elas de competência ou de organização do Estado, e reconhecidos determinados direitos fundamentais. A Constituição é sobretudo uma relação tensa na história entre direito e política, entre direito conservador e direito emancipatório, entre política conservadora e política emancipatória. A Constituição não é apenas um documento escrito, como eu dizia, na sua dimensão formal. Ela pode ser vista, sobretudo, em um contexto de uma sociedade democrática em construção, como também de uma garantia.

Quero usar uma expressão de um grande jurista da Escola de Frankfurt, o Franz Neumann, que, além de um pensador do direito na tradição do marxismo, foi um grande advogado trabalhista e sindicalista durante a República de Weimar. Ele diz que a Constituição é um compromisso, uma promessa mútua e tensa que se manifesta na história entre as diversas forças políticas e sociais. Esse período de 1945, 1946 a 1964 e um pouco mais adiante, sobretudo a partir da renúncia do Jânio Quadros, em agosto de 1961, é marcado por uma profunda disputa em torno da Constituição de 1946 ou do seu significado. Até que ponto poderiam falar propriamente da manutenção de um compromisso entre essas diversas forças político-sociais?

Sabemos que, logo após a renúncia de Jânio Quadros, a direita se organizará - e justamente a Profa. Vânia Bambirra chamou a atenção para isso - contrariamente à posse do vice-presidente da República na presidência. João Goulart estava em uma viagem oficial à República Popular da China, negociando pelo Brasil uma série de acordos comerciais. É preciso lembrar que, na estrutura constitucional de 1946, a eleição não se fazia por chapas. O presidente Jânio Quadros concorreu à presidência da República, tendo Milton Campos como candidato a vice-presidente, enquanto João Goulart era o candidato a vice-presidente na candidatura do Marechal Henrique Lott. Jânio Quadros teve como vice eleito alguém que, na verdade, não era seu companheiro, digamos assim, de campanha. Ambos foram eleitos com uma quantidade imensa de votos. Isso significa, em outras palavras, que, por ser a eleição desvinculada, havia a possibilidade de se votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra, que o vice-presidente estaria totalmente legitimado, do ponto de vista democrático. Aliás, ele teve uma ampla votação. Ou seja, João Goulart teve uma votação imensa pela segunda vez e, por isso, poderia assumir a presidência da República. Nesse momento, há um veto, digamos

assim, dos próprios ministros militares do então governo Jânio Quadros à posse do vice-presidente. Nesse momento também, o governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, encabeça a famosa campanha pela legalidade. Portanto, em defesa da Constituição de 1946 e de um vice-presidente eleito democraticamente com uma ampla margem de votos, que teria o direito - e não apenas o direito próprio, mas, em razão da eleição que o titularizou - de assumir a Presidência da República.

Vou adotar aqui uma análise fantástica feita por um grande amigo, o Prof. Cristiano Paixão, jurista e professor de direito constitucional da UnB. Ele disse que, nesse momento, construiu-se quase que um discurso defensivo em relação à Constituição de 1946. Quer dizer, a defesa da posse de João Goulart implicava defesa da legalidade, da Constituição de 1946 e do processo, digamos assim, político-eleitoral que ela consagra.

Sabemos qual foi a saída; naquele momento, a saída foi conciliatória: a votação, às pressas, de uma emenda à Constituição, a emenda do parlamentarismo, que violava uma série de normas constitucionais e regimentares. Aliás, tratava-se de uma versão do sistema parlamentarista, que é, no mínimo, bastante esdrúxula. Por exemplo, diferentemente de outras repúblicas parlamentaristas, o presidente da República não teria competência para dissolver o Congresso e convocar novas eleições. Esse mecanismo faz parte da própria dinâmica do parlamentarismo.

Sabemos que quem assumiu a chefia de governo como primeiro-ministro, pela primeira vez, foi Tancredo Neves. Com isso, João Goulart também assumiu. Então, são assumidas a presidência da República e a chefia de Estado. Ele foi empossado em 7 de setembro, data bastante significativa. O interessante é que, assim que o presidente assumisse a Presidência da República, é lógico, lutaria pelo restabelecimento dos seus poderes presidenciais nos termos da própria Constituição de 1946. A própria dinâmica que se instaura, do ponto de vista político, durante o período parlamentarista no Brasil, é de alguma forma aquela que se perpetuará durante todo o período. Houve uma série de impasses e de paralisia do ponto de vista decisório e uma progressiva ruptura da base de sustentação do regime entre PSD e PTB. Ao mesmo tempo, a partir das eleições parlamentares de 1962, o PTB cresce vertiginosamente em termos de representação política no Congresso.

Em agosto de 1962, os ministros militares pedem a antecipação de um plebiscito previsto pela própria emenda parlamentarista, em que se poderia decidir pela manutenção ou não do parlamentarismo. Quem votasse “não” votaria pelo restabelecimento do presidencialismo. Isso foi exatamente o que ocorreu no início de 1963. Nesse ano, a população de eleitores, esmagadoramente, votou “não”, ou seja, votou pelo restabelecimento do presidencialismo. É claro que isso, do ponto de vista constitucional, representa o restabelecimento da estrutura de um sistema de governo adotado pela Constituição de 1946, o qual a emenda parlamentarista havia subvertido em nome de uma saída conciliatória.

Sabemos que o resultado do plebiscito habilitou o presidente da República a retomar, mais uma vez, as suas grandes propostas de reforma. Nesse momento, o que se propôs ainda, sobretudo com a nomeação do Celso Furtado como ministro Extraordinário do Planejamento, foi exatamente a adoção de um plano trienal de reformas socioeconômicas e financeiras. Esse período que se inaugurou foi bastante tenso. A tentativa de manutenção de uma estrutura que angariaria forças políticas de centro e uma certa sustentação no Congresso Nacional à Presidência da República foi se tornando cada vez mais frágil. Mesmo as reformas ministeriais que visavam, de alguma maneira, a ampliação do espectro político de sustentação do Executivo em relação ao centro e a contenção, de alguma forma, de posições mais à esquerda não foram bem-sucedidas.

Por um lado, sabemos que o fracasso do plano trienal reabre, mais uma vez, a discussão sobre as reformas de base. Vale chamar a atenção para um texto fantástico que está circulando na internet, que foi justamente a aula inaugural, se não me engano, deste ano mesmo, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP, ministrada pelo Prof. Gilberto Bercovici, titular de direito econômico e economia política. Ele retoma exatamente o significado das reformas de base. Aqui, um dos pontos centrais é a questão da reforma agrária, da proposta, portanto, de uma emenda à Constituição que visava alterar dois artigos da Carta: o 141 e o 147. A questão central era sobre a necessidade de viabilização de uma reforma agrária. O texto da Constituição de 1946 estabelecia a possibilidade tanto da desapropriação para a reforma agrária quanto da desapropriação para o interesse social. A Constituição exigia a justa e prévia indenização em dinheiro para as terras que fossem desapropriadas. A proposta, digamos assim, do Executivo, encaminhada pelo líder do PTB, Bocaiúva Cunha, era exatamente flexibilizar isso, ou seja, a reforma agrária seria viabilizada não pelo pagamento em dinheiro, mas por títulos da dívida pública, que poderiam ser reajustados por correção monetária em até 10% da inflação, vamos dizer assim. Então, criou-se uma comissão parlamentar para analisar essa proposta.

O interessante é que, de modo geral, na discussão política, todos os grandes partidos, inclusive a UDN, se apresentavam publicamente a favor de uma reforma agrária. Por exemplo, havia um grupo na própria UDN a favor da reforma, assim como havia um grupo no PSD também a favor dela. A questão era como pensar essa reforma; de que maneira seria paga a indenização, se em dinheiro ou por títulos; e se esses títulos seriam ou não reajustáveis. Cria-se, então, um impasse, e, na comissão parlamentar, a proposta de emenda é derrotada. Quando a emenda foi a plenário para ser votada, apesar da expressiva votação, não se conseguiu atingir a maioria qualificada exigida pela Constituição. E olha que a maioria exigida pela Constituição era a maioria absoluta dos membros em três turnos de discussão, digamos assim, embora a emenda tivesse uma votação expressiva – por exemplo, 73% da bancada do PTB vota a favor. Isso marca um posicionamento muito claro do próprio partido do presidente em relação às reformas, mas não um posicionamento na sua totalidade.

O interessante é que faltou a alguns historiadores uma maior capacidade de articulação ou de negociação. A própria UDN, que, até certo ponto, pensava na possibilidade de que a reforma se desse mediante pagamento pela via de títulos da dívida pública, como o PSD, por exemplo, vai acabar radicalizando: reforma agrária, sim, mas sem mudança na Constituição, pela via da legislação. Aí vai ser apresentado o Projeto Milton Campos, que vai ser derrotado no Congresso.

Enfim, reforma agrária com reforma da Constituição gera um impasse. Reforma agrária por meio da legislação ordinária, gera impasse. Os eventos se precipitam. A radicalização e a polarização das forças políticas aumentam cada vez mais. Há um evento importante que diz respeito a uma decisão do STF, a uma situação para a qual a Profa. Vânia chamou a atenção. Estou me referindo à decisão de 11 de setembro de 1963, em que o STF decidiu que os sargentos, os suboficiais, eram inelegíveis. Ora, vários, centenas



havia sido eleitos na última eleição. Isso leva a uma revolta. Um dos próprios ministros do STF foi preso, digamos assim, nessa revolta, assim como a própria Presidência do Congresso Nacional. Na verdade, essa revolta foi debelada em dois dias. Em seguida, veio a famosa entrevista do Carlos Lacerda a um jornal de Los Angeles pedindo a intervenção militar dos Estados Unidos no Brasil. Em seguida, é encaminhado pelo presidente da República, com um certo apoio dos seus ministros militares, um pedido de decretação de estado de sítio, sob o pano de fundo de toda uma proposta de greves. Por exemplo, cabe lembrar a greve de Santos, organizada pela CGT. Essa proposta de decretação de estado de sítio sequer é sustentada pelo próprio partido do presidente. Isso fez com que, em dois dias, ele a retirasse.

Sabemos que há um momento, um ponto de virada muito importante no que se refere à disputa pelo lugar da Constituição, pela defesa ou não de reformas com ou sem a Constituição, de reformas com ou sem democracia constitucional, de reformas pela lei ou pela marra, que é exatamente o comício da Central do Brasil, de 13 de março. É famoso o discurso de Brizola, que vai dizer o seguinte: esse Congresso é reacionário, que ele seja fechado, seja convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, para que se possam superar, por meio de um novo texto constitucional, de novas regras constitucionais, os impasses políticos, essa paralisia política, representada por aqueles partidos contrários às reformas de base.

A profa. Vânia e o prof. Theotônio chamaram a atenção para o fato de que, desde o início dos anos 1950, a direita se colocava contrária à Constituição de 1946. Parte da esquerda, cada vez mais, vai defender a ideia da ruptura institucional e da criação de uma nova constituição. Realmente, do ponto de vista da análise do Brizola – naquele momento presidida a famosa Frente de Mobilização Popular –, procurava-se reconhecer o que seria um momento constituinte vivido pelo País. Essa ruptura com a Constituição de 1946 veio, mas veio com o golpe civil-militar, que, cinicamente, se reapropriava de conceitos como constituição, poder constituinte, revolução, contrariamente à democracia. Há muito para discutir. Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade do convite. Muito obrigado.

### Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

### Debates

O presidente – A presidência informa que, à tarde, teremos apenas um painel com os diferentes olhares da resistência, logo haverá muito tempo para falar. Amanhã, teremos um painel pela manhã e outro na parte da tarde. Teremos três momentos de muito diálogo. Primeiro, Leonardo Péricles, do Movimento de Luta nos Bairros, seguido de Bia Martins, Hélio Emiliano, Gladson Reis, Bruno Duarte Pereira Carneiro e Sidney Martins. Com a palavra, Leonardo Péricles.

O Sr. Leonardo Péricles – Boa tarde, parabéns aos expositores. Pouco se tem tratado sobre a punição dos torturadores, que é uma questão muito séria. No Brasil houve muita tortura. Ao se observarem os casos da Cláudia, do Amarildo, vemos que foram estropiados como os presos políticos. A diferença é que não são militantes. E a punição? Chamam os policiais, começam a averiguar... são exemplos dos milhares de casos que até hoje temos no Brasil. Ainda temos tortura, e fica por isso mesmo. Se puderam estropiar os militantes políticos na época da ditadura, também podem fazê-lo atualmente. Fica por isso mesmo. Há no máximo uma puniçãozinha, a pessoa fica presa um ano e fica por isso mesmo. Essa é uma questão muito séria.

O que vivemos hoje? Há o manual de garantia da lei e da ordem, com base na portaria do governo federal, Normativa nº 186, de 31/1/2014. Faço uma denúncia a respeito disso. Estava na reunião do Conselho Nacional das Cidades que se posicionou contra isso, porque se trata de uma lei para criminalizar as lutas dos movimentos sociais e reprimir as manifestações de quem luta hoje. Isso é um absurdo, é uma nova edição do AI-5. Temos que ser contrários a isso. Quem está indo para a rua manifestar não é criminoso, é lutador.

O vice-prefeito esteve aqui falando. Ora, ele manda caveirão para reprimir famílias. A minha foi uma das que foi despejada da Eliana Silva, com 300 famílias. O prefeito e o vice-prefeito mandaram despejar as famílias. Faço a crítica por eles terem direito de falar aqui. Falam de democracia, mas mandam o caveirão para reprimir as famílias pobres, os trabalhadores. Agora, estão querendo despejar 6 mil famílias na região do Isidoro. É muito fácil falar de democracia, mas quero ver colocá-la em prática.

O presidente – Obrigado, companheiro. Haverá um debate na Assembleia, na Comissão de Direitos Humanos, sobre as ocupações do Isidoro. Com a palavra, Bia Martins, da União da Juventude Rebelião.

A Sra. Bia Martins – Bom dia. Toda vez que falamos sobre a ditadura militar, é importante lembrar de jovens que dedicaram suas vidas à liberdade e à democracia. Primeiro, dedico minha fala ao Jonas José, estudante secundarista de Pernambuco, a primeira pessoa a ser oficialmente assassinada pela ditadura militar. Ele tinha 17 anos, era mais novo que eu. Precisamos lembrar desses jovens, pois tinham no sangue o desejo e a motivação da liberdade, da construção de uma nova sociedade, o que ainda motiva vários jovens. Motiva os que questionarão sempre que se sentirem traídos pelo governo, seja ele de quem for.

A minha pergunta é para lembrar as obras daquela geração e da nossa geração, que não concorda com essa informação, pois deseja uma nova sociedade. A minha pergunta é: os movimentos sociais previam o golpe? Como poderíamos ter realizado resistência? Hoje a juventude, ao contrário do que muitos dizem, deseja mudanças e conquistas, seguindo os moldes da juventude de 1964.

O presidente – Obrigado, Bia. À tarde haverá 15 intervenções de diferentes olhares da resistência, o que é importante para a questão levantada pela Bia. Com a palavra, Bruno Duarte Pereira Carneiro, da Ames-BH; em seguida, Sidney Martins.

O Sr. Bruno Duarte Pereira Carvalho – Boa tarde. Para quem não conhece, a Ames-BH é uma entidade que conquistou o meio passe em Belo Horizonte. Quero iniciar fazendo uma homenagem ao Idalísio Aranha, ex-estudante do Estadual Central, assassinado pela ditadura militar durante a Guerrilha do Araguaia. Gostaria que a companheira falasse um pouco mais sobre a repressão ao movimento estudantil, tomando como exemplo a destruição da sede da UNE, no início do golpe militar no Rio de Janeiro.

Gostaria de falar também de um sentimento muito ruim que tive hoje aqui. Espero sinceramente que o convite feito à Prefeitura de Belo Horizonte tenha sido meramente formal. Essa prefeitura que desaloja pobres e manda a Polícia Militar bater nos estudantes que





fazem manifestação por passe livre e contra aumento de passagem não tem moral para discutir democracia. Essa prefeitura não exerce democracia, de fato.

Temos de nos lembrar das grandes manifestações que ocorreram no ano passado e compararmos com as fotos da Marcha dos 100 Mil, quando morreu o estudante Edson Luiz. Eram centenas de estudantes nas ruas lutando pelos seus direitos, pela liberdade, e centenas de policiais tentando impedir que as manifestações ocorressem. A diferença é que, na ditadura militar, esses estudantes foram torturados. Isso deveria estar bem documentado, e nós, das escolas estaduais, termos acesso às informações reais. Como falar sobre ditadura militar numa escola estadual? Essa discussão está extremamente distanciada dos estudantes. Passa-se em uma aula de 50 minutos, e nunca mais se toca no assunto. A ditadura militar tem de ser discutida não apenas nesta Assembleia, de maneira fechada, mas em cada escola, em cada bairro pobre, para que cada cidadão participe dessa discussão. Obrigado.

O presidente – Obrigado, companheiro. Os convites são feitos pelo chamado mundo oficial da Assembleia, no qual consta a Prefeitura de Belo Horizonte, bem como outras prefeituras do Estado.

Perguntas por escrito, do Sr. Antônio Paulo Guedes: qual o papel dos EUA e do seu porta-aviões no golpe de 1964? Do Sr. Ribeiro dos Santos, delegado do orçamento participativo: a ditadura matou em nome da segurança, mas não houve melhoria na segurança. Para conter a violência hoje teríamos de entregar os papéis aos meliantes? Não usamos essa expressão em direitos humanos. Quando diz respeito a colarinho, bonitinho, fala-se em meliante, mas quando é pobre ou negro, não. Mas é o que está escrito. O Brás Teixeira da Cruz diz que os torturadores deveriam ser também julgados pela Convenção de Genebra e fala sobre o papel das tropas americanas no golpe. O Otávio Arantes, da Câmara Municipal de Leopoldina, fala que a retirada dos nomes de ruas que homenageiam ditadores é muito justa, mas que têm de ser revistos os altos salários e as altas pensões pagos pela União aos familiares de militares, pois muitos deles participaram da tortura.

Vocês sabem que, no caso de filhos de militar, muitas pessoas não oficializam o casamento para não perder a pensão. Isso é muito comum. Uma artista global que fala a favor do golpe é beneficiária de pensão de militar. Até hoje ela não se casou, apesar de estar na segunda ou terceira união estável, para não perder a pensão. Todo mundo a conhece.

Pergunta de Dalton Cardillo Macedo: “Considerando a conjuntura internacional do período, qual é o papel da Operação Condor no contexto da Guerra Fria, dos interesses americanos na região?”.

Pergunta de Roulian Vieira ao professor: “Se não foram os militares os autores da ditadura, afinal o que queriam os civis articuladores e quem eram eles? Qual foi o papel dos civis?”. Pergunta também de Roulian Vieira: “A comissão nacional de sargentos queria o quê, diretamente, na época da ditadura? Qual era o objetivo deles?”.

Pergunta de Pe. Ângelo, de Ribeirão das Neves: “Qual foi a participação de figuras da igreja a favor e contra o golpe?”.

Primeiro, passo a palavra ao Prof. Theotonio dos Santos, para suas considerações e um apanhado do que foi levantado.

O Sr. Theotonio dos Santos – Grande parte das perguntas está voltada para a questão da repressão aos torturadores. O Brasil firmou um acordo de anistia mútua, que tem sido usado como justificativa para não se acusar os torturadores. Mas é evidente que tortura não faz parte da anistia. São anistiados os crimes políticos. Não há sentido em se querer colocar a tortura como algo que foi anistiado. Essa é uma questão que não está em nenhum acordo político. Portanto temos de realmente considerar a tortura como um tipo de crime que deve ser devidamente cobrado.

No caso dos outros países da América Latina, tem havido um movimento muito forte para definir as autoridades. Também não temos por que nos concentrar apenas nos torturadores, mas também nos que decidiram a tortura e suas formas de repressão, completamente fora de qualquer quadro legal possível. No caso argentino, alguns presidentes já estão presos. No caso chileno, há o processo contra o Pinochet, que foi obrigado a sair da Inglaterra. Outros processos estão sendo feitos contra os chefes de governo, comandantes e presidentes. Isso ocorre porque não há nenhuma razão para que não considerem essas pessoas como responsáveis pela violência exercida por seus subordinados.

Outra questão foi a continuidade da repressão no sistema atual. Não temos ainda uma tradição democrática na atuação policial. Em condições democráticas, a polícia tem limites claros de atuação, que não podem ser sobrepassados. Realmente, nosso sistema continua permitindo e até estimulando que a repressão, sobretudo a movimentos populares, não seja criminalizada.

Quanto ao problema que aqui se levantou, relativo à Operação Condor, ao papel dos militares, e à pergunta sobre até que ponto quem realmente organizou o golpe, quem o planejou, se não foram os militares diretamente, é claro que, em parte, foram os militares. Mas o golpe foi apoiado, por exemplo, por toda a imprensa. A imprensa se mobilizou enormemente para criar o golpe e, infelizmente, a igreja o apoiou diretamente; foi ela que mobilizou a população para essa grande marcha que se fez em São Paulo. E vários dirigentes da igreja assumiram o papel de apoiar o golpe e mobilizar a população em nome da igreja.

A Vânia chamou a atenção sobre o caso da Ação Popular, que era um movimento cristão, que estava do outro lado, e foi reprimido brutalmente. Também havia os grandes interesses econômicos, que, evidentemente, têm um limite nas situações democráticas porque podem ser denunciados e colocados a serviço da repressão do Estado. Esses interesses, numa situação militar de poder autocrático, estão protegidos.

A ideia de que a ditadura foi uma forma de conter a corrupção é completamente equivocada. Pelo contrário, é um instrumento que favorece a corrupção, e isso está mais que demonstrado em todas as situações em que governos ditatoriais conseguiram permitir que fosse sistematicamente ocultado todo o processo de corrupção, fazendo com que os que estão no comando do Estado se sentissem em pleno poder para atuar da maneira que mais lhes convinha, tendo em vista os seus interesses privados e particulares. Portanto, a ditadura foi um instrumento de corrupção colossal; as denúncias feitas contra ela são enormes, mas o sistema jurídico não pôde captá-las como agora. Hoje, por exemplo, vivemos um dos momentos de maior denúncia à corrupção no País. A Polícia Federal tem se voltado a esse tipo de questão e levantado sistematicamente os problemas, apesar de que – como vocês veem – se o corruptor é do partido que a maioria jurídica acha que deve ser denunciado, a questão vai para o Supremo Tribunal Federal. Mas, se é do partido que se quer proteger, a denúncia volta às bases, aos níveis menores, de forma que a imprensa não dê maiores informações. Aqui, em Minas Gerais, há a vantagem de haver membros de famílias importantes acusados de dirigir a corrupção. Obrigado.



O presidente – Agradecemos a presença do Prof. Theotonio. Vamos liberá-lo devido ao horário de seu voo. Muito obrigado, professor. Com a palavra, a Profa. Vânia Bambirra.

A Sra. Vânia Bambirra – Respondendo ao companheiro se os movimentos sociais previam o golpe, isso não sabemos, e também depende do movimento social. Mas o fato é que as pessoas fazem o que têm de fazer, independentemente do que esperam qual será a reação das forças contrárias. Quer dizer, achar que vem o golpe não impede a mobilização normal dos movimentos sociais.

A UNE pré-golpe realmente foi um movimento estudantil que não conhecemos mais no Brasil. O movimento que existia não tem nada a ver com o movimento de hoje, que não é significativo, que não representa nada e é uma lástima. É de fato lamentável que seja assim. Hoje no Brasil não existe movimento estudantil, vocês vão me desculpar. Não tem nada a ver com o que existiu; o que existe é insignificante. Desculpem-me, mas esta é a realidade. Onde está o movimento estudantil? Não existe. O movimento estudantil tinha um lastro tão grande naquele período que ele reagiu até depois que o golpe estava consumado. Não podemos nos esquecer da Marcha dos Cem Mil, que foi uma reação ao assassinato do estudante Edson Luiz. Puseram em movimento mais de 100 mil pessoas naquela grande marcha popular.

Quando os Estados Unidos colocaram porta-aviões no litoral brasileiro, qual era o objetivo? Ocupar o País, é claro, intervir. Se houvesse alguma reação dos setores populares, as tropas desembarcariam. Esse foi até o pretexto que Jango utilizou durante muito tempo para explicar porque teve de se mudar – não queria provocar uma guerra civil. Mas, com a repressão que aconteceu, não sei se foi uma guerra civil massacraria mais pessoas do que foram massacradas no período pós-golpe.

Alguém perguntou o que queriam os empresários. Estava muito claro o que eles desejavam. Os empresários queriam um governo em função dos seus interesses. Como o imperialismo queria um império, eles queriam um governo favorável a seus interesses. E foi isso que aconteceu. O companheiro citou o livro do Dreifuss, que realmente é um clássico nesse sentido, porque mostra como o golpe foi preparado. Eles aprenderam com a lição de 1961 - o golpe ficou nas mãos apenas dos militares. O levante do Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e do Mauro Borges em Goiás, enfim, a ameaça de levante fez com que esse golpe viesse abaixo. Então, eles aprenderam com a lição e se prepararam com muita antecedência, o governo americano financiando, dando recursos.

O núcleo empresarial militar era chefiado pelo Golbery, coordenando-se com o governo americano e com as multinacionais – o objetivo era prepará-lo muito bem. Aliás, o golpe até começou antes do que eles queriam, porque ele teve início com o deslocamento de tropas pelo Mourão Filho, aqui de Minas. Eles queriam fazer uma coisa muito mais bem planejada, mas, uma vez que ele começou, todos aproveitaram a maré, e o golpe foi consumado. Isso é algo que eles aprenderam, e o movimento popular não aprendeu - a lição de 1961, que tinha de estar preparado, etc. Eu me lembro que perguntamos ao Leonel Brizola o que ele queria com o Grupo dos Onze, e ele nos respondeu: organizar o povo. Ele não sabia como fazê-lo e criou o Grupo dos Onze para isso. Isso é resistir. Mas era nebuloso mesmo para ele o Grupo dos Onze, que começou no Sul do Brasil. A ideia era subir para o Rio e São Paulo, o que não chegou a acontecer.

Os grandes empresários vinculados ao capital estrangeiro, às classes dominantes e dominadas brasileiras souberam explorar muito bem essas condições; souberam avaliar, desfrutar e intervir num momento crucial, aceitando todos os riscos que aquela conjuntura trazia. Muito obrigada.

O presidente – Obrigado, Profa. Vânia Bambirra. Com a palavra, o Prof. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, para suas considerações finais.

O Sr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira – Serei breve. Faço minhas as palavras do Prof. Theotônio e da Profa. Vânia. O interessante aqui e que vale a pena entre tantas questões é que é preciso responsabilizar criminalmente os agentes do Estado brasileiro pelo que fizeram durante a ditadura militar. A decisão do Supremo Tribunal Federal é equivocada do ponto de vista dos direitos humanos e da própria Constituição. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu art. 8º, diz: “Anistia àqueles que resistiram à ditadura e àqueles que sofreram com atos de arbítrio”. Em momento algum a Constituição de 1988 recepciona uma interpretação completamente equivocada da lei da anistia no sentido de anistiar torturados, de anistiar aqueles que cometeram crime contra a humanidade e graves violações aos direitos humanos. Precisamos superar essa decisão do Supremo. A própria Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso do Araguaia, disse claramente que essa interpretação tradicionalmente dada à lei da anistia obstaculiza inclusive a garantia do direito à memória e à verdade.

Sobre a continuidade da repressão, há uma outra dimensão extremamente importante que não podemos deixar de considerar, que é a necessidade de reformas institucionais. Há uma série de reformas institucionais que ainda precisam ser feitas. Isso envolve o sistema de segurança pública, o sistema penal no sentido mais amplo, as polícias, a justiça criminal, as formas de execução criminal, o sistema penitenciário. Enfim, precisamos mexer em algo que é extremamente complicado, que é o problema da formação desses agentes. E, mais ainda, há o fato de que as estruturas são extremamente autoritárias e reproduzem autoritarismo. Há muitos estudos sobre a necessidade de se repensar a estrutura do sistema de segurança, inclusive em respeito aos próprios agentes que dela participam. E é claro que, como servidores públicos, devem ser respeitados.

Em relação à participação civil no golpe de grandes empresários, de políticos ligados aos partidos, seja PSD, seja UDN sobretudo, nem todos os membros participaram do golpe. Cabe lembrar de um texto, que acho clássico, principalmente em se tratando de Minas Gerais, de um livro muito importante da Profa. Heloisa Starling, que se chama *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. A autora, de maneira primorosa, mostra quais eram os profissionais liberais, os empresários que se organizavam ligados ao Ipes e ao Ibad, ao grupo do Acaiaca, aqueles que pretendiam fazer uma limpeza, atingindo profissionais liberais, advogados, estudantes, servidores públicos. Esse texto, publicado pela Editora Vozes, mostra que os empresários em Minas Gerais, assim como os profissionais liberais, estavam ligados a esse esquema conspiratório.

Sobre a questão da igreja, como em todas as instituições, houve as que foram contra e as que foram a favor. Houve pessoas que lutaram e resistiram contra a ditadura e tiveram papel fundamental na resistência de questionamento do regime. Sobre o questão da anistia é importante superar essa visão de que a anistia é esquecimento. A anistia, na verdade, é rememoração e, sobretudo,

reconhecimento daqueles que resistiram à ditadura, e não um acobertamento daqueles que, em nome do regime, torturaram, mataram e trucidaram a população.

A respeito do papel dos Estados Unidos, a CIA, secretaria de estado, financiava inclusive jornais e uma série de organizações e de instituições no Brasil; financiava inclusive eleições. Houve uma CPI no Congresso Nacional na época para investigar exatamente aquelas pessoas, os parlamentares que foram financiados pela CIA, por via do Ibad, que não sabiam sequer que estavam sendo financiados pelo regime norte-americano. Imaginem agora se empresas brasileiras financiassem eleições nos Estados Unidos? O que isso representaria? Isso é invasão da soberania do País. Agradeço mais uma vez o convite. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, professor.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 10ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/3/2014**

#### **Presidência dos Deputados Rogério Correia e André Quintão**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registros de presença - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Betinho Duarte - Palavras do Sr. Ênio Seabra - Palavras do Sr. Pedro Paulo Cava - Palavras do Sr. Antônio Ribeiro Romanelli - Palavras do Frei Osvaldo Augusto Rezende - Palavras do Sr. Wellington Moreira Diniz - Palavras do Sr. Cléber Consolatrix Maia - Palavras da Sra. Maria Aparecida Rodrigues de Miranda - Palavras do Sr. Sirlan de Jesus - Palavras do Sr. Vicente Gonçalves - Palavras da Sra. Zélia Rogedo - Palavras do Sr. Carlos Cateb - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento - Ordem do Dia.

#### **Comparecimento**

- Comparecem os deputados e a deputada:

André Quintão - Durval Ângelo - Luzia Ferreira - Rogério Correia.

#### **Abertura**

O presidente (deputado Rogério Correia) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### **Ata**

- A deputada Luzia Ferreira, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **Destinação da Reunião**

O presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Resistir Sempre - Ditadura Nunca Mais - 50 Anos do Golpe de 64, decorrente de requerimentos dos deputados André Quintão, Celinho do Sinttrocel, Durval Ângelo, Paulo Lamac e Rogério Correia.

#### **Composição da Mesa**

O presidente - A presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Ênio Seabra, presidente, em 1964, do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem - Sindimet; Antônio Ribeiro Romanelli, coordenador da Comissão da Verdade de Minas Gerais; Betinho Duarte, vice-presidente da entidade Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil; Frei Osvaldo Augusto Rezende, prior do convento dos frades dominicanos em Belo Horizonte; e Cléber Consolatrix Maia, economista e ex-vice-presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas - Ubes; a Exma. Sra. Zélia Rogedo, fundadora e secretária do Movimento Feminino pela Anistia; os Exmos. Srs. Vicente Gonçalves, presidente da Associação dos Perseguidos Políticos do Brasil; Sirlan de Jesus, compositor e cantor censurado e perseguido pela ditadura militar; e Pedro Paulo Cava, diretor, ator, autor, dramaturgo, produtor e professor de teatro; a Exma. Sra. Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, geógrafa, pós-graduada em administração pública, ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí, ex-dirigente das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica e ex-dirigente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; e os Exmos. Srs. Carlos Cateb, advogado do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais - Sindipetro-MG - entre os anos de 1967 e 1968; e Wellington Moreira Diniz, ex-militante político em escola técnica industrial e ex-integrante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares - VAR-Palmares.

#### **Registro de Presença**

O presidente - Gostaríamos de registrar a presença, em Plenário, dos Exmos. Srs. José Fernandes Siqueira, anistiado político preso no regime militar de 1966 a 1971, torturado, cadastrado na Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e líder dos trabalhadores da Usiminas, no sindicato de Ipatinga, e hoje vice-presidente da Associação dos Perseguidos Políticos do Brasil; Luís Mário Giuliani, cidadão preso, torturado e anistiado; Carlos Calazans, ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT -, delegado do Ministério do Trabalho e superintendente do Inkra; e Pedro Jorge, integrante do PCdoB, músico, compositor e poeta, com experiência com adolescentes nas ruas de Belo Horizonte, na vivência familiar, nos anos 60 e 70.

#### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O presidente - A presidência esclarece aos expositores que, após as falas, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa. Há um formulário para ser utilizado por vocês - o formulário do Participe Agora -, que poderá também ser acessado pelo portal na internet. A TV Assembleia está transmitindo esta reunião para todo o Estado de Minas Gerais; então, quem estiver nos acompanhando e quiser participar, poderá acessar o portal, preencher o formulário do Participe Agora e enviar perguntas. Vocês receberão um papel para formularem perguntas por escrito aos debatedores. Nós vamos insistir para que as perguntas sejam feitas por escrito, porque, como vimos, são muitos os debatedores e não teremos condições de abrir espaço para todos em razão do tempo. Portanto, quem puder formular a pergunta por escrito, nós a entregaremos aos participantes, que terão uma segunda



oportunidade para responder. Vamos combinar dessa forma para ganharmos tempo e sermos mais dinâmicos no desenvolvimento dos trabalhos. Assim, o debate poderá render, em termos de conteúdo, o máximo possível, com a presença de tantos companheiros e companheiras que engrandeceram a nossa luta contra o regime militar e que hoje ainda lutam pela democracia, pela igualdade na nossa sociedade.

Temos muita satisfação e é uma honra receber os componentes desta Mesa. Peço uma salva de palmas para todos os componentes da Mesa, pelo que eles significaram e pelo que significam para nós no combate ao regime militar e na luta pela democracia.

Concederei a palavra aos companheiros por 10 minutos, para que cada um possa retratar sua experiência. Sabemos que 10 minutos é pouco, porque, afinal de contas, foi uma vida dedicada a essa questão, mas os 10 minutos serão para apresentarem uma síntese.

Com a palavra, o Sr. Betinho Duarte para nos explicar a motivação desta Mesa. Muito obrigado.

#### **Palavras do Sr. Betinho Duarte**

Boa tarde a todos. É um prazer tê-los aqui conosco, o povo de Minas Gerais. Quero agradecer à Assembleia Legislativa a promoção deste ciclo de debates; ao deputado Rogério Correia, como representante; e ao deputado Durval Ângelo, que coordenou o nosso fórum. Aliás, vamos ter atividades até o dia 31 de dezembro. Daqui a pouco a anistia política completará 35 anos, e nós estaremos aqui novamente. Agradecemos aos deputados Rogério Correia, Durval Ângelo e André Quintão, que também participou; à deputada Luzia Ferreira, enfim, agradecemos a todos os deputados que estão propiciando esta reunião.

Queria dirigir-me ao povo mineiro, principalmente aos jovens aqui presentes. Talvez pela primeira vez na vida, vocês ouvirão depoimentos históricos. Esta é uma Mesa histórica. Acredito que nunca reunimos tantos lutadores, na verdade sobreviventes da ditadura militar, como aqui hoje. É um privilégio escutá-los. Na verdade, é importante salientar que temos outras pessoas no Plenário, como o Waldo Silva, a Marília Greco, a Bizoca, o Bruno, a Sandra Lima, o Pe. Henrique e vários outros. Falo categoricamente que nós, não só esses representantes, derrubamos a ditadura militar. Antes de derrubar, sobrevivemos. Na verdade, a política de Estado era extermínio dos democratas. Não era da esquerda, era de todos aqueles que lutavam pela democracia no País. Era extermínio. Tanto é que praticamente todas as lideranças de organizações clandestinas foram presas, torturadas, assassinadas e estão desaparecidas até hoje. E nós sobrevivemos à ditadura militar. Estou falando em nome do povo brasileiro: nós derrotamos, derrubamos a ditadura militar. E nesta hora quero lembrar uma figura histórica, que está viva nos nossos corações e nas nossas mentes, para quem peço uma salva de palmas: D. Helena Greco. Figura histórica, batalhadora, que está viva em nossos corações. Na verdade D. Helena Greco é para nós patrimônio não só de Minas, do Brasil, mas da humanidade. Batalhadora, lutadora. Se estivesse viva, ela estaria aqui presente ao lado do deputado Rogério Correia, e não, eu, ajudando-o.

Hoje são os 50 anos do golpe. A ministra Eleonora chorou aqui, hoje pela manhã, ao prestar seu depoimento. Temos chorado e temos chorado muito. Já dizia a canção do Beto Guedes: já choramos muito e vamos continuar chorando por aqueles que foram assassinados e estão desaparecidos.

Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, eu estava lá segunda-feira, na audiência pública da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, a qual estava pautando a Casa da Morte, em Petrópolis. A Inês Etienne, única sobrevivente, essa guerreira valiosa, graças ao seu depoimento, depois de todo o massacre e de tudo o que fizeram com ela, identificou os torturadores, deputado Durval Ângelo, a casa de Petrópolis, as formas de tortura. E eles provavelmente serão punidos, porque exigimos justiça. Tortura é crime de lesa-humanidade inafiançável e imprescritível. Inclusive responsabilizamos o Supremo Tribunal Federal porque anistiou os torturadores. Em todos os tratados do mundo inteiro, deputado Durval Ângelo, tortura não é passível de anistia, qualquer que seja ela. E qualquer tortura do passado, presente ou futuro é de responsabilidade do Supremo Tribunal Federal. Cabe a eles; então, temos de responsabilizá-los, porque não poderiam ter montado essa farsa. Os torturadores têm de ser julgados, condenados e ir para a cadeia. E, por ostracismo, porque sobrevivemos, estamos aqui em pé, de olhos bem abertos e vigilantes, para que isso nunca mais aconteça. E lá, deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, depois do depoimento da Haydée, o Malhães, que é um bandido, um facinora e que estava na Casa da Morte, pediu para depor reservadamente. Esvaziaram a sala, e ele chegou mais tarde.

Eu estava ao lado, Rogério Correia, da viúva do Eduardo Leite, o Bacuri, um dos presos políticos mais torturados durante a ditadura militar. Ele era mineiro de Campo Belo e foi torturado implacavelmente por mais de cem dias. Durval, quando houve possibilidade - o Wellington pode até contar isso melhor do que eu - de sequestrar alguém para libertar o Bacuri, assassinaram o Bacuri. Não foi por medo de ele ficar livre, mas porque já era uma massa, Rogério. E como iam entregar aquilo? Isso seria uma denúncia ao vivo do que fizeram com ele. Portanto, assassinaram-no.

Rogério, eu me encontrava ao lado da Denise, que estava chorando, André Quintão, ao ver o depoimento da Inês e lembrar que foi presa grávida. Sabe o que o Bacuri fez, Rogério? O Wellington sabe disso. Ele ligou para o comandante e lhe disse: "Se vocês encostarem na minha companheira, mato você no dia seguinte". Sabendo, ou seja, tendo certeza disso, esse comandante libertou a Denise. Na verdade, ela foi torturada. Só não bateram na sua barriga porque estava esperando uma filha do Bacuri.

Disse para a Denise, que estava chorando: "Denise, não chore. Sobrevivemos e derrubamos a ditadura militar. O sangue do Bacuri e daqueles 65 que vemos hoje está correndo nas nossas veias. O sangue dele é que está nos impregnando e dando força para continuarmos lutando". É como se fosse, Durval, uma transfusão de sangue. Por isso continuamos a luta. Não só por eles, mas também porque queremos um Brasil justo, democrático e pacífico. Conquistaremos isso quer queira ou não o STF, quer queiram ou não os torturadores, quer queiram ou não os militares, quer queiram ou não os latifundiários, os banqueiros e os Estados Unidos, que agiram e atuam aqui diretamente. Conquistaremos uma pátria justa, democrática e pacífica.

Então, na hora, disse para a Denise: "Olha, Denise, quem está chegando aí". Durval, era o facinora e o bandido do Malhães. No seu depoimento na Comissão Nacional da Verdade, perguntaram-lhe: "Quantas pessoas você assassinou?". Ele respondeu: "Tantas quantas foi necessário". Segundo ele, além de assassinar os nossos companheiros, arrancava-lhes as arcadas dentárias e os dedos para não serem identificados, retirava tudo da barriga deles e punha pedra de acordo com o peso para não boiarem nem tão pouco afundarem e os jogava no rio ou no mar, Durval. Na hora em que esse Malhães, facinora e bandido, chegou, a imprensa foi em cima. Eu bati uma foto, Durval, do rosto dele. Sabe como ele estava? De óculos escuros, porque não teve coragem de nos encarar. Eles não



têm coragem de encarar a nós, que sobrevivemos, Welington. Ele fingiu que caiu. Alguém lhe disse: “Calma, doutor!”. Aí, trouxeram uma cadeira de rodas. Na verdade, ele chegou de óculos escuros e na cadeira de rodas. Devia estar na cadeia numa cadeira de rodas.

Estamos aqui hoje em pé, Rogério Correia, lutando - volto a insistir, sofreremos e sofreremos muito - e continuaremos lutando em nome dessa geração que está aqui presente e dos nossos filhos e netos. Rogério Correia, continuaremos, e o Brasil será um país justo, democrático e pacífico. Muito obrigado. Boa tarde.

O presidente - Muito bem, Betinho. Muito obrigado pelas palavras. Com a palavra, o companheiro Ênio Seabra.

#### **Palavras do Sr. Ênio Seabra**

Meus companheiros metalúrgicos, como sempre os tratei, meus companheiros trabalhadores - todos aqui são trabalhadores -, boa tarde. Agradeço ao deputado Rogério Correia ter-nos participado e convidado para este momento. Os tempos passaram, mas não está muito longe para nós que estamos vivos. Para quem viveu, 50 anos não é muito, parece que foi ontem. Nesses 50 anos ocorreram muitas lutas para chegarmos até aqui. Meus companheiros, começamos a participar das lutas sindicais, das lutas dos trabalhadores na década de 1950, uma época em que a perseguição existia tanto quanto hoje, mas de maneira diferente, porque eles sabiam como começar e não tinham pressa. Para eles, parece que 50 anos foi ontem mesmo. Porém, conseguiram o objetivo de desarticular um país que se conduzia politicamente muito bem. Aos poucos, tomavam posição para participar, inclusive, do governo. Houve muita onda de andar armado, de isso e aquilo, de subversão, mas não foi tanto. Os trabalhadores, em sua maioria, estavam dispostos a lutar para conquistar seus objetivos. Eles, devagar, foram tomando campo, destruindo o que tínhamos conquistado.

A luta não começou na minha época. Cheguei e encontrei muitas coisas dos antepassados que lutaram. A luta dos trabalhadores vem de longe. Peguei o bonde andando, em 1956, e continuei aquilo que já achei para melhorar. Participei ativamente dentro da empresa onde trabalhava e de todo movimento que existia na Cidade Industrial, Contagem e Belo Horizonte. Quando se preparavam, com muito alarde, para a ditadura, diziam que estávamos armados querendo derrubar o País, querendo comunizá-lo e não sei o que mais, mas nem tanto: estávamos na luta, sim, para não ficarmos para trás, para termos sempre condições de conquistar a posição que bem merecem os trabalhadores.

Nos anos 60, começou... Percebíamos, desde a perseguição do presidente da República, aqueles que não estavam afinados com as políticas externas, as principais responsáveis por tudo que está acontecendo neste país.

Aqui havia brasileiros que também desejavam que este país fosse melhor. Esperavam de nós, trabalhadores, que sempre promovêssemos essa luta para essa melhoria, tanto é que o prejuízo não foi só para os nossos trabalhadores. O prejuízo foi para a classe patronal brasileira e para muitos políticos. Naquela época, eles procuraram os melhores para desarticular todos os movimentos: políticos, partidários e sindicais.

Quando o presidente Castelo Branco tomou posse, ele disse que era uma imoralidade haver 11 partidos naquela época. É tanto que, quando entraram, criaram apenas dois partidos, mas, quando saíram, deixaram muito mais partidos. Eles não educaram o povo para que tivesse sobrevivência própria e continuasse a luta. O que fizeram foi destituir o trabalhador da luta. Vieram com o fundo de garantia. Tive muita preocupação com isso, tanto que nunca assinei aquele fundo de garantia. Na época, não aceitei. Não me vendi ao assinar aquele fundo de garantia, porque o seu maior mal era a destituição em massa dos trabalhadores, sem prestar a mínima assistência, como está acontecendo nas indústrias em São Paulo. Elas fazem o contrato já pensando naquele fundo de garantia, porque não têm obrigação nenhuma com o trabalhador. E antes havia essa obrigação. Antes, quando uma firma fechasse, qualquer dívida era negociada com os trabalhadores. Hoje, não. Hoje tem o fundo de garantia. Então, faço um contrato, e eles são pagos e dizem: iremos trabalhar até o dia tal. Então, o contrato termina, dispensam todo mundo e pronto. É o que está acontecendo hoje.

Como fui beneficiado pela anistia, voltei a trabalhar um pouco mais tarde na mesma empresa. Voltei porque tinha estabilidade, não a vendi. Continuei brigando e, com a anistia, tive a honra de voltar a me reempregar na mesma firma. Entretanto, em 20 anos, vi a diferença. Já não havia aquela amizade interna. Não havia aquela unidade entre trabalhadores, porque eles procuraram a divergência.

Antigamente eu andava dentro de empresas como a Mannesmann, que já chegou a ter 10 mil trabalhadores. Como sindicalista, eu tinha liberdade de andar na empresa. Procurava estar sempre atuando e participava dos movimentos. A qualquer hora da noite, entrava na empresa para participar dos movimentos, das exigências e dos pedidos dos trabalhadores. E assim fomos nos integrando à luta com muitos trabalhadores. Naquela época, tínhamos facilidade na luta, porque tínhamos gente em todas as empresas. Hoje vejo que o sindicato não tem. O sindicato era ligado a todas as empresas, e havia representantes em todas elas. Hoje eles têm mais dificuldade, porque a perseguição é muito maior e as condições para que o sindicato atue são precárias. Aproveitamos isso naquela época.

Em 1964, quando estava na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos, tínhamos tirado uma pessoa que não estava trabalhando mais para os trabalhadores. Então, a substituímos, e fiquei dentro do golpe. Eles perseguiram algumas pessoas, mas não conseguiram perseguir todo mundo, pois tinham de manter uma certa linha e dizer que os estavam tolerando. Foi o que aconteceu. Continuamos a luta. Um coronel entrou, pediu-nos apoio e disse-nos que deveríamos apoiá-lo e não sei o que mais. Conversei com o delegado do Trabalho e disse-lhe: diga ao coronel que não tenho obrigação nem satisfação nenhuma a dar a ele. Se o senhor quiser, pode mandar a intervenção imediatamente, pois não vou fornecer nada ao coronel. E dentro de 10 dias, a intervenção aconteceu. Na intervenção, continuamos lutando.

Desde a época do Castelo Branco, abriram espaço, houve eleições, concorremos, mas não conseguimos entrar porque eles não deixaram. Ganhamos as eleições, mas não entramos em 1968. Mais à frente, fizeram a intervenção novamente. Fizeram intervenção em 1964 e em 1968, abriram um espaço entre 1964 e 1968, e nós aproveitamos esse espaço de 1968, mas não tivemos nenhuma sorte nem direito de participar.

Mas houve essa luta, uma greve em abril de 1968, quando se fez um movimento na Cidade Industrial, Belo Horizonte, Contagem, para agir contra o arrocho salarial da época. Foi uma greve razoavelmente vitoriosa porque conseguimos pelo menos que eles dessem 10% de aumento salarial, que ficou escrito para todo o Brasil. Tivemos até uma reunião na Assembleia para acordo final porque eles fecharam o sindicato e não tínhamos lugar para nos reunir. Quem nos acolheu foi a Assembleia Legislativa, não sei se ainda tem no histórico. E lá fizemos um acordo para esse aumento que foi dado pelo conselho de economia da época. Dado é modo de dizer, porque



tivemos de assinar e aprovar - e concordamos. E fizemos um acordo para que, apesar de estarmos desarticulados, não houvesse nenhuma perseguição aos trabalhadores, que todos fossem reintegrados à empresa sem perseguição, e assim foi.

Já em outubro de 1968, preparamos uma outra greve, mas não fizemos de acordo com a ditadura. Não tínhamos tempo nem condições de preparar uma greve dentro da ditadura, mas fizemos assim mesmo. Não fomos derrotados: fomos vitoriosos, porque enfrentamos. E dentro desse espaço conseguimos pelo menos aquele impacto que eles tiveram dentro das empresas, de mostrar as unhas, da perseguição e da deposição de muitos trabalhadores. Foram mandados embora dentro da firma um grande número de trabalhadores, daqueles que lutaram, daqueles que estavam mais à frente. E o engraçado é que na greve aparece muita gente que nem estava designado para nada, mas se ofereciam, participavam. Isso foi muito importante. Então, víamos que o trabalhador tinha uma certa unidade, apesar de tudo, de toda a perseguição. E com isso foram eliminando a maioria, conseguiram.

Houve mais intervenção depois, outras diretorias entraram que não estavam afinadas com os trabalhadores, mas conseguiram ir rompendo. Até que em 1971 apareceu nova diretoria mais ligada aos trabalhadores, que foram dando outro alento. Mas até hoje, companheiros, a ditadura fez um estrago que convém analisar. E eu agradeço àqueles trabalhadores que não estão aqui. Falo sempre que tudo que aconteceu foi graças a eles, graças à unidade deles, porque sem eles não conseguiríamos nada. Eles tinham certa vocação para a luta na época. Eu já acompanhei as lutas de muitos companheiros. Fiz um histórico singelo, mas estou à disposição de quem desejar fazer alguma pergunta depois. Mesmo fora daqui, se me convidarem, estarei disposto. Agradeço este momento, e que possamos levar um pouco daqui aos novos trabalhadores que estão esperando, para que eles também consigam alguma coisa que não está muito fácil, mas não é impossível. Companheiros, deputados, autoridades, muito obrigado. Estou à disposição dos senhores.

O presidente - Muito obrigado, Ênio, que fez aqui o relato da participação dos trabalhadores do sindicato em 1964 e também da greve em Contagem, na Mannesmann, em 1968. Participou daquela greve o falecido Sr. Joaquim, que veio a ser o primeiro candidato ao Senado pelo Partido dos Trabalhadores, em 1982. Ele fez parte da greve de 1968, sob a direção do Ênio.

Com a palavra, o Sr. Pedro Paulo Cava.

#### **Palavras do Sr. Pedro Paulo Cava**

Boa tarde a todos, boa tarde, deputado Rogério Correia, em cuja pessoa cumprimento os demais presentes, os outros deputados, os companheiros e amigos, gente que há muito tempo eu não via, gente que estou revendo.

Cheguei ao teatro exatamente em 1964, quando eu tinha 14 anos. Cheguei pelas mãos da esquerda católica, dos movimentos eclesiais de base, nas reuniões da JEC, JOC e JUC. Criamos um grupo de teatro. Isso foi provavelmente um mês e meio antes do golpe. Como o golpe está completando 50 anos, eu também farei 50 anos de carreira artística, não só de teatro, mas também de lutas e resistências em várias atividades paralelas ou que fazem interface com o teatro, como música, dança, literatura, enfim, várias atividades.

Fui o primeiro presidente do sindicato dos artistas de Minas, em 1975. Eu tinha 25 anos. Havia só dois no Brasil. O terceiro foi este fundado por nós, do qual fui o primeiro presidente. Travamos uma batalha no Congresso Nacional intensa, naquela época difícil, para derrubar o projeto de regulamentação da profissão do artista. Fazer arte no Brasil, com ou sem ditadura, é muito difícil. Com ditadura, foi muito mais difícil, porque a ditadura percebeu que poderia liquidar com os partidos políticos e com a luta armada, mas não conseguiria jamais liquidar com a liberdade de expressão, com o uso da palavra, com a força que a palavra tem e sempre teve. A ditadura foi muito esperta e hábil em criar um serviço profissional de censura de diversões públicas na Polícia Federal. Isso se deu a partir de 1968.

Esse serviço foi criado da seguinte maneira: fizeram um concurso público para quem queria ser censor. O que ocorria antes de ser censor da Polícia Federal? Contarei esse caso, que é muito engraçado. Os artistas eram registrados em suas cidades, nas delegacias de jogos e diversões, na delegacia de polícia.

Para que você trabalhasse como artista, em qualquer arte que fosse, você tinha de ir à delegacia de polícia e se registrar, porque nenhuma profissão artística era regulamentada. Você deveria se registrar na delegacia de polícia. Passada essa fase, quando veio em 1968 o golpe dentro do golpe, o AI-5, e a ditadura resolveu criar um serviço centralizado de censura de diversões públicas, em Brasília, a ditadura fez um concurso público para advogados que quisessem ser censores e levou para Brasília professores de várias universidades do Brasil, de todas as áreas do pensamento e das artes, para que eles pudessem dar um curso, de quase um ano, para esses censores. Assim, eles poderiam entender a forma como pensávamos, como falávamos, como escrevíamos, a forma como o teatro e a música se apresentavam.

A ditadura foi muito esperta e criou um serviço, em Brasília, que não tinha cara. Tudo ia para Brasília. Você sabe que o acesso lá, dentro da política federal, é muito difícil. Esse foi um período negro, porque, a partir daí, muitos professores foram obrigados a dar esse curso. Alguns o faziam por vontade própria. Pelo menos uns quatro professores, daqui de Belo Horizonte, foram obrigados a isso pela universidade. Eles abasteceram esses censores, de nível superior, de informações importantes: como os artistas trabalhavam e a forma como eles se apresentavam, se expressavam. Isso é para vocês terem noção do terror que tinham os militares, mas principalmente os civis que apoiavam a ditadura. Sempre disse que meu medo não era do general que estava no poder. Eu tinha muito mais medo do guarda da esquina do que do general; ou mais medo do militar que não marchava, aquele civil que servia à ditadura, do que do próprio militar. Sempre falei isso, e isso se justificou ao longo do tempo, como se justifica até hoje.

A ditadura conseguiu jogar na gaveta do esquecimento mais de 500 peças, no período que vai de 1968 até 1983, 1984. Foram 500 peças de teatro, milhares de músicas - não sei o número certo -, milhares de filmes, de livros, de discos e de revistas. Todo o pensamento de uma geração de quase 20 anos foi jogado na lata de lixo pela ditadura. Ele foi simplesmente proibido.

Como é que funcionava a censura? Era muito interessante. Para o teatro, você tinha um texto e você queria montá-lo. Você pegava a cópia daquele texto e mandava para Brasília. Lá, havia uma equipe de censores que o lia e o mandava de volta, com cortes, sem cortes, ou não o mandava. Era totalmente vetado. Muito bem. Depois que o texto chegava com cortes para você, você já estava ensaiando. Você já havia despendido energia, dinheiro, etc., e ficava esperando aquilo ali chegar, por 10, 13 meses. Aí, havia aquela coisa terrível que a ditadura sabia fazer, que era o chamado ensaio geral para a censura. Colocavam-se na plateia três censores num



dia em que não havia ninguém, antes da estreia, para liberar o espetáculo. Escutei isso de um coronel, quando fomos tentar liberar o espetáculo *Oh! oh! oh! Minas Gerais*, proibido pelo AI-5 em Brasília.

Havia um poema da Cecília Meireles - "Toda vez que o justo grita, / o carrasco vem calar. / Quem não presta fica vivo, / quem é bom manda matar" -, mas o coronel havia cortado isso. Fomos recorrer, e ele nos disse: "Uma coisa é isso no livro, outra coisa é isso na boca dos atores. Não sei como eles irão falar sobre isso. Não vai passar". Ele tinha absoluta razão, porque ele já havia aprendido a manha que os atores usavam.

Essa é uma fase terrível para a cultura brasileira. Por quê? Porque era mais fácil passar peças com palavrões, filmes pornográficos, qualquer coisa sobre sexo. Tudo isso passava fácil pela censura, desde que você não usasse a palavra para insinuar ou falar qualquer coisa a respeito do estado de coisas que o Brasil vivia.

Esse período foi a morte para muita gente. Muitos artistas morreram em vida, simplesmente porque pararam de fazer teatro e música, de escrever, de compor, de pintar, pararam com tudo. Chegou-se a um momento em que nada feito por um determinado artista ou grupo passava na censura. Há um exemplo claro aqui, cujo depoimento será dado, o do Sirlan. Ele é um dos exemplos mais claros da perseguição da ditadura a um artista neste país. Ele ganhou o festival, em 1972, com *Viva Zapátria*, uma música maravilhosa, mas teve sua carreira interrompida a partir daí.

São situações de um tempo muito esquisito, muito diferente. Acho que quase ninguém teve acesso a esses dados, quase ninguém tem acesso ao que realmente foi mutilado por essa ditadura. O que aconteceu com a dramaturgia brasileira? O que aconteceu com o cinema brasileiro, que produziu tanta porcaria por não poder produzir coisa boa, pois implicava conteúdo? O que aconteceu com os livros e livros que foram retirados das livrarias, das prateleiras e estantes?

Vim falar sobre isso, mas vim falar também sobre a regulamentação da profissão do artista. Será só mais 1 minuto, prometo. Na época, o presidente era o Geisel. Ele mandou ao Congresso um projeto de lei para regulamentar a profissão do artista, para tirá-lo de dentro da delegacia de polícia. Brincávamos que todos nós éramos registrados também com as prostitutas nas delegacias de polícia, portanto, tínhamos a nossa carteirinha de prostituta. Isso porque éramos registrados ali, e, não que fosse demérito, mas era engraçado um artista ser registrado no meio de pessoas que mexiam com jogo do bicho, enfim, era tudo uma dança só. Então, esse governo mandou ao Congresso Nacional um projeto de lei que criava, além da regulamentação da profissão do artista cênico, um conselho superior de artistas cênicos, cuja função era exercer a censura sobre os outros artistas cênicos. Quer dizer, a ditadura queria atribuir naquele momento a nós, artistas, o papel de censores. Éramos três presidentes de sindicatos: Juca de Oliveira, em São Paulo; Otávio Augusto, no Rio de Janeiro, e eu, em Belo Horizonte. Rodamos todo o Brasil, fomos ao Congresso e não deixamos passar esse projeto. Finalmente, fizemos a Lei nº 6.533, que foi aprovada em 13/5/1978, regulamentando a profissão do artista cênico. Artista cênico é o profissional de teatro, ópera, dança, circo e outras categorias.

Com essa luta dos sindicatos, a partir daí se formaram sindicatos e associações para lutar contra essa censura, essa ditadura. Utilizávamos meios como a metáfora, que sempre foi muito útil aos artistas. Chico Buarque, para passar uma música pela censura, mandava com o codinome Julinho da Adelaide. E assim tantos outros fizeram com a questão da cultura neste país.

Foi um período muito difícil. Muita gente sumiu, muita gente com muito talento desistiu. Carreiras foram abortadas, porque as pessoas tinham medo - medo das invasões dos teatros, medo das ameaças e medo do que chamo de "metacensura", que, além da censura oficial, era a instalada nas escolas, nas universidades, nas empresas e nos sindicatos. Em vários outros lugares havia uma censura. Na verdade, parece que o brasileiro tem uma ligação inesquecível com a censura. Às vezes, ligam no Teatro da Cidade perguntando qual é a censura de determinada peça. Respondo que a censura acabou em 1988, com a Constituição, e que a pessoa deve estar perguntando a classificação etária. Nós, os artistas, somos quem classifica as peças por faixa etária. Temos a cabeça no lugar, não colocamos uma peça de sexo explícito com censura livre. Isso não é possível.

A censura fez um estrago, a ditadura fez esse estrago, os militares que não marcham fizeram esse estrago. Mesmo assim, o teatro sobreviveu nas mãos de muitos, assim como a música, especialmente a MPB. Hoje talvez vivamos numa ditadura muito pior, pois é a mídia que acaba com a MPB de maneira violenta. Lembro-me claramente da peça *Liberdade, liberdade*, escrita por Millôr Fernandes e Ferreira Gullar e interpretada por Paulo Autran, através da qual aprendi o ofício do artista em cena. Terminei com uma fala que escutei do Paulo Autran em 1966, no Teatro Marília, quando ele se apresentou com essa peça em Belo Horizonte: "Operário do canto, me apresento sem marca ou cicatriz, limpas as mãos, minha alma limpa, a face descoberta, aberto o peito e - expresso documento - a palavra conforme o pensamento. Fui chamado a cantar e para tanto há um mar de som no búzio de meu canto. Trabalho à noite e sem revezamentos. Se há mais quem cante, cantaremos juntos. Sem se tornar com isso menos pura, a voz sobe uma oitava na mistura. Não canto onde não seja a boca livre, onde não haja ouvidos limpos e almas afeitas a escutar sem preconceito. Para enganar o tempo ou distrair criaturas já de si tão mal-atentas, não canto. Canto apenas quando dança, nos olhos dos que me ouvem, a esperança".

Hoje à noite, às 20 horas, no Memorial da Anistia, apresentaremos a leitura dramática da peça *Only you*, de Consuelo de Castro, uma das grandes escritoras deste país, supercensurada e resistente. Amanhã a peça estará no Teatro da Cidade, às 20 horas. Todos estão convidados, a entrada é franca. A peça trata de uma história de amor e guerra, visita os anos de chumbo na pessoa de uma garota de vinte e poucos anos que se interessa por aquele tempo. É isso o que intriga muito, ou seja, por que uma garota tão jovem se interessa por uma história tão antiga? Os jovens também se interessam por esse período da história recente deste país, que não é contada em nenhum banco de escola.

Peço licença para sair, porque preciso montar e acabar de ensaiar a peça. Agradeço ao deputado Rogério a oportunidade de estar aqui. Se alguém tiver perguntas, pode enviá-las ao endereço @teatrodacidade.com.br, que terei o maior prazer em respondê-las. Um grande abraço. Obrigado.

O presidente - Nós é que agradecemos a sua contribuição, Pedro Paulo. A sua ausência está mais que justificada pela peça de hoje e amanhã à noite. Com a palavra, o Sr. Antônio Ribeiro Romanelli.



### Palavras do Sr. Antônio Ribeiro Romanelli

Boa tarde. Já estivemos juntos pela manhã com muitos dos senhores aqui. Sendo assim, provavelmente não ocuparei os 10 minutos, porque não quero privá-los dos depoimentos importantes que se seguirão ao meu. Vou me restringir a contar alguns episódios pequenos desta história que ficou marcada em Minas Gerais como sendo a das vilas camponesas de Minas Gerais.

Eu era um advogado formado em 1953 e, oito anos depois, já militando, tinha um escritório no Ed. Acaiaca. Interessante referir-me daqui à turma do Acaiaca. A minha sala era contígua àquela onde eles se reuniam. Uma vez encontrei meu escritório todo revirado porque havia uma porta trancada dos dois lados que faziam vizinhança com essa outra sala. Fui à polícia - ingenuidade minha -, e é claro que ninguém soube me explicar. Disseram que talvez alguém até mesmo do meu escritório tivesse mexido nas coisas. Ficou por isso mesmo.

Mas, um dia, nesse escritório, entram dois camponeses. Depois fiquei sabendo que eram o Rodolfo e o Raimundo. Eles estavam em Três Marias e haviam liderado a ocupação de um pequeno trecho às margens do Rio São Francisco, um pouco a jusante da Represa de Três Marias, depois da ponte da estrada que liga Belo Horizonte a Brasília. Eles falaram que haviam tido notícia de que eu poderia ajudá-los, porque eram 14 famílias que estavam ali, que já tinham plantado e que já estava na hora de colher. Havia um indivíduo que se chamava Antônio Olímpio, conhecido lá como o Neném da Peleca, que dizia que o terreno era dele e conseguiu do juiz de Abaeté uma ordem de expulsão das 14 famílias. Fiquei sensibilizado com a história e resolvi estudar a questão. Resumindo, depois de tudo o que fiz, verifiquei que na Lei das Águas, naquela época, havia um dispositivo que dizia o seguinte: 33m em linha horizontal, a partir do ponto da maior enchente do rio navegável - e o São Francisco era -, era terreno de marinha, e ninguém poderia se apossar, a não ser por enfiteuse, com a licença da Marinha.

Verifiquei que o que o Neném da Peleca reivindicava era terra pública, era da Marinha. Entrei com essa tese na Justiça, e o Tribunal de Justiça daquela época acolheu meus argumentos e ordenou que aquelas 14 famílias voltassem para o terreno. Nessa época eles estavam a 5km ou 6km, em cabanas feitas ali às pressas. Recebi a notícia de que haveria resistência, que o Neném da Peleca estava armando uma turma de jagunços até os dentes para impedir que entrássemos.

Fui ao secretário de segurança da época, Ribeiro Pena, expus a situação e mostrei o acórdão do tribunal. Ele, como advogado, resolveu me dar cobertura, designando um delegado de polícia, Diocélio Cabral, para me proteger, para fazer o pessoal entrar lá. E fomos para lá. Nessa época, o meu saudoso e pranteado colega Antônio de Oliveira Lins, o Cássio Gonçalves... Naquela época, surpreendentemente o Sacha Calmon Coêlho estava conosco. Hoje, suas posições mostram que não estaria mais nessa coisa... O Beto, Carlos Alberto Soares, o Guido Rocha, o Chaim Samuel Katz e a Vânia Bambirra - que esteve aqui pela manhã - fomos para lá dar cobertura. O Diocélio Cabral se apresentou com seis membros da Polícia Civil, armados até os dentes, com metralhadoras, com mochilas recheadas. Perguntei o que seria aquilo. Eles disseram que eram granadas. Imaginem os senhores.

Então, cheguei lá bem tarde. Os camponeses me levaram para um lugar provisório onde estavam, porque havia sido combinado que na manhã seguinte entraríamos no local. Fui descansar, dormir. De noite, fui acordado porque descobri que os camponeses tinham feito uma espécie de guarda, para me dar proteção, armados com carabinas de matar passarinho, feitas de cano de guarda-chuva, e coisas assim. Senti que eles queriam me preservar.

Um deles trouxe-me um recado: eles queriam saber se eu receberia o delegado Diocélio Cabral, que queria conversar comigo. Disse que sim. O que poderia fazer? Aí, veio o Diocélio tremendo feito vara verde e dizendo: "Doutor, pelo amor de Deus, esquece isso, volta para sua casa. Não tenho condições de dar total cobertura ao senhor. Eles estão armados. Em cada árvore há um, armado. Eu não tenho condições". Disse a ele: "Sr. Diocélio, eu estou aqui para cumprir uma ordem do Tribunal de Justiça. O senhor veio por ordem do secretário de segurança para dar cobertura ao cumprimento da ordem judicial. Eu vou cumprir a minha missão. Se o senhor quiser cumprir, tudo bem". E foi embora o Diocélio Cabral.

No outro dia, às 6h30min, partimos pela estrada. Estávamos a uns três ou quatro quilômetros da ponte, acompanhados por famílias, inclusive meninos. E o Diocélio dizia: "Doutor, pelo amor de Deus, esta é a última coisa que lhe peço: não entra aí, não, eles vão matar o senhor". E entramos. Assim que entramos, vimos que não havia nada, absolutamente nada. Era tudo fantasia do Diocélio. A única coisa que encontramos lá dentro foi um pobre de um camponês que, por ordem do Neném da Peleca, estava plantando milho. Disse a ele que teria de sair, porque, agora, eram os camponeses que entrariam. Foi então que começou a União dos Camponeses, com as 14 famílias, o início das ligas camponesas de Minas.

Depois, fiz uma reunião com aqueles companheiros, o Antônio Lins, o Cássio, o Beto, o Guido Rocha, o Sacha Calmon e o Chaim. Disse-lhes que, se fôssemos embora e deixássemos o pessoal lá, dali a pouco eles viriam com um juiz e iriam expulsá-los de novo. Disse-lhes que a única solução que tínhamos era organizá-los, porque eles teriam alguma coisa com que se defender. O pessoal concordou. Mas como organizá-los? Naquela época, a legislação permitia sindicatos urbanos, mas proibia, terminantemente, a organização de sindicatos rurais, cuja existência só viria a se concretizar no governo João Goulart, que fez a legislação.

Bom, teria ainda muitas coisas a dizer. Ocupi, afinal, os 10 minutos, mas vocês vão ter muito mais coisas importantes da história dessa época para ouvir. Obrigado.

O presidente - Romanelli, obrigado por seu depoimento. Com a palavra, o frei Osvaldo Augusto Rezende.

### Palavras do Frei Osvaldo Augusto Rezende

Boa tarde. Antes de mais nada, agradeço, na pessoa do deputado Rogério Correia, a toda a Assembleia Legislativa, em particular aos deputados que tomaram a iniciativa deste ciclo de debates. Agradeço a oportunidade que estão nos dando de falar aqui e, sobretudo, de deixar registrado nas crônicas que, na Casa do povo, aqui, neste dia de 31 de março, na triste lembrança do golpe de Estado, houve esta reunião e se registrou aqui, solenemente, o protesto do povo de Minas.

Estava escrito no papel que eu iria falar sobre a Igreja e, evidentemente, sobre a minha experiência. Mas há uma coisa que me incomodou e tem me incomodado muito, estes dias. Estes jornalistas, muitas vezes, são jovens, nem tinham nascido no época do golpe militar. Então, às vezes, há imprecisões, como li hoje, num grande cotidiano da manhã, que o Gen. Mourão saiu com suas tropas



e, imediatamente, o Gen. Kruel deu o seu apoio. Não foi verdade, não houve isso. Se fosse assim, à noite a ditadura já estaria instalada. Não. Ela foi instalada por força de outras coisas.

Há a ideia também, que se lê na imprensa, de que havia dois campos: a preparação do golpe dos militares contra o Jango e a de um outro golpe, que seria o golpe do presidente João Goulart.

O golpe do presidente João Goulart não existiu. Isso foi uma mentira. Sou uma pessoa educada, por isso falo “falta de verdade”, mas aqui digo “mentira”, porque quem afirma isso são homens que sabem muito bem por que houve o golpe de Estado e, melhor ainda, por que houve o Ato Institucional nº 5. O ato não foi para combater guerrilha, pois não havia guerrilha instalada no Brasil, mas para combater, sobretudo, a sociedade civil que estava se reunindo e manifestando sua revolta contra o regime militar. Manifestavam na rua, manifestavam no parlamento - muito concretamente recusando a cassação do deputado Márcio Moreira Alves - e manifestavam no Supremo Tribunal Federal, concedendo *habeas corpus* aos estudantes presos no congresso de Ibiúna. Uma ditadura encurralada editou o Ato Institucional nº 5. Creio que teremos oportunidade, dentro de quatro anos, de nos lembrar detalhadamente, aqui mesmo nesta Casa, desse crime contra a nação brasileira.

Eu tinha de 15 a 16 anos quando comecei a militar. Lembro-me de uma frase de Fernando Sabino: “Somos uma geração temporã, amadurecida cedo demais para a vida”. Naquela época, éramos colegiais, mas já nos organizávamos. Eu participava da Juventude Estudantil Católica. A Igreja nunca foi um bloco totalmente unido, sobretudo nessas questões. Nunca. A começar dos apóstolos de Jesus Cristo até hoje, mas naquele tempo, menos ainda. Sobretudo na base, havia padres e o movimento da Ação Católica, que na época se chamava progressista. O que eles queriam? Reformas de base: reforma agrária, política e educacional. Meus amigos, todas estas coisas pelas quais até hoje, parece-me, continuamos lutando.

Por outro lado, havia aqueles que se opunham. O Brasil era bem diferente. O Congresso Nacional, em sua maioria, compunha-se de representantes de regiões rurais. Hoje isso é bem diferente. Havia o problema da governabilidade. O presidente João Goulart assumiu o poder em condições terríveis. Esse golpe de Estado, que hoje estamos lembrando, foi preparado de longa data. Em 1954, tentaram derrubar o presidente Getúlio, que respondeu a isso com uma bala no coração. Em 1955, tentaram impedir que o presidente Juscelino Kubitschek, que dá nome a este Plenário, tomasse posse. Em 1961, quando o presidente Jânio Quadros renunciou, tentaram impedir a posse do presidente João Goulart. E houve a tentativa de golpe em 1964 - e aí foi a boa. Chegaram ao poder e deixaram claro: “Nós não o largaremos”.

Como a Igreja funcionou nesses termos? Eu pertencia à Ordem dos Dominicanos, que sempre teve posições muito firmes no que diz respeito à justiça social, à liberdade, aos valores da nossa civilização: liberdade, igualdade e fraternidade. Tínhamos criado o *Brasil, Urgente*, único jornal independente do Brasil.

Estávamos colaborando na organização da Universidade de Brasília. Enfim, uma série de iniciativas estavam sendo tomadas. No meio desse entusiasmo - vocês não podem imaginar como era entusiasmante aquele tempo, quando se lutava pelas reformas de base no País -, a nossa esperança, toda a nossa luta de jovens foi frustrada por esse golpe militar. Foi duro para aquela geração, para aqueles que tinham entre 17 e 20 anos ver o seu futuro talhar por causa de um punhado de generais à beira da aposentadoria. Eram generais à beira da aposentadoria comprometendo seriamente a vida daqueles que começavam a sua existência na sociedade civil.

É triste dizer, mas naquele momento a Igreja - da qual sou membro, como dá para ver - estava, na sua maioria, perplexa. Refiro-me aqui ao nosso episcopado, com as reformas que vinham com o Concílio Vaticano II. A maioria dos nossos bispos ainda não tinha muita clarividência sobre o que estava se passando, mas a direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sim: o presidente D. Carlos Carmelo Motta, grande mineiro que foi contra o golpe de Estado e de quem nunca podemos nos esquecer, e D. Hélder Câmara. Vou terminar, mas não sem lembrar de algo que o presidente João Goulart me disse em Paris, em uma tarde em que eu, Glauber Rocha e ele comemorávamos uma vitória nas eleições de 1974, quando o PMDB foi muito votado. Disse-me ele que, se tivesse ouvido o cardeal Motta e D. Hélder talvez tivéssemos tido outra saída, porque, em 25 de março, os dois conversaram com ele, no Palácio das Laranjeiras, e fizeram-lhe o apelo de tentar o diálogo, porque “eles vêm aí e os americanos estão prontos para intervir”.

Acabou meu tempo, como naquela época acabava o tempo do presidente João Goulart e da democracia no Brasil. Muito obrigado.

O presidente - Agradecemos ao frei Osvaldo o depoimento. Hoje pela manhã, comentei que fizeram recentemente uma marcha pela volta do regime militar, o que muitos consideraram como um procedimento democrático, entendendo que foi uma mera marchazinha pedindo o regime militar de volta, como se isso fizesse parte do conteúdo da luta democrática. Não é. Não podemos considerar isso como parte do processo democrático. Os que reivindicam uma intervenção militar reivindicam que se coloque fim ao regime democrático, à liberdade de um país e à liberdade individual. Portanto, como o Betinho me soprou, é crime. É crime fazer manifestações pela volta de um período de corte da liberdade das pessoas. Na Europa isso é proibido. Na França, como diz o frei Osvaldo, estariam presos. Aliás, também é proibido que os neofascistas e neonazistas façam - como tentam fazer na Europa - manifestações pela volta daquela coisa horrorosa que chegou a assumir o poder na Itália e na Alemanha. O regime militar agiu da mesma forma. Então, não podemos nos conformar com esse tipo de manifestação, como se fosse um espaço democrático. E muito menos que parte da mídia brasileira dê tanta atenção e até ajude a convocar atos desse tipo. Isso, sim, é um crime que continua sendo cometido em nosso país.

O próximo orador inscrito, para falar de uma experiência muito importante, é o Sr. Wellington Moreira Diniz, ex-militante político em escola técnica industrial e ex-integrante da VAR- Palmares.

#### **Palavras do Sr. Wellington Moreira Diniz**

Boa tarde. É com o coração cheio de orgulho que hoje ocupo este espaço como um dos sobreviventes da luta armada neste país. Eu poderia usar estes 10 minutos para discorrer sobre as atrocidades de que tantos companheiros foram vítimas nos porões da ditadura aqui, em Belo Horizonte, no 12º RI, na 4ª Cia. de Comunicações, nas salas de interrogatório da Polícia Federal, no subsolo do Ed. JK, no Deoesp, o antigo Dops, no DOI-CODI, na PE da Vila Militar e na Operação Bandeirante. Esses foram centros de torturas pelos quais passei. Eu poderia ocupar o tempo descrevendo essas atrocidades. Mas, pelo contrário, hoje me sinto orgulhoso, sinto-me brasileiro, pois entreguei meu corpo, minha alma e meu espírito na luta pela nossa liberdade.



Creio que estamos passando por um momento muito especial, porque a alavanca que me moveu para ingressar na luta armada é a mesma que me move hoje: a fé, o acreditar. Acredito no meu coração, acredito no meu sentimento. Para mim, 31 de março é o dia que eu relembro como o mais tenebroso que este país já viveu, mas essa data me traz à lembrança também a força e o poder do amor que ainda está no coração de muitos brasileiros. Grande parte deles está aqui: meus companheiros, alguns conhecidos, como o Romanelli, meu mestre, e tantos outros. São companheiros que viveram transições, como bem disse o frei em uma casa na qual me abrigou e me escondeu, o convento da Serra, o convento dos dominicanos. Há pouco, na mesa, eu falava que a rebeldia era tão grande que até o vinho dos padres nós roubávamos - vinho gostoso!

Em 1968, fui preso pela primeira vez pelo Exército, e no momento existiam quatro presos políticos: três padres franceses e eu. Foi quando caiu o congresso de Ibiúna. Foram trazidos outros presos, do congresso estudantil de Ibiúna. Para nós quatro foi muito bom, porque paramos de apanhar vários dias. Havia muita gente para apanhar. Para nós foi uma alegria. Mas, nesse momento, apanhávamos ainda de cassete de borracha, pedaços de caibro, com saquinhos de areia para não deixar marca. Nesse tempo era pancadaria. Depois fui preso no tiroteio do Largo do Machado, já militante da Vanguarda Popular Revolucionária, e, depois da VPR, como comandante de uma unidade de combate em que desenvolvemos várias operações militares, entre elas várias operações em quartéis e bancos, que eram estratégicas para o desenvolvimento da luta armada.

Ao revivenciar todo esse período, notamos uma diferença muito grande entre a tortura aplicada em 1968 e a tortura em 1970, quando já existiam os especialistas americanos que vieram do Vietnã para dar curso de tortura. Em Juiz de Fora, foi dado um curso de tortura. Há gente assentada ali, a Imaculada, há outros companheiros, a Carmela Pezzuti, o Nilo Sérgio e vários outros companheiros que foram torturados num plenário de oficiais, que vomitaram e não conseguiram chegar até o final, apenas com a apresentação da tortura.

Não falei disso, mas da minha fé. Quero falar da minha alegria de ter podido participar daquele momento em que as nossas mãos, as nossas mentes, os nossos corpos foram utilizados para destruir a ditadura. Quero falar da minha alegria de hoje podermos estar assentados aqui, companheiros sindicalistas, religiosos e companheiros da luta armada. Até na própria esquerda existia uma grande divisão. Perdemos muitos processos políticos, da mesma forma como perdemos os nossos valores morais. No meu tempo, um desembargador e um juiz eram pessoas ilibadas, exemplos em que os nossos pais nos diziam para nos mirarmos; hoje vemos muitas excelências que viraram verdadeiras excrescências. Hoje, até mesmo esta Casa, que é a Casa do povo, é sustentada por brava luta de uma parte de cidadãos brasileiros e “excrementada” pela participação de outros cidadãos.

Creio nesta juventude que vejo aqui. Creio em vocês que hoje estão aqui e têm amor no seu coração, para que possamos dialogar, em vez de determinar regras para os cidadãos cumprirem.

A nossa independência foi feita por Sua Majestade, e até hoje continuamos colônia. As capitânicas hereditárias de Sarney, do Toninho Malvadeza, Antônio Carlos Magalhães, e por aí ainda continuam existindo. Tenho fé na liberdade, na vida e na capacidade do povo brasileiro de voltar a pegar as armas contra qualquer ditadura. Eu voltaria, somente com mais experiência, mais inteligência, mais capacidade e mais orgulho de ser um cidadão brasileiro. Muito obrigado.

O presidente - Muito obrigado, Wellington Moreira Diniz, pelo presente e pela sua luta no passado. O povo mineiro agradece - e tenho certeza de que o povo brasileiro também - pelo que você fez e é hoje: um exemplo dessa luta contra a ditadura, assim como todos da Mesa. Parabéns.

Com a palavra agora, o companheiro Cléber Consolatrix Maia.

#### **Palavras do Sr. Cléber Consolatrix Maia**

Boa tarde, amigos e amigas, companheiros de luta. Esta vida é uma eterna luta. Quando começamos, juntamente com o pessoal da Assembleia, a preparar este ciclo de debates, num determinado momento tivemos medo de trazer para cá uma série de teses acadêmicas, pessoas que viessem falar sobre o passado. No entanto, tivemos a felicidade de montar um painel como este: vários setores da cidade dando aqui seu depoimento - como cada setor conseguiu fazer sua resistência. Sei que é muito difícil em 10 minutos falar sobre os 50 anos de resistência, mas tentaremos. Vim aqui para falar sobre a experiência da resistência do movimento secundarista.

Em primeiro lugar, queria dizer que sou do interior; cheguei a Belo Horizonte em 1963 e tinha sido seminarista em 1958. No interior, eu era ligado a uma igreja bem conservadora. Foi exatamente por causa disso que, chegando a Belo Horizonte, fui estudar no Colégio Anchieta. Logo depois de março, ou seja, em abril de 1964, a família de Assis Chateaubriand lançou a campanha “Ouro para o bem do Brasil”. Como colégio conservador, o Anchieta participou dessa campanha e recolheu alianças, brincos, etc. Infelizmente, fui escolhido pela diretoria do Colégio Anchieta para ir à TV Alterosa fazer a entrega do ouro recolhido. Ouro que, por sinal, até hoje ninguém sabe onde está. Certamente não chegou a lugar algum.

Em junho de 1964, descobrimos que esse não era o caminho. Quando descobrimos que deputados estavam sendo presos, que várias pessoas estavam sendo presas no interior de Minas e do Brasil, camponeses, etc., percebemos que aquele não era o nosso caminho. Aí começamos um processo de efetiva resistência à ditadura militar.

Em 1965, eu estava no Colégio de Aplicação, que hoje está se transformando no Memorial da Anistia Política no Brasil, quando começamos a fazer a campanha do voto nulo. Foram várias noites circulando pelas ruas de Belo Horizonte, fazendo pichação contra o voto em quem quer que fosse, porque havíamos percebido que as cassações que tinham acontecido eram para criar condições de eleição dos que eram interessantes para a ditadura. Isso foi em 1965. Por que estou nomeando o ano? Porque a ditadura foi, ao longo do tempo, aprimorando seus métodos e seu modo de reprimir a sociedade.

Em 1966, 1967, continuamos a campanha pelo voto nulo e, ao mesmo tempo, fizemos uma intensa campanha contra a ditadura. Então, nos anos de 1966 e 1967, em vez de fazer pichações pelo voto nulo, enchemos Belo Horizonte de faixas com os dizeres “Abaixo a ditadura”. Essas pichações eram feitas de madrugada, e tinha sempre de ter três pessoas: uma no bastão, uma em uma esquina e outra em outra esquina. Isso porque a polícia poderia chegar a qualquer hora, e acabaríamos presos. Então, tínhamos de ter vigilância nas duas pontas para evitar isso.



O ano de 1968 começou com o assassinato de Edson Luís, em 28 de março. Aí a nossa luta se intensificou, cresceu. Neste meu depoimento, quero contar o que fazíamos. Realizávamos - não é, Valter? - reunião na Fafich, na escola de direito, às 11 horas, e marcávamos um ponto em Belo Horizonte onde fazíamos comício. Saíamos todos semiclandestinamente. Chegando num determinado ponto onde havia grande concentração de gente, como ponto de ônibus, subíamos no capô de um carro, fazíamos - três ou quatro pessoas - um discurso de 3 ou 4 minutos e saíamos correndo, porque a polícia já tinha sido avisada e estava chegando. Foi desse jeito que preparamos a grande manifestação do dia 20 de agosto, uma grande passeata que teve como expoente da preparação o dia em que definimos que o local do comício seria dentro da Prefeitura de Belo Horizonte. Imaginem vocês que a Prefeitura de Belo Horizonte ficava a três ou quatro quarteirões do Dops. Nós, na clandestinidade, definimos isso. Poucas pessoas sabiam o que íamos fazer naquele dia. Ocupamos a prefeitura e a pichamos com os dizeres "abaixo a ditadura", subimos nas bancadas de atendimento e fizemos discursos nos três andares. Isso tudo foi em junho, e preparávamos a grande passeata do dia 20 de agosto. Foi quando, pela primeira vez - não é, Valter? -, tivemos de dormir fora das nossas casas, porque todas as lideranças da manifestação estudantil de Belo Horizonte estavam para ser presas. Fui descobrir, depois, que dormi no porão de uma casa em construção que era de Manoel Costa, presidente da Assembleia Legislativa. Eu, correndo da repressão, acabei passando a noite na casa do presidente da Assembleia Legislativa, mas, lógico, sem ele saber. Foi dessa forma que preparamos a grande manifestação e fomos recebidos a bala. Essa foi a primeira vez que a repressão usou balas. Fomos pela Floresta, descemos o Viaduto Santa Tereza, onde fomos cercados. Houve um tiroteio.

Coincidentemente, havia um estudante da Nicarágua que foi baleado, não é, Marvin? Tivemos de escondê-lo. Não podíamos levá-lo ao pronto-socorro, pois, se o levássemos, ele seria expulso do Brasil.

Foi assim que, no ano de 1968, tive de sair de Belo Horizonte e ir para São Paulo. Fui eleito vice-presidente da Ubes. Tenho a péssima memória de ter participado, em São Paulo, do confronto entre o CCC da Universidade Mackenzie e o pessoal da Faculdade de Filosofia Maria Antônia, na USP. Naquele momento o CCC nos atirou várias garrafas com ácido e destruiu a Faculdade de Filosofia Maria Antônia. Vários estudantes secundaristas que estavam lá naquele dia acabaram ficando escondidos por três ou quatro semanas no Crusp para se recuperarem das queimaduras nas pernas causadas pelo ácido. Para mim, este foi o ano de 1968.

A partir do final do ano, houve a decretação do Ato Institucional nº 5, o AI-5. É importante contar, pois é uma história interessante. O AI-5 foi decretado no dia 13, quando estávamos num encontro estudantil secundarista em Salvador. A partir dessa data as rodoviárias do Brasil inteiro ficaram sendo vigiadas, e nós fazendo um ponto de 6 em 6 horas, até passar o *réveillon*, até que tivéssemos condições de sair de Salvador e ir para casa. Naquele ano passei o *réveillon* nas dunas da Lagoa de Abaeté.

É uma pena que meu tempo esteja terminando. Não vou me alongar muito. Em 1969, começamos a preparar o novo congresso da Ubes. Na chegada do congresso, em São Paulo, no final de setembro, fui preso. Coincidentemente, fiquei preso até o dia em que Marighella morreu em São Paulo, 4 de novembro. Vou contar um dado interessante, frei Osvaldo. O avião da FAB que transportou o frei Tito do Rio Grande do Sul a São Paulo foi o mesmo que me levou de volta ao Rio Grande do Sul. Vinha do Rio Grande do Sul, mas, quando cheguei a São Paulo, fui preso.

Ao chegar a Porto Alegre, no mesmo avião, a revista *Realidade* tinha noticiado meu nome e o de Solon Eduardo Annes Viola, que estava preso junto comigo. Ao chegar a essa cidade, ouvi nos corredores o comentário de um cara - que aliás frequentava as reuniões do DA da faculdade de filosofia - de que eu havia dado sorte. O fato de a revista *Realidade* ter divulgado minha prisão impediu que dessem cabo da minha vida.

Não vou me estender mais, pois a história é longa. Com esses depoimentos, espero ter contribuído de alguma forma para esse processo de resistência. Tenho certeza, como nosso amigo da luta armada, de que essa luta vai continuar, e, um dia, ainda vamos conquistar a sociedade pela qual estamos lutando há 50 anos. Muito obrigado.

O presidente - Muito bem, Cléber. Obrigado pela sua contribuição. Agora vamos ouvir uma voz feminina, uma voz com experiência na resistência no campo entre os trabalhadores rurais. Queria chamar para dar seu depoimento a companheira Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, a Cida, de Unai. A Cida também teve seu pai assassinado na luta por liberdade no Brasil e em Minas Gerais. Com a palavra, a Sra. Maria Aparecida Rodrigues de Miranda.

#### **Palavras da Sra. Maria Aparecida Rodrigues de Miranda**

Boa tarde a todos e a todas, cumprimento a Mesa. Quero reconhecer a grandiosidade deste evento. Venho trazer a voz dos trabalhadores rurais, dos camponeses. Sou filha de sem-terra, sou sem-terra também, da região do Noroeste de Minas. Uma das regiões que, infelizmente, até hoje ocupam as páginas dos jornais de Minas Gerais devido à violência. O meu testemunho é de um período que foi chamado de transição. Eu tinha 2 anos quando a ditadura se instalou no Brasil, mas para nós, do campo, esse estado de coisas, essa situação se estendeu por muito tempo com toda a sua atrocidade. Aqui estamos ouvindo olhares sobre essa realidade, e na minha leitura muito dessa base de exploração, de desigualdade continua inalterada nas relações que vemos até hoje na questão da terra, do campo, da reforma agrária.

Antes de iniciar o meu depoimento, quero apresentar para vocês um trabalho de pesquisa que se chama *Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962 e 1985*. Na minha opinião é um trabalho maravilhoso da Comissão da Verdade, que muito recentemente reconheceu publicamente, nesse grande esforço de trazer à luz essa memória, o campo como parte desse grande espetáculo da violência que o Brasil viveu e em cima da qual na realidade foi fundado - como foi o Brasil invadido pelos portugueses, como os povos que moravam aqui foram dizimados oficialmente e como até hoje os indígenas e os quilombolas, que representam esses primeiros povos, sofrem para ver reconhecidos os seus direitos. Esse livro foi uma das publicações da Comissão da Verdade em 2010, e o considero muito importante porque reconhece no contexto da ditadura militar como foi cruel essa realidade no campo brasileiro, e muito desconhecida.

Uma das coisas que quero testemunhar é como a questão do campo ficou esquecida na memória de todos nós, mesmo nessa memória coletiva de resistência. Isso não é por acaso. Parece existir um conluio silencioso que deixa à margem essa questão tão importante e revolucionária. Hoje pela manhã fiquei ouvindo os depoimentos de todos que falaram à Mesa, e é incrível, pois uma das



reformas de base estopim do golpe militar foi exatamente a reforma agrária. Era uma das reformas mais perigosas e que mais ameaçavam esse poder, fundado no latifúndio, fundado em uma sociedade escravocrata. O direito à propriedade é algo tão forte, tão basililar desse modelo que continua até hoje intocado. Portanto, quando há uma publicação como essa, damos um passo, e seria bom se todos vocês conhecessem e divulgassem.

Esse dia de hoje também é bastante histórico nesse sentido. Eu estava como dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí em 1981. Estou demarcando a partir dessa data porque o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unaí foi fruto histórico de todas essas lutas relatadas aqui. O sindicato foi produto do trabalho da CPT, das comunidades eclesiais de base, de todo esse trabalho espalhado pelo Brasil inteiro. A Igreja Católica revia a sua posição e construía um processo de formação política, de escola de luta popular.

Nesse contexto nasceram vários sindicatos de trabalhadores rurais, nesse contexto nasceu minha experiência e a minha militância nesse campo. Naquele momento, por mais incrível que pareça, sindicalizar-se, ter direito a uma associação, fazer uma carteirinha de sindicato para reivindicar direitos básicos ainda era considerado crime. Tive várias contendas com juízes das comarcas, com delegados de polícia, na condição de presidente de sindicato. Incriminavam um trabalhador rural, um assalariado rural, um posseiro e um parceiro, simplesmente por ele se dirigir à sede do sindicato ao qual se associava.

O que acontecia naquele momento? Discutia-se abertura política e novamente se escutava o discurso da reforma agrária. Aparecia novamente essa grande demanda, mas, ao mesmo tempo, os latifundiários se organizavam com muita força. O simples fato de alguém se associar ao sindicato era considerado crime. Imaginem quanta ousadia era juntar trabalhadores rurais desprovidos de direito e de reconhecimento, criar uma organização própria e ainda dizer que tinham direito a um pedaço de terra para trabalhar. Isso tudo virou a marca de nosso sindicato. Começamos a organizar os posseiros, os parceiros, os assalariados, aquelas pessoas que não tinham voz ou qualquer reconhecimento, para que o seu direito fosse respeitado. Esse era o nosso compromisso.

Utilizamos, durante dois anos, o Estatuto da Terra, primeira lei criada dentro do regime militar. Havia apenas um item naquela lei que servia no momento, a função social da propriedade. Onde havia um conflito por terra, um conflito por direito, aquela fazenda poderia ser objeto de desapropriação para fins de reforma agrária. E assim aconteceu.

A primeira desapropriação de terra de Minas Gerais, para fins de reforma agrária, foi em São Francisco, no Norte de Minas, organizada pelo nosso companheiro Elói Ferreira da Silva, que em 1984 foi assassinado em razão de sua luta. Elói Ferreira da Silva foi uma das nossas referências porque desenvolvia o trabalho de organizar trabalhadores rurais, em diversas faces da exploração, e canalizar isso para uma luta política por direitos e por reforma agrária. Elói foi assassinado logo após receber uma medalha de honra do governo do Estado de Minas Gerais. Ele a recebeu em 16 de dezembro. Nessa homenagem ele dizia que a luta dele era por justiça. Dizia ser contra a violência, que estava ameaçado de morte, mas que acreditava na força do povo. Alguns dias depois, Elói foi assassinado. Presenciamos a crueldade deste estado brasileiro. Muitas vezes a omissão do Estado se torna uma ação violenta. O caso do Elói nem a julgamento foi.

Em 1985, no meio dessa luta, meu pai foi assassinado, numa fazenda chamada Riacho dos Cavalos, Mandiocal, no Município de Bonfinópolis. A minha mãe foi baleada pelo próprio fazendeiro. Mais uma vez, fomos reivindicar ao Estado o seu papel de julgar e condenar o assassino. Ele foi julgado duas vezes e praticamente inocentado. Assistimos a uma situação muito delicada. Meu pai e minha mãe se tornaram criminosos e estavam sendo julgados naqueles dois julgamentos.

Dado o tempo que temos para fazer este depoimento, quero trazer meu testemunho aqui e dizer que a Comissão da Verdade em Minas Gerais tem como uma de suas tarefas recuperar a história do campo de Minas Gerais. Houve lutas muito importantes em várias regiões do Estado. Algumas delas estão registradas aqui; outras ainda estão no anonimato.

Espero que essa Comissão da Verdade tenha o apoio da Assembleia Legislativa e de todos que estão aqui, para que possamos continuar o resgate da memória. Era isso que eu tinha a dizer. Agradeço-lhes a oportunidade. Obrigada.

O presidente - Muito obrigado, Cida, pelo depoimento.

É bom ressaltar também que, durante o regime militar ou a ditadura militar, nas décadas de 1970, 1980, foram expulsos do campo brasileiro cerca de 50 milhões de pessoas. Houve um êxodo rural absurdo, fruto da ditadura, chamado de Revolução Verde. Foi a época do milagre econômico, a época em que promoveram a expulsão de trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. A estimativa foi a expulsão de 50 milhões de pessoas, porque se incentivou, a partir daquele momento, a entrada do chamado agronegócio, que são os latifúndios e as grandes empresas agrícolas.

Aqui, em Minas Gerais, no cerrado, eles amarravam correntes em trator e iam pelo cerrado afora, derrubando o que tinha para o plantio de eucaliptos. Em convênios que fizeram com empresas, elas pagavam uma mixaria por ano, por hectares de terra. Era dado o prazo, em contratos - que duraram e duram até hoje -, de 30, 50 anos. Alguns terminaram agora. Eles estavam na Justiça, porque terras do Estado foram oferecidas, em contratos, a essas empresas chamadas de reflorestadoras. Foi uma época terrível no campo, também nesse sentido. Foram expulsas 50 milhões de famílias. Isso explica muito a desigualdade social no Brasil, não é Durval Ângelo? Pessoas vieram para os grandes centros e se acomodaram em favelas. Elas não tinham formação técnica nem escolar para virem para os grandes centros.

Às vezes, ouvimos horrores sobre a ditadura; outras vezes, ouvimos que ela trouxe progresso. Isso é mentira, é falácia. Ela trouxe miséria, e uma das formas dessa miséria foi a expulsão de milhões e milhões de famílias brasileiras do campo. Esse malefício também tem de ficar registrado aqui. Hoje há dificuldades para dispormos de programas sociais que agreguem famílias e leve-as a produzirem novamente. É uma imensa dificuldade torná-las agricultoras familiares novamente.

Imaginem se há 50 anos, ao invés da Revolução Verde, entre aspas, tivéssemos feito eletrificação rural, programas de crédito para os trabalhadores, programas de comercialização de alimentos para os agricultores familiares, programas como o Água para Todos e programas de reforma agrária? Certamente, a condição do Brasil hoje, do ponto de vista da concentração de renda, seria muito diferente. Evidentemente, a ditadura trouxe a concentração urbana com seus diversos problemas, como o da mobilidade urbana. Isso é

fruto de um regime militar, de uma ditadura, momento em que não se podia discutir com ninguém o modelo real de desenvolvimento do nosso país.

Do ponto de vista social, é preciso criticar a ditadura. É preciso criticar a ditadura também quanto às questões de liberdade e tudo o que temos dito do ponto de vista econômico. Ela foi uma falácia e um malefício para os mais pobres no Brasil. Isso é preciso ser dito também.

Fazendo parte das comemorações dessa luta contra o regime militar, contra a ditadura, aproveito para chamar quem puder comparecer, os telespectadores da TV Assembleia, para o lançamento do livro *Nós dois*, de Nita Freire e Paulo Freire, às 19 horas, no Memorial da Anistia, entrada atrás da antiga Fafich, entre as Ruas Primavera e Carangola. Esse lançamento é uma realização do Sind-UTE, da CUT e tem o apoio do meu mandato.

Com a palavra, o Sr. Sirlan de Jesus.

#### Palavras do Sr. Sirlan de Jesus

Boa tarde, senhoras e senhores; amigos da Mesa; deputados Rogério Correia, Durval Ângelo, André Quintão e deputada Liza Prado, meus respeitos e obrigado por proporcionar um ambiente de debate e exposição de ideias e motivos.

O Pedro Paulo deu um depoimento que me economiza muito explicar ou dizer mais coisas sobre a vida artística, a censura, sua concepção, etc. Vou ater-me a falar mais sobre a experiência que vivi, que foi trágica e cruel. Não sofri tortura física, não fui preso, apanhei pouco, mas sofri uma pressão psicológica das mais terríveis de que se teve notícia no País.

Comecei minha vida muito cedo, trabalhando. Já com 11, 12 anos, trabalhei em um jornal importante, chamado *Correio de Minas*, que congregou pessoas da maior importância para o jornalismo deste país. De lá fui para a TV Itacolomi, em 1964, oportunidade em que pude ajudar a muitos que fugiam da polícia. Das manifestações nas escadarias da Igreja São José, muitas vezes os manifestantes, fugindo da polícia, subiam pelo Edifício Acaiaca, e eu tive a oportunidade de escondê-los na sala onde trabalhava. Convivi com muita gente, em um período em que as pessoas tinham muita generosidade, passavam muita informação, portanto cresci entendendo o que acontecia à minha volta, o que não é muito comum hoje a meninos de 13, 14 e 15 anos, porque há uma lei que diz que não podem trabalhar, mas podem muitas vezes traficar, e com outras confusões que estão aí colocadas e que a gente precisa rever e repensar.

A minha vida artística começou também muito cedo, cantando em bares de Belo Horizonte. Fui músico, baterista em muitos bailes. Em 1969, comecei a tocar com o MPB4, o que também me aproximou ainda mais de uma realidade da música, da questão social e de como a arte podia prestar alguma contribuição não só à cultura, mas também à sociedade naquele momento.

Em 1972, fui participar do Festival Internacional da Canção, um dos dois importantes festivais que aconteciam no País. Havia esse que era realizado no Rio de Janeiro pela Rede Globo e o de São Paulo, pela TV Record, de onde surgiram os principais nomes de autores e intérpretes da música brasileira. A minha música, em parceria com Murilo Antunes, chamada *Viva Zapátria*, foi classificada, e aí começou o martírio da minha vida. A música foi censurada já para o festival, mas, como havia o interesse muito grande da Rede Globo e de todo o momento musical, houve um empenho imenso para que ela fosse liberada. Há passagens que chegam a ser hilárias, pois até as mulatas do Sargentelli foram mobilizadas para ajudar a amaciar os censores. É uma coisa que beira o ridículo o tempo inteiro. A nossa música foi liberada por todo esse empenho e também porque, à época, o Chico Buarque era meu amigo e nos orientou que o que funcionava naquele momento, na censura, eram histórias absurdas, e que era para a gente - eu e o Murilo Antunes - inventar uma historinha interessante, porque tínhamos a chance de liberar a música.

O nosso enredo foi a música *Viva zapátria*, que, na verdade, foi feita em 1968, época muito acirrada pela morte do Edson, no calabouço. Essa música foi feita em homenagem ao filme *Viva Zapata* e ao Marlon Brando, ator que admirávamos muito. Isso foi declarado por próprio punho na letra da música que estava na mesa do censor. O Murilo assinou para comprovar isso, e a música foi liberada para apresentação no festival. O resultado surpreendeu a todos, especialmente a mim. Eu só esperava participar do festival e começar uma carreira de compositor e cantor. A música obteve um sucesso surpreendente tanto no Brasil quanto no exterior e emocionou a todos - a mim sobremaneira.

A partir de então, a perseguição se instalou. Fui contratado pela Som Livre e fiquei dois anos tentando gravar um disco, mas não consegui a liberação de nenhuma música. A pressão era completa. Durante um período, precisei ir semanalmente ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, onde a censura estava instalada, para assinar o ponto. A minha carreira profissional foi absolutamente aniquilada, não pude fazer nada. A situação chegou a um ponto que eu não pude fazer aparição pública. Aqui em Belo Horizonte fazíamos um *show* chamado *Fio da Navalha*, que ocorria dia 25 de dezembro. Em 1972, fui impedido de participar desse *show*. Eu não podia sequer subir ao palco. Mesmo subindo e ficando calado, a ameaça era clara: parariam o *show* e prenderiam todo mundo. Havia uma intenção clara, tácita, de acabar com a minha carreira, retirar-me de circulação, assim como mataram alguns, deportaram outros e prenderam outros. A estratégia adotada no meu caso era acabar com a minha carreira e não me deixar falar nada. Fui censurado o tempo todo. Para vocês terem ideia dos absurdos que ocorreram, eu tentei liberar uma música que nem era minha - nessa fase eu pegava música de amigos para gravar um disco -, e sim do Tavinho Moura e do Murilo Antunes. Determinado trecho dessa música dizia: "Portenha madre nuestra canta o que ficou atrás do sol". Ao vetar a música, o censor escreveu no seu verso: "Portenha madre nuestra, local onde surgiu o movimento de Fidel Castro." A seguir: "Canta o que ficou atrás do sol, lembrança do passado presente". Era um poeta travestido de censor ou vice-versa. Era assim que as coisas funcionavam.

Algum tempo depois, o Roberto Moura, crítico musical, que escreveu no Pasquim durante muitos anos, fez um tratado apresentado em um encontro internacional sobre música, da UFRJ, em que ele fala sobre os problemas da censura com a cultura e a música brasileira e da preocupação da ditadura em cercear os artistas impedindo-os de se manifestarem e de estimularem a inteligência e o pensamento do público em geral. Ele citou nomes como Cacaso, Chico, Paulo César Pinheiro, Gilberto Gil, Capinam e muitos outros que sofreram na pele os efeitos da censura. Além de nomes, citou os problemas passados. As pessoas estavam ali não apenas defendendo suas ideias, mas a possibilidade de sobrevivência profissional. Todos conseguiram driblar a censura usando artifícios e metáforas que, de fato, eram a grande arma da música brasileira naquele momento. O Chico fez muito isso. No meu caso, Roberto citou o momento em que a ditadura conseguiu sucesso, porque realmente retirou-me de circulação e aniquilou a minha carreira.



Só consegui gravar um disco em 1979 em um quadro completamente diferente, adverso, já com uma série de cerceamentos das gravadoras. Foi duro. O difícil foi durante todo esse tempo - em 1972 eu tinha 21 anos - não me deixar cair na depressão, no alcoolismo, na droga e no suicídio. Sidney Miller, por exemplo, não aguentou a pressão e acabou cometendo suicídio.

Então, foram duros os dias, mas, ainda assim, eu e meus amigos continuamos resistindo, pensando, raciocinando, produzindo, mesmo não podendo gravar e levar isso ao público. O mais importante é estarmos vivos e termos uma visão crítica de tudo isso. Hoje é um dia de celebração porque o espaço dado a essa questão é cada vez maior. Esta discussão não pode parar. A luta não parou, não terminou. Há muito a ser feito, há muito a ser conquistado. Temos de ter consciência disso e repassar essa história aos jovens, para que eles saiam desse abismo cultural em que o Brasil se encontra, para que saiam dessa desinformação proposital, porque até hoje paga-se caro pelo que foi feito pela ditadura. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O presidente - Muito obrigado, Sirlan, pelo seu depoimento sobre a censura. Pois bem, vamos dar continuidade aos trabalhos, chamando o próximo companheiro para expor também aqui a sua resistência no período da ditadura. Com a palavra, o companheiro Vicente Gonçalves, o Vicentão. Ele é uma liderança importante dos moradores de vilas e favelas em Belo Horizonte.

#### **Palavras do Sr. Vicente Gonçalves**

Cumprimento o presidente da Mesa e os demais presentes. Quero cumprimentar o Braz, que foi um lutador antes de 1985 e, ao mesmo tempo, quero nomear um grupo: Helena Greco, Bizoca, Inês Nahas, Antônia e Betinho Duarte. Foi o pessoal que marchou direto em Belo Horizonte contra a ditadura. Enquanto todos estavam quietos e calados, saímos pelas ruas e nesta Casa gritamos: abaixo a ditadura militar. Daí para a frente, vimos todo o Brasil levantar dizer: abaixo a ditadura! E a luta se acirrou em todo o território nacional. Isso, para nós, é uma vitória que estamos consolidando hoje. Consolidar sempre, porque vocês, que são jovens, vocês, que não passaram pela desgraça chamada ditadura militar, não sabem o que é sofrimento, o que é perder amigos e jovens inocentes, idealistas, que não pensavam em derrubar governo nem nada. Queríamos apenas avançar com a doutrina social da igreja. Sou marxista leninista. Os sindicalistas estavam lutando pelos seus salários; lutando contra a exploração do homem pelo homem; lutando para que as mulheres tivessem o direito que hoje elas conquistaram e não estão sabendo usar; lutando para que a reforma agrária fosse uma verdadeira fonte de alimentação e riqueza para o Brasil.

Tivemos aqui uma ditadura que expulsou o homem do campo, massacrou, matou e estuprou. Para dizer a verdade, nessa época chegaram a engravidar mulheres e depois fizeram-nas abortar.

Senhores, isso não pode acontecer nunca mais. Já estou com 82 anos. Vocês, jovens que aqui estão, devem lutar para que isso nunca mais aconteça no País, que seja uma tônica dos senhores lutar pela liberdade, contra a ditadura militar ou qualquer ditadura que venha sufocar a liberdade. Devemos ter sempre em mente que o Brasil é uma terra que dá de tudo, que, plantando, dá. Precisamos plantar também no nosso espírito e no de todos os jovens: liberdade, liberdade, ditadura nunca mais.

O presidente - Muito bem, bravo guerreiro Vicentão. Agora mais uma companheira exporá a experiência das mulheres. Com a palavra Zélia Rogedo.

#### **Palavras da Sra. Zélia Rogedo**

Tentarei falar em menos de 10 minutos. Muita coisa já foi dita aqui, e quero falar sobre uma delas: o pré-1964. Várias pessoas dizem que era um País inteligente e polarizado. Lembro-me de que no meio de muitos jovens secundaristas conversávamos sobre Sartre, Simone de Beauvoir, Ingmar Bergman e o cinema novo etc. Fico até imaginando quanta bobagem teríamos falado. Mas era um clima de conversa, de discussão, de procura para entender o Brasil, as pessoas e as relações. Era muito bom mesmo. Acho que foi um crime cometido com esse golpe militar, porque arrasou com tudo isso.

Pediram-me para falar aqui sobre movimento estudantil. Então, quero lembrar um pouco o que foi a UNE no momento pré-1964. Era um movimento forte que estava desenvolvendo um trabalho por todo o País, por meio da UNE Volante, do CPC da UNE, e que motivou o surgimento de peças importantes de teatro, músicas importantes, vários movimentos culturais que denunciavam o que estava acontecendo no Brasil, um País desigual, denunciavam o imperialismo americano. Propunham uma nova direção para o País, dentro dos quadros, claro, daquele momento - era o tempo de João Goulart -, propunham reformas de base, as reformas agrária, bancária, universitária e várias outras. O País estava polarizado. De um lado estava a direita aguerrida, que queria uma luta contra o comunismo, contra o governo João Goulart, contra as organizações populares, que era cristalizada nos grandes empresários nacionais e estrangeiros, banqueiros, latifundiários, parcelas da Igreja. Lembro-me aqui do bispo D. Sigaud e do Castro Meier, que eram radicais na luta contra a reforma agrária, e de católicos radicais contra a reforma agrária, como o movimento Tradição, Família e Propriedade. Do outro lado estávamos nós, nos movimentos estudantis e operários, nos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, articulando-nos em apoio às reformas e contra a direita.

Eu me lembro de que na época, especialmente no período de 1963 e 1964, eu era da regional da JEC em Minas Gerais. E, como uma componente da regional, viajava muito. Nos dias que antecederam o golpe militar, estava viajando por Governador Valadares, Teófilo Ottoni, Itambacuri, terminando em Nanuque. O tema da reunião girava em torno de "Bíblia e reforma agrária". Naquele tempo, as comunicações não eram como as de hoje. Não havia rádio, nem telefone direito.

Então, quando voltei a Belo Horizonte, como estudante secundarista, vi que a sede da ação católica, na Rua Espírito Santo, havia sido invadida, com papéis jogados ao chão, uma confusão danada. Desse período em diante, tivemos de nos reorganizar no movimento estudantil.

Em 1965, entrei para a universidade, para a Fafich, no curso de sociologia. Durante o ano de 1964 e 1965 estávamos organizando o trabalho; no ano de 1966, já estávamos participando e organizando grandes passeatas em Belo Horizonte. Organizamos uma passeata muito importante, quando o Castelo Branco veio a Belo Horizonte pela primeira vez. Em vários pontos da cidade havia movimentação contra a ditadura, contra o Castelo Branco. Organizamos uma passeata que culminou com a ocupação da Faculdade de Direito, na qual ficamos sitiados durante muito tempo. Todo esse movimento mostrava claramente nossa posição contra o acordo MEC-Usaid, que era uma imposição da ditadura militar, ligada aos interesses americanos, para transformar a universidade em não democrática, centralizadora, tecnicista, contra a proposta de uma universidade democrática, anterior ao golpe militar.



Em 1966, conseguimos organizar em Belo Horizonte o XXVIII Congresso da UNE, da qual fui intermediária. Conversei com três franciscanos da Igreja São Francisco, do Carlos Prates, para encontrarmos um local para o evento, na clandestinidade. Obtivemos sucesso. Esse encontro foi realizado durante uma noite, com a participação de mais de 400 jovens do Brasil inteiro, dando um impulso na reorganização do movimento estudantil, porque, a essa altura, a ditadura já tinha fechado a UNE. A primeira coisa que fizeram foi incendiar a sede da UNE, no Rio de Janeiro, e, posteriormente, impor novas entidades estudantis - entre aspas -, que não representavam, naturalmente, os estudantes.

Depois, fizemos uma caminhada, chegando ao Congresso de Ibiúna. Lá houve uma participação e um desastre muito grande, porque as lideranças foram todas presas. Nessa caminhada, o movimento estudantil anteriormente ao golpe e durante o período da ditadura militar era dividido em vários grupos. Eu era da Ação Popular - AP -, que teve uma importância muito grande na direção da UNE durante muitos anos. Além da AP, havia o Partido Comunista, a Polop e vários outros. Trabalhávamos juntos, mas com muitas divergências.

Em 1970, com o aumento da repressão, nessa época já havia me formado, percebi que várias lideranças oriundas do movimento estudantil percorreram caminhos diferentes. Uma parcela caminhou para a luta armada, aliás perdemos companheiros de valor imenso. Lembro aqui vários, mas vou fazer menção a um querido irmão, o filho do Edgar Mata Machado, José Carlos Mata Machado.

Uma outra parcela continuou no trabalho de reorganização do movimento estudantil. Por fim, uma parcela grande partiu para um trabalho de construção da democracia, que chamávamos de luta institucional, em bares de periferia, em movimentos de mulheres, retomando ou criando entidades profissionais. Fui, por exemplo, uma das fundadoras da Sociedade Mineira de Sociologia. Essa sociedade, em plena época da ditadura, teve um papel importante, até trazendo professores que estavam banidos da universidade, como José Arthur Giannotti e Otaviano, de São Paulo.

Penso que o movimento estudantil foi um celeiro de lideranças, como as que partiram para a luta institucional, para o sindicato, para a baixa periferia, no MDB e no PMDB. Participei do trabalho de organização do movimento de mulheres do MDB, na luta contra a ditadura e pela anistia, dentro do PMDB. Então, acredito que foi um celeiro de militância e que contribuiu muito para chegarmos a essa democracia que temos hoje e reconhecer que, como já foi dito, muito temos ainda a caminhar. Há uma imposição da mídia muito intensa. Estamos vivendo um momento de narcisismo, de individualismo, de um hedonismo muito grande e, assim, temos ainda uma tarefa muito grande pela frente. Eram essas as minhas considerações.

O presidente (deputado André Quintão) - O Vicente vai dar um recado. O frei Osvaldo pediu uma gentileza porque exatamente às 17 horas terá de se retirar e gostaria de responder as duas perguntas que lhe foram dirigidas.

O Sr. Vicente Gonçalves - Quero dizer aos senhores que sou presidente da Associação dos Perseguidos Políticos do Brasil, que está de braços abertos para continuar na luta contra a ditadura.

O presidente - Com a palavra o frei Osvaldo, para responder às perguntas que lhe foram dirigidas.

O frei Osvaldo Augusto Rezende - Agradeço as perguntas porque podem ajudar a esclarecer algumas coisas. Passo a ler a primeira pergunta, do Afonso: "Como a Igreja viu a participação do padre americano na Marcha da Família com Deus pela Propriedade, Pe. Peyton, que foi deslocado dos Estados Unidos para a preparação do evento?". Ah, se fosse apenas o Pe. Peyton... Vieram para nós como presente US\$6.000.000,00, há 50 anos, para financiar a propaganda anticomunista. Não houve, então, só o Pe. Peyton.

Mas não foi somente ele. Permitam-me contar rapidamente uma história do frei Carlos Josafá, que chegou aqui para fazer essa campanha. Sabe-se que a devoção do rosário, do terço é da minha ordem, é dos pregadores, da Ordem dos Dominicanos. Podem ver que em Minas as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário são negras. Todas elas foram construídas por escravos, por negros. O frei Carlos foi o criador do jornal *Brasil, Urgente* e teve de deixar o País. Ele foi ao Rio Grande do Sul para defender as reformas de base. Lá estavam Leonel Brizola e todo esse pessoal, quando um grande grupo de senhoras chegaram para protestar contra o evento. Daí o frei Carlos, que estava usando o hábito - nosso hábito tem um rosário grande do lado -, mostrou o rosário e falou: "Minhas senhoras, o rosário é meu".

Quanto à preparação da Marcha da Família com Deus pela Propriedade, não foi somente o Pe. Peyton. É histórico. Na minha ordem há um lema: *Veritas*, verdade. D. Jaime de Barros Câmara, cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro, foi um grande articulador da Marcha da Família com Deus pela Liberdade naquela cidade, e, o que é pior, em São Paulo, na arquidiocese de D. Carlos Carmelo Mota, que não permitia que as instituições católicas participassem, mas participaram assim mesmo. Na época havia muita gente católica no clero que via com suspeita o Pe. Peyton. Hoje o repúdio é geral, chega a ser ridículo.

A segunda pergunta é sobre censura: "Houve censura por parte da ala mais conservadora da Igreja em relação aos padres e outros membros que eram contra o golpe e, posteriormente, contra a ditadura?". Quando podiam. No nosso caso, na Ordem dos Dominicanos, nunca tive nenhuma censura. Nunca fui impedido de fazer aquilo que era meu dever, mas havia denúncias. Escreviam para o Núncio Apostólico dizendo que tal padre era comunista, protestando ou, se era estrangeiro, pedindo para mandá-lo para fora. Depois o Núncio Apostólico chamava o superior, que era alguém de uma ordem ou congregação religiosa, ou o bispo para dizer que tal padre estava incomodando e que era preciso fazer alguma coisa. Conheci dois desses membros, que eram da nossa ordem, um deles o francês Jean Carbonelli. Em plena campanha pelo ensino público no Brasil contra as diretrizes e bases da educação nacional, defendendo o ensino privado, ele teve a ousadia de declarar: "A família é um conceito abstrato, isso não existe. O que existe são famílias, e as famílias brasileiras vivem na miséria". Ele foi embora do Brasil. Mas não podemos generalizar. Esses fatos foram episódicos, isolados, mas infelizmente importantes porque atingiam pessoas importantes.

Espero ter respondido. Falei de maneira a mais honesta que pude. Muito obrigado.

O presidente - Muito obrigado, frei Osvaldo, por sua presença. Fique à vontade. Com a palavra, o Sr. Carlos Cateb.

#### **Palavras do Sr. Carlos Cateb**

Congratulo-me com os deputados por permitirem que esta Casa seja realmente do povo e que o povo use este microfone. Sem dúvida, essa prática deve permanecer e ser aumentada tanto quanto possível.



Os fatos históricos já foram bem colocados. Mas, antes de falar sobre a limitação do exercício da democracia nos anos de chumbo, que foi grande, quero dizer apenas que em 1962 participei do I Encontro de Ligas Camponesas, em Recife, com o Arraes e o Julião. Estava hospedado na faculdade de direito daquela cidade, a que chamavam de calabouço, se não me engano, e ela foi literalmente metralhada. O que quero dizer é que muito anos antes de 1964 o golpe já vinha se armando.

Em 31 de março, eu participava de uma das aulas do Prof. Paulo Freire, em Fortaleza, sobre como alfabetizar o adulto. Os jovens não vão se lembrar, mas a trilogia maior do Prof. Paulo Freire era: politizar, conscientizar e, depois, alfabetizar. Então, como já se disse aqui, precisamos conscientizar cada dia mais a juventude, os adolescentes e o povo brasileiro do seu papel histórico e da sua luta. Continuamos e temos de continuar a lutar para ter um Brasil mais justo e mais correto.

Mas vou falar da advocacia a partir de 1966, ano em que saí da faculdade. Naquele ano, a faculdade de direito foi cercada pelas forças militares do Exército, e ali ficamos presos por três dias. O mesmo aconteceu nas faculdades de medicina e de economia. Bem, ficamos presos por três dias, sem poder sair ou entrar. Os militares jogavam bombas de gás lacrimogênio, com as quais arrebentaram todos os vidros da faculdade de direito na Praça Afonso Arinos, e nós jogávamos pedras, pois o prédio ainda estava em construção naquela época. Mas, sem dúvida, essa já foi, em 1966, uma luta, uma reação do estudante brasileiro.

Bem, quero prestar uma grande homenagem a dois advogados ilustres, que trabalharam com toda força e competência pelos presos políticos daquela época: Afonso Maria da Cruz, já falecido, e Geraldo Magela. Em tese, éramos três, quatro colegas, incluindo o Fahid, que visitávamos o presídio de Linhares quase toda semana. Assim mesmo, éramos perseguidos e fiscalizados; tudo nosso era realmente marcado. Lembro-me de que em 1971, a convite do Prof. Aroldo Plínio, fui lecionar direito civil e formação das leis na faculdade de direito de Sete Lagoas. Grande parte das cadeiras era ocupada por militares, da Polícia Militar ou do Exército. Determinado dia, um coronel do Exército - bem mais velho do que eu, que era menino - me pediu para gravar a minha aula. Respondi que sim. Estávamos em formação e, como dizem, botei para quebrar.

Duas semanas depois, o Ministério da Educação convocou o Prof. Aroldo Plínio e o diretor José Carlos Monteiro, que vieram até mim e disseram: "Cateb, você tem de sair da faculdade, senão ela não vai ser reconhecida". No momento, eu assinei, evidentemente, a minha carta de demissão.

Vamos ver os processos militares dos presos políticos naquilo que diziam ser um julgamento judicial. A junta era composta por quatro militares e um juiz togado. Participamos de várias auditorias. O Afonso participou mais ainda, em Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, etc. Primeiro, éramos vigiados. Quando conseguíamos o alvará de soltura, tínhamos de ter muito cuidado na hora de buscar o preso ou a presa lá no Linhares. Por quê? Tínhamos de sair da junta com o alvará, passar no batalhão do Exército, pedir autorização para liberar e íamos, então, buscar o denunciado. Procurávamos, depois, sair no final da tarde, porque já houve, antes, caso de ser liberado e antes de sair de Juiz de Fora já estava preso de novo. Então, resolvemos só liberar às 5 horas, no final da tarde, vínhamos buscar e viajávamos no mesmo rumo. Às vezes, trocávamos de carro, saíamos do presídio com um carro, depois trocávamos de carro e vínhamos pelas estradas pequenas que saiam de Juiz de Fora, com medo de novas prisões.

No dia do julgamento da Colina, um dos maiores julgamentos das juntas militares no Brasil, em 1972, eu fui o primeiro orador e recebi a incumbência do Gilney Viana, grande lutador, para fazer a defesa ideológica do movimento da Colina. Subi à tribuna. O julgamento foi realizado em um teatro, porque eram muitas pessoas, mais ou menos vinte e oito ou trinta denunciados. Estava lotado de gente, de familiares e de militares armados dentro da sala de julgamento; sem falar dos carros do Exército que estavam à porta do prédio. Evidentemente nós falamos, estranhamos e condenamos aquela atitude da junta militar, de permitir que soldados armados viessem para dentro de uma sala de julgamento que se dizia democrático ou, pelo menos, que se dizia que seria justo e legal. Não era legal. Terminada a defesa, evidentemente, todos foram condenados, seja para justificar o tempo de prisão que já tinham, seja por realmente querer condená-los por mais tempo. Esse foi o julgamento da Colina, que demorou 7 dias e nós ficamos lá, em Juiz de Fora, debaixo daquela pressão até o último dia.

Nossa vida de advogados era conferida a cada movimento. Afonso Maria da Cruz estava na tribuna, na 4ª Auditoria da Justiça Militar; eu me encontrava ao lado dele e já havia falado. Daí, chegou no local um coronel, que pediu licença à junta militar e disse: "Nós viemos buscar este advogado, Afonso Maria da Cruz". Da tribuna, ele foi retirado e ficou, por sete dias, incomunicável. Isso era a famosa democracia da ditadura.

Eu gostaria muito de dizer a vocês, jovens, principalmente, para que tenham consciência de que o Brasil precisa ainda mudar, e muito.

É nosso compromisso, principalmente das pessoas que chegam ao curso superior, que conseguem esclarecer, conhecer e viver, que pensemos realmente numa justiça social bem melhor para este país. Para nunca mais ditadura. Muito obrigado.

O presidente (deputado Rogério Correia) - Muito obrigado, Carlos Cateb. Agradecemos sua contribuição.

#### **Esclarecimentos sobre os Debates**

- O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

#### **Debates**

O presidente - Chegamos ao final dos depoimentos, que era a parte que combinamos da Mesa. Agradeço a todos a contribuição. Alguns tiveram de se retirar e se justificaram, até por compromissos, muitos dos quais relativos à continuação dos debates nas comemorações da luta contra a ditadura militar, mas os que estão aqui responderão as perguntas.

O Cléber Maia me fez um relato sobre a resistência do movimento estudantil na década de 1960, em 1968, em especial o movimento secundarista. No final da década de 1970 participei da tentativa de reconstrução da UNE, o III Encontro Nacional de Estudantes - ENE. Na ocasião foram presos em Belo Horizonte 200 estudantes que estavam no DA de medicina. Fomos presos, levados para a Gameleira. Já era o início do declínio da ditadura militar. No ano seguinte houve a greve dos operários de São Bernardo do Campo, do ABC paulista, e, posteriormente, a greve que eclodiu no Brasil, de professores e de diversas categorias. Mas,





no DA de medicina, fomos presos 200 estudantes. A polícia e o Exército cercaram os estudantes do DA de medicina. Foi também uma luta de resistência importante. A UNE foi refundada no ano seguinte. O III ENE, em 1977, a ditadura não permitiu acontecer. Em 1978, aí sim, houve a reconstrução da UNE em São Paulo, quando se conseguiu realizar o III ENE. É também mais um período de ação da ditadura militar que é preciso ser lembrado.

Então vamos às contribuições. Primeiro chamo a Bizoca, que compõe a Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça, que todos nós conhecemos. Além das suas qualidades, é também filha da nossa grande companheira D. Helena Greco, que agora é homenageada com a mudança do nome do Elevado Castelo Branco para Elevado Dona Helena Greco. Bizoca, antes de você falar, aproveite para fazer uma solicitação do nosso encontro como um todo, para que o prefeito sancione a lei e estabeleça a mudança de Elevado Castelo Branco para Elevado Dona Helena Greco, para justificar a luta da guerreira que foi D. Helena Greco, vereadora e guerreira da anistia. Bizoca, vamos torcer para que o prefeito sancione a lei. É o mínimo que esperamos que aconteça, na contribuição da luta contra a ditadura. Pois não, Bizoca.

A Sra. Heloísa Greco - Boa tarde a todos e a todas, boa tarde à Mesa. Permito-me cumprimentar a Mesa nas pessoas das duas companheiras Zélia Rogedo e Cida.

Na verdade, Rogério, estou aqui hoje para apresentar denúncia das mais graves. Não tomarei o tempo para fazer um depoimento; nem fui prevista no tempo regulamentar, mas vim - repito - apresentar denúncia das mais graves. O Bruno, que é militante da Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça do Instituto Helena Greco Direitos Humanos e Cidadania, também vai apresentá-la.

Antes de começar a apresentar a denúncia, não poderei deixar de fazer uma citação, da qual gosto muito, do poeta gaúcho Mário Quintana, que diz: "O passado não reconhece o seu lugar, ele está sempre presente". O que aconteceu ontem, na Praça de Santa Tereza, foi uma violência policial injustificável e absolutamente intolerável. Estávamos eu e o Bruno na Praça de Santa Tereza, que fica próxima da casa onde moro e do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, no qual milito, fotografando as intervenções nos monumentos. No busto de Duque de Caxias, que por sinal também é um repressor histórico e nenhuma praça merece ter seu nome, havia um *flyer* da nossa manifestação em repúdio ao golpe militar: 50 anos! Abaixo a Ditadura! É um tributo aos desaparecidos políticos, que foram perseguidos, presos e torturados pela ditadura militar; é uma manifestação também pela mudança do nome do viaduto Castelo Branco para D. Helena Greco.

Rogério, quanto ao que V. Exa. abordou, ou seja, sobre a sanção ou não do prefeito, só quero abrir um parêntese. Para nós, o que interessa é a renomeação popular do viaduto. Uma figura com a envergadura de D. Helena Greco, com o tipo de militância que tinha, eminentemente instituinte, que se dava no chão da cidade, merece que o viaduto seja renomeado com seu nome. Um movimento organizado e popular será realizado amanhã, juntamente a esse tributo aos mortos e desaparecidos políticos, às 17 horas, no Viaduto Helena Greco, ao lado da Avenida Bia Fortes.

A denúncia que quero fazer é que eu e o Bruno estávamos fotografando o busto de Caxias, onde havia sido pregado um *flyer* desse cartaz, quando fomos abordados, de maneira truculenta e absolutamente inaceitável, por dois guardas municipais, cujos nomes são Itamar Silva e Jardel Henrique, que já estavam com uma *taser* empunhada. Todos sabemos que essa arma é de tortura e dá choques elétricos. Tortura é crime contra a humanidade, e é crime imprescritível e inafiançável, ou seja, não é passível de fiança. Com essa arma em punho, ameaçaram-nos e disseram para o Bruno: "Encoste na parede que você será algemado e levado". Ele respondeu: "Não. Se vocês querem, podem abordar-me, mas vamos ver o porquê, o que estou fazendo e qual é o problema". Continuaram empunhando a arma. Coloquei-me à frente e eles me empurraram uma, duas e, na terceira vez, jogaram o Bruno no chão, imobilizaram-no e passaram a dar-lhe choques elétricos em praça pública, a céu aberto, durante 5 ou 10 minutos. Nesse ínterim, começou a aparecer, na Praça de Santa Tereza, um verdadeiro esquadrão da Polícia Militar chefiado pela Cel. Cláudia, comandante de policiamento da capital, que também passou a reprimir-me e é responsável por todas essas lesões que apresento aqui. Na verdade, ela é responsável pela coordenação dessa operação.

Quando a Polícia Militar chegou, a coisa ficou mais complicada ainda, porque a repressão e truculência foram levadas às máximas consequências. Estavam presentes também lá três P2s. Um deles começou a me chutar e a chutar o Bruno. Num determinado momento, eu já estava contida, e estou toda marcada por causa disso. Depois o Bruno fará um pequeno depoimento. Eles me pegaram, lançaram-me para dentro do camburão e me levaram para a central de flagrantes, na Pousa Alegre. Ali também era um local de tortura - e continua sendo - onde havia a antiga Delegacia de Furtos e Roubos. Chegando lá, colocaram-me dentro da carceragem da Polícia Militar, onde já estavam detidos três homens. Depois de bastante protesto da minha parte, ou seja, depois de eu protestar com muita veemência, retiraram-me de lá.

Para eu ter direito aos tais telefonemas regulamentares, que aparecem até em filmes, tive também de forçar a barra. Consegui dar alguns telefonemas, e, por meio de alguns macetes, conseguimos acionar o pessoal. Então os nossos companheiros, a Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça, do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, da AGB - os nossos companheiros são advogados jubilados -, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e alguns veículos da mídia compareceram, e o pessoal começou a perceber que a coisa não era tão simples. Mesmo assim, ficamos a noite inteira naquele lugar, um ambiente horrível, ambiente de delegacia, de repressão e tortura. Ficamos naquele lugar até as 5 horas. Depois fomos ao Instituto de Medicina Legal para fazer exame de corpo de delito.

O que quero colocar aqui é o seguinte: é uma coincidência histórica muito significativa o fato de isso acontecer na antevéspera do aniversário de 50 anos do golpe militar. Estamos percebendo que o aparato repressivo continua montado, que a Polícia Militar continua atuando como um exército no campo de batalha. O que um exército, em um campo de batalha, faz? Elimina os inimigos. Quem são os inimigos internos? São os de sempre. As classes torturadas de sempre são os moradores de periferias, de favelas, os que vivem no limiar da miséria e os movimentos sociais. Há uma criminalização dos movimentos sociais muito aguda e muito aprofundada que a gente não pode tolerar. O que nós, do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania e da Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça de Minas Gerais exigimos? Exigimos o desmantelamento do aparato repressivo, uma



bandeira histórica do movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita, do movimento contra a ditadura. Até hoje esse aparelho repressivo continua ativo, atuando dessa forma que estamos vendo.

Há outra denúncia: hoje, pela manhã, véspera do aniversário do golpe militar, dia 1º de abril, companheiros do Sindicato Marreta, que é dos trabalhadores da construção civil, e da Liga Operária foram presos em Sete Lagoas só porque estavam panfletando, denunciando a falta de pagamento dos operários da construção civil de uma obra, também de parceria público-privada, do Minha Casa Minha Vida do governo Dilma. Não podemos permitir isso. Os companheiros estão presos até agora. A gente sabe o que acontece quando é peão que também está preso. Não podemos, de forma alguma, tolerar isso. A nossa exigência não é reivindicação, é que haja, de uma vez por todas, o desmantelamento desse aparato repressivo, que haja o fim das polícias. A desmilitarização da Polícia Militar, para nós, é pouco. É preciso acabar com a Polícia Militar. A Polícia Militar do Brasil é a mais violenta do mundo, não é uma das, não, é a mais violenta do mundo, e a de Minas Gerais não fica atrás disso. Então exigimos o fim das polícias e da Guarda Municipal, que tem atuado na mesma lógica da Polícia Militar. Basta vermos não só o que aconteceu ontem e hoje, mas a atuação da Polícias Civil e Militar e da Guarda Municipal também nas belas jornadas de junho e julho do ano passado.

Exigimos também o fim da força nacional de segurança pública. Não toleramos, definitivamente, que o aparato repressivo continue montado e atuando dessa forma. É isso que trazemos. Sei que aqui não é instância para isso, agora estamos em um ato de discussão, de combate ao golpe militar, mas a gente também quer encaminhar essa questão à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. É essa denúncia que venho trazer. Vou ocupar o meu tempo com isso. Teria muita coisa para falar sobre a ditadura militar. Acho que é exatamente isso. O passado não conhece o seu lugar, está sempre presente. Temos de desmantelar o aparato repressivo e acabar com a tortura como política de Estado, a instituição forte, a política de Estado é método de governo.

Agora a Guarda Municipal tem um aparelhinho de torturar as pessoas no meio da rua, em praça pública, a céu aberto. Não podemos definitivamente aceitar essa situação. É isso que vim trazer.

Desculpem-me a veemência, mas a indignação é muito grande. Se os senhores permitirem, nosso companheiro da Frente Independente do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania vai falar, porque essa é uma das denúncias mais graves que podemos trazer a esta Casa.

O presidente - Muito bem, Bizoca. Obrigado. Depois faremos o encaminhamento às denúncias colocadas pela Bizoca, por meio da Comissão de Direitos Humanos. Vamos escutar os outros companheiros que estão inscritos, e depois farei o encaminhamento das questões levantadas. OK, Bizoca? Entretanto fica evidente nossa solidariedade. Vamos fazer os encaminhamentos necessários.

O Bruno pediu para complementar a fala da Bizoca. Depois falarão a Sandra, o Braz e o Renato. Como a Sandra não está, com a palavra, o Bruno.

O Sr. Bruno Alcântara Soares - Boa tarde a todas e a todos. Sou Bruno, membro do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania e da Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça. Estávamos na Praça Duque de Caxias, no Bairro Santa Tereza, fotografando um monumento, onde afixaram este pequeno *flyer* ou mosquito. Ele estava colado no monumento. Quando fomos tirar a foto, apareceram dois guardas municipais, um do lado do coreto e o outro do outro lado. Eles chegaram nos cercando e apontando a arma *taser*, uma arma de eletricidade, uma arma de tortura, que dá choque. Apontaram-me a arma e, quando iam atirar, a Heloísa entrou na minha frente. Quando ela fez isso, eles a empurraram e a jogaram no chão. Conseguiram me pegar e queriam que eu me encostasse no muro para ser algemado e levado, porque havia depredado o patrimônio público. Na verdade, informei-lhes que estava tirando fotos. Deram-me choques elétricos nas costas, nos braços e no peito. Avisei que meu coração estava disparando, mas eles continuaram fixando-me no chão e dando choques.

Uma pessoa à paisana ou um P2 chegou e me deu um chute na barriga e outro na Heloísa, na Bizoca. Perguntei-lhe porque estava fazendo isso, quando ele me disse que era da polícia e que policial podia fazer tudo. Na delegacia, informaram-nos que eles não eram policiais, senão isso descaracterizaria os P2. São testemunhas a favor dos guardas municipais e disseram que a Heloísa bateu nos policiais, que linchamos os policiais. Informei-lhes que a Heloísa tinha 62 anos e que não tinha como agredi-los.

Eu estava imobilizado no chão, tomando choques. Quando fui algemado, minha cabeça foi pressionada ao chão. Trocaram as algemas da Guarda Municipal pelas da Polícia Militar. Fui jogado e fiquei numa cela onde havia bastante urina. Como não tinha lugar para mijar, ficávamos patinando na urina, e eu estava de sandálias. Fiquei machucado no ombro. Tenho vários ferimentos no ombro, no braço, na perna e no pé. Estou mancando, pois minha perna está muito machucada. Tenho dificuldade em andar. Estou arrumando um atestado para não ir à escola e não dar aulas, porque não estou conseguindo. Aliás, vou sair daqui e tentar conseguir um posto de saúde. Só cheguei em casa às 6 horas da manhã. Esse evento ocorreu entre 6h30min da noite até de manhã. Fui torturado na rua.

As pessoas perceberam e disseram que realmente aquilo era uma covardia. Um jovem que disse que aquilo era covardia foi levado algemado junto comigo. Ele só disse que aquela situação era uma covardia. Aí a Cel. Cláudia disse-lhe: "Você já é conhecido". E mandou algemá-lo. Botaram o joelho na minha cabeça e me chutaram. Foi isso o que aconteceu.

Agradeço o espaço para fazer essa denúncia e dizer que até hoje a questão da tortura e da violência policial existe. Nós sempre nos posicionamos contra ela e não iremos abrir mão da opinião de que queremos o fim da Guarda Municipal e das polícias. Agradeço a todos e uma boa tarde.

O presidente - Obrigado, Bruno. Bizoca, você vai falar?

A Sra. Heloísa Greco - Eu só quero reforçar para que todos compareçam.

O presidente - Qual é o nome dos guardas?

O Sr. Bruno da Alcântara Soares - Itamar, que inclusive já torturou antes esse companheiro que foi levado, e Jardel. Um dos... chama-se Sandro.

O presidente - Só estavam vocês dois, o Bruno e a Bizoca?

A Sra. Heloísa Greco - Só nós dois. O pessoal que estava em volta, saindo da missa, deparou com essa história, e tivemos apoio. Só quero reforçar para que todos compareçam na manifestação amanhã. Manifestação em repúdio ao golpe militar de 1964 - abaixo a



ditadura, às 17 horas, no Viaduto Dona Helena Greco, do lado da Avenida Bias Fortes, para repudiarmos a ditadura, prestar um tributo aos mortos desaparecidos e fazer a renomeação popular do viaduto. Muito obrigada.

O presidente - Obrigado, Bizoca e Bruno. Vamos fazer o seguinte encaminhamento: esta hoje não é uma reunião da Comissão de Direitos Humanos, então seria importante que vocês viessem à reunião da comissão na quarta-feira, às 9 horas, e vocês já ficam inscritos no pinga-fogo. Quanto a esse caso de Sete Lagoas que você expôs, poderá trazer os companheiros. Vocês ficam inscritos no pinga-fogo da Comissão de Direitos Humanos, e lá trataremos das medidas a serem tomadas, dos requerimentos e encaminhamentos. Mas fica aqui a nossa solidariedade à Bizoca e ao Bruno. Vamos cuidar desse assunto especificamente na Comissão de Direitos Humanos.

Com a palavra, o Sr. Brás Teixeira da Cruz.

O Sr. Braz Teixeira da Cruz - Senhores membros da Mesa, especialmente meu grande companheiro Vicente e o outro nobre companheiro que tomou parte na luta armada, pois gostei muito da sua fala. Atualmente, sou do Centro Cultural Manoel Lisboa, esse grande estudante que foi assassinado pelas tropas militares. Temos de repudiar esses fatos acontecidos no Brasil. Não podemos aceitar que Barack Obama - não é Barack Obama - intervenha no nosso país. Quando a ditadura militar foi imposta ao País, cinco fragatas norte-americanas foram enviadas pelo presidente Lyndon Johnson para intervir nos assuntos internos do Brasil se houvesse uma reação do povo brasileiro na deposição do presidente João Goulart.

Estamos vivendo atualmente um momento difícil, e quero conchamar a juventude brasileira, principalmente a de Belo Horizonte, para lembrar os momentos em que anteriormente a juventude saía em praças públicas e lutava pelos direitos e reivindicações. Que os estudantes, que os camponeses, que os trabalhadores estejam alerta, porque ainda, dependendo, poderá haver um novo golpe. Venho trazer um protesto perante a Assembleia Legislativa e os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia. Não é admissível que dois coronéis da PM, um coronel da reserva e outro coronel da ativa, no dia da passeata Com Deus pela Família e Liberdade, na porta do 12º RI, viessem declarar: "Forças Armadas na rua já". Que Forças Armadas na rua já? Não, é o povo na rua já. Não podemos aceitar isso, é inadmissível. E que a Assembleia Legislativa continue com esse programa que está promovendo, levando às camadas brasileiras e ao povo o seu repúdio contra todo esse fator que está acontecendo no nosso país. Militares na rua não. Esse projeto de o Exército, as Forças Armadas ocuparem as ruas, não. O dever das Forças Armadas é proteger e defender a soberania nacional contra qualquer forma de imperialismo, e não ir para as ruas.

Aqui não tem bandido, só trabalhadores que querem conquistar uma vida melhor para eles, para seus filhos, para toda família brasileira. Povo unido jamais será vencido! As três forças hoje existentes no País são os operários, os estudantes e os camponeses. Salve o povo brasileiro! Viva a ditadura do proletariado! Viva o socialismo brasileiro!

O presidente - Muito obrigado, Braz. Está inscrito também o Sr. Renato Campos Amaral, a quem passo a palavra.

O Sr. Renato Campos Amaral - Boa tarde a todos. Meu nome é Renato. Sou do Movimento Luta de Classes do Partido Comunista Revolucionário. Primeiramente queria dizer que é muito importante discutirmos crimes praticados pelo governo militar brasileiro na ditadura civil-militar, mas é importante também situarmos o que vem acontecendo hoje no Brasil. Por exemplo, o caso do Amarildo é parecidíssimo com o caso do deputado Rubens Paiva. Foram ouvidos seus gritos durante a tortura e até hoje não se sabe onde está seu corpo. Até hoje não sabemos também onde está o corpo do Stuart Angel. O caso dele é muito parecido com o da Cláudia, que foi arrastada por um carro pelas ruas do Rio de Janeiro. Ele também foi torturado e arrastado. Seus punhos foram amarrados no para-choque do carro, enquanto foi arrastado, a fim de que entregasse onde estava o Lamarca. Ele não entregou. Tantos outros, que estão vivos até hoje porque foram ajudados por companheiros que lutaram pela democracia e por uma sociedade mais justa, por uma sociedade democrática, que é o socialismo, também não entregaram nenhum dos companheiros.

Precisamos fazer uma denúncia muito importante. O que aconteceu com a Bizoca e com o Bruno, ontem, infelizmente está enquadrado numa lei publicada no dia 3 de fevereiro de 2014, não de 1968 ou de 1971. Refiro-me à garantia da lei e da ordem. Ela foi promulgada pelo Ministério de Defesa que temos hoje. Precisamos rever os crimes da ditadura e punir os torturadores. Isso tem de ser feito. A justiça de transição tem de punir os torturadores para não parecer que nada aconteceu. É comum relativizarmos a tortura, crime que não prescreve. Tortura é um crime contra a humanidade, por isso os torturadores devem ser punidos. Se não forem punidos, o que acontece? Faz-se uma manifestação, para onde vai o Exército contra o povo que se mobiliza. Jogam bomba de gás lacrimogênio e usam bala de borracha. Prendem, torturam e usam choque hoje no Brasil e ainda têm coragem de assinar uma lei que tem como base a Lei nº 4.737, de 1965.

Essa lei assinada e promulgada, infelizmente, pelo atual Ministério da Defesa tem base nas leis de 1965 e de 1979. Se estamos falando "ditadura nunca mais", essa lei não pode passar. É um absurdo, um crime contra o passado brasileiro, contra os movimentos sociais do Brasil, contra aqueles que foram torturados, contra aqueles falsamente anistiados. Os torturadores devem ser punidos. É um crime contra todo o povo brasileiro passar uma lei que diz que o inimigo continua sendo o povo brasileiro. Para a ditadura militar, o maior inimigo era o povo que ia para as ruas. Segundo uma charge da exposição que está agora na Assembleia Legislativa, o povo era ilegal. Isso está sendo repetido com essa lei. Essa lei visa garantir o que acontecerá no ano de 2014, por causa da Copa do Mundo, por vontade de alguns setores do governo.

Precisamos denunciar essa lei e lutar para que seja possível revermos os crimes da ditadura, para que se punam os torturadores. Precisamos cada vez mais falar o que está acontecendo. Ainda não conquistamos a democracia. O aparato repressivo da ditadura militar está pronto e organizado para o caso de ser chamado novamente a interferir na política brasileira. É fundamental fazermos esse debate, resgatarmos os crimes da ditadura e punirmos quem tem de ser punido. Precisamos nos lembrar dos nossos heróis: José Carlos da Mata Machado, Hécio Pereira Fortes e os companheiros que lutaram contra a ditadura militar. São heróis da pátria brasileira.

O presidente - Obrigado, Renato. O último inscrito é Gladson Reis da Cruz, da UNE.

O Sr. Gladson Reis da Cruz - Boa tarde a todos os companheiros e companheiras da Mesa e aos presentes.

A primeira coisa importante a dizer é que aqueles que mais temem a abertura dos arquivos da ditadura são os que se enriqueceram com ela. Até hoje eles se enriquecem a custas do povo brasileiro. As grandes construtoras é que financiam as prefeituras e vários



vereadores para estes promoverem o despejo, fortalecendo a especulação imobiliária. A máfia do transporte coletivo de Belo Horizonte é formada pelos mesmos empresários que reprimiram a greve dos rodoviários em 1979. Até hoje eles estão dirigindo economicamente nosso país. Nesse sentido, é necessário punir esses setores. Creio que ainda existem muitas conciliações dos governos.

Uma das outras questões aqui colocadas - hoje na parte da manhã, pouco se falou disso -, e o Renato já a citou agora, é a necessidade de se punirem os torturadores. Seria importante o companheiro que fez o movimento comunitário em vilas e favelas de Belo Horizonte falar, porque a mesma política adotada na ditadura ainda persiste, principalmente contra a juventude das periferias, contra os jovens negros de Belo Horizonte e das favelas do nosso país.

Há duas semanas - acho que esse relato chegou à Comissão de Direitos Humanos, e, se não tiver chegado, a comissão deverá acompanhar o caso -, o jovem Adailson Souza Santos, dono de um *pet shop*, tomou no queixo um tiro de um policial militar porque foi acusado de tentar agredir o policial com uma chave de moto. Parece que esse jovem está ficando paraplégico. É importante a família dele acompanhar esse caso. O policial que fez isso tem o apelido de Magaiver lá no bairro. Ele já está acostumado a bater na galera mais nova, a dar geral daquela forma, e está livre, solto. A impunidade continua até hoje. Assim, precisamos compreender que essa democracia que cumprimos se deve ao sangue de vários jovens como o Ernestinho Guimarães, ex-presidente da UNE. Até hoje o corpo dele não foi encontrado.

Nós, jovens, no ano passado fomos às ruas e experimentamos as mesmas táticas do aparato de repressão, de intimidação das delegacias, de tiro, de porrada e de bomba. Este ano o governo Anastasia, para proteger os interesses da Fifa, está montando um grande aparato. Foram gastos mais de R\$200.000.000,00 com equipamentos de repressão para a Copa do Mundo. Não queremos mais esse aparato do Estado. Ele quer defender as classes dominantes reprimindo o povo. Precisamos punir os censuradores e fazer justiça. Nesse intuito, nós, jovens, estamos indo às ruas em vários lugares deste país, fazendo ocupações.

Amanhã vamos estar aqui, e quinta-feira vamos realizar um ato contra o aumento das passagens, para manter firme essa luta. Esses companheiros que tombaram não tombaram em vão. Acho que é muito importante para nós, que somos jovens, continuarmos levantando essa bandeira. Devemos deixar bem clara a atualidade dessa bandeira. Vários desses companheiros que tombaram lutaram. Muitos dizem que isso é utopia, que é luta pelo socialismo, mas vemos que não. Há necessidade de se atualizar essa pauta.

Tenham a compreensão de que a luta desses companheiros pela democracia, pela justiça e pelo socialismo continua, mesmo com a derrubada da ditadura. Vários desses companheiros continuam de pé, e a bandeira está firme nas mãos dos jovens brasileiros.

O presidente - Muito obrigado. Chegamos ao final das inscrições. Agora vou passar à Mesa dos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Wellington Moreira Diniz para suas considerações finais.

O Sr. Wellington Moreira Diniz - Muito obrigado. De Angélica Paiva, chegou por *e-mail* a seguinte mensagem: “Gostaria que o senhor relatasse um pouco da sua experiência como segurança de Carlos Lamarca e também de Fidel Castro, no Chile”.

Bom, não tenho muito a relatar. Do Lamarca, tenho uma história talvez curiosa. Eu era de um grupo de unidade de combate quando vi aquele capitão que treinava os bancários contra os assaltos a bancos. O meu grupo, a minha célula decidiu matar o Lamarca, pois não podíamos deixá-lo treinar os caixas de banco para atirar na gente. Mas eu não sabia que o Lamarca fazia parte do comando nacional da organização e fui designado para cuidar dele. Acompanhei o Lamarca durante a sua cirurgia plástica, durante todo o período em que atuávamos no Rio de Janeiro e São Paulo. Fui preso justamente como chefe de segurança porque tínhamos uma reunião que iria definir o sequestro do vice-presidente, o Rademaker, e do Gary Prado, que matou o Che Guevara. Então, fui conferir o aparelho, mas o exército já estava lá, e fui preso.

Quanto ao Fidel, saí daqui trocado pelo embaixador suíço. Fui para o Chile, no governo do Allende. O Pinochet deu o golpe e também me pediu ajuda - saí em sua segunda lista. Antes do Pinochet, o Fidel Castro fez uma visita ao Chile. Nessa visita, algumas pessoas com um pouco mais de experiência e habilidades militares foram selecionadas para acompanhar o Fidel Castro - entre elas, eu. Depois tive a grande honra e o prazer de fumar um puro Romeo y Julieta, tomando rum com o camarada comandante Fidel Castro. Essa é a parte boa.

No mais, quero ressaltar a oportunidade deste evento. A única coisa que posso dizer é que se hoje vivemos um presente é porque tivemos mãos para construir, participar e fazer a história que gerou os dias de hoje. Se queremos felicidade, paz e liberdade, cabe-nos a construção do nosso futuro. É hora de assumirmos a nossa responsabilidade não somente com os movimentos sociais, mas fundamentalmente com nossa dignidade e integridade de seres humanos. Temos a grande oportunidade de escolher ser passíveis da história ou construtores da história do amanhã.

O presidente - Obrigado, Wellington. Com a palavra, Cida, de Unai.

A Sra. Maria Aparecida Rodrigues de Miranda - Quero, nas minhas últimas palavras, ressaltar a minha alegria por esta oportunidade. Deixo a mensagem de que, apesar de todas essas dificuldades e violências vividas por todos nós, incluindo os anônimos, as lideranças e os trabalhadores, que as sofrem até hoje, é possível, com nossa ação social, interferir nessa realidade de violência.

Quero novamente fazer um apelo à Assembleia Legislativa e a todos aqueles que aqui se encontram: a Comissão da Verdade de Minas Gerais deve tomar para si a responsabilidade e o desafio de realmente resgatar a história e a memória das lutas camponesas no nosso estado. Dessa forma, daremos grande contribuição a esse debate. Nas bases da violência no campo e da desigualdade social está a estrutura que, no meu ponto de vista, não foi alterada. Ainda precisamos lutar muito por isso. Não é possível avançar na democracia sem enfrentar essas bases que ainda prevalecem no nosso país.

A grande maioria das intervenções aqui foi feita por jovens. O Wellington, estudante de filosofia, perguntou quais são os caminhos que podemos apontar nessa realidade. Eu diria que é o caminho da reação, da organização, da conscientização, do papel de cada um de nós. É a nossa transformação, é a nossa decisão de vida. Não terminamos essa obra, que é coletiva, é da humanidade. Nós fazemos a nossa parte. Os problemas continuarão de outra maneira, é claro. Fazemos conquistas o tempo todo, mas elas se tornam insuficientes, precisamos de outras conquistas e assim por diante. Então, nós fazemos parte desse elo da construção da humanidade,



da luta por vida digna para todas as pessoas. Eu me insiro nessa luta e faço um apelo para resgatarmos as lutas no campo; reconhecermos as lutas dos indígenas, que são remanescentes da ocupação violenta no Brasil; reconhecermos as lutas dos quilombolas, que foram escravizados em nossas terras para garantir o progresso do Brasil. Tudo isso faz parte do resgate da memória. Temos de fazer jus a todas essas conquistas. Muito ainda há de ser feito. Obrigada.

O presidente - Obrigado, Maria Aparecida. Com a palavra, o Sr. Ênio Seabra, para suas considerações finais.

O Sr. Ênio Seabra - Companheiros, agradeço a presença de todos. Falamos sobre a luta dos trabalhadores, mas foi pouco, tendo em vista o que produzimos e passamos. É muito difícil transmitir em pouco tempo o que aconteceu. Às vezes, os companheiros ficam desiludidos. Mas a continuidade da luta é muito difícil mesmo. Eles não vieram para deixar o pessoal à vontade para continuar a luta, como se nada tivesse acontecido. Eles vieram para repreender mesmo, para acabar, derrubar e não dar chance de ninguém lutar. Por isso é que a dificuldade é grande. As pessoas que estão começando também precisam se enquadrar, procurar entender o povo, participar das lutas. Sem participação não dá. De vez em quando precisamos fazer um debate para que todos vejam a dificuldade. Quantos companheiros chegaram aqui? Quantos havia aqui? Precisamos fazer a análise final. Agradeço a oportunidade. Podemos discutir sobre o que aconteceu e está acontecendo aqui e fora daqui.

Vamos aguardar, companheiros. Estejam certos de que, como se diz, onde há fumaça há fogo. E no Brasil sempre tem fumaça.

O presidente - Muito obrigado, Ênio Seabra. Antes de passar a palavra ao Cléber Maia, gostaria de mostrar aqui uma foto de 1977 que diz respeito à tentativa da realização do III ENE - não sei se vai dar para a câmera pegar a foto. Eram muitos policiais que estavam com escopetas. Enquanto os estudantes estavam sendo presos lá dentro, as bombas estouravam do lado de fora. Esse ocorrido se deu em 1977, mas foi um movimento que também acabou contribuindo com o início do fim do regime militar, pois em 1978 vieram as greves de São Bernardo do Campo. Era muita repressão. O Cléber Maia também participou desse momento. Você estava do lado de fora, não é, Cléber? Eu estava do lado de dentro, mas na época eu não era dirigente estudantil. Estava mais como o que o pessoal chamava: massa avançada. Eram muitos policiais, foi uma repressão muito grande aos estudantes. Aquele momento mostrou que a ditadura não era capaz mais de reprimir todos, prender todos e torturar todos. Portanto, tiveram de soltar os estudantes naquele dia. Com a palavra, Cléber para que ele responda as perguntas e faça suas considerações finais.

O Sr. Cléber Consolatrix Maia - Estamos terminando aqui e gostaria de registrar - principalmente eu, que participei das reuniões desde o início de fevereiro para poder montar este ciclo de debate junto com o pessoal da GPI - que estou me sentindo extremamente realizado. Apesar de ter sido demorado, com muita gente para fazer uso da palavra, acho que conseguimos produzir aqui um retrato do que foram esses 50 anos de resistência através de cada uma das categorias que deram o seu depoimento.

Essa história do ENE que o Rogério está mostrando vai me ajudar, aliás, a responder a pergunta da Juliana. Viu, Juliana? Ela não está mais aqui. O movimento estudantil é, na verdade, uma função transitória em nossa vida. Enquanto estudante você participa do movimento estudantil. Terminou essa fase de estudante, você acaba indo para a vida, para sua atividade profissional. A pergunta da Juliana diz respeito ao que ocorre com o movimento estudantil de hoje. Ela queria que eu fizesse uma análise crítica do movimento estudantil atual. Estou desligado do movimento estudantil. Não vivo por dentro desse movimento, mas acho que, guardadas as devidas proporções, de acordo com a conjuntura e a realidade de cada momento, o movimento estudantil tem sempre a mesma função na sociedade: despertar aqueles militantes que estão ali para o futuro, despertar a consciência de todos para enfrentar a construção da sociedade à frente.

Então hoje, como na minha época, o movimento estudantil tem várias organizações, tem várias contradições, tem uma determinada força que tem hegemonia na UNE. Na minha época também era desse jeito. Mas o movimento estudantil cumpre esse papel. Ele é um formador de quadros tanto para a luta pela construção da sociedade como para a formação de novos políticos, para formação de novos dirigentes, para formação de novas pessoas que estarão contribuindo. Acho que é isso. Movimento estudantil vai cumprir esse papel sempre.

No mais, quero agradecer a oportunidade que tive aqui na Assembleia de participar deste debate dos 50 anos do golpe de 1964 e digo que estaremos na luta nos próximos 50 anos. Queira Deus que estejamos aqui de novo daqui a 50 anos fazendo um balanço positivo da nossa luta. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Cléber. Passamos agora às considerações finais de Antônio Ribeiro Romanelli.

O Sr. Antônio Ribeiro Romanelli - Tenho aqui em mãos uma questão de Lucas Queiroz Rodrigues. Ele ainda está aí? Ele diz assim: "Com o sucesso do movimento contra a ditadura, que ideias, ações e diretrizes podem ser estendidas à atual conjuntura que luta por uma maior representação política e menos corrupção?".

Tomo a primeira expressão, a primeira linha: "Com o sucesso do movimento contra a ditadura". Entendo que essa afirmação deve ser tomada com um grãozinho de sal, ou, como diziam os romanos, *cum grano salis*, porque realmente temos algum sucesso, mas não temos o sucesso completo. Esses painéis de hoje demonstram claramente que existe muita luta pela frente para falarmos em sucesso absoluto.

Continuando, ele pede uma opinião sobre "ideias, ações e diretrizes que podem ser estendidas à atual conjuntura que luta por uma maior representação política e menos corrupção". Lucas, você tocou na grande ferida. Realmente eu não saberia dar a receita, mas posso dizer, resumindo, que tudo isso que você pede - ideias, ações e diretrizes - poderia ser resumido em duas palavras: alerta e ação. Por quê? Porque vimos perfeitamente - e aqui hoje foi denunciado - que a direita não está totalmente calada, ela está querendo falar. O Silvio Santos, grande camelô deste país e dono do SBT, colocou o seu canal de televisão para conclamar o Brasil inteiro para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade para pedir a volta dos militares. Meu Deus do céu, quanta ignorância em relação à história, e não falo ignorância total, falo quanto à história recente deste país. Será que eles não acreditam? Um coronel deu uma entrevista em Brasília ontem ou anteontem dizendo que decapitava etc. Há as questões do Brilhante Ustra, que disse que, se tivesse de fazer outra, faria a mesma coisa. Esse pessoal quer sair para a rua pedindo que voltem esses carrascos, pedindo que volte essa tragédia? Meu Deus do céu.



Lucas, não sei o que dizer a não ser que precisamos ficar constantemente alerta. Aqui vou usar uma expressão antiga de Milton Campos, ministro da Justiça do ditador Castelo Branco, portanto auxiliar do golpe da ditadura no princípio: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. Nesse caso, ele estava certo.

Lucas, não sei se respondi a sua pergunta, mas foi o que entendi. Se não, perdoe-me a deficiência da minha inteligência.

O presidente - Romanelli, muito obrigado pela sua contribuição e por estar desde a manhã conosco no debate. Agora, vou passar a palavra para a Zélia, que irá fazer o fechamento com suas considerações finais.

A Sra. Zélia Rogedo - Agradeço esta oportunidade de poder participar com vocês. Tenho em mãos duas perguntas, que irei responder em bloco.

A primeira pergunta é do João Pedro: “Como o hedonismo e o marxismo afetam a democracia brasileira?”. A segunda é do Bruno Gomes: “Algum movimento deve surgir entre os jovens desta atual geração para conscientizar e ensinar sobre a história da ditadura e sobre o que é a democracia e a sua importância?” e “Quando deve ser feito esse movimento?”. Acho muito importante que os jovens se organizem, a partir de um conhecimento da história do Brasil, ou seja, não se começa do nada, começa-se algum movimento a partir de um conhecimento, de uma experiência, do que foi o nosso passado recente. É importante a participação dos jovens, porque esse país está para ser construído e estamos construindo-o com muita dificuldade. Há muita coisa a ser feita. Estamos retrocedendo em muitas coisas. Participei do movimento feminista e percebo que hoje as mulheres estão dando um passo para trás. Lutávamos contra a mulher ser objeto de cama e mesa. E, hoje, por causa da mentalidade retrógrada, machista, disseminada pela mídia, a mulher está voltando a ser objeto de cama e mesa. Haja vista a pesquisa que saiu, há pouco tempo, sobre o estupro.

As juventudes precisam se mobilizar para conquistar e construir uma democracia efetiva. Digo “juventudes”, porque as juventudes das periferias e das favelas, especialmente a negra, estão sendo eliminadas deste país. Precisamos pensar na juventude das periferias que, por pressão da mídia, por tentarem imitar o que a classe média faz, privilegiam roupa de marca e não uma educação de marca, à qual tem direito. Digo “juventudes”, porque há juventudes dos quilombolas. Esse país escravocrata está devendo um resgate de tudo isso. Digo “juventudes”, porque há indígenas assassinados nesse país, em que o agrotóxico é difundido normalmente, em que o agronegócio está conquistando cada vez mais espaço. Hoje, esse país é complexo. Então, vocês, jovens, têm uma tarefa bonita e imensa para ser feita: a construção da democracia, a visibilidade do que está sendo feito hoje.

Foi falado que não houve reforma agrária no País. Não houve mesmo. Estão fazendo a expansão do agronegócio, a expansão das mineradoras, a expansão do agrotóxico. Vocês têm uma tarefa pela frente. Esse trabalho de construção da democracia não termina nunca. Estamos confiando em vocês, em vocês do Colégio Bernoulli. São vocês? Pois é, mandem ver, gente. Há muita coisa para se fazer.

Eu iria falar de uma questão nessa resposta, mas me esqueci, como havia me esquecido outras vezes. Quando falei das forças que dividiam o período pré-64, falei da igreja da direita, tradição, família e propriedade, mas não falei do meu lado, que era um movimento de ação católica fortíssimo e que estava trabalhando os movimentos sociais, as lutas pelas reformas de base e que levou ferro também.

O presidente - Muito bem, Zélia. Com a palavra, Pedro Jorge.

O Sr. Pedro Jorge - Gostaria de manifestar aqui a ótica de um adolescente nas ruas de Belo Horizonte, presenciando a repressão violenta aos movimentos, aos estudantes, aos protestos.

Eu tinha entre 10 e 13 anos de idade e já trabalhava. O jovem de hoje não tem ideia de como era essa repressão. Acontecia com bomba de gás lacrimogênio, com cachorros e muita bordoadas. Quando pegava uma pessoa era para matar mesmo, com socos, pedradas, faziam o que não se fazia nem com um animal. Então a repressão era muito violenta. Além das pessoas que matavam, tínhamos muito medo nas escolas. Pensávamos, percebíamos, mas não podíamos falar. Sabíamos que era ditadura, chegávamos à conclusão de que era um golpe de Estado, mas nunca podíamos falar em sala de aula, pois poderíamos ser discriminados. Se falássemos, éramos tachados de perigosos e poderíamos ter problemas.

Havia ainda a repressão familiar. Sentíamos claramente como a ideologia de um Estado que não respeita as liberdades influencia a educação na família, que é uma célula. Por exemplo, eu queria estudar música, ser artista, mas não podia. Tive de trabalhar, mas, graças a Deus, como eu era rebelde, já tinha a minha causa, que era a música. Tinha também os meus ídolos, e vale lembrar aqui Chico Buarque, Geraldo Vandré e Luiz Gonzaga Júnior, o Gonzaguinha. Vejam quanto a música foi importante para mim, na minha formação como homem, como intelectual. Com ela aprendi a desenvolver a minha inteligência e a minha percepção para enxergar as coisas. Assim, vejam que a família funcionava também como uma educadora do regime militar, da repressão.

Era esse o depoimento que gostaria de dar. Peço ao presidente, deputado Rogério Correia, que me inscreva no pinga-fogo, pois tenho uma história de 34 dias de prisão por falta administrativa. Fui preso e fiquei incomunicável no México. Quando deveria estar sendo medicado, fui deportado e escoltado por dois delegados da imigração, que seria o mesmo que ser escoltado por delegados da Polícia Federal. Foi uma violência muito grande. Eles faziam pressão psicológica, dizendo que eu havia sido surpreendido dentro da casa de uma pessoa roubando, além de ter agredido violentamente um policial. Era tudo mentira, além de outras mais. Era uma pressão psicológica. Não me deixaram telefonar para a embaixada, para ninguém. Também não me deixaram fumar o meu cigarro. Sou fumante e cortaram o meu cigarro. Assim, por favor, inscreva-me para quarta-feira. Obrigado.

O presidente - Obrigado pela contribuição. Encerrando o dia de hoje, vamos anunciar o que teremos amanhã. Lembro que hoje foi o primeiro dia desse ciclo de debates. Na parte da manhã, além do ato de abertura pela democracia, a palestra “Direito à verdade, à história e à memória”, proferida pela nossa ministra, além do painel “Contexto do golpe militar de 64”. Primeiramente houve a contextualização da cena política no Brasil naquela ocasião, o que levou ao golpe militar. Na parte da tarde, houve o painel “Múltiplos olhares da resistência”, mostrando desde a luta armada até os movimentos estudantis e de massa. Mostrou-se como se resistiu ao regime militar. O primeiro painel de amanhã, na parte da manhã, será o “Fim do regime militar e transição: (des)caminhos e processos”. Haverá exposições e debates contemplando reflexões acerca do período de distensão e abertura política, tais como: Lei de Anistia - contexto histórico e debate atual; movimento pelas Diretas Já; eleições indiretas, constituinte e redemocratização.



Participarão: José Luiz Quadros, professor da UFMG; Emílio Peluso, doutor em direito, pelo programa de pós-graduação em direito pela Faculdade de Direito da UFMG, e membro do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição; e Ronald Rocha, sociólogo e membro do Instituto 25 de Março de Sérgio Miranda, diretor da UNE no período de 1969-1972. O Ronald foi servidor da Assembleia Legislativa, mas se aposentou recentemente. Diga-se de passagem, ele foi uma das pessoas que mais contribuíram para a formação política de diversos jovens daquela época e hoje cidadãos, como é o meu caso. Ele falará sobre o fim do regime militar e sua transição.

Na parte da tarde, haverá o painel “Da redemocratização aos dias atuais: dilemas e perspectivas”. Vamos chegar até os dias atuais. Estarão presentes: Edmundo Antônio Dias, procurador da República do Ministério Público Federal; Beatriz Cerqueira, coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE - e presidenta da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais; e o João Antônio de Paula, professor da UFMG. A Mesa será coordenada pelo deputado André Quintão, que estará conosco até o fim dos encaminhamentos. Quero agradecer, mais uma vez, a presença dele como presidente da Comissão de Participação Popular.

Agradeço aos componentes da Mesa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos expositores, autoridades, telespectadores da TV Assembleia e ao público em geral e convida a todos a participarem amanhã, a partir das 9 horas, da continuação deste ciclo de debates.

### **Encerramento**

O presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 1º de abril, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia ( - A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 1º/4/2014.). Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2014**

### **Presidência do Deputado Paulo Lamac**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Palavras do Presidente – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras da Sra. Maria Cristina Rodrigues – Palavras dos Srs. Emílio Peluso Neder Meyer – Palavras do Sr. Ronald Rocha – Palavras do Sr. José Luiz Quadros de Magalhães – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e a deputada:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Cabo Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Gustavo Valadares - João Leite - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Paulo Lamac - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa.

### **Abertura**

O presidente (deputado Paulo Lamac) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **Ata**

– A deputada Liza Prado, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **Destinação da Reunião**

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais – 50 Anos do Golpe de 64, decorrente de requerimentos dos deputados André Quintão, Celinho do Sinttrocel, Durval Ângelo, Paulo Lamac e Rogério Correia.

### **Composição da Mesa**

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Emílio Peluso Neder Meyer, doutor em direito pelo programa de pós-graduação em direito da Faculdade de Direito da UFMG e membro do Grupo de Estudos sobre Internacionalização do Direito e Justiça de Transição – Idejust; Ronald Rocha, sociólogo, membro do Instituto 25 de Março de Sérgio Miranda – Isem – e diretor da UNE no período de 1969 a 1972; e José Luiz Quadros de Magalhães, doutor em direito pela UFMG e pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas –, professor associado da UFMG e professor do programa de mestrado da Faculdade de Direito do Sul de Minas; e a Exma. Sra. Maria Cristina Rodrigues, integrante da comissão organizadora deste evento.

### **Palavras do Presidente**

Passaremos alguns avisos. Estão acontecendo hoje em outros locais várias atividades organizadas pela sociedade civil e por outras esferas de governo em memória dos 50 anos desse triste golpe para a democracia brasileira. Às 11h30min, na antessala do Plenário desta Casa, teremos o lançamento do livro *Direitos humanos atual*, de Inês Virgínia Prado e Flávia Pioversan, com a presença dos coautores, os Profs. Emílio Peluso Neder e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. Também no mesmo local, no mesmo horário, teremos o lançamento do livro *Justiça de transição aos 25 anos da Constituição de 1988*, no formato *e-book*, organizado também pelos professores Emílio Peluso e Marcelo Cattoni.

Às 13 horas, teremos uma aula-show *O Menestrel e o General*, com canções de Chico Buarque sobre a ditadura militar. Evento e atividade belíssimos. Recomendo e sugiro a presença de todos que estiverem em condições de acompanhar essa aula-show. Às 17h30min, no teatro da Assembleia, também nesta Casa, teremos uma sessão comentada do documentário *Na Lei ou na Marra – 1964, Um Combate Antes do Golpe*, produzido pela TV Assembleia, com a presença do caro Antônio Ribeiro Romaneli, coordenador da Comissão Estadual da Verdade e ex-presidente das Ligas Camponesas de Minas Gerais e da Maria Elisa Linhares Borges, historiadora e pesquisadora da UFMG, que serão comentadores e debatedores do documentário.



Exposição 1964-1985: A Subversão do Esquecimento, principais acontecimentos sociais, políticos e culturais do período, compreendendo os antecedentes do golpe, o golpe, os anos de chumbo e a distensão. Local: Galeria de Arte da Assembleia, até o dia 30 de abril.

#### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O presidente – A presidência esclarece que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que esta reunião está sendo transmitida pela TV Assembleia, e os telespectadores também poderão participar: basta acessar o portal da Assembleia – [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) –, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Com a palavra, a Sra. Maria Cristina Rodrigues.

#### **Palavras da Sra. Maria Cristina Rodrigues**

Bom dia, deputado Paulo Lamac, deputado Durval Ângelo, deputada Liza Prado. Bom dia a todos e a todas. Este ciclo de debates está superando as nossas expectativas, como militantes das causas sociais que vivemos o 1964, o 1968, os 21 anos de tortura, prisões, silêncio absoluto neste país.

Construído com muita dedicação, deputados Paulo Lamac e Durval Ângelo e deputada Liza Prado, este seminário foi feito em dois momentos muito importantes: ontem foi realizado um debate em torno das circunstâncias políticas e ideológicas que permearam o golpe de 1964, que teve vários ensaios antes, sendo detonado num mar de sangue a partir de 1964. O dia de hoje é de perspectivas, é o dia do que fazer. Se conquistamos, por meio de muita luta, muita morte, muito abandono, muito sofrimento, muito cadáver sem enterro, muitas famílias sem saber onde estavam seus filhos, pais e irmãos, hoje devemos trabalhar perspectivas. A democracia está aí, mas não é algo sólido, concreto; é algo dinâmico, que pode ir para a frente e para trás. O dia de hoje está aberto a um debate das instituições que regem o nosso país, das nossas leis e das perspectivas de luta, militância que temos pela frente.

Considero que vão ser uma manhã e uma tarde muito importantes, porque vamos debater questões centrais, que hoje são pedras no meio do caminho de uma democracia plena. Bom dia a todos. Muito obrigada.

O presidente – Agradecemos à Maria Cristina não só a presença e a contribuição brilhante na organização deste ciclo de debates, mas também a luta, a batalha pessoal, seus prejuízos e sacrifícios em prol da democracia e de todos os brasileiros. Vamos passar ao painel “Fim do regime militar e transição: (des)caminhos e processos”. Vamos contar, para a apresentação desse painel, com o Prof. Emílio Peluso, doutor em direito pelo programa de pós-graduação da UFMG e membro do grupo de estudos sobre internacionalização do direito e da justiça de transição.

#### **Palavras do Sr. Emílio Peluso Neder Meyer**

Bom dia a todos. Antes de mais nada, gostaria de agradecer aos deputados Paulo Lamac e Durval Ângelo e à deputada Liza Prado a iniciativa tão importante e fundamental para o resgate da memória da história do Brasil e para rememorar esse momento importante da nossa história, que precisa ser lembrado, até para que não se repita.

Cumprimento ainda o Prof. José Luiz Quadros de Magalhães, hoje meu colega; o Prof. Ronald Rocha; e a Sra. Maria Cristina Rodrigues, membro da comissão organizadora deste ciclo de debates, importante e fundamental na definição de uma programação que possa abordar questões das mais sensíveis para o processo transicional atual.

Vou estabelecer alguns pontos na minha fala, na tentativa de elucidar alguns dos aspectos mais fundamentais para a chamada justiça de transição e que diz respeito à chamada responsabilização criminal de agentes por violações praticadas no curso de uma ditadura. Uma das tarefas mais difíceis é construir uma noção geral ou pensar em uma teoria sobre justiça de transição. Hoje conseguimos definir alguns pilares, alguns elementos para chegarmos a um conceito de justiça de transição. Há uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que determina que, ao falarmos em justiça de transição, tentemos abordar pelo menos quatro pilares, quatro fundamentos: de um lado, o direito à memória e à verdade; de outro, um sistema de reparações; além de um sistema de responsabilização individual e as reformas institucionais.

Se é complexo afirmar que há todos esses elementos em quaisquer transições de sistemas autoritários para sistemas democráticos ou para modelos que pretendam ser democráticos, tem-se observado nos recentes anos que dificilmente conseguimos nos livrar de uma perspectiva holística sobre o que seja justiça de transição. Falando de outra forma, não podemos mais colocar de lado ou estabelecer contraposições ou paradoxos comuns nas transições da década de 1980, principalmente. Por exemplo, não há o paradoxo recorrentemente levantado de que haveria oposição entre verdade e justiça; esses são elementos que se constituem reciprocamente. Normalmente verificamos que, após determinado período de consolidação de um desses elementos, acabamos nos desaguando em outros.

Na longa ditadura brasileira, verificamos que, a partir do regime autoritário, tivemos um período transicional também bastante longo. Não estamos aqui debatendo sem muitos motivos. Aliás, temos vários e numerosos motivos para colocar em discussão não a transição brasileira, mas um conceito de justiça de transição no Brasil, ou seja, de certas reivindicações normativas.

Não são reivindicações morais, mas jurídicas. São normas jurídicas que estabelecem ou definem que temos de perseguir e fazer cumprir certas exigências da chamada justiça de transição no Brasil.

Um aspecto que tem se tornado dos mais controversos no caso brasileiro, que tem a ver com a nossa anistia, é que, normalmente, processos transicionais lidam com anistias. Mas essas anistias visam àquilo que normalmente é o desiderato de uma mudança de regime autoritário para o regime democrático. Uma anistia visaria estabelecer as condições para que opositores políticos pudessem voltar a conviver naquele novo regime democrático que se instala. A luta pela anistia, no Brasil, visava, de forma ampla, geral e irrestrita, estabelecer uma anistia para opositores políticos. Esse é resultado de uma luta que é fundamental e que foi importantíssima





para a transição brasileira. Ela merece ser reconhecida historicamente como parte de uma memória que nos constitui hoje em dia e que ocorreu entre os anos de 1977 e 1979.

Essa longa ditadura brasileira também foi pródiga em estabelecer instrumentos que pudessem permitir uma transição controlada, como defendido por Guillermo O'Donnell, quando faz o reconhecimento das diversas transições latino-americanas e em outros contextos também ao redor do mundo. Essa transição controlada contou com a necessidade de que a anistia fosse estabelecida como uma benesse, como algo concedido pelo regime de Figueiredo à época, uma anistia que fosse determinada nos termos preconizados e defendidos pelo ministro da Justiça Petrônio Portella.

De fato, apesar de um longo debate, de uma discussão que contou com o apoio importante de órgãos da sociedade civil, de entidades fundamentais naquele momento, como o Comitê Brasileiro pela Anistia, os diversos comitês regionais e o Conselho Federal da OAB, tivemos como resultado um projeto que difere muito pouco do projeto que foi gestado no gabinete do ministro Petrônio Portella. Quando o ministro Petrônio Portella tentou estabelecer e definir as bases desse projeto de lei, recorreu a um termo que não era novidade no contexto de anistias brasileiras. Ele apareceu, por exemplo, em um decreto-lei que seguiu a ditadura de Vargas. Ele recorreu a um termo bastante dúbio: crimes conexos. Na verdade, a utilização do termo crimes conexos tinha como finalidade dizer que talvez haveria uma anistia velada para aqueles que agiram em nome do regime, que teriam, em uma ideia fantasiosa, praticado crimes conexos em relação a crimes políticos praticados pelos opositores, algo impossível. Mas essa anistia velada faria com que criássemos uma determinada cultura, um determinado pano de fundo, apto a não permitir que houvesse responsabilização individual ao final desse regime autoritário.

De fato, o regime foi exitoso quanto a isso. Não houve situações ou ações de relevo nas décadas de 1980 e de 1990 que estabelecessem uma responsabilização por violações de direitos humanos praticadas no contexto da ditadura de 1964 a 1985.

O contexto, criado pela Lei de Anistia de 1979, Lei nº 6.683, permanecerá sendo discutido por setores da sociedade civil, que tiveram e têm um papel nessa transição: familiares e vítimas de graves violações de direitos humanos. Mas, num contexto mais amplo, o Judiciário brasileiro e o próprio Ministério Público não deram o respaldo para essa mudança de entendimento. Como o processo transicional é ligado a todos aqueles parâmetros que mencionei, referentes à justiça de transição, observamos que, à medida que o direito à memória e à verdade foram se consolidando, à medida que o sistema de reparações passou a ser estabelecido de forma mais organizada, mais clara, essa situação começou a se alterar. É claro que ela já ganhou uma nova roupagem a partir da própria Constituição de 1988. O art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – traz o sentido da anistia, que não é o mesmo estabelecido na Lei nº 6.683, de 1979. É uma anistia claramente para opositores políticos; não é uma anistia para agentes da própria ditadura. Mas a consolidação dos demais elementos da justiça de transição parece que procurou criar ou, na verdade, permitiu criar um ambiente mais propício para a rediscussão dos termos em que foi estabelecida a anistia, em 1979. E aí observamos que, em 2007, um dos órgãos competentes para promover um sistema de reparações no Brasil, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, instituída por uma lei que regulamenta o art. 8º do ADCT, colocou em debate, principalmente com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, quais seriam as medidas judiciais para se rever o entendimento de que a anistia de 1979 teria estabelecido também uma autoanistia.

E já sabemos um pouco do resultado disso tudo. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, principalmente pela atuação do Prof. Fábio Konder Comparato, optará pelo ajustamento de uma arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF –, uma ação ajuizada diretamente no Supremo Tribunal Federal para que o próprio Supremo pudesse dar um sentido diverso àquela anistia estabelecida em 1979, ou seja, para que o Supremo interpretasse a Lei de Anistia de 1979 a partir da Constituição de 1988. É curioso porque o argumento de que ela deveria ser entendida à luz do art. 8º da ADCT não foi levantado. O Supremo Tribunal Federal, em abril de 2010, após refutar a possibilidade de uma audiência pública para discutir os termos da anistia e a sua própria interpretação a partir da ADPF nº 153, por maioria de votos, sete contra dois, decidiu pela validação do sentido da anistia que já imperava, ou seja, o Supremo, em diversas ocasiões, acabou por distorcer o sentido jurídico e político da anistia buscada em 1979, e por afirmar o sentido completamente dissonante daquilo que a Constituição de 1988 poderia permitir interpretar. E pior, o Supremo consegue inclusive colocar de lado e até, em alguns pontos, distorcer as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que vão num sentido completamente diverso daquele defendido pelo STF.

O STF, por sete votos a dois – o ministro Joaquim Barbosa estava afastado naquele momento, o ministro Dias Toffoli declarou-se suspeito por já ter se manifestado no próprio processo da ADPF –, deixou marcada como ponto fundamental daquela decisão, primeiro, essa ideia de que teríamos um acordo político estabelecido em 1979, ideia que é defendida principalmente nos votos dos ministros Eros Grau e Cármen Lúcia.

A ministra Cármen Lúcia vai repetir esse mesmo entendimento. Teríamos em 1979 um acordo firmado por partes, das quais não se tem um exato conhecimento. Se cogitarmos quais seriam as partes desse acordo, encontraremos, na verdade, uma imposição, e não um acordo. Não havia condição para qualquer acordo político em 1979. E o Supremo vai defender a ideia de que o acordo político deveria ser mantido e que não seria possível nem à OAB tomar posição contraditória àquela de 1979, como se naquele ano possuíssimos as condições para refutar a anistia que fora defendida naquele momento. Era aquela anistia ou não seria nenhuma outra.

O segundo ponto, e que considero ainda mais grave, é o que é defendido pelo ministro Gilmar Mendes nessa ADPF nº 153. O ministro Gilmar Mendes vai defender, em seu voto, que a reprodução desse dispositivo da Lei nº 6.683, de 1979, na Emenda à Constituição nº 26, de 1985 – que convocara a assembleia constituinte – estabeleceu uma vinculatividade da própria assembleia constituinte de 1988. Quer dizer, ele ignora o sentido do art. 8º do ADCT, para dizer que a própria Constituição de 1988, por seu poder constituinte originário, estaria fundada nesse suposto acordo político. Vejam os senhores: um acordo político fundado num desrespeito claro a direitos humanos seria a base da nossa Constituição de 1988. Nada mais enganoso, instrumental ou estratégico para ser utilizado numa ação como essa julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

É interessante pensar que alguns meses depois – a decisão do Supremo é de abril de 2010 –, em novembro de 2010, dando voz e finalizando um longo e tortuoso processo dos familiares que perderam entes queridos na guerrilha do Araguaia, a Corte



Interamericana de Direitos Humanos vai julgar o próprio Supremo Tribunal Federal. Esse processo começa, na verdade, numa ação ordinária que tramita na Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal. Ele se inicia em 1983 numa ação declaratória apenas, movida pelos familiares de vítimas da guerrilha. Essa ação está em processo de execução até hoje. O que aconteceu em 1995? Diante de uma resposta claramente insatisfatória do Estado brasileiro à questão que postularam, os familiares das vítimas procuraram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que garantiu todos os direitos de defesa ao Estado brasileiro, permitindo o devido processo legal e todo o trâmite fundamental nesse aspecto, e que vai processar esse caso por um longo período, até o ano de 2008. Nesse ano a Corte Interamericana de Direitos Humanos julga o famoso caso Gomes-Lund e expressa claramente que o Supremo Tribunal Federal estava errado ao estabelecer que uma autoanistia poderia ser válida. A corte vai dizer que a Convenção Americana de Direitos Humanos não permite esse entendimento e recorre a outros casos, como, por exemplo, o Almonacid Arellano e o Velásquez Rodríguez, que envolveram, respectivamente, Chile e Honduras, e nos quais ela diz claramente que leis de autoanistia violam a própria Convenção Americana de Direitos Humanos.

Entre as várias determinações estabelecidas pela corte, que determina um sistema de reparações, inclusive um sistema de reparações em nível simbólico, ela exige que o Estado brasileiro se desculpe pelos atos praticados no discurso da guerrilha. Além disso, ela estabelece que os casos de desaparecimento forçado são casos de crimes permanentes, crimes cujos atos se reiteram ao longo de uma determinada cadeia de atos executórios e que, em vista disso, não cessam de ser praticados, enquanto não se encontra a vítima e enquanto não se comprova que houve uma morte, que houve um homicídio apto a classificar o crime como tal. E esse crime de desaparecimento forçado, que vem sendo rechaçado por diversas normativas internacionais, é um crime que não pode ser tolerado no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos. E aí a corte condena o Brasil a processar, a investigar, a levar à frente responsabilizações individuais pela prática dessas graves violações dos direitos humanos. É a expressão utilizada pela corte interamericana. E o que temos a partir de então? Ao que parece, uma contradição entre as duas decisões. Há uma contradição muito clara entre a jurisprudência do Supremo, na ADPF 153. Por quê? Porque o próprio Supremo, em diversas extradições, como na Extradição 970, já defendia a mesma posição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O STF determinou a extradição de oficiais argentinos, ligados ao regime ditatorial argentino, justamente no entendimento de que os crimes praticados por eles correspondiam ao crime tipificado no Código Penal Brasileiro de sequestro. Ou seja, não temos uma tipificação exata do desaparecimento forçado no Brasil, mas o correspondente seria o crime de sequestro. E esse crime de sequestro é um crime que não deixa de cessar nos seus atos executórios ao longo do tempo, o que refuta qualquer discussão sobre prescrição nesses termos.

Há um trecho interessante na decisão da corte de que ela vai tirar o contexto do Araguaia como uma necessidade, como um fundamento necessário para o processamento. Ela dirá que outras graves violações dos direitos humanos também devem ser investigadas, processadas e determinadas as responsabilizações nesse sentido. Mas, com base nesse entendimento do desaparecimento forçado, o Ministério Público Federal se reunirá pela sua 2ª Câmara de Coordenação de Revisão e vai chegar ao entendimento de que os membros do Ministério Público Federal devem reabrir casos já arquivados, devem colocar em discussão e procurar novas provas para casos de arquivamento por ausência de provas, por exemplo, e proceder, a partir de então, a novas responsabilizações.

O que temos, na atualidade, de dados que podemos mostrar a partir da atuação do Ministério Público Federal? É interessante observar que o Ministério Público Federal vai construir outras teses, mas, a partir da determinação só da Corte Interamericana de Direitos Humanos, há hoje oito ações penais tramitando na Justiça Federal brasileira que visam a responsabilizações por crimes praticados durante a ditadura.

Vou falar brevemente sobre o contexto em que se situam tais ações penais. É importante conhecermos o contexto, a forma como essas ações têm sido decididas, pois pode parecer para nós que há algum alento nisso, que há uma mudança constitucional importante no Brasil por parte do Ministério Público Federal, por parte do Judiciário brasileiro e que isso demonstraria que alcançamos um outro estágio da nossa justiça de transição, mas a questão é que devemos ficar muito atentos em relação a esses processos. Ontem, a *Folha de S.Paulo* publicou uma pesquisa, realizada pelo Datafolha, demonstrando que 46% dos entrevistados seriam favoráveis a uma revisão da Lei de Anistia, ao passo que 38% seriam contra, e um certo número não se posicionou sobre a questão.

Já é, pela primeira vez, uma mudança significativa, mas não deve ser vista sem uma certa reserva. É preciso permanecermos bastante vigilantes em relação a isso. Se observarmos essas ações penais, vamos verificar que o Judiciário brasileiro demanda uma vigilância considerável no que concerne a esses processos. Vejamos o motivo disso. Temos, por exemplo, uma ação, a primeira delas, visando à responsabilização pelo desaparecimento forçado de Maria Célia Corrêa, Hélio Luiz Navarro Magalhães, Daniel Ribeiro Callado, Antônio de Pádua Costa e Telma Regina Cordeiro Correa, todos eles desaparecidos no contexto da Guerrilha do Araguaia. Nessa ação é réu o Sebastião Rodrigues de Moura, o Maj. Curió.

Essa ação foi proposta pelo Ministério Público Federal por meio de uma denúncia que foi rejeitada por um juiz substituto, que atuou naquele primeiro momento de recebimento da denúncia justamente fundamentando sua decisão na decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 153, levantando novamente a tese de que haveria um acordo político por trás da anistia de 1979. Felizmente, até certo ponto, a magistrada titular acabou, num recurso do Ministério Público, exercendo um juízo de retratação, revendo aquela decisão e recebendo a denúncia. Porém um *habeas corpus* impetrado pelo Maj. Curió acabou suspendendo o processo. Depois o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por meio desse *habeas corpus*, determina o trancamento dessa ação penal, ou seja, extingue essa ação penal.

Temos um recurso aviado pelo Ministério Público Federal, mas, ao que parece, rapidamente teríamos uma chance de que o STJ ou o STF viesse a discutir a questão. A luz no fim do túnel é pensar que, se o STF for provocado, deveria pelo menos ser coerente com a sua jurisprudência e entender os crimes de desaparecimento forçado como crimes permanentes.

Vou mencionar rapidamente algumas outras ações penais. Há três ações penais envolvendo o caso famoso de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Uma delas é com a vítima Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, a outra é com Edgar de Aquino Duarte e a outra com Hiroaqui Torigoi. Algumas dessas ações visam à responsabilização por sequestro e outras, por ocultação de cadáver. A ação que traz um momento importante, considerado por todos nós em termos de transição, é a que envolve o Edgar de Aquino Duarte. Nela, em



dezembro do ano passado, chegamos ao momento de oitiva de testemunhas, com a realização de uma audiência de instrução e julgamento, em que observamos que já há uma tramitação mais longa. Talvez seja o processo com a tramitação mais à frente, que não foi interrompida por decisões de *habeas corpus* ou por decisões de rejeição de denúncias, como as demais ações. Em todas as outras houve rejeição ou uma rejeição *a posteriori*. Os processos já estão numa decisão em 2ª instância para saber se vão continuar ou não.

Some-se a isso mais uma ação no contexto araguaio, envolvendo Lício Augusto Maciel; uma ação no Estado do Rio de Janeiro, envolvendo o desaparecimento forçado do Mário Alves de Souza Vieira, dirigente do Partido Comunista do Brasil e depois do PCP(R), e depois mais duas ações: uma no Estado de Goiás e a recentíssima ação reabrindo o caso Riocentro, que é uma situação mais interessante porque envolve crimes praticados após a Lei de Anistia e, portanto, não estariam cobertos pela Lei de Anistia de 1979. Esse é o quadro geral que podemos verificar em relação à maneira como as instituições têm lidado com a anistia brasileira.

Já caminhando para o final, há uma posição que começou a ser defendida pelo Ministério Público Federal e que talvez seja uma das mais importantes: no final das contas, não estamos falando de graves violações de direitos humanos, mas sim de crimes contra a humanidade. Em todos esses casos, não precisaríamos discutir eventual incompatibilidade entre a decisão do Supremo e a da Corte Interamericana de Direitos Humanos, pois, quando se trata de crimes contra a humanidade, temos uma ação deliberada estatal, ou seja, uma prática levada à frente pelo próprio Estado dirigida contra sua própria população, e não temos mais como negar que foi isso o que de fato aconteceu no contexto da ditadura brasileira. Todos os crimes de tortura, lesão corporal, estupro e homicídio foram praticados no contexto de uma ação deliberada contra a sua própria população civil, uma população que exercia o direito legítimo de oposição política e o direito de resistência.

Se passamos a entender esses crimes como crimes contra a humanidade, então fica em segundo plano a discussão de eventuais compatibilidades ou da forma como o Supremo ou a Corte decidiram. Esses crimes terão um acervo em termos de direito internacional dos direitos humanos, em termos de *jus cogens*, em termos de costumes internacionais que permitem uma responsabilização desde o momento em que foram praticados.

A definição de crimes contra a humanidade começa, pelo menos, lá no Acordo de Londres – e podemos ir até um momento anterior à própria Segunda Guerra –, que permitiu a instauração do Tribunal de Nuremberg, e será mantida em diversas resoluções da própria Assembleia-Geral da ONU, que, apesar de não se consolidarem como convenções internacionais de direitos humanos, formam parte de um acervo que é hoje inderrogável, ou seja, *jus cogens*, como chamamos em termos jurídicos. Dizer hoje que a tortura não é um crime contra a humanidade é algo que agride esse chamado *jus cogens*.

Há duas últimas questões. É preciso lembrar, por um lado, que essas são práticas estatais, ou seja, não há o que se discutir a esse respeito. Temos aí documentos relativos à Operação Condor, aos treinamentos realizados na Escola das Américas, no Panamá, enfim, existe uma quantidade enorme de comprovações de que essa era uma prática estatal não apenas tolerada, mas aceita por superiores hierárquicos do mais alto nível. Temos a reprodução conhecida de um diálogo do Ernesto Geisel com o Dale Coutinho, em que ele vai dizer expressamente que esse negócio de matar, às vezes, é inevitável. Portanto, dizerem que não havia uma prática estatal é algo que não pode ser aceito.

Terminarei com uma citação breve, e muito cabível nesse campo, de um jurista francês, Antoine Garapon, que nos expõe muito claramente o significado do crime contra a humanidade no nosso contexto ditatorial e como devemos rechaçar e reprovar claramente essas ações no contexto democrático atual. Diz ele: “O crime contra a humanidade implica um duplo desequilíbrio. Logo à partida, na natureza das pessoas em presença – evitemos falar de protagonistas ou de partes –, de um lado, uma organização política que decuplica as forças dos indivíduos; do outro, pessoas isoladas. O crime contra a humanidade revela quer a frieza absoluta de uma não relação, de uma ausência de reciprocidade levada ao extremo, ao ponto de já não ser possível reconhecer nenhuma semelhança humana no outro, como no caso dos campos de concentração; quer o horror de um corpo a corpo em que um tem o outro à sua inteira disposição, como sucede na tortura. O crime contra a humanidade nasce da perda dessa medida comum das ações. Aí, não há mais nada de comensurável entre autor e vítima, nem mesmo uma humanidade em comum. Se o crime de guerra é uma infração aos usos e costumes de guerra, que remetem para uma certa lealdade no uso das armas, no crime contra a humanidade, a perspectiva de qualquer reciprocidade desaparece”. Muito obrigado.

O presidente – Nós é que agradecemos ao Prof. Emílio Peluso a brilhante exposição, lembrando-lhes de que, após os debates desta manhã, haverá o lançamento do livro cujo Prof. Emílio é um dos coautores. Os livros se chamam *Direitos humanos atual*, da editora Elsevier – Campus Jurídico; e *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*, em formato *e-book*, também de autoria do Prof. Emílio Peluso e do Prof. Marcelo Cattoni. Fica o convite para o lançamento dos livros, que acontecerá na antessala do Plenário, logo após os debates da manhã.

Com a palavra, o sociólogo Ronald Rocha.

#### **Palavras do Sr. Ronald Rocha**

Bom dia. Quero iniciar com saudações aos parlamentares desta Casa, na pessoa do deputado Paulo Lamac, que preside este debate público. Também parablenizo a Comissão de Direitos Humanos, na figura de seu presidente, deputado Durval Ângelo, bem como a comissão organizadora de entidades da sociedade civil, na pessoa da Cristina, que integra a Mesa dos trabalhos. Parablenizo ainda os funcionários das várias gerências da Assembleia, sem os quais a infraestrutura, o acompanhamento e o desdobramento desses trabalhos ficariam comprometidos.

Início elogiando-os por esta iniciativa. Em vez de palavras, penso que basta mencionar a tentativa de reedição da marcha pela propriedade, feita na semana passada. Digo só propriedade porque a família e Deus não estavam em questão em 1964. Agora essa marcha de alguns gatos pingados contrasta com este evento de hoje, que é feito em um Poder do Estado, portanto dentro da institucionalidade do Estado, o que marca o isolamento dos saudosistas e das viúvas do regime militar.

Antes de mais nada, para discutir e avaliar o golpe militar, sobretudo sua crise e seus desdobramentos, julgo importante definir uma postura determinada. Tenho visto, nos debates sobre essa questão, certa tendência de encarar os torturados, assassinados e presos como vítimas. De fato, há vítimas. Mas, basicamente, aqueles que foram presos, torturados e assassinados também foram combatentes



da luta democrática contra o regime militar - e como combatentes devem ser vistos e encarados; foram eles que combateram nas piores condições possíveis, dentro dos cárceres e sob tortura. Muitos perderam a vida por isso.

Por isso também é muito precário tratar e rememorar todos aqueles episódios com o método do testemunho, que revela certa contemplação. Na verdade, é preciso apropriarmo-nos intelectualmente dos processos para entender as causas daqueles fenômenos e preparar e potencializar as lutas do presente e do futuro.

Um pensador do pós-guerra, um filósofo com certa veia literária lembrou que o olhar fixo na catástrofe revela um certo fascínio. Acho que não devemos cultivar nenhum fascínio pela catástrofe do regime militar, mas sim analisá-la à luz das experiências concretas, à luz dos processos vivos para projetar as lutas futuras. Para tanto, devemos encontrar um gancho para realizar essa análise. Muito se discute sobre o regime militar, há uma vasta produção que, a cada dia, aumenta, mas há um problema, um limite: essas produções, via de regra, se articulam em torno da narrativa dos fatos. Quando muito, procuram narrar os processos políticos. As mais avançadas narram as lutas políticas em torno do pré-golpe e durante o regime militar e a transição. Mas o ponto de vista político tem um limite acentuado.

Marx, em 1844, escreveu o seguinte: "O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais. O princípio da política é a vontade. Quanto mais unilateral, isto é, quanto mais perfeito é o intelecto político, tanto mais ele crê na onipotência da vontade e tanto mais é cego frente aos limites naturais e espirituais da vontade e, conseqüentemente, tanto mais incapaz de descobrir a fonte dos males sociais". Obviamente Marx, já que se dedicou à luta política durante toda sua vida, não queria desmerecer, menosprezar e diminuir a política, mas refutar a ideia de uma revolução política com alma social. Retifico: ele queria defender a ideia de uma revolução política com alma social contra a ideia de uma revolução social com alma política. Se quisermos olhar o regime militar na sua implantação como um processo não social com alma política, mas como processo político com alma social, deveremos mergulhar na ontologia desse processo.

Nos anos 1950, de maneira retardatária em relação ao que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, no Brasil começou-se a constituir o tripé monopolista. O capitalismo internacional chegava ao País na forma de grandes monopólios transnacionais, constituindo monopólios brasileiros associados e também o fortalecimento do monopólio de Estado. Esse tripé exercia paulatinamente uma grande influência na vida nacional. Em 1960, estávamos no auge da *golden age*, ou seja, na fase expansiva do capitalismo na quarta onda longa, de acordo com a periodização de Kondratiev. Nesse auge da fase A do capitalismo internacional e também do Brasil, constituiu-se esse campo, esse tripé monopolista hegemônico. O trânsito para o novo tipo de estado burguês que expressasse esse fenômeno na Europa se deu antes da Primeira Guerra Mundial, foi o período de preparação dos estados para a disputa guerreira interimperialista, mas, no Brasil retardatário, esse processo se consumou na passagem dos anos 1950 para os anos 1960.

Aqui, concretamente, com a Guerra Fria em âmbito internacional e com o ascenso da luta popular por reformas, era impossível que a constituição de um novo tipo de estado que materializasse a fusão dos grandes monopólios financeiros com os órgãos do próprio Estado se desse pacificamente. Portanto, os grandes monopólios financeiros no Brasil tiveram que recorrer - e o fizeram sem nenhum prurido - ao golpe de estado. Portanto, o golpe de estado não foi fruto da índole ditatorial de indivíduos; não foi fruto da maldade de algumas pessoas; não foi fruto da política vista como império livre e absoluto da vontade e muito menos responsável - podem ser responsabilizadas as classes populares que lutavam pelas reformas de base; foi um ajuste do Estado burguês brasileiro para que pudesse consumir o processo de concentração e centralização de capital sob a hegemonia da oligarquia financeira emergente no Brasil, e para isso foi necessário suprimir a própria democracia representativa e implantar o regime militar.

Pois bem, esse processo se exauriu muito rapidamente, porque se deu no ato final da *golden age*, no final da fase A daquela quarta onda longa que termina em meados da década de 1970. Quando o Estado se centraliza e os seus órgãos se fundem aos grandes monopólios internacionais e aos grandes monopólios brasileiros emergentes associados, há um lustro de novo crescimento que se dá entre 1967 e 1972, 1974. Ora, a *golden age* acaba exatamente nesse período. E foi exatamente nesse período que sobreveio uma crise profunda no âmbito internacional e na sociedade brasileira. Portanto há uma extraordinária coincidência, uma extraordinária proximidade entre o que acontecia no interior da quarta onda longa do capitalismo, que era o trânsito da fase A para a fase B, ou seja, do crescimento para a depressão em meados da década de 1970 e o esgotamento do chamado Milagre Brasileiro. O Milagre Brasileiro foi o último suspiro da *golden age* no Brasil e marcou o início de um processo de crise aguda na sociedade brasileira, com profundas repercussões na sociedade política. Foi nesse preciso momento que nasceu a crise do regime militar. Vale lembrar que as primeiras tentativas de pensar a transição se deram exatamente na segunda metade da década de 1970.

Pois bem, nesse período, ficou muito claro para os setores mais esclarecidos e lúcidos do regime militar - conservadores sim, porém lúcidos - que era preciso pensar nas seguintes questões. Primeiro, naquele quadro de crise, do fim da *golden age* e da crise profunda da sociedade brasileira da década de 1970, a eficiência política da ordem ditatorial estava ameaçada. Segundo, era preciso dar um passo à frente porque o terrorismo do Estado contra a resistência democrática também demonstrou uma grande exaustão pela perda de apoio político a partir de meados da década de 1970. É só pensar no ascenso da oposição democrática, do MDB e depois do PMDB nesse período, por exemplo, nas eleições de 1974.

Por outro lado, o regime não poderia manter, com sua face fascizante da época do Gen. Médici, a sua perenidade em face da oposição, à época revolucionária, que vivia o dilema de travar uma luta armada sem situação revolucionária. Por isso caminhava-se para a derrota. De qualquer maneira, paralelamente, havia o descontentamento da sociedade civil e da sociedade política quanto ao regime militar que também aumentava. Com esse quadro, veio a crise do regime militar.

É claro que a grande burguesia brasileira e as Forças Armadas, em seus setores hegemônicos, perceberam que a manutenção do regime a ferro e fogo geraria a perda de eficiência daquela forma de dominação e consumaria uma situação revolucionária no Brasil que ainda não havia, pois a manutenção do regime significaria o incremento da repressão e o prolongamento do período fascizante do Gen. Médici. Na medida em que emergisse uma situação revolucionária no País, seriam criadas condições para uma ruptura por



baixo do regime, com consequências imprevisíveis para as classes dominantes. Nesse quadro, as correntes com primazia no regime passaram a considerar o trânsito para a democracia burguesa constitucional. Ao mesmo tempo, ao considerarem esse trânsito, foram premidas e constrangidas pela luta política na sociedade civil e na sociedade política.

Naquele momento, vários projetos disputaram a transição. O primeiro deles foi o popularmente conhecido projeto de “linha dura”. Ele era a expressão de uma fração fascizante da burguesia brasileira e do latifúndio que conseguiu se manifestar de maneira mais clara durante o terrorismo de estado, a partir de 1969 e durante o governo Médici. Paralelamente, no próprio regime, havia os chamados setores “aberturistas” - na falta de uma palavra melhor -, que representavam os interesses da fração superior da burguesia associada e internacional, que eram os grandes conglomerados financeiros que atuavam sob pressão da sociedade civil e política. Esse projeto “aberturista” se fez expressar pela palavra de ordem, ou pela consígnia de transição lenta, gradual e segura, que recebeu a assinatura conjunta de Geisel e de Golbery.

Esse projeto “aberturista” tinha várias nuances. A primeira era conservadora e pregava a transição com a firme tutela castrense, ou seja, militar dos quartéis. Havia também uma variante ultraliberal, que se expressava de maneira muito clara no início da década de 1980, naquela campanha feita pelo *Jornal da Tarde*, órgão ligado ao jornal *Estado de S. Paulo*, que denunciava, em uma sucessão de números e de matérias, o que chamavam de República Socialista Soviética do Brasil. O que eles queriam dizer com isso? Já que o Brasil mantinha as empresas estatais, como a Petrobras, na verdade, era uma república socialista do tipo soviética. Eles confundiam capitalismo de estado com socialismo.

Nessa campanha ultraliberal, já se revelava o germen do futuro neoliberalismo. Ali já estava o eco da ideia de reforma do Estado, ou da criação do chamado Estado gerencial, que começa no final da década de 1970 em âmbito mundial, nos países basicamente ligados à organização dos estados membros que compunham a OCDE - Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia -, que tomaram a vanguarda da reforma gerencial. Isso se deu no final da década de 1970.

No início dos anos 1980, os ultraliberais brasileiros, em sintonia fina com o ultraliberalismo redivivo em âmbito internacional, já pregavam a desestatização e a privatização completas da economia brasileira. No processo de transição, essa variante não predominou por vários motivos. Um deles, porque os seus autores, os seus chefes, a sua face pública estavam muito comprometidos com o regime militar. E nas disputas do processo de transição, não conseguiram estabelecer um gancho com o sentimento nacional e com o sentimento popular democrático.

Havia também um terceiro setor, que podemos chamar de democrático reformista e expressava os interesses de uma parcela ponderável da burguesia brasileira, basicamente no PMDB, que queria uma transição para a democracia constitucional com algumas reformas sociais. No final das contas, dessas três nuances intestinas ao projeto “aberturista”, houve uma simbiose, uma síntese que acabou predominando.

Havia uma terceira grande opção - podemos chamá-la de opção democrático-popular - que era a ideia de pôr um fim ao regime militar por meio de um pronunciamento popular, de um ato fundante, ou seja, derrubar o regime. Esse foi o mote de toda esquerda revolucionária, dos setores democrático-radicalistas da sociedade e dos setores anti-imperialistas. Mas esses setores obtiveram uma vitória importante, apesar de apenas parcial, que foi o fim do regime, porque o que predominou, do ponto de vista da hegemonia na transição, foi um amálgama das variantes “aberturistas”. Em síntese, uma transição por cima sob controle e sem pronunciamento popular. Portanto, sem ato fundante de caráter democrático, o que implicou uma dissipação processual do regime militar, que durou um período de tempo prolongado. Foi nesse clima político que se deu uma solução conciliadora com franco domínio da variante conservadora dentro do regime militar e também na sociedade civil e, portanto, a manutenção das prerrogativas castrenses, ou seja, a tutela das Forças Armadas sobre a vida política nacional. Para que esse desfecho fosse possível, algumas condições tiveram de ser cumpridas. Essa foi uma grande disputa política. Primeiro, foi preciso liquidar a oposição de esquerda popular, que queria uma ruptura e um ato fundante. Queria, portanto, a derrubada do regime. Foi preciso liquidar a oposição revolucionária, não acabar com ela, mas enfraquecê-la por meio da repressão. É por isso que, em pleno discurso de abertura, em plena articulação da abertura, no final de 1976, se dá o massacre da Lapa, quando o Comitê Central do PCdoB foi reprimido, com três mortes durante assalto a uma reunião desarmada. Pois bem, isso é fundamental para viabilizar a transição sob tutela e por cima e enfraquecer a esquerda revolucionária.

A segunda condição foi a hegemonia democrático-liberal na campanha das Diretas. Na campanha das Diretas, unificaram todos os setores democráticos. Mas sabíamos sabemos que, dentro da campanha das Diretas, existiam várias correntes e várias nuances que abortavam aquele processo, desde aqueles que aceitavam a tutela militar e apoiavam a transição por cima até os setores da esquerda, que exigiam diretas com liberdade, ou seja, sem regime militar. Foi preciso derrotar a campanha Diretas Já.

Terceira condição: foi preciso decretar em 1979 uma anistia a meio pano, astuciosa. Como foi dito, uma anistia que também pretendia perdoar os criminosos que, em nome do Estado, assassinaram e torturaram. Como quarta condição, foi preciso convergir todo aquele processo para o colégio eleitoral, porque aquele fórum tinha uma correlação de forças minimamente estruturada. Claro que não havia um controle absoluto. A própria eleição de Tancredo foi alvo de uma disputa, mas havia limites definidos, era uma disputa conformada dentro de certos limites. Então, foi preciso fazer com que a disputa convergisse para o colégio eleitoral, e não que se dessem como se pretendia, eleições diretas para presidente da República. A outra condição foi que se garantisse na Constituinte de 1988 uma hegemonia democrático-burguesa com forte componente liberal. Para isso, a Constituinte não poderia ser exclusiva, não poderia ser constituída como fórum efetivamente originário, num processo de eleições absolutamente democrático. Teve que se dar ainda com um rescaldo do regime militar, na transição sem ato fundante.

Além disso, foi necessário garantir um conjunto de vitórias conservadoras com um clima de conciliação nas eleições presidenciais subsequentes, sobretudo em 1990, 1994 e 1998. Finalmente, no fim do processo de transição, foi preciso que a principal expressão do democratismo popular ou o principal partido popular de reformas entrasse num processo de transformismo social, abandonando os aspectos radicais do seu programa de mudanças. Nesse clima, é preciso discutir o sentido geral da transição. Há, basicamente, duas teses em debate. Em primeiro lugar, a ideia de que a passagem para a democracia teria sido incompleta e inconclusa. Essa tese tem na sua vertente mais radical a ideia de que hoje não existe democracia no Brasil. Como a passagem foi incompleta e inconclusa, não se



concluiu a conformação de uma república democrática. Por isso o Brasil não viveria hoje um regime democrático. Essa tese se espelha na tipologia idealista de Weber, que vê a democracia como algo abstrato, como um paradigma abstrato, e não como regime político que surge por meio de uma luta política real.

Se a democracia é um ideal abstrato, que teria existido em alguns países da Europa, a comparação com o regime democrático constitucional brasileiro, com esse paradigma vai demonstrar diferenças flagrantes. Portanto não haveria democracia no Brasil. Essa tese confunde várias instâncias do Estado, confunde o conteúdo do Estado com a forma do Estado, com o regime político e, finalmente, com os programas dos governos. Mas são coisas diferentes.

Há também a tese de que a transição foi completa, conclusa, mas gerou uma democracia que se conformou segundo as condições sócio-históricas da sociedade do Brasil, país capitalista, dependente, sob a hegemonia da sociedade civil, da sociedade política e, fundindo-se aos órgãos de estado, de grandes conglomerados monopolistas financeiros. Uma democracia desse tipo, que se conforma em um país dessa “natureza”, entre aspas, teria de ter características próprias. A democracia no Brasil se consumou por meio da democracia; porém essa democracia manteve aspectos fundamentais da legislação autocrática da época do regime militar e até do período anterior; manteve instituições repressivas, herdadas do regime militar, como a tortura; manteve os criminosos intocados, até os criminosos do regime militar; manteve um método autocrático de gerir o Estado e de fazer política; e, sobretudo, manteve a ordem monopolista financeira, que esteve na origem do golpe de 1964, no momento da sua configuração. Por causa disso, as reformas populares profundas, muitas reclamadas pelo movimento de reformas de base, não foram realizadas no Brasil. Não se realizou uma reforma urbana ampla que se chocasse com os interesses da especulação financeira; não se realizou uma reforma agrária antilatifundiária, com o fim do monopólio da terra; não se realizou aquele anseio de controlar remessas de lucros e de romper com a dependência; não houve reforma profunda do sistema educacional, pelo contrário, houve avanço da privatização do ensino; e não houve profunda reforma do sistema de saúde. O que houve foi o retrocesso do SUS ao mero sistema de gestão, paralelamente ao crescimento da indústria de hospitais, da indústria da saúde.

O que temos hoje no Brasil não é falta de democracia, não é a continuidade do regime militar, mas uma democracia dos monopólios financeiros, portanto uma democracia limitada, restritiva, oligárquica tanto no plano da economia como nos planos da cultura e da política. É uma democracia tutelada pelo que pode ser chamado de mecanismo único de dominação, que é a fusão dos grandes conglomerados financeiros com os órgãos e a cúpula do Estado. Pois bem, sendo assim, é preciso renunciar à herança que nos foi legada no passado pelo regime militar, rememorar as lutas e a grande vitória antiditatorial parcial. É da maior importância histórica rememorar isso, mas renunciar à herança do regime militar. E a renúncia a essa herança significa adotar a forma de um programa de transformação profunda na sociedade brasileira, que consiga unificar os movimentos e as forças populares, com um programa de unidade popular amplo. Quer dizer, transitar da negatividade em política, como Marx fez, ao criticar a ideia de uma revolução social com alma política, para a apresentação de um caminho positivo para as grandes transformações políticas e sociais que o País necessita e reclama. Portanto, enveredar pelos caminhos das grandes transformações políticas com alma social.

Encerro as minhas palavras agradecendo a todos a atenção. Muito obrigado.

O presidente – Agradecemos a brilhante exposição do Ronald Rocha, sociólogo, membro do Isem, que nos trouxe reflexões profundas acerca de todo esse processo que culmina na sociedade atual brasileira. Muito obrigado, Ronaldo. Foram profundamente instigantes as suas considerações.

Passo a palavra ao Prof. José Luiz Quadros de Magalhães, doutor em direito pela UFMG e pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires; professor titular da PUC Minas; professor associado da UFMG e professor do programa de mestrado da Faculdade de Direito do Sul de Minas. É um grande prazer, Prof. José Luiz, recebê-lo aqui.

#### **Palavras do Sr. José Luiz Quadros de Magalhães**

Muito obrigado, o prazer é todo meu. É uma satisfação estar aqui. Cumprimento todas e todos presentes, principalmente pela oportunidade de discutirmos esse importante tema. Fui precedido por duas falas bastante completas a respeito de aspectos sociais, jurídicos e econômicos do período da ditadura empresarial militar, que se instalou no Brasil em 1964.

Para falarmos de transição, é muito importante falarmos um pouco de como se constituiu a ditadura empresarial militar e em que contexto ela se deu. A fala do Ronald foi muito clara ao mostrar o contexto de afirmação, de expansão e de proteção do capital e que não poderia deixar escapar um país de repercussão importante, como foi o Brasil na América. Considero importante lembrar que a nossa não foi uma simples ditadura militar, mas empresarial militar que cumpria funções, assim como encontraremos nas ditaduras da Argentina, do Chile e de outros países, que aconteceram com financiamento e apoio de grandes empresários. Além disso, com apoio de banqueiros e também do Departamento de Estado norte-americano, da CIA e de outras instituições.

A ditadura empresarial militar de 1964 veio romper um período curto, em que se começou a construir alguma coisa parecida como uma democracia representativa a partir da Constituição de 1946. Como Ronald também lembrou, foi uma democracia representativa limitada, que veio aos trancos e barrancos, logo depois da Constituição de 1946, quando o Partido Comunista foi jogado na ilegalidade. Mas foi a nossa primeira experiência em relação a uma democracia representativa liberal no período de 1946 até a ruptura de 1964. Em todo esse período, tivemos oito constituições, começando pela Constituição de 1824, liberal e conservadora. Lembramos que a origem do constitucionalismo é liberal, e que o liberalismo, historicamente, rejeita a democracia. As constituições não nascem democráticas. Ao contrário, elas nascem para dar segurança àqueles que são titulares de direito nesses estados liberais, que começaram a aparecer nos séculos XVIII e XIX, que são os homens brancos e proprietários.

A nossa segunda Constituição também é de caráter liberal e conservador. Embora declare o voto livre, foi um período de fraudes eleitorais constantes à Constituição de 1891, nossa primeira Constituição republicana, e foi também um regime não democrático.

Nossa terceira Constituição é de 1934. Foi a nossa primeira Constituição social, estrutural e formal, uma Constituição social e democrática, que não chegou a ser aplicada. Getúlio não cumpriu essa Constituição. Houve uma ruptura, logo depois, com a imposição de uma Constituição de natureza fascista, que incorpora elementos nazifascistas à Constituição de 1937 até o período de

uma democratização relativa institucional e representativa, com a Constituição de 1946, como eu disse, aos trancos e barrancos, até a ruptura de 1964.

A respeito da ditadura de 1964, acho importante, para entendermos esse período de transição, falar um pouco a respeito de um brutal e cínico disfarce que essa ditadura procurou construir. Ela teve uma teatralidade diferente de outras ditaduras também brutais, e não estamos aqui medindo brutalidades que se instalaram depois no Chile, na Argentina, no Uruguai e em outros países. A ditadura empresarial militar brasileira tentou se disfarçar, em um teatro cínico, mostrando que existiam ali o funcionamento de instituições constitucionais e pseudodemocráticas.

No período da ditadura, tivemos uma Constituição ilegítima – a Constituição de 1967 –, de um Congresso contra a parede. Essa Constituição também não chega a ser aplicada e, logo depois, vem a chamada Emenda nº 1, de 1969, que seria uma alteração pontual do texto, mas, na verdade, é uma nova Constituição outorgada, também ilegítima, que restringe ainda mais os direitos. E nem mesmo essa Constituição, que restringe direitos fundamentais, foi respeitada pelo próprio regime ditatorial.

Existia um Congresso ameaçado ou contra a parede, e há uma determinada formatação, uma invenção jurídica dos chamados atos institucionais. Esse ponto é importante para pensarmos, um pouco, a cara dessa ditadura pós-1964. Ela tenta mandar um recado, dizendo: “temos um Congresso funcionando; há um Poder Judiciário funcionando; há uma renovação de quatro em quatro anos de ditadores no poder; a cada cinco anos há um novo general, um novo ditador”. Essa é, mais ou menos, a formatação que também temos num outro teatro, que é essa pseudodemocracia norte-americana, em que, de quatro em quatro anos, sucedem-se nomes que representam sempre os mesmos interesses. Nos Estados Unidos, a eleição é indireta. Portanto, há a formatação de uma sucessão de nomes de ditadores, mas diferente da estrutura do Chile, do Pinochet, por exemplo, ou da ditadura do Uruguai ou da Argentina. Aqui ela procurou mostrar-se, de uma forma teatral, dizendo: “as instituições estão funcionando, houve uma ruptura necessária”. Tentaram, de alguma forma, passar esse recado.

Aqui há algo muito importante a ser pensado: a presença dessas inversões grosseiras que se encontram no discurso dessa ditadura: “vou acabar com a democracia para garantir a democracia; vou suspender as liberdades para garantir a liberdade”, e assim por diante. Esse discurso ainda ouvimos hoje, de forma cômica, nessas frustradas marchas recentes que tentaram reeditar as antigas – pela família, pela propriedade etc. Hoje o discurso também é este: “precisamos intervir, acabar com a democracia para garantir a democracia; precisamos suspender as liberdades para garantir a liberdade”. É uma inversão grosseira.

Mas é importante pensarmos esse fator, ou seja, há um investimento numa ideologia – e aqui utilizo o termo ideologia no sentido negativo da palavra. Há um livro muito interessante, do Slavoj Žižek, um filósofo contemporâneo que tem muitos trabalhos publicados no Brasil. E um de seus livros traduzidos se chama *O mapa da ideologia*, em que ele dialoga com 15 outros pensadores, com 15 conceitos distintos de ideologia, desde Marx até pensadores contra Marx, a partir de Marx ou que pensam com Marx. E ele define dois grandes conceitos de ideologia: um, no sentido positivo, ou seja, a ideia de que nós todos somos seres ideológicos, que não há neutralidade possível, e que sempre vemos o mundo, inevitavelmente, por meio de nós mesmos. E um conceito negativo de ideologia que seria no sentido de encobrimento, de distorção proposital, de representação falsa do real, quando então um poder – que pode ser o econômico, o político, o de uma igreja ou tudo isso junto – interpõe-se entre nós e a observação do real, encobrindo esse real, distorcendo propositalmente esse real. E isso leva a essas inversões grosseiras como, por exemplo, muita gente acreditava que ali se tratava de uma revolução que defendia o caráter nacional, quando se tratava de um regime essencialmente antinacional, e que não foi revolução coisa nenhuma, que foi contra o Brasil, contra os interesses do País. Mas esse discurso é recorrente.

Esse é um elemento em que precisamos pensar, principalmente porque, hoje em dia, o uso dessas ideologias no sentido negativo, desses mecanismos de encobrimento, de distorção proposital, de encobrimento do real são cada vez mais sofisticados.

Essa democracia representativa, concorrencial e liberal que se estabeleceu principalmente a partir do século XX ou da segunda metade do século XIX claramente está andando para trás hoje e de forma muito especial na Europa. Os cidadãos europeus não têm possibilidade de escolha atualmente. No Reino Unido, por exemplo, entre conservador e trabalhista, é a mesma coisa. É assim também na Itália, na França, etc. Sucodem-se governos de partidos que se dizem socialistas – e que não o são, são sociais-democratas, liberais ou conservadores –, mas a política econômica é a mesma, os interesses representados são os mesmos nesse grande teatro.

Esse péssimo teatro ensaiado com a ditadura empresarial militar no Brasil vai sofisticando-se nos tempos atuais. Eu falava do caso norte-americano, mas a abstenção eleitoral nesses países é cada vez maior. Chegou a 59% na União Europeia; nas eleições para presidente dos Estados Unidos chega a 50% e, nas eleições estaduais, ultrapassa 60%, às vezes. E o povo fica pensando que não adianta votar em A, B, C ou D porque continua tudo a mesma coisa, os interesses representados são os mesmos. De certa forma, essa ditadura empresarial militar no Brasil representa o ensaio desse encobrimento. Hoje encontramos vozes dizendo até que não houve ditadura. Já ouvi até a expressão regime democrático militar ou falarem que houve uma intervenção necessária para garantir a democracia, etc. Como eu disse, são inversões grosseiras da realidade, que marcam – e talvez a coincidência com o 1º de abril – efetivamente o investimento na construção de uma mentira ideológica, num teatro mentiroso, numa representação falsa desse real.

Constituiu-se, na ditadura empresarial militar no Brasil, um sistema bipartidário semelhante ao norte-americano. Havia uma oposição funcionando. Depois de vários políticos cassados, desaparecidos, muita gente morta, torturada, etc., parecia existir uma oposição funcionando. Como havia democratas e republicanos nos Estados Unidos, o Brasil tinha a Arena e o MDB e, quando necessário, ajustes nesse sistema para impedir que o MDB constituísse maioria na Câmara ou no Senado ou pudesse chegar ao governo. Enfim, todo esse teatrinho que vai sendo mantido nesse período.

No final da ditadura, é muito interessante, tem-se o último ato. O teatro continua, mas de outra forma agora. Esse teatro da ditadura tem o último ato quando Sarney convoca a constituinte de 1987-1988 por meio de emenda à Constituição. Todos sabem que, do ponto de vista teórico e constitucional, isso não tem valor absolutamente nenhum. Chega a ser ridículo. Não se pode, por meio de emenda – poder constituinte derivado, limitado, condicionado –, acabar com a Constituição ou convocar uma nova constituinte. Não existe um meio jurídico para a convocação de uma constituinte. Uma assembleia nacional constituinte soberana e democrática – que se tornará legítima e popular – não tem um meio jurídico de convocação, porque ela representa justamente a ruptura com o ordenamento jurídico



vigente. Essa tese que estou expondo não é nova, é a teoria do poder constituinte do século XVIII. Não é possível uma formatação jurídica para convocar uma assembleia nacional constituinte - que deve ser um poder radicalmente democrático - na ordem com a qual esse poder democrático está rompendo. Como se convoca, então, uma assembleia nacional constituinte? Não há uma forma. Para ser legítima, ela tem de ter amplo apoio popular. Uma liderança pode convocar a assembleia na televisão. Se foi, foi; se não foi, não foi, mas não há mecanismo jurídico para isso. Qualquer mecanismo jurídico é disfarce.

E esse disfarce ou essa mentira estava presente, mais uma vez, naquele ato que o Sarney praticou ao convocar a Assembleia Nacional Constituinte, por meio de uma emenda à Constituição. Ali o recado estava claro de que não se tratava de uma ruptura. Qual a ideia política encoberta nesse ato de convocação por meio de emenda? Não se trata de uma ruptura, não se trata de um poder constituinte originário, soberano. Na verdade, é um momento em que, passada a necessidade desse período da ditadura empresarial militar, agora podemos entrar numa outra fase, mas sem o recado de que há uma ruptura com esse período da ditadura, o que vai marcando a história do Brasil. É uma história em que essas rupturas foram todas negociadas ou evitadas. Temos como exemplo a nossa própria independência, em 1822, em que o pai, ao voltar para Portugal, diz para ao filho para tomar conta do império porque ele iria garantir Portugal para a família. Também é o caso da nossa República, em 1891, em que um marechal que não conseguia nem montar em um cavalo foi empurrado para o cavalo para manter as coisas em uma república, que foi uma república elitista, porque de república não teve nada. Nós precisamos discutir república no Brasil. Houve também a chamada Revolução de 30, que de revolução não teve nada, foi apenas um ajuste para novas elites repartirem o poder. E assim, sucessivamente. Mais uma vez houve a revolução, que não foi uma revolução, foi um golpe para manter e aprofundar os interesses de grandes empresários que patrocinaram grupos de tortura no Brasil, a partir de 1964.

Posto isso, seria interessante pensarmos a respeito dessa transição - transição ainda não ocorrida. É óbvio que não vivemos mais aquela ditadura empresarial militar de 1964, mas temos outros mecanismos de distorção, de encobrimento, de manipulação e de manutenção do poder daqueles que já detinham esse poder antes e depois de 1964, nesses constantes ajustes desses grupos que se mantêm no poder. Outro dia eu li na imprensa um dado surpreendente do momento que vivemos no planeta, de uma brutal e jamais vista acumulação de poder econômico. A revista *Carta Capital* trouxe dados, que encontramos em outras revistas pelo mundo afora, de que hoje 85 pessoas têm, cada uma, mais patrimônio que 3 bilhões e 500 milhões de pessoas. Daí o motivo de precisarmos resgatar a história do constitucionalismo moderno, de precisarmos voltar ao início da formação do Estado moderno, nos séculos XV e XVI, onde vemos alianças entre burguesia, nobreza e o rei. Podemos ver que hoje em dia essa aliança ainda está de pé. Ao pegar uma revista, vi a posse do novo rei da Holanda, em 2013, de coroa e cetro desfilando pelas ruas de Amsterdã. E vemos a Espanha chegar a mais de 40% de desempregados. Houve um momento na Espanha em que havia mais de 400 ações de despejo, por dia. E lá, hoje, tem-se um novo bilionário. Uma dessas 85 pessoas é um espanhol. Quando se fala em crise, a crise é para quem? Temos que fazer as perguntas: segurança para quem? Constituição para quem? E assim por diante.

Então, a pergunta que fica é o que resta da ditadura empresarial militar de 1964 entre nós? Vamos perceber que ainda resta muita coisa. Uma coisa muito importante que foi trabalhada é como é fundamental realizarmos uma justiça de transição. Vou trazer brevemente - não vou cansá-los com muitas teorias - um cara fantástico, que adoro, que é o Freud. Vou dialogar rapidamente com Freud para pensar justamente na importância de uma justiça de transição. Freud era um médico que escreveu no final do século XIX, continuou seus escritos no início do século XX e morreu na primeira metade do século XX. Freud fez uma descoberta fantástica, que foi a descoberta do inconsciente.

Como médico, percebeu que inúmeros pacientes tinham vários sintomas e não havia uma causa física. O fulano não andava, mas ele não tinha nenhum problema físico. A fulana não enxergava, mas ela não tinha nenhum problema físico. Freud, então, disse que esse problema era causado pelo inconsciente e desenvolve uma ideia muito interessante, que é a ideia do recalque. Ou seja, todos nós recalcamos experiências, frustrações e experiências traumáticas pelas quais passamos.

Existem grandes recalques que podem trazer consequências muito sérias para nós mesmos e podem até levar à morte. Freud vai falar justamente dessa ideia, de pessoas que passam por determinados traumas e os escondem. Todos nós fazemos isso. E, o que é pior, escondemos sem saber onde escondemos. Mas não é só isso: não sabemos sequer que escondemos. Então, escondemos de nós mesmos aquilo que recalcamos, como uma experiência traumática, sem saber sequer que escondemos. E, quando acontece algo, fica aquela coisinha na nossa cabeça: tem alguma coisa incomodando, mas não sei muito bem o que é. E começamos a apontar o dedo para a primeira coisa que aparece: a culpa é do fulano, a culpa é do sicrano, a culpa foi disso que aconteceu. E a culpa nunca é aparente.

Temos que buscar esse trauma recalcado, esse recalque, lá no inconsciente. E Freud começa a desenvolver uma teoria sobre isso. Freud desenvolve, primeiro, a hipnose, depois a análise dos sonhos e depois vai desenvolver a psicanálise, que vai continuar com Lacan. Ele vai descobrir, por meio da hipnose e pelo trabalho com os sonhos, que os sintomas desapareciam quando os pacientes descobriam esse recalque, o escondido, quando esse recalque vinha à tona. Mas, se a pessoa não enfrentasse esse recalque, o sintoma voltava de outra maneira.

Por que é que estou resgatando Freud nesses cinco minutos, de forma absurda, é lógico, com todo o respeito à memória do Freud, que é sensacional? Porque se não a enfrentarmos, se a recalcar, se escondermos a nossa história, os fantasmas dessa história não vão nos abandonar nunca. E podem até matar, fazer-nos mudos ou nos impedir de andar. A primeira pergunta que temos que fazer é: como sair da ditadura? Memória e resgate da memória. A segunda coisa é justiça de transição. Enquanto não tivermos a coragem que os argentinos estão tendo, a coragem que a África do Sul teve, esses fantasmas não nos abandonarão. Nos estados que não fizeram justiça de transição, como a Itália, por exemplo, os fantasmas continuam com o crescimento do fascismo. Na Itália, em Predappio, na terra do Mussolini, até hoje há centenas de italianos que vestem a camisa preta e fazem sinais fascistas. O atual crescimento à volta do nazifascismo na Europa é resultado da falta de acerto de contas com a história. Enquanto não acertarmos as contas com a história, esses fantasmas não nos abandonarão. E eles se manifestam de várias maneiras.

Além do resgate da memória, da busca da memória, de poder falar aquele que não pôde falar, para que ele possa contar sua história, sua perspectiva dessa história, além de uma justiça de transição, é preciso discutir e julgar os criminosos contra a humanidade.





Fico pensando quando falam em anistia para as pessoas que lutaram pela democracia, que lutaram contra a ditadura. Se a anistia é perdão, essas pessoas não têm que ser anistiadas. Na verdade, temos que agradecer a essas pessoas. São pessoas que arriscaram sua vida e não têm que ser perdoadas por nada. Devemos muitos agradecimentos a elas, talvez até por essa oportunidade que estamos tendo. Vivemos uma grande crise da democracia representativa pelo mundo afora, mas temos essa oportunidade de, mais uma vez, poder construir alguma coisa diferente.

Mas, para podermos construir algo diferente, precisamos conhecer a nossa história. E o que resta dessa ditadura entre nós? Serei bem fiel ao tempo e darei apenas notícia de algumas coisas que precisamos enfrentar e discutir, além dessas duas questões. Precisamos enfrentar a questão da desmilitarização da Polícia Militar. Não é possível termos uma polícia que é contra o povo. A Polícia Militar dos Estados brasileiros, constante e recorrentemente – e pudemos ver isso nas manifestações de junho no ano passado –, mostra que é contra o povo. As pessoas mais pobres são diariamente humilhadas, levam um sacolejo da polícia. Deve haver uma inteligência policial para investigar. O militar existe para fazer guerra, e a polícia tem que existir para proteger as pessoas, qualquer pessoa e todas as pessoas, que são igualmente importantes. Uma polícia democrática não pode funcionar dessa maneira, portanto, precisamos enfrentar o debate da desmilitarização da Polícia Militar. Talvez o caso mais grave seja o da Polícia Militar de São Paulo, que tem uma ideologia ainda fascista, vinda lá da década de 1930 e mantida com a ditadura empresarial militar de 1964.

Uma segunda questão que precisamos enfrentar e discutir no nosso país é a mídia. Hoje, no Brasil, vivemos um bloqueio da informação. Não temos liberdade de imprensa. Encontramos apenas espaços e brechas nas redes sociais, que hoje também são supercontroladas. A grande mídia faz parte de um teatro, mente sistematicamente. Nós não ficamos sabendo do que acontece no mundo inteiro. Não ficamos sabendo, por exemplo, de algo fascinante que hoje acontece na América do Sul e que é exemplo para o mundo inteiro. Existe uma rede para um constitucionalismo democrático na América Latina. Somos mais de 300 constitucionalistas em todos os países da América Latina e estudamos o chamado novo constitucionalismo latino-americano, especialmente a partir da fabulosa experiência do constitucionalismo plurinacional, do estado plurinacional, que acontece atualmente no Equador e na Bolívia. E não temos notícia nenhuma. Quando ouvimos falar da Bolívia, as informações se referem ao tráfico de drogas, à miséria, etc., e não ouvimos falar de uma revolução fantástica que o povo boliviano está fazendo, de uma revolução jurídica em busca da construção de um novo conceito, de uma nova teoria da constituição e do estado. Não temos notícia disso; vivemos um bloqueio da informação. Também não sabemos da luta dos povos na África e na Europa contra essas novas formas sofisticadas e ideológicas de dominação; não sabemos da crise radical em que vivem a Europa e os Estados Unidos nas suas democracias representativas majoritárias liberais.

Então, essa é uma segunda questão que precisa ser enfrentada, e, mais uma vez, vemos uma inversão grosseira. Sinceramente, começo a pensar em delírio – e existe um conceito psicanalítico interessante nesse sentido. A meu ver, há pessoas que já estão delirando há muito tempo. Isso acontece, por exemplo, quando a Argentina aprova uma lei que visa democratizar a mídia. Essa lei foi sugerida pela ONU e pela Unesco e existe em outros países, mas a mídia brasileira divulga que essa lei é ditatorial e acabará com a liberdade de imprensa. Para mim, é delírio sustentar que é democrático um proprietário privado ter 60% dos meios de comunicação, mais de 200 mídias entre jornais, revistas, rádios, TVs a cabo e TVs abertas. Essa já é uma questão psicanalítica, é delírio. Não entendo como. E essa é uma lei que existe em outros lugares, foi sugerida pela Unesco e vem limitar a propriedade, estabelecendo 1/3 para a TV, pois precisamos ter canais abertos para as TVs comunitárias.

Existe um medo em relação a essas TVs. Tenho um programa na TV comunitária de Belo Horizonte e fico pensando que a Rede Globo morre de medo de mim. E tenho apenas meia dúzia de audiência. Mas não pode. Só pode haver TV fechada, e só em Belo Horizonte. Por que as TVs comunitárias não podem ter canais abertos? Por que isso? Está tudo invertido.

Existe essa ideia de inversão ideológica, que são inversões grosseiras. Não sei se estou conseguindo ser claro, mas são ideias grosseiras. Querem acabar com a democracia para garantir a democracia? Deve-se concentrar os meios de comunicação para garantir a liberdade de expressão? Está tudo de cabeça para baixo, e as pessoas ainda dizem isso com a maior cara de pau no horário nobre da televisão. Dizem que a Argentina está caminhando para a ditadura. Aliás, a Argentina possui uma lei que precisa ser discutida com prioridade no Brasil.

O meu tempo está acabando, mas outra coisa em que devemos pensar é nessa fúria punitiva, que tomou conta do nosso país. Hoje tudo vira crime, e isso é um risco enorme. Com isso, vou terminando o meu discurso. O que resta da ditadura está aí. Não pode ser normal uma *blitz* em cada esquina. Isso não é democracia. Não podemos nos acostumar com uma *blitz* em cada esquina ou com uma câmera nos controlando em cada esquina. Não podemos admitir, nem negociar a nossa liberdade em torno de uma segurança que não virá. O pior é o risco imenso de se acreditar em mais direito penal, mais aumento de pena e mais redução da maioria penal, que é outro delírio que não resolverá a situação. Existem, no Brasil, 500 mil presos e 400 mil mandados de prisão para serem cumpridos, e as pessoas ainda querem mais mandados de prisão? O que é isso, gente? Esse povo está delirando. Eles perderam a noção da realidade. O investimento no aumento do aparato do direito penal significa aumentar o controle. É mais Estado e mais controle sobre as pessoas. Vamos criminalizar tudo. Agora e cada vez mais, tudo será crime. Querem criminalizar ainda mais. Quanto mais criminalizo, mais preciso de uma estrutura estatal para fiscalizar e punir, sendo que a estrutura estatal vigente não fiscaliza, nem pune.

Por outro lado, investir no direito penal é esvaziar o espaço da ética, que é outra consequência. Nesse caso, as pessoas farão as coisas não porque acreditam que é o bom a ser feito, mas porque têm medo da punição. Vejam o perigo. Esvazia-se o espaço da ética até ele murchar totalmente, quando, na verdade, devemos investir na ética, isto é, numa sociedade ética. Ao se esvaziar o espaço da ética, o espaço do direito é aumentado, principalmente o espaço do direito penal, que é o espaço punitivo. Entretanto, para que haja punição, é preciso haver fiscalização. Assim sendo, cada vez mais, vamos precisar de mais Estado, mais polícia, mais controle, mais punição, mais Poder Judiciário, mais juízes, mais cárceres e mais presídios. Mas se o Estado não dá conta de fiscalizar e punir, o direito penal ficará desmoralizado. O que sobrou? A ética? Não, porque acabamos com a ética. Não sobrou nada, e é nisso que as pessoas estão louca e equivocadamente investindo. Isso é o que resta da ditadura. Aliás, resta muito coisa ruim da ditadura.

Finalizando, a primeira coisa que devemos fazer é discutir esse assunto seriamente. Posso ter feito um discurso bastante emocional, mas isso precisa ser discutido de forma bastante racional. Vamos buscar as razões, o porquê de vivermos numa sociedade cada vez mais violenta. Era o que tinha a falar. Queria apenas fazer essas provocações e reflexões. Muito obrigado pela atenção de todos.

O presidente – Nós é que agradecemos a brilhante contribuição e provocação do Prof. José Luiz Quadros de Magalhães.

#### **Esclarecimentos sobre os Debates**

O presidente – Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

#### **Debates**

O presidente – Neste momento, passamos aos debates. Agradecemos a todos as perguntas recebidas até agora. Algumas questões nos foram encaminhadas por escrito e outras são solicitações de participação oral. Lerei as perguntas formuladas por escrito.

Em seguida, teremos a participação das pessoas que solicitaram o uso da palavra. O nome da primeira pessoa é Edimar Rossi e a pergunta é dirigida ao Ronald: “O senhor falou de dois monopólios: o do Estado e o da economia. Comente sobre o oligopólio dos meios de comunicação brasileiros que atua para defender os dois monopólios no contexto de transição”. É interessante que a pergunta dialoga diretamente com a parte final das palavras do Prof. José Luiz. Então a questão fica para ambos.

Pergunta do telespectador Hélio Emiliano Moreira encaminhada ao Prof. José Luiz: “Sabemos que o meio acadêmico das universidades foram locais de resistência e perseguição. No entanto, também temos notícias de colaboração com o regime militar. Como o senhor avalia essa situação e qual o papel das universidades no aprofundamento da democracia no Brasil?”.

Pergunta também encaminhada, por meio da internet, por Dalton Macedo, do Município de Belo Horizonte ao Prof. José Luiz Quadros: “A estratégia de intervenção por via de golpes militares atingiu grande parte dos países latino-americanos. A partir desse contexto de exceção, os diferentes países passaram por variados processos de transição e constitucionalização. É possível construir comparações que aproximam ou distanciam esses variados processos? É possível pensar que, a partir dessas experiências constitucionais após regimes de exceção, nascem particularidades que nos permitem pensar em um constitucionalismo latino-americano?”.

Há uma nova pergunta também do Hélio Emiliano Moreira encaminhada ao Ronald: “Qual paralelo pode ser traçado entre as experiências do Brasil, do Chile, da Argentina e do Uruguai, a partir do contexto que está sendo tratado neste painel?”. Agradecemos as contribuições que nos foram encaminhadas pelo *site*. Solicito às pessoas que farão suas perguntas que utilizem o microfone e sejam objetivas.

Com a palavra, inicialmente, a Jessica Holl, da Faculdade de Direito da UFMG. Após a participação da Jessica, fará uso da palavra o Sr. Moisés Melo, da Ascom Ipsemg.

A Sra. Jessica Holl – Em primeiro lugar, bom dia a todos e aos componentes da Mesa. Gostaria de dirigir essas ponderações ao Prof. Emílio, que trabalha o questionamento da aplicação da Lei de Anistia. Além dos inúmeros fatores apresentados, como a impossibilidade de uma lei de autoanistia apresentada pela própria corte interamericana, existe o caráter, no mínimo duvidoso, das condições de elaboração da nossa Lei de Anistia. Não seria possível questionar a aplicação do conceito de crime conexo àqueles crimes cometidos pelos agentes da ditadura? A ideia é que um crime conexo foi cometido pelo mesmo sujeito que praticou o crime político em questão, cuja conexão é analisada. Então, por esse lado, os crimes cometidos pelos militares não entrariam no quadro de crimes a serem anistiados, pelo princípio de não serem conexos com os crimes políticos em análise. Muito obrigada.

O presidente – Somos nós que agradecemos, Jéssica. Com a palavra, o Sr. Moisés Melo.

O Sr. Moisés Melo – Bom dia, deputado; bom dia a todos. Os dias de ontem e hoje foram os momentos mais tristes da minha vida, pois sou testemunha ocular dos 50 anos passados. Eu morava em Brasília, era um jovem cheio de esperança e sonhos, quando nos deparamos com o golpe militar. Ontem e hoje passou pela minha memória um turbilhão de histórias, de fatos. Pude falar com os meus filhos, relatar o que aconteceu naqueles dias. Na parte da manhã, estávamos conversando e ressaltai que foi um momento muito triste para mim. Ali sabíamos que a liberdade do povo brasileiro estava terminando. Foram fatos, uma grande confusão no dia. Em Brasília, não sabíamos o que de fato estava acontecendo. Sabíamos que o Congresso Nacional estava cercado, que o Jango estava voando para o Rio Grande do Sul, e os jovens estudantes estavam na expectativa de que ele retornasse e voltasse a ocupar a presidência, quando nos chegou a notícia de que ele não voltaria mais.

Quero cumprimentar esta Casa - Ditadura nunca mais -, mas para isso é necessário que façamos uma grande discussão, que repassemos este país a limpo. Não basta discutir apenas a questão jurídica ou política, mas a democracia que queremos. Isso não foi discutido até hoje. Tive a felicidade de participar efetivamente dos grandes movimentos. Algumas pessoas, alguns homens que fizeram a história estão esquecidos. Gostaria de citar alguns nomes como o do ex-deputado Simão da Cunha, que em Brasília formou um grupo de resistência, poucos sabem disso.

Há pouco, conversava com o deputado Adelmo Carneiro Leão, revivendo os momentos dos anos de 1970, 1971, 1972, 1974, quando começou a surgir o movimento partidário, e alguns homens de coragem começaram a resistir ao sistema. Esses homens estão acabando, nós fomos resgatá-los, eles estão aí. Os jovens de ontem são os vovôs de hoje. Como serão os jovens que estão aqui? Precisamos rediscutir o País e precisamos ter testemunhas orais. Não adianta abrir os livros, pois são teses próprias de cada um. Precisamos discutir, aproveitar essas pessoas para ouvirem a história. Os heróis do Araguaia estão acabando, todos foram perseguidos. Precisamos ouvi-los.

Então, deputado, a minha intervenção não é uma pergunta, mas um desabafo. Peço a vocês que discutam a história deste país para construirmos, de fato, uma democracia. O maior movimento político deste país foi o Diretas Já, do qual fiz parte, participei da sua coordenação. Precisamos resgatar a história de fato, pois muitos que em nada participaram naquela época estão se apresentando como heróis. Precisam pagar. Não podemos permitir isso. Temos de abrir a história para que seja escrita por homens, mulheres e jovens



daquela época, que a construíram. Agradeço a todos. Prof. Luís, enquanto tivermos uma imprensa como quarto poder, não acredito em nossa democracia. Muito obrigado.

O presidente – Agradecemos ao Sr. Moisés de Melo, da Ascon do Ipsemg. Chegaram as últimas perguntas. A primeira é dirigida ao Prof. Emílio Peluso: “Aprofundando um pouco na contradição política estabelecida entre o entendimento do STF e da Corte Interamericana de Direitos Humanos a serviço da autoanistia, quais são os diagnósticos que podem ser traçados em relação a este debate? Quais são as consequências que um Estado condenado pela corte pode sofrer? A decisão do STF pode ser revertida, considerando-se a nossa ordem jurídica interna?”.

Há também uma última questão, dirigida ao Prof. José Luís Quadros, do Felipe: “Como o Brasil pode melhorar tirando as *blitze* e diminuindo a segurança, se o índice de violência é fora do normal, e diminuindo o número de presídios, se, a cada dia, o povo está mais violento? Como aceitar manifestações sem a intervenção da polícia, se o povo estava quebrando tudo?”. Para a última participação oral, com a palavra, o Sr. Renato Campos Amaral, do PCR.

O Sr. Renato Campos Amaral – Bom dia a todos. Parabenizo a Mesa, pois o debate foi muito rico. Gostaria que a Mesa comentasse um pouco o seguinte. Ontem à noite, estávamos no Memorial da Anistia, e houve um debate, pois há setores que dizem que a ditadura foi branda, que foi a “ditabranda”, e que não foi tanta gente assim que morreu e que desapareceu, se compararmos com os outros estados latino-americanos.

O Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia, muito bem disse que o grau de violência da ditadura não se mede pela quantidade de corpos empilhados, mas pela projeção que causa no futuro. Como a Mesa disse, esse debate, que é ainda muito incipiente, sobre a justiça de transição concretamente feita no Brasil demonstra que vivemos heranças claras da ditadura militar. Gostaria que comentassem um pouco sobre como foi esse processo na Argentina, no final da sua ditadura, cujo processo já colocou generais na cadeia, e no Chile. No Brasil, há vários exemplos, e um deles está na capa do jornal *O Tempo*, que publicou que um preso denunciou à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG que no Ceresp há uma cela de tortura. Isso aconteceu hoje, mas o jornal parece que é de 50 anos atrás.

A lei de garantia à ordem foi anunciada agora pelo ministro Celso Amorim. No início de fevereiro, o ministro anunciou essa lei da garantia da ordem com a ação da polícia de repressão nas manifestações, fora outros tantos exemplos apresentados pela Mesa. Como foi essa conjuntura política na Argentina e no Chile para punir os torturadores ou para, pelo menos, rever exatamente o que aconteceu? Sabemos que, nesses lugares, havia a prática de tortura, que, no Brasil, ainda não sabemos se existia. A ditadura militar no Brasil foi fundamental para a construção das outras ditaduras da América Latina, pois foi o primeiro golpe. Há alguma relação nisso? Gostaria que a Mesa comentasse isso.

O presidente – Temos um questionamento de Eduardo Antunes, que foi encaminhado antes da fala do Renato: “No modelo democrático, o acesso à Justiça no binômio eficiência e celeridade tem de ser, de fato, fator de justiça no contexto dos direitos humanos” - e acredito que seja. “O tempo pode ser o fator principal de injustiça?”. Aí, ele me questiona: “Qual é a próxima revolução no Brasil?”. Compartilho o questionamento com a Mesa, para que todos possam manifestar-se.

Agora passamos a palavra aos nossos convidados, para que todos possam fazer as suas considerações a respeito das questões apresentadas, das reflexões oferecidas e também para as suas considerações finais. Fiquem à vontade.

O Sr. Emílio Peluso – Vou fazer um comentário rápido a respeito da questão que foi colocada acidentalmente pelo Prof. Ronald e, de uma forma mais direta, pelo Prof. José Luiz Quadros. Realmente, não podemos proceder, de fato, a um processo de vitimização; temos de reconhecer o papel efetivo dos resistentes que se opuseram ao regime. Talvez isso não tenha ficado claro na minha fala, mas esse papel de resistente tem que ser reconhecido. Talvez seja característica importante dos crimes contra a humanidade o momento em que a disputa perde o caráter de reciprocidade, que é necessário a ele. Aí talvez possamos discutir uma posição em que haja, na verdade, uma atribuição àquele que é o resistente num certo momento, mas que, em outro, passa a ser vítima de violações. Isso tem um pouco a ver com a própria noção de anistia que a Constituição de 1988 procurou estabelecer. Se, em 1979, a anistia era buscada como uma forma de trazer novamente ao convívio político e social pessoas que eram exiladas e estavam presas, com a Constituição de 1988, o sentido da anistia ganha uma nova interpretação mais direcionada ao aspecto não como se fosse a concessão de um perdão pelo Estado, mas um pedido de perdão pelo Estado. É isso que se faz hoje quando se leva à frente um processo perante a Comissão de Anistia ou é esse papel que se espera dela. Agora, isso ganha um contexto um pouco diferente, que, às vezes, é até de difícil entendimento fora do contexto brasileiro para quem vai enxergar a noção de anistia que hoje é trabalhada e praticada no Brasil.

Vou pular a pergunta da Jéssica por um momento. O próprio Renato colocou a questão da “ditabranda”, de como a nossa ditadura foi longa. De fato, pelo período longo em que a nossa ditadura se estabeleceu, ela serviu tanto no primeiro momento como modelo de repressão para outros estados, como, por outro lado, se institucionalizou com práticas autoritárias de uma forma bastante eficaz para ela mesma e, como o Prof. José Luiz Quadros colocou muito bem, de uma forma bastante cínica.

Se fizermos uma reconstrução, se formos verificar participações do Estado brasileiro nas reuniões da chamada Operação Condor, vamos concluir que ele mais se preocupava em evitar que fossem deixados resquícios e pistas que o vinculavam a essa participação. Hoje, o que verificamos é que essa participação aconteceu. Há uma história defendida num editorial do jornal *Folha de S.Paulo*, há alguns anos, de que estaríamos diante de uma “ditabranda”. O jornal não se preocupou em negar esse editorial no domingo passado. Não sei se alguém acompanhou isso. Se vocês chegaram a verificar, viram que o editorial é algo horrível, e não algo em que o jornal queira, de alguma forma, tentar justificar uma interpretação nesse sentido; ele vai voltar a falar na anistia recíproca como fundamento da Constituição de 1988, o mesmo tipo de entendimento que hoje é tão combatido.

O Prof. Anthony Pereira, do King's College London, tem uma tese muito interessante sobre a comparação entre os diversos contextos ditatoriais. Ele fez uma comparação entre o Chile, a Argentina e o Brasil. Conforme o Prof. Anthony, o nível pelo qual o Brasil conseguiu, de certo modo, até institucionalizar a repressão, fez com que o Estado brasileiro tivesse de recorrer de forma menos numerosa às atrocidades às quais recorreram o Chile e a Argentina. De modo algum está justificando ou tentando defender que a nossa ditadura, por isso, era menos violenta. Não era mais violenta, porém mais silenciosa. A forma como isso aconteceu, por meio de

processos jurisdicionais na Justiça Militar, demonstra bem isso. Você consegue tentar de alguma forma dar um verniz legal ali ou criar uma legalidade que podemos chamar de legalidade autoritária nessa prática. Isso vai deixar heranças muito mais duradouras.

Como foi lembrado pela Mesa, se focarmos no aspecto da justiça de transição, vamos concluir que é o aspecto menos levado adiante. Vamos verificar que a questão da militarização, as práticas autoritárias, as práticas de violações de direitos humanos que ainda continuam, que ainda permanecem não são discutidas, não são combatidas ou não são devidamente enfrentadas e desfeitas.

Quanto à questão encaminhada pela Jéssica, na realidade foi o voto vencido de um dos ministros nessa ADPF, nessa ação julgada no Supremo. O ministro Lewandowski defendeu essa tese, não trabalhou com a questão da caracterização como crimes contra a humanidade, mas trabalhou com a noção de que não podemos estabelecer conexão no sentido criminal entre pessoas que estão opostas numa determinada luta, ou seja, aquelas que defendem um regime autoritário e aquelas que se opõem a ele. Que conexão é essa? Não existe essa conexão, nunca existiu na perspectiva jurídica no Brasil, nem na perspectiva de que conexão criminal é trabalhada no direito processual penal. A própria utilização do termo não foi feita de modo a ficar isenta de críticas. É outra forma de enxergar e desfazer, desconstruir essa decisão do Supremo na perspectiva desse voto minoritário do ministro Lewandowski.

Quanto aos prognósticos em relação à decisão da corte, à decisão do Supremo, existe uma limitação no que diz respeito ao direito internacional dos direitos humanos. O que existe à disposição em relação à decisão da corte é a caracterização de uma *public shame*, “vergonha pública”, em termos de consolidação de um sistema interamericano de direitos humanos. Há uma preocupação, um discurso de preocupação nesse sentido por parte do Estado brasileiro. O que veremos a partir dessa decisão é que, se o Brasil se recusar a descumprir, estará ignorando o próprio sistema interamericano de direitos humanos.

Sob a ótica do Supremo, que prognósticos podemos estabelecer? É difícil fazer esses prognósticos, não existem posições claras dos ministros a esse respeito. Parece que, no caso de desaparecimento forçado como crime permanente, o Supremo está se enredando, de certa maneira construindo uma jurisprudência em certo sentido, dificilmente conseguindo pura e simplesmente ignorar. Para não me alongar tanto, vou passar a palavra aos demais debatedores da Mesa.

O presidente – Agradecemos ao Prof. Emilio Peluso a participação, lembrando-lhes que, logo após o debate, haverá o lançamento de dois livros, um sobre direitos humanos e outro em formato *e-book*, *Justiça de transição nos 25 anos da Constituição de 1988*. Acabei de receber uma cópia. Agradeço ao professor. Os que estiverem no lançamento terão a oportunidade de receber gratuitamente uma cópia do DVD.

Gostaria de passar a palavra ao deputado Adelmo Carneiro Leão. Em seguida, vamos permitir rápidas e objetivas considerações do Roulián Vieira e da Maria da Conceição, do Conselho de Psicologia. Vou pedir que sejam objetivos.

O deputado Adelmo Carneiro Leão – Bom dia. Gostaria de agradecer ao deputado Paulo Lamac a gentileza e de cumprimentar a Cristina e todos que participam da Mesa. Aproveitando a fala de todos, de modo muito especial a do José Luiz, quero dizer que, associada às considerações sobre Freud, há uma frase do Marcuse que considero muito oportuna para o momento: “a primeira condição para um escravo se libertar é ter consciência de que é escravo”. Temos de ter atenção com o momento em que vivemos e consciência em relação a esse chamado Estado Democrático de Direito. Do ponto de vista conceitual, a democracia ainda está muito distante, mas é um processo de construção.

Quero aproveitar a oportunidade para convidar todos e todas para participarem do ciclo de debates sobre a democratização da mídia, que será realizado nesta Casa, nos dias 10 e 11. Esse tema é muito interessante. Considero-o um pilar fundamental da construção do Estado Democrático de Direito. A democracia que temos hoje é fruto do estado midiático em que vivemos, que de democrático tem muito pouco. Quero chamar a atenção para isso.

Também gostaria de fazer uma consideração sobre a redução da idade penal. Quando você falou dessa questão, tinha acabado de escrever sobre isso, do ponto de vista da construção de um país justo, fraterno, solidário. Estamos tratando muito mal essa questão no que diz respeito à militarização, às polícias militares, à construção de presídios como alternativas de enfrentamento da violência. Isso é um enorme equívoco. Esta Assembleia, apesar de discutir isso, muitas vezes toma posições equivocadas, reforçando a ideia de militarização, de fortalecimento dessa ação. Logicamente não há ação mágica de se retirar a polícia, e nos tornarmos, de repente, uma sociedade saudável, fraterna, de paz. Este também é um processo de construção. Imagino que a construção está no fortalecimento da família, em investimentos na educação. Todos nós falamos disso, mas fazemos muito pouco. Recentemente ouvi uma reflexão muito interessante de um professor português. Temos ótimos mestres, até falamos muito neles. Por exemplo, falamos muito em Paulo Freire, mas não praticamos os seus ensinamentos. Temos muito o que traduzir na prática, e não o fazemos.

Em relação à redução da idade penal, quero lembrar-lhes que, dos mais de 8 mil jovens mortos no ano passado, mais de 95% das mortes foram provocadas por adultos. Violência não é questão intrínseca à juventude, não está na juventude. Quase sempre, por trás da violência praticada por jovens, há um bom professor, bem estabelecido, bem desenvolvido.

Estamos tratando de redução de idade penal, induzida por ações midiáticas, criando a ideia de que essa é uma salvação. São mais de 550 mil presos no Brasil, e ainda há 350 mil mandados de prisão, e não discutimos isso. Hoje estamos falando da ditadura, mas quantos são os presos com suas penas vencidas, que continuam presos? São milhares. Em torno de 40% dos presos não têm uma pena condenatória, ainda continuam presos. Há quanto tempo estão mofando nas cadeias? Essas perguntas são do nosso tempo. Estamos lembrando, e essa lembrança é importante. Precisamos ter conhecimento disso, ter a consciência de que a ditadura foi importante em nossa história, mas é preciso verificar que a ditadura está presente no nosso tempo.

Para concluir, o deputado Paulo Lamac apresentou um projeto de lei muito interessante, que proíbe, impede que os nomes de ditadores sejam dados a próprios públicos. Acho que os nomes dos ditadores, dos torturadores precisam estar registrados na história, mas não como homenageados nas instituições, em nossas escolas. Há quantas escolas com nomes de ditadores? Quantas ruas? Quantos próprios do patrimônio público? Isso tem de ser mudado. São questões postas em nosso tempo, mas que ainda refletem com muita intensidade o tempo da ditadura que não acabou.

O presidente – Agradecemos ao deputado Adelmo Carneiro Leão. Aproveito para fazer a divulgação do ciclo de debates Comunicação, Regulação e Democracia, que acontecerá nesta Casa, nos dias 10 e 11 de abril. Será um debate instigante, polêmico,



extremamente atual e contextualizado, com toda a discussão que estamos realizando hoje. Então fica o registro e o convite para todos participarem.

Também há aqui um convite para o Tribunal Popular, que acontecerá hoje, dia 1º de abril – não é piada, não é mentira –, às 16 horas, na Praça Afonso Arinos. É uma organização da Refundação Comunista, das Brigadas Populares, do PCR e do Caap. Faço esse registro e deixo o convite para essa atividade que também está marcando os 50 anos do golpe militar.

Com a palavra, a Sra. Maria da Conceição, do Conselho de Psicologia, e, em seguida, o Sr. Roulian. Solicito que sejam bem-objetivos para devolvermos a palavra aos membros da Mesa.

A Sra. Maria da Conceição – Bom dia a todas e a todos. Parabênzo a Assembleia pelo brilhante debate acerca da ditadura. Na pessoa do deputado Paulo Lamac, cumprimento todos os membros da Mesa. O tema ditadura é uma bandeira de luta do Conselho Regional de Psicologia, que, ao longo do tempo, vem contribuindo com a redemocratização do País.

Aproveitando a fala do Prof. Luiz Quadros, que foi muito provocante, ao trazer o resgate da memória, gostaria de trazer uma contribuição, que foi o lançamento, pelo Conselho Federal de Psicologia, do livro *A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias e psicólogos e psicólogas sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*. Esse livro contou com a participação de todos os conselhos regionais de psicologia. O livro ainda será lançado aqui em Belo Horizonte pela Comissão de Direitos Humanos, quando vocês serão convidados. Não houve tempo hábil para que ele fizesse parte deste evento. O testemunho transforma sofrimentos individuais em memórias coletivas, memórias essas que são compartilhadas. Que esse livro se junte a outros projetos para avaliar e repensar o País! Obrigada.

O presidente – Agradecemos à Maria Conceição, parabenizando-a pela publicação e aguardando o seu convite. Com a palavra, Roulian Vieira.

O Sr. Roulian Vieira – Bom dia a todos. Cumprimento os componentes da Mesa. Sou Roulian Vieira, do Município de Conselheiro Pena. Ouvi dizer que está sendo formado, ou já o foi, no Rio de Janeiro o partido militar brasileiro. Embora seja primeiro de abril, isso é verdade. Gostaria que os senhores opinassem sobre o fato. Muito obrigado.

O presidente – Agradecemos a participação de Roulian Vieira. Passamos a fazer mais um aviso: Hoje, às 17 horas, também marcando a data dos anos do golpe, haverá a nomeação popular do viaduto D. Helena Greco, na esquina de Avenida Bias Fortes com Rua Rio Grande Sul. O ato será organizado pelo Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania. Com a palavra, para as suas considerações, a nossa organizadora do ciclo de debates, Cristina Rodrigues.

A Sra. Maria Cristina Rodrigues – Gostaria de fazer algumas reflexões. Não são reflexões teóricas nem profundas, mas são reflexões de vida. Fico preocupada ao observar que algumas perguntas se referem a um novo partido militar, à organização das forças da direita. Digo-lhes que ninguém se encontra parado, que todas as forças se organizam, defendendo diversas ideologias. Como muito bem disseram os três palestrantes, o golpe civil-militar teve uma característica fundamental, a questão do domínio do imperialismo internacional. O que verificamos é a luta dos oprimidos contra os opressores, luta que se reveste de uma tal grandeza que só uma organização popular poderá vencê-la.

Quando nos referimos às diversas atuações das ditaduras no cone sul, a Operação Condor veio provar que o capital é internacional, as ditaduras são internacionais, a opressão é internacional, e obedece – queiram ou não – à questão contraditória oprimidos *versus* opressores.

Em todos os estudos, palestras e congressos nacionais e internacionais de que tenho participado ativamente fica uma fala afirmativa: a justiça de transição só será vitoriosa se houver engajamento da sociedade civil.

Não podemos esperar que as instituições, o Estado ou o governo tomem essas iniciativas. Se a população não se apropriar disso, ela será tacanha, pequena. Frequentemente vemos grandes manifestações na Argentina e no Chile. O Brasil ainda é pobre desses movimentos. Nossa juventude precisa se apropriar das questões positivas e propositivas. A desvitalização da polícia hoje é uma questão séria a ser discutida. Quais são as nossas propostas para a substituição disso? Estamos vendo que todo candidato se coloca como grande novidade e apresenta seu plano de segurança. Refiro-me agora à questão posta pelo deputado: o que temos de discutir não é um plano de segurança, não é mais polícias, mais câmaras, etc. Quais são as alternativas que temos hoje?

Só quero deixar como última reflexão que a justiça de transição é vitoriosa se a sociedade civil colocar como ponto de honra a questão da mobilização. Agradeço a todos. Mais uma vez, Paulo, quero elogiar toda a equipe que organizou o seminário, que foi extremamente democrático, a sociedade civil pôde opinar de forma intensa.

O presidente – Obrigado, Cristina. Com a palavra, Ronald Rocha, para suas considerações e ponderações a respeito das questões apresentadas.

O Sr. Ronald Rocha – Vou tentar pontuar tendo como parâmetro as perguntas e opiniões apresentadas por escrito e oralmente, começando pela questão do Edimar. Ele se refere ao monopólio do Estado, ao monopólio na economia e pergunta sobre os monopólios de comunicação. De fato, o Estado é intrinsecamente um monopólio – não simplesmente o atual, mas o Estado desde o seu surgimento. O Estado, desde o seu surgimento, significa, como diz Engels, a constituição do primeiro poder ideológico sobre seres humanos, que implica o monopólio da coerção, amparado por leis escritas ou na tradição. Assim é o Estado por definição. E o Estado atual, não importa que forma tenha, não importa que regime político vija, é o Estado que detém o monopólio da coerção. E mais, todo e qualquer estado, em qualquer época da história da humanidade, expressa uma hegemonia de classe nitidamente definida.

É claro que o Estado pode assumir várias formas. Nesse aspecto, o Estado é realmente – e estamos nos referindo ao Estado e não ao regime político – um monopólio de coerção sempre e, portanto, sempre uma ditadura, sempre ditatorial. O que pode ser democrático é o regime político que se organiza como dimensão do Estado. O regime democrático constitucional é democrático e não ditatorial. Mas aí já estamos pensando em nível de regime político. Esses conceitos não podem ser confundidos. Se as duas instâncias forem misturadas, vamos chegar a conclusões esdrúxulas. A primeira é que o Estado nunca pode assumir uma forma democrática, e vamos tratar todos os estados e regimes políticos da história da humanidade de maneira plana, como se fossem uma coisa só. A segunda



conclusão, também esdrúxula, é que, pelo fato de o Estado ser sempre ditatorial e sempre articular uma hegemonia e uma dominação de classes, jamais poderia haver democracia, que é o debate que aparece hoje.

Mas as coisas não são simples assim, porque hoje vivemos num regime democrático, o que não quer dizer que o monopólio de coerção do Estado e a hegemonia de classe que nele existe tenham se desconstituído. E a prova mais cabal de que vivemos num regime democrático é este debate que estamos fazendo. Nós estamos fazendo um debate livre, democrático num órgão do Estado, que é a Assembleia Legislativa. Se não houvesse democracia constitucional, seria impossível a existência deste evento.

No que se refere à questão do monopólio na economia, o que eu quis dizer é que há uma novidade no Brasil que se estruturou a partir da década de 1950 e se conformou com o golpe militar, que é a fusão dos conglomerados monopolistas financeiros com os órgãos do Estado. Essa novidade se consolidou durante o regime militar e virou um traço, não do regime político, mas do próprio Estado. E persiste até hoje. A conformação da democracia constitucional a partir da transição não dissolveu esse laço íntimo dos monopólios, dos conglomerados monopolistas financeiros com os órgãos do Estado. No atual estágio do capitalismo em âmbito mundial e no Brasil, é impossível desconstituir essa fusão intrínseca dos monopólios financeiros com o Estado sem desconstituir o próprio capitalismo, porque a volta ao capitalismo livre e concorrencial do passado ou à propriedade dos pobres criticando a propriedade dos ricos é uma utopia sem base real. A história não vai retroceder. Então, como enveredamos pelo caminho da crítica à fusão dos conglomerados monopolistas financeiros com o Estado ou à luta política, inclusive pela chamada liberdade de imprensa, fica sem lastro real e fica num âmbito meramente do poder absoluto da vontade, ou seja, num patamar do tratamento idealista da política.

Isso tem repercussão na luta contra os monopólios dos meios de comunicação. Ouvimos dizer que não há liberdade de imprensa no Brasil, que não há liberdade dos meios de comunicação, porque eles falam o que querem, mas os meios de comunicação não são coisas neutras, são grandes conglomerados monopolistas financeiros, são empresas lucrativas, a não ser os canais comunitários de propriedade do Estado. E, como tais, visam ao lucro e reproduzem a ideologia e a política que lhes serve. Não há nenhuma lei no Brasil que proíba o *Estado de Minas*, o *Estado de S.Paulo* de acolherem um artigo de qualquer teor, seja de esquerda, seja crítico. Os monopólios de comunicação estão fechados, como *O Globo* e o *Estado de S.Paulo* à crítica popular, aos debates democráticos, porque os seus proprietários ou os seus acionistas majoritários – muitos são sociedades anônimas –, através do corpo editorial, escolhem as matérias que desejam, que lhes servem. Então, não há censura à imprensa, não há censura aos meios de comunicação, não há lei que proíba o *Estado de Minas* de acolher a oposição, entretanto a oposição não tem espaço nesse jornal. Vamos fazer uma crítica meramente abstrata e desfocada porque não haveria liberdade, ou vamos dizer que a liberdade que existe só serve aos monopólios financeiros? Por exemplo, todo cidadão brasileiro tem absoluto direito e absoluta liberdade de pegar um avião e passar um mês hospedado no melhor hotel de Paris, visitando o Quartier Latin e depois voltar. Não há nenhuma lei que proíba isso. Mas nós sabemos que muitos poucos brasileiros têm condições reais de exercer esse direito e essa liberdade. Vamos dizer que não existe liberdade de ir e vir? Não, existe, só que a estrutura social do Brasil, a formação econômico-social brasileira, tal como está conformada, condiciona o exercício dos direitos. A crítica, portanto, tem de enveredar-se contra a fusão dos conglomerados financeiros com o Estado e contra o domínio dos meios de comunicação por esses conglomerados. Qualquer reforma no âmbito dos meios de comunicação que não leve isso em conta estaria fadada ao fracasso. A questão central no Brasil de hoje não é defender uma liberdade de imprensa, porque ela está preservada, mas impedir que essa liberdade seja usufruída apenas pelos grandes conglomerados. E, portanto, o problema é, antes, de controle social e do Estado sobre os meios de comunicação e a exigência de abertura de espaços nesses meios de comunicação contra a vontade dos seus controladores para o programa eleitoral gratuito, por exemplo, que já existe e é sempre criticado por eles. E assim por diante.

Em relação à segunda questão, proposta pelo Hélio, quero dizer que há muitas semelhanças entre os regimes militares que se instalaram no Cone Sul - Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Há também certa semelhança na transição porque, em nenhum desses países, houve um ato fundante de derrubada com o pronunciamento popular desses regimes. E, portanto, em todos eles houve uma transição com grau maior ou menor de tutela militar e de controle conservador.

O que diferencia o regime militar e a transição que houve no Brasil em relação ao que houve nos demais países é que aqui a tutela militar se deu de maneira mais profunda e mais duradoura. No curso da transição dos demais países, a partir da disputa política e da correlação de forças, foi possível, no corpo da transição, responsabilizar os criminosos por assassinato, por sequestros, por torturas e por execuções. No caso do Brasil, isso não foi possível até hoje. Então, mais uma vez, insisto no seguinte: a questão central não está em fazer comparações de modelos formais, mas, sim, em estudar a história do Brasil, sobretudo a história recente. Para isso, temos de mergulhar fundo na formação econômico-social brasileira e na ontologia dos processos políticos que se deram desde o golpe e culminaram na transição para compreender esse processo e para que possamos combater isso com mais consequência.

Essa questão puxa a que a Jéssica levantou a respeito dos crimes conexos. A intervenção do Emílio já deixou claro o papel que os acordos e tratados internacionais têm no direito atualmente, inclusive na penalização dos chamados crimes contra a humanidade. A questão do Brasil merece um tratamento mais detido, e hoje não temos tempo de aprofundá-la. O Supremo entendeu que o principal referencial para o seu acórdão foi a lei de 1979, por isso a interpretou, na sua letra, à maneira quase positivista, porque, na verdade, há valor embutido também aí, em vez de assumir, como parâmetro, a Constituição posterior de 1988 e os tratados internacionais, que, por disposição constitucional, foram acolhidos e devem ser considerados obras de direito interno também. Essa falsa antinomia de leis nacionais contra os tratados internacionais é fictícia, é uma invenção acolhida pelo Supremo, porque, na medida em que a Constituição, de maneira soberana, acolhe os tratados, os seus dispositivos passam a fazer parte do sistema jurídico nacional.

E isso foi feito, portanto, quando o Supremo teve como referencial a lei de 1979 e ignorou – e ignorou sua própria prerrogativa – ter de julgar tendo como parâmetro fundamental a Constituição Federal atual. Por isso devemos ver, com muito cuidado, a ideia de centrar todos os esforços na mudança da Lei de Anistia, pois esse é o caminho de dar razão para o Supremo. Se ele diz que a lei tem um problema, mas é lei e tem de ser cumprida, não podemos cair nessa armadilha. Temos de dizer que esse acórdão do Supremo está errado, pois não leva em conta a Constituição de 1988 nem os tratados internacionais, merecendo, portanto, uma crítica política. O



problema não é somente jurídico; é, sobretudo, de correlação de forças. No dia em que dezenas de milhares, centenas de milhares, milhões estiverem nas ruas exigindo a punição dos torturadores, o problema se resolverá pela política. Não obstante, acredito que a campanha para mudar a lei seja democrática e deva ser fortalecida. Entretanto, repito que o eixo não pode ser trocar a Lei de Anistia porque a outra não dá conta da punição, pois assim estaríamos dando razão para o Supremo; o eixo tem de ser adaptar as leis que falam em anistia à Constituição de 1988 e aos tratados internacionais acolhidos por ela. Esse é um enfoque melhor porque não desativa a disputa política contra o acórdão equivocado – para dizer o mínimo – do Supremo.

Quanto à questão do Renato, a chamada “ditabranda”, isso faz parte da literatura revisionista recente no Brasil, que procura, enfim, salvar o regime militar e dourar sua pilula, da mesma forma que surgiu, na Europa, todo um conjunto de historiadores revisionistas que afirmam não terem existido os crimes do nazismo e que reeditam as razões do expansionismo alemão e do nazismo. Isso deve ser combatido como um valor político que entrou no debate e que está posto aí. É claro que, quando historiadores e a imprensa falam em “ditabranda”, fazendo o arrolamento empírico da repressão aqui, comparando com outros países, não fazem nada mais nada menos que mergulhar na miséria do empirismo, já que todos nós sabemos que os fenômenos precisam ser avaliados pela qualidade que têm. Já as quantidades apenas servem para, nos processos, conformar as qualidades. O problema, então, não é a pilha de corpos que ficou no Chile, na Argentina e no Brasil, mas sim se o regime político assumido pelo Estado brasileiro era democrático constitucional ou uma ditadura militar, um regime militar.

Por isso considero também que não devemos acoplar à expressão “militar” outra expressão capaz de mitigar o caráter militar do regime, como, por exemplo, ditadura “civil-militar”, ou mesmo, José Luiz, ditadura “empresarial militar”, pois toda ditadura militar emerge da sociedade civil de classes, ou seja, toda ditadura militar tem base social, sempre é civil. Seria um absurdo considerar que poderia instalar-se uma ditadura militar sem conexão com interesses de classe na sociedade. E esses interesses de classe são empresariais também. O civil e o empresarial existem em qualquer tipo de estado na modernidade, até mesmo antes do golpe de 1964 no Brasil. O novo regime não se caracterizou pela presença empresarial, pois ela já existia, como existe hoje na democracia constitucional. E também não é o caráter civil, mas sim o caráter militar. Foi uma intervenção castrense, militar, de quartel, típica, e o elemento civil estava subordinado, hegemônico e tutelado pelo caráter militar do regime. Qualquer tipo de mitigação desse caráter jogará água no moinho do revisionismo histórico e da ideia da “ditabranda”, enfim, da ideia de que o regime “não teria sido tão ruim assim”.

Finalmente, a questão abordada pelo Eduardo, que é a ideia de garantir a justiça com eficiência e celeridade, merece um debate à parte. Primeiro, devemos fazer uma discussão sobre o conceito de eficiência, que, no Brasil, virou um princípio constitucional. A história da eficiência é longa. A eficiência foi primeiro um conceito da física: relação entre força e trabalho realizado. Posteriormente, foi embutida na administração da empresa, mudando de caráter. Em seguida, veio a reforma gerencial no final dos anos 1970 e 1980. O governo de Fernando Henrique acolheu o princípio da eficiência como um princípio constitucional. Assim, no mínimo, essas aventuras da eficiência deveriam ser avaliadas.

Ainda este ano vou lançar o livro chamado *As aventuras da eficiência no direito administrativo*, que trata exatamente dessa questão.

Ainda sobre a eficiência, rapidamente gostaria de saber o que é eficiente na Assembleia. Será que é aprovar muitas leis? Aliás, certa vez, o *Estado de Minas* fez uma crítica à Assembleia dizendo que ela fazia poucas leis. Será que o problema é esse ou que as leis devem ser feitas para servir ao povo, não importando a quantidade? Mesmo que se faça uma lei ruim, o importante é preservar o rito democrático interno da Assembleia? O que é mais eficiente? A coisa é complexa e exige reflexão própria.

Para terminar, gostaria de falar da celeridade. É claro que quem pleiteia um direito quer celeridade e deve obtê-la, mas, às vezes, a celeridade trabalha contra o direito na Justiça. Por exemplo, neste momento, há uma luta travada na divisa de Contagem com Belo Horizonte, sobre o Projeto de Requalificação Urbana e Ambiental e de Controle de Cheias do Córrego Ferrugem. Os moradores dessa região estão sendo acionados na Justiça pelo Estado de Minas, por intermédio do Deop. A procuradoria está analisando esses processos. A questão mais importante para essas pessoas é lutar para que esses processos durem muito, isto é, que resistam até o processo eleitoral. Quanto mais depressa o juiz julgar os processos, mais rápido será o despejo, e pior será a luta.

Não quero me alongar muito, mas aqui não estamos lidando com pouca coisa. A situação é complexa. Viemos aqui para renunciar à herança do regime militar. Existe um decreto-lei de 1941 que dá direito, no seu art. 15, ao juiz de conceder reintegração de posse e despejar a pessoa sem citação prévia, se o Estado arguir urgência. Entretanto, existe outro decreto-lei de 1970, da época do regime militar, que foi promulgado sob a alegação de que era preciso garantir o direito de quem mora para evitar que os subversivos usassem o despejo para desgastar o regime. Esse decreto diz que, em caso de despejo para residências, isto é, de despejo de moradores, de desapropriação de residências, o decreto-lei de 1941 não está valendo. Então, nesse caso, a citação prévia precisa existir. Ora, a Justiça de Minas e os juízes de Minas estão se negando a aplicar o decreto-lei de 1970, promulgado pelo regime militar, para aplicar o decreto-lei de 1941, da época do Getúlio, porque isso lhes convém. E o Tribunal de Justiça, as suas câmaras, está dando razão a esses juízes, que por sinal agem contra a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Nesse caso, a celeridade da Justiça é uma desgraça para esses moradores que estão sendo despejados.

Então acho que devemos discutir todas essas questões à luz da concretude dos processos reais sem modelos universais de estratos, procurando captar a dimensão universal concreta dos fenômenos e não ficando na abstração. Assim encerro. Deixe-me ver se me esqueci de algo, acho que foi isso basicamente.

Tenho uma última frase. Quando se disse aqui que é preciso sair da superfície meramente da volição política para entrar na ontologia da própria política, isso também se aplica à questão do direito. Querer fazer uma mudança social com alma política em vez de fazer uma mudança política com alma social equivale, no caso da economia, a ficar na circulação sem penetrar no universo da produção; equivale a ficar só na política positiva sem crítica, exatamente o contrário do que fez Marx, nos seus escritos sobre economia política, no próprio *O capital*, cujo subtítulo é: *crítica da economia política*. Então a crítica é o ponto de partida para a transformação da política em algo realmente transformador. Muito obrigado.



O presidente – Somos nós que agradecemos ao Ronald Rocha. Com a palavra, o Prof. José Luiz Quadros de Magalhães, para suas considerações finais.

O Sr. José Luiz Quadros de Magalhães – Serei breve para responder as perguntas que me foram encaminhadas. Em primeiro lugar, falarei a respeito do papel da universidade, a presença de colaboradores com a ditadura e também sua resistência. É importante pensarmos hoje sobre o papel da universidade como, cada vez mais, um aparelho ideológico uniformizador e muito poderoso. Cada vez mais nós, professores universitários, estamos sujeitos a controles da sua produção. Por exemplo, agora inventaram um tal Qualis. Precisamos publicar tantos artigos por ano, e as publicações só valem se estiverem em revistas classificadas como Qualis A1, A2, B1, B2 e B3 e passarão pelo controle de outros professores.

Uma vez recebi uma observação sobre um artigo que enviei a uma revista, dizendo que eu não havia citado fulano de tal nem sicrano. Não citei, não vou citar, e podem retirar meu artigo da revista. Esses são, então, mecanismos de controle, o que seria a própria ideia dessa estrutura moderna que cria o estado moderno. Junto ao estado moderno, há várias instituições que cumprirão uma função específica. Junto ao estado moderno, há a criação dos exércitos nacionais, a invenção da identidade nacional, a polícia nacional, a moeda nacional, os bancos nacionais e as escolas modernas e uniformizadoras, em que todos devem pensar do mesmo jeito, vestir-se do mesmo jeito e agir do mesmo jeito. Dentro da universidade existe também todo esse aparato uniformizador e, de certa forma, legitimador de determinadas formas de pensar e excludente de outras formas de pensar.

Dentro disso tudo, também há a universidade enquanto espaço de resistência e criação de outros saberes e alternativas. Hoje também vemos uma saída disso, quando vários professores e alunos se aproximam da sociedade civil e dos movimentos sociais, pensando e principalmente construindo junto a eles novas perspectivas de ação e compreensão. Isso é muito interessante como um papel que a universidade pode ter hoje, dando possibilidade aos movimentos sociais. Há exemplos muito bonitos acontecendo hoje. Na UFMG, na Faculdade de Direito, citamos o programa Polos de Cidadania, a criação da Ajup, uma assessora jurídica popular. Estamos saindo de uma postura de ciência enclausurada em castelo de saber, que cumpre uma função ideológica.

O que é ciência? A ciência na modernidade vira quase um discurso religioso, que não pode ser questionado porque é científico; só podem se manifestar sobre tal questão os cientistas. E mais: há uma universidade que constrói um saber com a comunidade, com a sociedade, com as pessoas que estão agindo nesse processo de transformação.

Relativamente ao novo constitucionalismo na América Latina - foi a segunda pergunta -, isso é muito pouco divulgado. As pessoas não têm acesso a esse processo, que é muito interessante, de transformação social e com repercussão profunda na transformação dos direitos. Diria mesmo que o que chamamos hoje de novo constitucionalismo latino-americano dá muito debate. As pessoas perguntam: “Quando começa esse novo constitucionalismo? O que ele representa?”. Muitas pessoas falam da Constituição da Guatemala na década de 1980; da Constituição do Brasil de 1988, que traz alguns elementos de reconhecimento do direito à diversidade dos povos quilombolas, dos povos originários; da Constituição da Colômbia de 1991, que avança no reconhecimento do direito à diversidade; a Constituição da Venezuela de 1999 e 2000, que traz a figura de cinco poderes e começa a instalar a ideia de um Estado comunal; e especialmente as mudanças profundas, radicais que ocorrem com as constituições da Bolívia, de 2009, e do Equador, de 2008. Quando falamos dessas constituições, estamos falando de uma ruptura, não de uma qualquer, mas de uma ruptura com a modernidade. Essas constituições podem ser vistas e analisadas a partir de uma perspectiva de ruptura com o Estado moderno, com a teoria da constituição moderna, com a hegemonia científica do saber europeu, que se tornou hegemônico nos últimos 500 anos.

Acho muito interessante o que foi dito pelos colegas da mesa, o Emílio e o Ronald, sobre essa questão. É necessário irmos até as raízes. O Ronald colocou a questão do Estado, que é possível um estado democrático, mas uma preocupação que tenho é identificar o que estamos chamando de estado. O que é esse estado moderno? Qual é a função desse estado moderno? Qual é a função desse direito moderno? A função essencial e historicamente uniformizadora que viabiliza o desenvolvimento da burguesia e do próprio capitalismo. Se não formos capazes de fazer essas transformações no regime sem fazer a transformação desse Estado – não digo abandonar o Estado, mas reinventá-lo – o que vai acontecer é o que tem acontecido com os movimentos de resistência: as tentativas de rupturas, mesmo sendo tentativas de rupturas revolucionárias, caíram logo a seguir nas armadilhas da modernidade.

Falamos aqui da necessidade de ruptura com a própria modernidade. Essa modernidade que sustenta e viabiliza o desenvolvimento do capitalismo, que é toda uma estrutura do estado, do direito moderno, que tem uma finalidade muito específica de modernizar, padronizar e construir um discurso hegemônico. Esse é o potencial desse novo constitucionalismo, especialmente que acontece, que é absolutamente radical e que precisa ser estudado e conhecido. Isso não é falado no Brasil, desse novo direito constitucional, dessa nova teoria da constituição, dessa nova teoria do direito, que começa a surgir a partir das experiências de transformações radicais que acontecem hoje no Equador e na Bolívia, ou no estado comunal, que é uma outra perspectiva que acontece na Venezuela.

É muito interessante vermos que essas experiências pós-ditadura na América Latina são hoje de imensa diversidade. Os processos em curso no Equador são distintos dos processos em curso na Bolívia e geram experiências e perspectivas distintas, que também são distintos do que acontece na Venezuela e bastante distinto dos processos que ocorrem no Brasil ou na Argentina, ou muito diferentes do que acontece no Uruguai, na Colômbia ou no México, com os mecanismos de resistência, as comunidades de resistência, com o Movimento Zapatista ou chiapas, no sul do México, com o movimento andino na Colômbia e outras experiências.

Então, temos sim uma experiência que chama a atenção do mundo inteiro e que representa alternativas reais, institucionais, constitucionais em uma crise que se apresenta no mundo inteiro, que é essa crise do estado moderno, sua fragmentação. Estamos assistindo à declaração de independência da Catalunha, ao plebiscito de independência da Escócia, etc. Ou seja, esse constitucionalismo plural que se constrói hoje, especialmente da experiência boliviana e equatoriana, pode ser uma resposta institucional para a superação dessa lógica de um estado moderno, uniformizador, hegemônico, que se afirmou nos últimos 500 anos.

Foi apresentada a seguinte pergunta: como o Brasil pode melhorar tirando as *blitze* e reduzindo a segurança? O deputado Adelmo Carneiro Leão disse muito bem que não há milagres e que isso não pode ser feito de uma hora para a outra. Gostaria de resgatar, despertar uma ideia e sugerir que busquem se aprofundar nessas reflexões. Há um livro muito interessante de um filósofo e psicanalista esloveno, que é traduzido e badalado no mundo inteiro. Vários dos seus livros foram traduzidos no Brasil. Slavoj Zizek





escreveu o livro, *Violência*, publicado em Portugal e, recentemente na Argentina, com o nome *Sobre la violencia – seis reflexiones marginales*. No primeiro capítulo ele traz uma ideia muito interessante. Ele diz que, em geral, as políticas de combate à violência são políticas de combate à violência subjetiva, que a quebre de uma aparente normalidade de não violência. Estaremos em uma suposta situação de não violência. A normalidade seria não violenta até que haja um ato de vontade – é disso que vem a ideia da violência subjetiva – que quebre a quebra. Ele diz que todas as políticas públicas atuais e todos os discursos de combate à violência são políticas públicas de combate a essa violência subjetiva.

E há o discurso de aumento do número de policiais, do controle, de câmeras nas ruas, de punições, de direitos e de repressões. Ele diz que isso não resolverá absolutamente nada. Isso seria enxugar gelo. Enquanto não formos capazes de compreender e enxergar o que chama de violência subjetiva, estrutural e simbólica, que é permanente, e, estruturalmente, o estado moderno é violento, pois foi criado com uma função específica, continuaremos a discutir as estruturas, que são permanentemente violentas. Essa violência simbólica é permanente e está presente de várias maneiras. Por exemplo, uma das invenções da humanidade, que veio com o estado moderno, é o apoderamento da linguagem, da gramática e do sentido das palavras. Isso demonstra o que está simbolicamente, estruturalmente e permanentemente violento. Como exemplo, há violência permanente na modernidade dos primeiros 500 anos em relação à mulher. Quando uma criança estuda a língua portuguesa, ela aprende que o plural sempre vai para o masculino. Isso é muito sério. Se estiverem aqui 50 mulheres e um homem, diremos que eles estão no Plenário. Sinceramente, vocês acreditam que isso passa despercebido na cabeça de uma criança? Se estiverem andando lá fora um cachorro macho e uma mulher, diremos que eles estão ali fora. Essa violência permanente, estrutural e simbólica penetra na estrutura da sociedade moderna e cumpre uma função muito específica. Enquanto não formos capazes de enxergar isso, para mudarmos essa estrutura, acreditaremos que, superficialmente, poderemos nos apoderar do estado e mudar alguma coisa, mas, como a história tem demonstrado, continuaremos caindo nas armadilhas da modernidade.

Em relação à “ditabranda”, isso já foi muito bem respondido. A ditadura brasileira tem de ser pensada como integrante de um sistema. Ela é especialmente perversa e brutal até pelo seu maior grau de sofisticação e institucionalização. Isso já foi dito.

A outra pergunta é sobre a próxima revolução no Brasil. Perguntaria qual foi a primeira, pois até hoje não fizemos nenhuma. Uma ideia muito interessante tem sido discutida. Ela diz respeito às infiltrações. O que seria essa ideia de infiltrações? Percebemos que, cada vez mais, pelo mundo inteiro, as pessoas, comunidades, movimentos sociais e artísticos diversos, cidades e até países passam a fazer diferente. Eles começam a escapar dessas armadilhas e desse aprisionamento da modernidade hegemônica, europeia e uniformizadora.

Cada vez mais pessoas, comunidades, associações e partidos começam a fazer diferente. Essa ideia de infiltração é como uma ideia de fissuras. Vamos imaginar essa estrutura moderna, que viabiliza o desenvolvimento do capitalismo como uma grande represa em que vão surgindo infiltrações. Podemos imaginar duas ideias ou duas consequências disso. Uma, bastante hollywoodiana, que seria o estouro dessa represa. Aumentando as infiltrações, aumenta-se a pressão, e, em alguma hora, essa represa vai estourar. A modernidade já deu água há muito tempo, e esse negócio está acabando.

Outro dia, ouvi uma fala do Frei Beto que achei muito interessante: “Várias gerações viveram épocas de mudança, mas poucas gerações viveram a mudança de época.” E o que estamos vivenciando hoje é uma mudança de época. Esse negócio deu água. Não dá para continuar, não vai continuar e vai estourar de uma ou de outra forma. É nesse momento, estourando essa represa, que nos agarramos na primeira água e vamos construir. Prefiro uma outra imagem, a de que tudo o que é sólido desmancha no ar. Por exemplo, os deuses gregos, todo-poderosos, como Netuno, podiam fazer muita coisa, podiam fazer um maremoto, provocar tempestades, raios, etc., mas as pessoas precisavam acreditar neles. É a força das pessoas. Ou seja, um Deus necessita de crentes. Se esses crentes desaparecem, “puff”, o Deus acaba.

Podemos dizer que esse deus moderno, esse imenso poder do capitalismo moderno, do Estado moderno, das estruturas jurídicas modernas opressoras, uniformizadoras, hegemônicas – todo esse megapoder global norte-americano, Otan, etc. - dependem da crença das pessoas. Com as crescentes infiltrações, com mais pessoas resistindo e fazendo diferente, talvez possa haver uma ideia desse deus moderno que vai desaparecer. Sou otimista, mas, de uma forma ou de outra, esse deus moderno tem os seus dias contados. Resta-nos saber o que vamos ser capazes de colocar no lugar dele.

Vou contar um caso rapidamente. É um caso interessante que, mais uma vez, mostra as inversões e as contradições de um sistema ou de algo que foi criado para uma finalidade, mas que, de repente, pode servir a outra finalidade. É uma piadinha que o Slavoj Zizek conta no seu livro sobre o fim do sistema de socialismo real da Romênia. Um sujeito que está hospedado em um hotel tem o seu telefone grampeado. Mas agora são novos tempos, a Romênia se democratizou, mas há a escuta e aquele funcionário continua lá escutando a conversa. Esse sujeito liga para o seu país e diz: “Nossa, a Romênia está maravilhosa. Estou sendo tão bem-tratado aqui na Romênia.” Ai, o espião que estava na escuta, liga para ele e diz: “Muito obrigado por você elogiar o meu país.” Ou seja, a estrutura é mantida e eles continuam vigiando, fiscalizando e sacaneando, mas dizendo: “Muito obrigado por você elogiar o meu país.” Agora, você tem toda uma educação de uma superficialidade artificial de uma democracia que não há. O caso que queria contar é trágico e cômico e aconteceu em Belo Horizonte, na Pedreira Prado Lopes. Isso foi noticiado pelo *Estado de Minas* em 2008, 2009. Tenho essa notícia, mas não a trouxe. Ia ser realizada uma festa junina na Pedreira Prado Lopes e o Corpo de Bombeiros foi lá para verificar se havia condições de segurança para as pessoas e constatou que ela não poderia ser realizada porque poderia colocar em risco a segurança física das pessoas, dos moradores, das crianças. Os moradores insistiram: “Moramos aqui, andamos aqui todos os dias e vamos fazer a festa junina.” O Ministério Público proibiu, mas eles insistiram e fizeram.

Aí a polícia foi chamada. A polícia chegou lá e, para garantir a integridade física e moral das pessoas, desceu o cassetete. A alegação é: estou garantindo a sua segurança. Você não quer que eu garanta a sua segurança? Então, toma. É isso. Existem outras questões, mas chega, falei demais.

Quero convidá-los para visitar o meu *blog*, a fim de continuarmos este debate. Lá existem muitos vídeos, livros e textos. O *blog* é o meu nome, coloquei o meu nome para ficar mais fácil: [www.joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com](http://www.joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com) Tenho também *e-mail*, por



meio do qual podemos continuar este diálogo. Tenho vídeos, livros e textos interessantes a respeito dessas questões que debatemos aqui e de várias outras. Obrigado.

O presidente – Agradecemos o privilégio de contar com um convidado dessa qualidade. O tempo passou rápido, pena que temos de encerrar para, daqui a pouquinho, dar início ao painel da parte da tarde. Agradecemos ao Prof. José Luiz Quadros de Magalhães a participação, as provocações, as respostas, enfim, por haver enriquecido de maneira brilhante o nosso ciclo de debates.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos expositores, às autoridades, aos telespectadores da TV Assembleia e ao público em geral e convida a todos a participar, hoje à tarde, a partir das 14 horas, neste Plenário, da continuação deste ciclo de debates, com o painel “Da redemocratização aos dias atuais: dilemas e perspectivas”, conforme a programação.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DO EVENTO REALIZADO NA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2014**

#### **Presidência do Deputado André Quintão**

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários – Composição da Mesa – Registro de Presença – Palavras do Presidente – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras da Sra. Emanuelle Lopes – Palavras do Sr. Edmundo Antônio Dias – Palavras do Sr. João Antônio de Paula – Palavras da Sra. Beatriz Cerqueira – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates.

#### **Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários**

O presidente (deputado André Quintão) – Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais – 50 Anos do Golpe de 64, decorrente de requerimentos dos deputados André Quintão, Celinho do Sinttrocel, Durval Ângelo, Paulo Lamac e Rogério Correia.

#### **Composição da Mesa**

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Beatriz Cerqueira, coordenadora do Sindicato Único em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE – e presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG; os Exmos. Srs. Edmundo Antônio Dias, procurador da República do Ministério Público Federal, da Procuradoria da República em Minas Gerais; e João Antônio de Paula, professor titular do departamento de Ciências Econômicas e do Cedeplar, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG; e a Exma. Sra. Emanuelle Lopes, diretora de Memória do Movimento Estudantil da União Estadual dos Estudantes – UEE.

#### **Registro de Presença**

O presidente – Gostaríamos de registrar a presença de vários jovens, estudantes do ensino médio e superior; da Sra. Luzia Machado, presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena; da Caap, da faculdade de direito, que está realizando uma importante semana junto com entidades como o DCE; dos ex-caapianos Philippe Rodrigues e André Bueno; Sr. Neemias, secretário de comunicação da CUT; do nosso querido amigo Sr. Carlos Calazans; do Prof. Michel Le Ven. Contamos com a presença expressiva de várias entidades parceiras na realização deste evento.

#### **Palavras do Presidente**

O ciclo de debates começou ontem com várias atividades não só no Plenário, mas houve uma série de eventos. Há uma exposição aberta na Assembleia: “1964-1985: a subversão do esquecimento”. No final da tarde de hoje será apresentado um filme produzido pela TV Assembleia: *Na lei ou na marra: 1964, um combate antes do golpe*. Tive oportunidade de vê-lo, ontem, às 21 horas, na TV Assembleia. Parabenizo a emissora e recomendo o filme. Convido a todos para assistirem. Trata-se de um documentário sobre a situação que precedeu o golpe, especificamente em Governador Valadares, na luta pela terra.

Ontem, na abertura, o deputado Durval Ângelo mencionou que a Comissão de Direitos Humanos vai desenvolver durante o ano várias audiências públicas tratando de temas relacionados a esse momento do País, bem como ao momento atual. É um conjunto de iniciativas da Assembleia com entidades parceiras. Estão participando desse esforço 35 entidades, no entendimento de que o golpe de 1964 não poderia passar pelo momento atual sem um conjunto de reflexões e ações necessárias, principalmente para as atuais gerações. Sabemos dos impactos que esse movimento trouxe para a realidade social brasileira, bem como suas consequências nefastas para a democracia, a cultura política, a economia e a desigualdade social. Durante esses dias tivemos oportunidade de ouvir relatos de pessoas que lutaram e participaram ativamente daquele momento.

Estamos aqui não só fazendo reflexões acadêmicas sobre o golpe mas também ouvindo relatos vivos de pessoas que estavam, naquele momento, ao lado de todos que lutaram contra o golpe, e daqueles que continuaram a sua luta – alguns, infelizmente, continuaram sua luta fora do País, e outros já não estão mais entre nós. Portanto, a Assembleia Legislativa, sem dúvida, não poderia deixar, neste momento, de organizar um conjunto de reflexões.

Na tarde de hoje, o painel será muito importante, porque não somente trará uma visão retrospectiva do golpe, mas vai avaliar também, e principalmente, o momento atual da redemocratização, os dilemas e perspectivas, assim como eventuais resquícios desse período, como agendas daquele contexto sociopolítico ainda presentes entre nós, na perspectiva de consolidação e de fortalecimento de um processo democrático inconcluso. Portanto, este painel será muito importante, por isso agradeço a presença de todos.

#### **Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos**

O presidente – A presidência esclarece que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível na internet, no portal da Assembleia Legislativa.



Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito no formulário próprio, que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que esta reunião está sendo transmitida pela TV Assembleia, e os telespectadores também poderão participar: basta acessar o portal da Assembleia – [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) –, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Com a palavra, Emanuelle Lopes, diretora de Memória do Movimento Estudantil da UEE, a quem agradecemos pela presença e pela contribuição da entidade na organização deste evento.

#### **Palavras da Sra. Emanuelle Lopes**

Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer à comissão organizadora o convite. Cumprimento os componentes da Mesa, assim como o deputado André Quintão.

Inicialmente, gostaria de falar, não só como representante dos estudantes, mas também como representante da juventude, sobre o importante papel que nós, da juventude, tivemos durante o regime militar: um papel de ousadia no combate, mostrada pela coragem de ir às ruas e nos colocar contra esse regime e a favor da construção de uma democracia no nosso país. Nós, da juventude, como representantes não só dos estudantes, mas também da juventude camponesa e da operária, estávamos disseminados nos setores da sociedade com essa luta, em cada canto, pela construção da nossa democracia.

Além do papel dos jovens, quero destacar também o papel que nós, mulheres, cumprimos durante esse regime; nós, mulheres, que somos duplamente oprimidas pelo regime político, pela ditadura, e oprimidas pelo machismo na nossa sociedade. Em que sentido? Primeiro, pelo fato de as mulheres serem, desde aquela época, desacreditadas no importante papel político que elas poderiam cumprir e pelas torturas que eram desenvolvidas e aplicadas às mulheres, de forma especial o estupro, o aborto forçado, a tortura moral e a psicológica.

Agora, tão importante como lembrar esse período de tanta dor e barbaridade é discutir os resquícios dessa ditadura nos dias atuais, evidentes principalmente em dois setores. Um deles é relativo à segurança pública, em que ainda hoje temos o aparelho da Polícia Militar, que foi pinçado daquela época e permanece na nossa sociedade; uma polícia militar que ainda hoje, no período democrático, mata e tortura a juventude negra das periferias.

Outro resquício importante a ser mencionado é o próprio sistema político que temos, que foi moldado durante a ditadura militar e que permanece. Como proposta para um novo sistema político que seja representativo do povo, que tenha mais mulheres, mais jovens, mais negros, mais pobres, nós, do movimento social, do movimento estudantil, estamos construindo, ao longo de 2014, o plebiscito popular por uma nova constituinte soberana e exclusiva do sistema político. Esse plebiscito será na Semana da Pátria, durante o 7 de setembro, e desde agora os movimentos sociais, o movimento estudantil, a esquerda política de todo o Brasil já estão nessa construção.

No mais, agradeço novamente o convite. Continuamos nessa luta por memória, verdade e justiça, para que o que aconteceu nunca mais aconteça e jamais seja esquecido.

O presidente – Muito obrigado, Emanuelle. Passamos a palavra ao primeiro expositor, Dr. Edmundo Antônio Dias. Agradecemos desde já a sua presença na Casa.

#### **Palavras do Sr. Edmundo Antônio Dias**

Boa tarde a todos. Exmo. Sr. Deputado André Quintão, na pessoa de quem saúdo os demais integrantes da Mesa. Saúdo também o deputado Durval Ângelo, que participou de toda a concepção deste seminário e formalizou o convite. Muito obrigado. Saúdo todos os presentes.

O tema desta fala é bastante amplo. Há vários aspectos que constam da programação do seminário, e tentarei, da maneira mais sintética possível, abordar alguns desses temas. São todos permeados pelo direito à memória e à verdade. Então iniciarei pelo tema da memória da verdade e da justiça de transição, que é a forma de justiça que procura curar as feridas de sociedades pós-conflito, como é o caso da sociedade brasileira, que basicamente de 1988 para cá - que é realmente o marco da redemocratização - poderia inclusive já ter feito avanços muito maiores no desvendamento da verdade e na preservação da memória.

Podemos citar o caso da Argentina, que, em 1983, criou a sua comissão da verdade, integrada por um eminente escritor, Ernesto Sabato – a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. No Uruguai isso acontece 17 anos depois, com a Comisión para la Paz. No Paraguai, em 2004, a Comisión de Verdad. No Brasil, como todos sabemos, em 2011, a Lei nº 12.528 cria a nossa Comissão Nacional da Verdade, com sete integrantes. Então vemos que a marcha na construção da nossa justiça de transição tem sido feita de maneira um pouco lenta.

A justiça de transição tem quatro eixos principais: a descoberta da verdade, a reparação das vítimas, a reforma das instituições do sistema de segurança e a investigação e persecução penal, que é a justiça de transição de caráter retributivo. Para José Carlos Moreira da Silva Filho, o século XX foi o século da memória. Foi um século marcado por guerras, totalitarismos, genocídios, crimes contra a humanidade e campos de concentração, que impuseram, nas palavras do professor, uma reflexão sobre a importância da memória, emblematicamente contida no famoso adágio adomiano de um novo imperativo categórico: o de lembrar para não repetir jamais. Daí esses quatro eixos da justiça de transição apresentarem uma função para o futuro, que é a tônica do tema que foi proposto para a programação deste período da tarde, ou seja, quais as medidas que previnem outros atos de exceção e períodos de ditadura.

Verdade. Esse é um dos pontos destacados pela Anistia Internacional como elemento da justiça de transição, que cuida de esclarecer os fatos sobre violações de direitos humanos. Isso já vinha sendo feito desde a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e com a Comissão de Anistia e, agora, de forma mais abrangente – espera-se –, com a Comissão Nacional da Verdade. Outro elemento é o da justiça, ou seja, aquele caráter retributivo: investigar as violações cometidas no passado e, quando reunidas provas, empreender ações judiciais contra os responsáveis.

Depois temos a reparação. Aí chegamos a essa tônica do nosso encontro, que é olhar para o futuro e prevenir novas violações de direitos. A reparação pode ocorrer basicamente de cinco formas.

Restituição. Por exemplo, o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê que as pessoas que foram afastadas do serviço público por ato de exceção, atos institucionais, ainda que na aposentadoria, sejam contempladas com a progressão funcional e as promoções a que teriam tido direito se na ativa tivessem permanecido. É um ato, portanto, de restituição ao *status quo*; na verdade, ao estado em que essas pessoas estariam se o Estado de Direito não tivesse sido rompido.

Indenização. Essa é uma outra forma que foi empreendida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e foi um dos caminhos escolhidos pelo Estado brasileiro para iniciar a sua justiça transicional. Reabilitação, que é uma terceira forma; satisfação e garantias de não repetição.

Quando falamos em garantias de não repetição, basicamente estamos falando de reforma das instituições públicas, sobretudo do sistema de segurança pública. Aqui vem a questão da militarização da polícia, que foi proposta na programação do seminário. Sabemos, inclusive, que, no Congresso Nacional, tramita uma PEC com a finalidade de desmilitarizar a polícia, de autoria do Fábio Konder Comparato – professor paulista e redator do então anteprojeto. Essa PEC cria duas polícias: uma judiciária e outra de segurança pública. Ambas com autonomia, mas sujeitas a controle externo. Com autonomia, tendo em vista que deixam de submeter-se ao Poder Executivo como uma forma de livrar a polícia da tradição do coronelismo brasileiro, que faz com que o Poder Executivo tenha sempre, principalmente nos níveis federal e estadual, uma proeminência sobre os demais Poderes. Esse é um fato reconhecido largamente pelos cientistas políticos.

As garantias de não repetição – eu também diria, no caso aqui, a satisfação da sociedade – trazem um tema que está na ordem do dia, que é a alteração de nomes de ruas, praças, logradouros e equipamentos públicos. Vimos que, na semana passada, em boa hora a câmara municipal alterou o nome do viaduto Castelo Branco para D. Helena Greco, que foi a primeira vereadora eleita em Belo Horizonte. A câmara municipal, portanto, seguiu um caminho de medida de satisfação à sociedade belo-horizontina.

Esse tipo de medida de satisfação tem um alcance ilimitado, porque atinge todos os habitantes da cidade e as pessoas que passariam pelo logradouro público. Foi um projeto de lei, de 2012, do vereador Tarcísio Caixeta, o qual se encontrava parado na Comissão de Legislação da câmara municipal; vinha na sequência de um outro projeto que alterou o nome do Viaduto Costa e Silva para Viaduto José Maria Magalhães. É realmente inaceitável que o nome dos dois presidentes que inauguraram a ditadura militar brasileira estivessem ilustrando o espaço público da cidade. Todavia, embora aprovado o primeiro projeto de lei, uma lei muito breve, que, em seu art. 2º, revogava o Decreto nº 1.972, de 1971, do prefeito municipal, revogou o mesmo decreto que dava nome tanto ao Viaduto Costa e Silva quanto ao Viaduto Castelo Branco. Desde então renomearam o Viaduto Costa e Silva como José Maria Magalhães.

Na sequência, ficou o segundo projeto de lei, que encontrou resistência de uma parcela da câmara municipal para alterar o nome do Viaduto Castelo Branco. Aliás, fui procurado pelo vereador Tarcísio Caixeta e também pelo Betinho, um militante dessa área. Procurei o caminho que me pareceu adequado: estabelecer diálogo com o Poder Legislativo. Nós nos reunimos com o presidente, vereador Léo Burguês, no dia 27 de fevereiro, e ele se comprometeu a buscar uma solução política na câmara municipal para a aprovação da lei do vereador Tarcísio Caixeta. Em menos de um mês depois do nosso encontro, a lei foi aprovada. Vejo que a democracia é realmente o espaço de diálogo, de reconhecimento do Poder Legislativo, da função legislativa, em que se constrói o consenso. A câmara municipal conseguiu reconstruir um consenso que parecia perdido na Comissão de Legislação e Justiça, que entendia ser impossível alterar o nome de um logradouro público nomeado há mais de 10 anos. Isso porque existia uma lei de 2009 que trazia uma disposição nesse sentido. Então o que aconteceu? Apesar dessa lei, o Viaduto Costa e Silva havia sido renomeado. A lei que renomeara o Viaduto Costa e Silva havia revogado também a lei que dava nome ao Viaduto Castelo Branco. Portanto o Viaduto Castelo Branco estava sem nome. Esse é um tipo de medida de satisfação.

Em Minas há um largo campo para medidas desse tipo. Em relação aos bens públicos estaduais, esta Casa Legislativa tem um magnífico trabalho pela frente. É muito importante que esses caminhos sejam empreendidos, e é uma forma, aliás, de o Legislativo mostrar para a sociedade mineira seu compromisso com a democracia, o compromisso dos deputados estaduais.

Em artigo publicado no *German Law Journal*, Mia Swart observou que nomes de ruas e praças são espelhos de períodos da cidade. Ela cita duas decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, uma no caso Aloetoeboe, em que oito pessoas foram abordadas por agentes de estado e tiveram que se deitar no chão. Os agentes de Estado urinaram nessas pessoas, que depois foram colocadas em um caminhão e transportadas para um local onde tiveram de cavar as próprias covas. Foram assassinadas sete pessoas, e uma conseguiu fugir.

O Estado do Suriname foi condenado a nomear um parque, uma rua ou uma praça, em alguma região importante da cidade de Paramaribo, em homenagem às vítimas. Além disso, outras medidas de reparação, como o pagamento de indenização, e medidas de satisfação, como a devolução dos corpos das vítimas, foram objeto da condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No caso que cuidou de crianças de rua na Guatemala, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o país a dar a um centro educacional os nomes das vítimas. Portanto, esse caminho que foi iniciado pela câmara municipal se encontra inteiramente de acordo com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a cuja jurisdição o Brasil se submete. Podemos pensar em homenagens não só a nomes de militantes de direitos humanos, de militantes contra a ditadura militar, mas também a nomes que remetam a valores abstratos, como tolerância, liberdade, expressão ou coisas que tragam essa mesma ideia de contraposição à ditadura militar.

É bom frisar que não se trata de varrer um período da história do país. Na medida em que se retira o nome de um viaduto como Castelo Branco ou Costa e Silva, é até possível que a câmara municipal determine a instalação de uma placa dizendo que, no ano de 2014, foi aprovada a lei número tal, que renomeou o Viaduto Castelo Branco, dando-lhe o nome de Viaduto D. Helena Greco. E isso esclarecendo que Castelo Branco foi o primeiro general da ditadura militar e D. Helena Greco foi uma militante que combateu essa ditadura. Esse é um aspecto pedagógico importantíssimo, diria essencial, para as novas gerações. Trata-se de uma forma de reabilitação da história e de se forjar uma identidade mineira e nacional mais comprometida com os valores democráticos.

Além disso, essas leis, a rigor, não foram recepcionadas. Não se trata de inconstitucionalidade diante da Constituição de 1988, mas do não recebimento dessas leis do período autoritário que homenageiam o autoritarismo. Bem dizendo, são leis de alta homenagem,



que não foram recepcionadas pela nova ordem constitucional que estabeleceu o regime democrático. Portanto, a rigor, essas leis não são válidas.

Aqui, em Belo Horizonte, há uma rua com o nome de um delegado de polícia, Luiz Soares da Rocha, que consta no famoso trabalho da Arquidiocese de São Paulo. Esse trabalho foi coordenado pelo arcebispo D. Paulo Evaristo Arns, que acaba de ser homenageado por esta Casa com o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, motivo pelo qual o parabenizo. O nome de Luiz Soares da Rocha consta diversas vezes no projeto Brasil Nunca Mais. Seria o mesmo que a Alemanha ainda hoje prestar homenagens a pessoas que colaboraram com o regime nazista de Adolf Hitler. Seria o mesmo que Heinrich Himmler, que foi o chefe da SS nazista, desse ainda o nome a uma praça na Alemanha. Hitler teve seu nome em uma praça na Alemanha, mas, logo depois da Segunda Guerra Mundial, ela foi renomeada.

O deputado Durval Ângelo – A medalha máxima da Polícia Civil tem o nome desse cidadão. Há quatro anos, neguei-me a recebê-lo.

O Sr. Edmundo Antônio Dias – Esse gesto de dignidade do deputado Durval Ângelo demonstra a necessidade de se iniciar um longo caminho muito importante de medida de reparação, até de renomeação de nomes de homenagens, como essa medalha, e de ruas e logradouros. Em Minas há um largo campo para isso, basta dizer que o nosso estádio mais conhecido, o Mineirão – poderíamos até torcer, que mediante lei fosse denominado apenas por esse nome, pelo qual se tornou mais conhecido –, tem o nome de José de Magalhães Pinto, um banqueiro que governou Minas durante o golpe militar.

Elio Gaspari, no primeiro volume da sua quadrilogia, *A ditadura envergonhada*, analisa por que o golpe partiu de Minas. O golpe, na verdade, foi antecipado para 31 de março porque o Gen. Olímpio Mourão Filho, que também é homenageado com o nome de uma rua em Belo Horizonte, já estava perto de se aposentar e iniciou o levante contra o governo constitucional de João Goulart. E, após 31 de março, houve um período de dúvida se haveria a adesão das demais regiões militares do País, porque era essencial a adesão de São Paulo, que, segundo Elio Gaspari, só foi se concretizar nas últimas horas do dia 31 de março, com o apoio do Gen. Kruel.

Mas o fato é que a primeira região militar que se levantou para realizar o golpe foi a 4ª Região Militar de Juiz de Fora. Elio Gaspari diz muito claramente que os conspiradores do golpe desejavam que ele se iniciasse em algum local onde houvesse harmonia entre as tropas rebeladas e o poder civil. De todas as regiões militares, o estado que tinha a melhor harmonia dos militares com o poder civil era Minas Gerais, governada por José de Magalhães Pinto, que dá nome ao Mineirão, um bem público estadual, talvez o equipamento público de Minas mais conhecido no País.

Minas era militarmente inexpressiva, e chegaram a Washington nesse mesmo dia dois informes da CIA tratando dos planos conspiradores dos revolucionários em Minas Gerais, basicamente o Gen. Olímpio Mourão Filho. Nem mesmo os generais das demais regiões acreditavam no golpe que foi antecipado por Mourão Filho. Mas nesse dia o cônsul americano Herbert Okun esteve com Magalhães Pinto no Palácio da Liberdade a pretexto de convidá-lo para um concerto sinfônico e não passou despercebido ao cônsul americano que o Palácio da Liberdade estava superprotegido com policiais militares armados de submetralhadoras pelos corredores.

Ainda nesse dia 31/3/1964, o Gen. Castelo Branco telefonou para Magalhães Pinto e o sobrinho deste, que também era banqueiro, pedindo que Magalhães tentasse interceder junto ao Gen. Olímpio Mourão Filho para esperar, uma vez que Castelo Branco não via a adesão das demais regiões e temia pelo fracasso do golpe militar.

Em Minas Gerais, a estudante de direito Lorena Melo e Figueiredo realizou por amostragem uma pesquisa com nomes de bens e logradouros públicos que homenageiam torturadores, generais ou apoiadores do regime militar. Castelo Branco aparece em vários locais, como Ipatinga, Varginha, Viçosa etc. Uberlândia tem um terminal rodoviário com esse nome, e Belo Horizonte tem uma rua. Cabe às respectivas câmaras municipais iniciar esse trabalho de alteração dos nomes dessas ruas e equipamentos públicos. Com o nome de Marechal Artur da Costa e Silva, felizmente em Belo Horizonte não há mais um viaduto com esse nome, mas existe uma rodovia em Betim, uma rodovia em Juatuba, uma avenida em Belo Horizonte e várias outras ruas e avenidas por Minas Gerais afóra.

Em relação aos bens públicos estaduais, há três escolas – uma em Minas Novas, uma em Pouso Alegre e uma em Juiz de Fora – com o nome do segundo presidente da ditadura militar. Com o nome General Garrastazu Médici existe uma avenida em Contagem, três escolas municipais, uma rua em Barão de Cocais e uma rua em Lagoa Santa. O presidente Ernesto Geisel, como consta na obra de Elio Gaspari, foi o único general que abertamente defendeu a importância da tortura. Os demais agiam como se aquilo não existisse. Segundo uma entrevista publicada após sua morte, Ernesto Geisel defendeu a importância da tortura para obter confissões. Ainda assim, existe uma avenida em Chapada Gaúcha, no Norte de Minas, com o nome Presidente Ernesto Geisel. Quanto a João Batista de Figueiredo, há uma rua em Montes Claros e uma escola municipal em Porteirinha. Já falei de Magalhães. O mais sintomático é o nome do Mineirão, mas há várias outras avenidas e ruas espalhadas por Minas Gerais, assim como uma escola estadual em Senhora dos Remédios.

Francisco Luiz da Silva Campos já tinha apoiado o Estado Novo, a ditadura varguista. Ele foi um dos ideólogos do arcabouço jurídico da ditadura militar brasileira. Ele, que é mineiro, foi largamente homenageado no Estado. Há ruas com seu nome em Belo Horizonte, em Pompéu, em Dolores do Indaiá, em Estrela do Indaiá, além de duas escolas estaduais, uma em Pompéu e outra em Lagoa da Prata. O Gen. Gomes Carneiro, também citado como torturador no relatório da 4ª Reunião Anual do Comitê de Solidariedade aos Revolucionários do Brasil, dá nome a uma rua em Juiz de Fora. Luiz Soares da Rocha é o nome da medalha mencionada pelo deputado Durval Ângelo e de uma rua de Belo Horizonte. Esse me parece ser um caminho importante a ser seguido tanto pelas câmaras municipais quanto pela Assembleia Legislativa.

Em relação a outros aspectos da justiça de transição, especificamente tratando da Comissão da Verdade, em um artigo intitulado *Justiça, história, memória: reflexão sobre a Comissão da Verdade*, Celso Lafer faz, a determinada altura, uma comparação com o processo Eichmann, que foi celeberramente descrito por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém*. Ali faz sua observação ressaltando a diferença de que a Alemanha nazista se tratava de um estado totalitário e o Brasil, de 1964 a 1985, de um estado autoritário. Ele resalta uma dimensão do processo Eichmann ao criar um espaço próprio para multiplicidade de vozes e verdades das vítimas do Holocausto, um espaço transformador da história em memória coletiva do Holocausto, restituindo a dignidade das vítimas por obra do poder redentor da narrativa e da diferença entre o escrever e o ouvir.



O professor paulista que foi chanceler do Fernando Henrique Cardoso e ministro de Desenvolvimento, observa a natureza mais abrangente da Comissão da Verdade em relação ao processo penal, no sentido, citando Paul Ricoeur, de impedir o esquecimento por apagamento de rastros. Todavia, é justamente esse ponto que precisa ser reforçado no Brasil, principalmente depois do julgamento da ADPF nº 153, ajuizada pela OAB no STF, que visava reconhecer a invalidade da lei de anistia de 1979, já que se tratava de uma autoanistia. Desde então o Supremo, lamentavelmente, entendeu válida a lei da anistia. Parece que essa questão do processo penal realmente é secundária. Não me parece, ao contrário do Prof. Celso Lafer, que a natureza mais abrangente da Comissão Nacional da Verdade possa substituir com maior largueza o papel de um processo penal.

Embora no processo penal vivamos com conceitos como a culpabilidade e a reprovabilidade penal, a satisfação à sociedade e às vítimas é mais profunda em um processo penal porque ela traz como consequência esse aspecto retributivo da Justiça de transição, que a Comissão da Verdade não traz. A Comissão da Verdade fica nesse eixo de descobrimento da verdade que foi encoberta pelos artistas da ditadura militar.

Hoje nossa coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Dra. Raquel Dodge, subprocuradora da República, está sendo agraciada com a Medalha Chico Mendes de Direitos Humanos. Justamente por esse trabalho, e certamente por outros, ela constituiu um grupo de trabalho acerca dos crimes cometidos pela ditadura militar. No âmbito desse grupo de trabalho já foram contabilizadas 187 investigações, que estão em andamento, e oferecidas oito ações penais. Todos puderam acompanhar pela imprensa recentemente a denúncia do colega Antônio Cabral, do Rio de Janeiro, relacionada ao caso do Riocentro.

Houve também outras denúncias País afora que visaram punir os violadores de direitos humanos que cometeram crimes durante a ditadura militar. Apesar de o STF ter considerada válida a lei da anistia no mesmo ano, o julgamento do Supremo é de abril de 2010. No mesmo ano, 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund, Guerrilha do Araguaia. Desde então, segundo o Prof. Fábio Comparato, o Brasil é um fora da lei internacional, já que é submetido à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Estão sendo oferecidas pelo Ministério Público Federal essas ações contra torturadores ou pessoas que estiveram na cadeia de mando do aparato repressor do golpe militar de 1964. Tendo em vista que um dos argumentos utilizados para obstar essas ações penais seria o da ocorrência da prescrição penal, a Resolução nº 2338, de 1967, da Assembleia Geral da ONU, faz referência à imprescritibilidade dos crimes cometidos contra a humanidade, com um princípio de direito internacional. No ano seguinte, a Convenção dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade reafirmou esse princípio da imprescritibilidade. Ainda não foram apreciadas duas das denúncias oferecidas pelo Ministério Público Federal. Lamentavelmente, o Poder Judiciário rejeitou a denúncia em quatro processos, seguindo, mais ou menos, a linha da arguição de descumprimento fundamental, que foi julgada improcedente pelo STF, na ADPF nº 153. Há recurso do Ministério Público Federal em relação a esses quatro processos. Dois outros processos se encontram em andamento, e duas denúncias ainda não foram apreciadas pelo Poder Judiciário.

Só para concluir, um dos argumentos utilizados pelo STF, constante no voto do ministro Eros Grau, é que não só a lei da anistia beneficiava esses torturadores, esses agentes de Estado, mas também o art. 4º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 26, de 1985, emenda que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Porém, todos os constitucionalistas defendem o poder constituinte originário, que é um poder que não se vincula a nenhuma outra forma de poder. A partir daí ele pode fazer uma nova Constituição e pode ser ilimitado.

Daí, inclusive, podemos pontuar a enorme repercussão que teve a declaração da presidente Dilma Rousseff no ano passado, ao pretender convocar um plebiscito para aprovar uma assembleia constituinte exclusiva, que tratasse de reforma política. O ex-presidente do Supremo, ministro Carlos Ayres Britto, falou que nenhuma constituição tem tendência suicida. Então, na medida em que se pretende um plebiscito para chamar uma constituinte que faça reforma política, essa constituição não aspiraria à permanência, o que qualquer constituição aspira. Então não seria possível. Da mesma forma, não seria possível que o poder constituinte de 1987-1988 se vinculasse a uma emenda à Constituição de 1967, com a emenda de 1969.

Isso traz também um outro ponto que foi colocado na programação do seminário, que é a conveniência da constituinte exclusiva. Naquela época, em 1987 - essa emenda veio em 1985 -, inaugurou-se um aceso debate sobre a conveniência, e todos concordamos que o ideal teria sido uma assembleia constituinte exclusiva. Um exemplo bastante óbvio, um dos pontos discutidos era que o Poder Legislativo brasileiro fosse unicameral, como é esta Assembleia. Se a constituinte fosse congressual e não uma constituinte exclusiva, ou seja, uma constituinte formada pela reunião da Câmara dos Deputados e do Senado, os senadores dificilmente aprovariam a extinção do Senado. Não estou defendendo a extinção do Senado naquela época, estou somente dizendo que esse era um dos pontos do debate constituinte e, portanto, o que foi defendido em prol da assembleia constituinte exclusiva, que seria eleita apenas para o fim de fazer a nova constituição, é que ela não teria autonomia necessária para fazer todas as reformas de que o Brasil necessitava.

Gostaria finalmente, para encerrar, de fazer menção também ao tombamento do Dops, no ano passado, que funcionava na Avenida Afonso Pena, o que ocorreu em âmbito municipal. Foi realizada uma reunião no Ministério Público Federal, na Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos, juntamente com o deputado federal Nilmário Miranda, com o deputado estadual Durval Ângelo e com representantes da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia Política da UFMG, do Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania, da Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça de Minas Gerais, da Comissão da Verdade da Anistia Política, da OAB, da Fundação Municipal da Cultura, e do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Histórico de Minas Gerais, o Iepha. Dessa reunião, foi enviado ofício ao presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, que inclusive se manifestou dizendo que daria encaminhamento necessário ao ofício. De fato, ocorreu no ano passado o tombamento do Dops. E ele responde também um ponto importante que devemos parar para pensar como medida simbólica de reparação, que é a criação de um espaço de memória naquele local. O então presidente da Fundação Municipal de Cultura, Leônidas José de Oliveira, disse: “Quanto à criação de um espaço de memória na edificação, esclarecemos que o imóvel não é de propriedade do município, estando fora de sua competência a definição de seu uso, ainda que tenha proteção municipal. Todavia, a Diretoria de Patrimônio



Cultural coloca-se à disposição para colaborar com a elaboração de um espaço de memória, prestando todas as informações, consultas a documentos e relatos que foram colhidos durante a elaboração do dossiê de tombamento do bem cultural”.

Sendo, portanto, um bem estadual, cabe a esta Casa Legislativa e aos movimentos de direitos humanos que se debruçam sobre o tema inciar uma ação junto ao governo do Estado para que não só o tombamento seja feito por Minas Gerais como também que o Estado, titular do bem onde funcionou o Dops, crie ali um espaço de memória como medida de reparação às vítimas da ditadura militar.

O outro caso se refere à militarização. Um dos procedimentos instaurados no Ministério Público Federal diz respeito à morte de Orocílio Martins Gonçalves, ocorrida em 30/7/1979, durante manifestação de trabalhadores da construção civil em Belo Horizonte. Isso mostra que precisamos estar muito atentos à intervenção da Polícia Militar nos jogos da Copa do Mundo que se aproximam. No ano passado, em conjunto com o Ministério Público estadual, expedimos uma recomendação às forças de segurança que atuavam em Minas na Copa das Confederações, com a participação de integrantes da Guarda Nacional e da Polícia Militar, para que seguissem os termos da Resolução nº 3, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, inclusive a não utilização de armamentos de baixa letalidade. Falamos em baixa letalidade porque mesmo uma bala de borracha, se mal-utilizada, é letal. Vimos o que ocorreu no ano passado. A situação mostra que ainda existe na nossa cultura de segurança pública algo do respaldo autoritário do período de 1964 a 1985 e épocas anteriores.

Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 4.471, de 2012. É preciso que as entidades de direitos humanos se mobilizem por sua aprovação. Entre outras alterações no Código de Processo Penal voltadas à apuração de mortes e lesões corporais decorrentes de ações de agentes do Estado, o projeto acaba com o chamado auto de resistência e muda o nome “auto de resistência seguido de morte” para “lesão corporal decorrente de intervenção policial e morte decorrente de intervenção policial”. É uma nomenclatura que torna muito claro do que se trata.

Parabenizo os deputados André Quintão e Durval Ângelo pela realização deste ciclo de debates. Muito obrigado.

O presidente – Agradecemos ao Dr. Edmundo Antônio Dias. Com a palavra, o Prof. João Antônio de Paula. É uma honra para a Assembleia Legislativa contar com a sua presença neste ciclo de debates.

#### **Palavras do Sr. João Antônio de Paula**

Obrigado, deputado. Gostaria de começar agradecendo o convite da Assembleia Legislativa para participar deste evento que muito me honra, me alegra e também me coloca numa responsabilidade grande de tentar fazer jus à expectativa que, eventualmente, a minha presença aqui possa ter causado. Também quero cumprimentar meus colegas de Mesa e todos aqui presentes.

Acho que a Assembleia Legislativa mandou muito bem ao promover este ciclo de debates. É uma das funções da Assembleia Legislativa e, nesse caso, isso se reveste de uma particular importância pelo significado do momento que estamos vivendo: o registro, a memória de 50 anos do golpe militar. Foi falado aqui pelo procurador sobre a importância da memória. De fato, essa é uma resolução decisiva. Memória como registro, como lembrança, como homenagem àqueles que lutaram. Muitos perderam a vida, muitos foram torturados, muitos resistiram às dificuldades, às agruras do processo político e da luta política.

Queria homenagear uma figura desta Casa e, em seu nome, todos os deputados – alguns estão aqui presentes nesta plenária. Refiro-me ao deputado Dazinho, José Gomes Pimenta, uma figura admirável que pude conhecer e com quem pude compartilhar as coisas. Dazinho é uma das figuras mais interessantes da vida política brasileira do século XX. Não tenho dúvida alguma em relação a isso. Era um líder mineiro, deputado combativo, uma figura realmente notável. Ele foi cassado em 1964, mas manteve uma atitude de coerência, uma dignidade pessoal e um compromisso com a luta social e pelo socialismo absolutamente singulares. Então, na figura do deputado Dazinho, queria homenagear todos que nesta Casa combateram a ditadura e resistiram a ela.

O tema desta Mesa é o pós-ditadura. Vou me referir a isso, mas antes gostaria de situar o próprio fenômeno da ditadura. A memória é importante, é decisiva, porque é um momento de reiterar certos compromissos e lembrar para que não se repitam episódios como os de 1964 e seus desdobramentos. É importante também que pensem em termos históricos, ou seja, o significado histórico do golpe de 1964 e seus impactos sobre a vida brasileira. Farei, portanto, uma digressão histórica que aparentemente será longa, mas, na verdade, não será. Vou recuar um pouco do tempo para tentar situar o golpe, mas com certeza não será tão longo quanto possa parecer.

O golpe de 1964 não foi a primeira das manifestações de interrupção de processo democrático no Brasil, não foi o primeiro momento em que se bloqueou o processo de mudança que estava em curso. Na verdade, desde o século XIX – e, talvez, até antes disso, mesmo antes da existência do próprio Brasil –, o movimento de resistência, de rebeldia ocorreu. Por exemplo, para falar de um episódio, a Inconfidência Mineira é um movimento desse tipo. Trata-se de um movimento mais importante do que muita gente possa pensar e menos importante do que o mito tentou construir. O movimento da Inconfidência Mineira está longe de ser um episódio desimportante da história do Brasil.

No século XIX também, várias vezes a sociedade brasileira, sobretudo os excluídos, colocou-se como protagonista da luta social – os escravos, os pobres, os índios. Em todos esses momentos de emergência, de erupção nascendo na política dos setores populares, sempre houve uma força afastadora, uma força repressora desses movimentos. Um político, curiosamente do partido conservador, chamado Justiniano José da Rocha, da época do império, escreveu um texto muito importante em 1855. Esse texto chama-se *Ação, reação, transação*.

Justiniano José da Rocha, naquele momento, tentava pensar o contexto imediato da política brasileira do império. Houve um movimento de emergência dos setores populares na cena política que marcou toda a década de 1830, com movimentos como a Balaiada, a Sabinada, a Cabanagem, no Pará. A esses movimentos que reivindicavam a abolição da escravidão, a república, enfim, aos movimentos que tinham uma demanda social muito forte, muito pronunciada, seguiu-se a centralização do segundo reinado, a chamada Lei de Interpretação do Ato Adicional em 1841, que, na verdade, cerceou liberdades políticas, concentrou o poder nas mãos do governo imperial, deixando claramente manifesto o desejo daquela estrutura política de impedir qualquer mudança estrutural. A ação mobilizadora, ação política das massas, seguiu-se a reação, processo de fechamento, de exclusão.



Nos anos de 1850, aparece a figura da transação, que foi representada na época pelo chamado Gabinete da Conciliação, dominado por um político mineiro chamado então Visconde de Paraná, depois Marquês de Paraná. Ação, reação e transação. O que significa rigorosamente transação? Não uma síntese de ação e reação, mas a conservação da velha estrutura, dos velhos privilégios, a partir de um movimento de conciliação por cima, em que o fundamental é conservado e algumas concessões são feitas, concessões laterais, concessões absolutamente adjetivas. Eu diria que esse esquema – ação, reação e transação – marca a história brasileira desde então. O Brasil tem sido recorrentemente assaltado por esse fantasma, o fantasma da transação, da solução de compromisso, da conciliação, que significa a reiteração do velho sob a forma do novo, do moderno.

É preciso pensar o golpe de 1964 a partir desse esquema mental, desse conjunto de conceitos. Em 1964 tivemos de novo um momento em que isso se deu. A ação aqui é representada pela conjuntura dos anos 1950 no Brasil, profundamente impactada, por exemplo, pela Revolução Cubana, de 1959. Os anos 1950 representam para o Brasil efetivamente a entrada em cena dos setores populares do campo e da cidade reivindicando participar do processo de modernização do País. O Brasil se modernizava desde os anos 1920, e essa modernização foi intensificada com a ditadura Vargas. Mas era uma modernização que excluía. Concedia-se a legislação trabalhista por um lado e, por outro, manietava-se o movimento sindical. Os anos 1950 marcam, na verdade, uma ruptura desse modelo de modernização conservadora pela emergência dos setores populares, inicialmente com as greves de 1953, em São Paulo. Essas greves levaram à criação, por exemplo, do Dieese, instituição muito importante que nasceu em 1953 exatamente como um instrumento para medir a inflação e para municiar os sindicatos de instrumentos para a reivindicação salarial, a luta pelas condições de trabalho. Em 1955 surgem as Ligas Camponesas, a partir do Engenho Galileia, em Pernambuco. O movimento das Ligas Camponesas se alastrou não só pelo Nordeste, mas pelo Brasil inteiro, fazendo de novo ressurgir a chama da luta operária e da luta camponesa irmanadas. Naquele momento se falou muito da Aliança Operário-Camponesa como um dado fundamental da conjuntura dos anos 1950.

Fundamentalmente, houve também a luta do movimento estudantil. A UNE realizou em Salvador, em 1958, e em Curitiba, em 1962, dois grandes congressos, em que a bandeira da reforma universitária tinha o propósito de reformar as estruturas de ensino, aproximar a universidade à luta social e aproximar a sociedade das aspirações de transformação social.

Ao lado dos estudantes, dos camponeses e dos operários há todo um movimento de intelectualidade da cultura brasileira, em torno da bandeira que se chamou de reforma e de revolução. A revolução também esteve fundamentalmente presente naquele momento. Uma revolução social que emanciparia o Brasil, que transformaria as estruturas brasileiras. A bandeira da reforma agrária era fundamental naquele quadro, mas não foi a única importante naquele processo, naquele momento.

Houve a ação, no governo João Goulart, que foi o momento de mais consistência. Ao contrário do que dizem, o governo João Goulart estava longe de ser um governo inepto. O plano de metas, o plano trienal formulado por Celso Furtado em 1963 merece ser revisto hoje, em razão de sua lucidez. Era um plano que pretendia combater a inflação a um custo social pequeno, senão nulo. Ao lado do combate à inflação havia implícito também um processo de crescimento da economia e sobretudo das reformas. O plano trienal também era um momento de conflagração da sociedade, de mobilização da sociedade brasileira em torno das reformas agrária, bancária, administrativa e universitária. Enfim, todas as reformas que o País demandava. Então, isso foi a ação.

O golpe de 1964 foi a reação. Celso Furtado escreveu um livro, em 1992, que se chama *Brasil, a construção interrompida*. Nesse livro ele queria dizer que estava em curso no Brasil, no período de 1950 a 1964, um processo de construção da Nação em que o povo era protagonista e que a distribuição de renda, da riqueza e do poder estavam em pauta. O ano de 1964 significou exatamente a interrupção da construção da Nação capaz de incorporar o povo, com todas as contradições que isso significa e com toda a heterogeneidade de demanda presente. É preciso fazer justiça ao governo João Goulart. É preciso fazer justiça àqueles que lutaram naquele momento e foram derrotados pelo golpe. O golpe interrompeu a luta, foi a reação.

O golpe militar, em si mesmo, teve obviamente um grande apoio civil. Hoje é absolutamente correto dizer que a ditadura foi civil e militar. Ela não foi somente uma quartelada, foi uma quartelada com apoio popular, social. Mas, ao longo do tempo, a cada giro do parafuso, ela se tornou mais e mais repressiva, excludente, concentradora de renda e de riqueza. E, finalmente, ela também é uma ditadura da tortura, dos assassinatos nos porões, dos embates com aqueles que pegaram nas armas legitimamente. É preciso dizer que a ideia de pegar em armas para defender a liberdade é uma ideia fundamental. Não se pega em armas à toa. Aqueles que foram para a luta armada tinham legitimamente todo o direito de resistir a um poder opressivo, como sempre aconteceu na história. E eles pagaram um preço alto por isso.

Se fizermos um balanço da ditadura militar, chegaremos à conclusão de que houve, de fato, modernização de alguns setores da infraestrutura, de forma conservadora, seletiva e assimétrica. Mas, ao final do processo da ditadura, a inflação, um dos principais problemas do Brasil, era o dobro da de 1964. Em 1984 a inflação no Brasil era rigorosamente o dobro da de 1964.

A dívida externa, que era de 16% do PIB, estava em 54%. A concentração de renda no Brasil, que era em torno de 50% – índice que mede a desigualdade –, estava em 65%, portanto havia aumentado 15% em 1984. Então, por vários indicadores, o Brasil ficou mais vulnerável do ponto de vista econômico; mais endividado externamente; a renda ficou mais concentrada; a inflação voltou a subir de forma acelerada.

Houve alguns indicadores positivos. A esperança de vida no Brasil aumentou. Esse conceito é muito afetado pela mortalidade infantil. À medida que a mortalidade infantil diminui – e isso é possível ser minorado com programas de saneamento básico e outras medidas desse tipo –, a esperança de vida sobe, o que não quer dizer que a qualidade de vida da população subirá também. Agora, esses aspectos positivos não podem, de maneira alguma, obscurecer o fato de que o País, durante a ditadura militar, sob vários aspectos, regrediu politicamente. Uma geração inteira foi castrada do direito de se formar politicamente. Na verdade, os políticos que vão sobreviver a isso são os velhos políticos, alguns literalmente da República Velha. Quer dizer, uma geração inteira foi bloqueada na sua capacidade de militar, de fazer política institucional. Quem não aceitou o jogo de cartas marcadas da ditadura foi para a luta armada, para a resistência. É desses que, na verdade, estamos falando aqui; são eles que estamos homenageando. Então, há um custo enorme.



Na vida cultural brasileira, ocorreu um processo de regressão. A cultura brasileira se tornou absolutamente mercantilizada, dominada pelo mercado, pelos valores do mercado, pela indústria cultural. Nos anos 50, tivemos um dos momentos mais ricos da cultura brasileira, não só do ponto de vista estético, mas também da amplitude dos seus interesses. Foi uma cultura extremamente importante e rica, sintonizada com o que havia de mais moderno e atualizado no mundo e, ao mesmo tempo, profundamente enraizada nas questões nacionais, no movimento que Tolstói dizia ser fundamental. Se se quer ser universal, comece com a sua aldeia, entenda a sua aldeia; só é possível ser universal desse ponto de vista, dizia ele. A reação é a interrupção de um processo de mudança que estava em curso.

Estamos agora num processo da transação. O procurador disse muito bem que há diversos resquícios, há manifestações na vida atual que são claramente da ditadura. As Polícias Civil e Militar continuam torturando. Ninguém tem dúvida disso. Basta ir às delegacias para se certificar disso. No Brasil, o processo de investigação criminal começa pelo final, com a confissão. Pega-se o sujeito, que confessa após ter apanhado bastante, e, depois, monta-se o processo de trás para a frente. Esse é o dia a dia. Os jovens, os negros continuam sendo vítimas da violência policial. Esse é um dado fundamental.

Estamos vivendo um problema sério no que diz respeito à Comissão da Verdade, porque, efetivamente, o acesso aos arquivos das Forças Armadas não estão franqueados. Esse é um dado fundamental para, efetivamente, superarmos os traumas, as cicatrizes de 1964. É preciso apurar a verdade, nominar os que mataram, que torturaram em nome do Estado, de algum modo.

Então, a questão da transação, como o momento que estamos vivendo, tem a ver com isto: seremos capazes de superar essa acomodação, que no final significa a permanência de privilégios, ou seremos capazes de ir além do que tem sido a rotina, a regra na sociedade brasileira, a acomodação?

Nunca tivemos uma revolução social no Brasil, a não ser, parcialmente, a abolição. A abolição foi uma revolução social, mas parou no meio porque não houve reforma agrária, que era sua consequência necessária. Nesse sentido, ainda estamos por reparar esta outra enorme injustiça social: a escravidão. A reparação disso não foi feita. O ex-escravo não teve seus direitos assegurados.

Esses problemas também se colocam no plano da vida democrática. Quando se fala em democracia, sempre gosto de pensar no conceito do Claude Lefort. Ele dizia que democracia era uma inversão permanente de direitos. A democracia não tem fim. A democracia é algo que se conquista, que avança e se estende. Ela é elástica. Ela é do tamanho dos sonhos, do tamanho das expectativas e das demandas. No caso do Brasil, esses sonhos e demandas são enormes. Ainda temos muito o que conquistar e no que avançar.

Devemos nos lembrar de 1964 e homenagear os que pagaram com a vida, os que lutaram, os que resistiram, mas também precisamos pensar no que é necessário ser feito. Precisamos pensar que efetivamente só seremos capazes de superar a transação mediante processo de profundas transformações: processos de distribuição de renda, de riqueza e de poder. Este é o grande desafio: não se esquecer do passado, mas vislumbrar o futuro com confiança e capacidade de indignação, de paixão e de mobilização. Muito obrigado.

O presidente – Prof. João Antônio, muito obrigado. Quero reiterar o convite para outros eventos do dia 1º de abril. Às 17h30min, no Teatro da Assembleia, haverá a sessão comentada do filme produzido pela TV Assembleia, *Na lei ou na marra: 1964, um combate antes do golpe*. Irão comentar o filme o Dr. Antônio Ribeiro Romanelli, coordenador da Comissão Estadual da Verdade, e a Prof. Maria Eliza Linhares Borges, historiadora e pesquisadora da UFMG. Já disse antes que vi esse filme ontem à noite na TV Assembleia, portanto recomendo. A exposição “1964-1985: A subversão do esquecimento” está sendo realizada na galeria de arte da Assembleia. Essa exposição irá até o dia 30 de abril.

Agora passaremos à última expositora. Com alegria, contamos com a presença da nossa querida amiga e companheira Beatriz Cerqueira. Muito obrigado pela presença nesta Mesa.

#### **Palavras da Sra. Beatriz Cerqueira**

Boa tarde a todos e a todas. Agradeço a oportunidade de conversar sobre um assunto tão relevante. Hoje estou na Central Única dos Trabalhadores e no Sindicato Único em Educação de Minas Gerais que tiveram uma atuação muito importante no período da redemocratização. Nesse ano, o Sind-UTE completa 35 anos, e a Central Única dos Trabalhadores completou 30. A história desses trabalhadores se constitui na luta cotidiana de todo debate que temos feito. Quero cumprimentar o deputado André Quintão, e, na sua pessoa, todos os deputados presentes. Quero cumprimentar o Edmundo e o Prof. João; é um prazer conhecê-los e é uma honra compor uma Mesa com um debate tão significativo. Considero que a presença da Emanuelle traz um significado muito importante para a juventude, que é parte do plenário que está aqui. Os desafios do movimento sindical e do movimento estudantil nesse período de pós-democratização nos trazem dilemas muito importantes.

Sem combinar, a ordem das falas foi muito interessante, porque o que eu gostaria de abordar é exatamente este momento pós, e as perspectivas. Quero trazer a vocês algumas contribuições exatamente do lugar em que estou. Consegui dividir o tema didaticamente, como uma boa professora dos anos iniciais que tento ser, em sete pontos, sobre os quais queria dialogar aqui com o público e com todos os que nos assistem pela TV Assembleia.

Creio que algumas questões merecem a nossa reflexão atual, porque é fundamental não esquecer o passado, é fundamental para que não o repitamos, mas acho que hoje encontramos práticas que são resquícios desse passado e precisam ser modificadas. Quando vemos que é o próprio Estado que tem essas práticas, traz-nos ainda uma preocupação maior. Isso porque, às vezes, temos o senso comum de que esse momento não volta, mas há práticas com que temos nos defrontado e que nos têm assustado. Portanto, creio que vale o debate nesta tarde de hoje na Assembleia Legislativa.

A primeira questão que quero abordar aqui hoje é como temos enfrentado um Estado que se apresenta à população, em primeiro lugar, com uma face policial, sempre repressiva das lutas sociais. A luta social tem se transformado em caso de polícia. Eu já perdi a conta de quantas vezes o meu nome figura em boletins de ocorrência aqui, da capital, em função de estar presente em atos e manifestações de lutas sociais.



Quando digo que o Estado tem uma face policial e que é ela que chega à população, o que eu percebo é que não há escuta, não há mediação de conflitos. O Estado não se movimenta para entender aquela demanda que lhe é apresentada. E, no final, a luta social é caso de polícia. Vocês querem ver um exemplo? No ano passado, quando do início da Copa das Confederações, duas categorias de servidores públicos anunciaram que fariam manifestações. Eu não vejo problema nenhum em um turista que vem a Belo Horizonte saber o que acontece no Estado, assim como um turista que vai a Brasília saber o que acontece em Brasília, sob a ótica daqueles que querem contar. Qual foi a primeira ação do governo de Minas Gerais? Ir ao Tribunal de Justiça e, por uma decisão judicial, impedir que as pessoas pudessem se manifestar.

Olhando agora, em 2014, depois de tudo o que aconteceu, imaginamos que isso é inacreditável. O mais inacreditável foi que o Tribunal de Justiça concordou com o governador, de que não deveria haver nenhuma manifestação de rua em nenhum dos 853 municípios de Minas Gerais. E, se o fizessem, multas e acho que outras consequências seriam pedidas. Então, o Estado não quis ouvir a demanda daqueles que diziam que se manifestariam. Claro que os que foram se manifestar foram muitos outros grupos sociais, não apenas estes. Então, não quis ouvir e pediu que a Justiça atuasse de forma a reprimir e a punir aqueles que quisessem se manifestar.

O Sind-UTE foi um dos atingidos por essa decisão e nós ainda tentamos dialogar com o Tribunal de Justiça, que manteve a decisão de proibir qualquer manifestação durante o período dos jogos da Copa das Confederações, decisão que só foi modificada quando nós recorremos ao Supremo Tribunal Federal.

Então, não é admissível que diante de demandas de grupos sociais, que, evidentemente, acham que são legítimas do que elas representam, o Estado vem com uma primeira ação: intervir. A última ação do Estado foi conversar. Na véspera do último jogo sediado aqui, em Belo Horizonte, houve uma reunião em que o governo recebeu vários grupos que estavam nas manifestações.

Então é essa ideia de que todo mundo que luta é polícia e, muitas vezes, é a única que chega, não direi para dialogar, porque não é seu papel nesse momento, mas a polícia é o único aparato do Estado presente no momento em que os grupos sociais estão organizados de alguma forma. Nenhuma mobilização ou luta social aparece do nada. Nenhuma mobilização ou luta social cai de paraquedas ou, num movimento mágico, aparece nas ruas de uma cidade. As lutas sociais vão se acumulando, e os problemas que aqueles grupos sociais enfrentam vão se tornando insustentáveis. Então é possível, sim, prever as situações que, num futuro próximo, explodirão como demanda social.

Outro exemplo dessa face policial do Estado é a declaração dos políticos que dizem que, para cada manifestante, tem que haver tantos policiais. Já perdi a conta, porque houve mais de uma fala. Como se quem se manifesta precisasse ter novamente a face policial, que é feita pela Polícia Militar.

O segundo aspecto, já abordado tanto pelo Edmundo quanto pelo Prof. João, é a questão da Polícia Militar. Acho que é mais do que nunca atual nos questionarmos por que temos uma Polícia Militar. Há necessidade de um debate aprofundado sobre a desmilitarização da polícia, porque o que enxergamos, quem está na rua todo dia, quem faz luta todo dia, quem tem pauta que não é atendida, é que enfrentamos as mesmas estratégias que eram utilizadas antes do período da democratização. O que justifica eu ter um policial, que não está identificado como policial, que atuará como um manifestante? Muitas vezes ele está do meu lado, segurando a mesma bandeirinha que eu, como se manifestante fosse. Qual é o objetivo do Estado quando impõe a um agente público essa atuação? E ela é real.

Citarei um exemplo. Reunimo-nos perto da Igreja da Boa Viagem, num sábado desses, para discutir o plebiscito pela constituinte, pela reforma política. Não vejo nenhuma agressão ou nenhuma possibilidade de sermos considerados elementos perigosos para o Estado. Mas encontrei dois policiais disfarçados, que aprendemos a identificar de tanto que convivemos com situações como essa. Dois policiais acompanhavam a movimentação. Por que eles não estavam identificados? Qual é o problema de o Estado atuar de forma identificada?

Em 2011, fruto de uma denúncia dos deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, foi aberto um inquérito policial militar para investigar uma possível atuação da Polícia Militar durante a greve dos trabalhadores em educação daquele ano. E o inquérito concluiu exatamente que era o procedimento padrão, que, na sede da entidade, existia um monitoramento, e que não havia ali nenhum procedimento inadequado. Que era um procedimento padrão haver pessoas sem identificação, que, ao serem abordadas, não se identificaram, porque o policial não se identificou como policial. Ele tropeçou nas palavras, fechou o carro e foi embora. Há imagens sobre isso. Então o Estado admite que é um procedimento padrão.

A quem o Estado presta conta dessa atuação? Durante as manifestações do ano passado, compus uma comissão com o Ministério Público e vários órgãos de direitos humanos, e questionávamos qual é o aparato da polícia disfarçada que está nessas manifestações. Isso porque ele existia. E essa pergunta nunca foi respondida. Então não sei se quem atirou a pedra era um cidadão inconformado, uma pessoa articulada por um grupo ou um policial militar disfarçado. Não é possível identificar isso, porque não se prestou contas a ninguém sobre as ações feitas naquele período. Ficou por isso mesmo, como se fosse uma atuação normal. Então não existe nenhum órgão de controle de ações como essa, como também não sabemos qual é o limite. Não existem mecanismos da sociedade de controle dessa atuação, e todos os questionamentos feitos não só pelo Poder Legislativo, mas também pela sociedade civil, ficam sem resposta, pelo menos no caso de Minas Gerais, que é o local onde estou.

O terceiro aspecto é a criminalização da luta social e a intervenção do Estado na organização dos trabalhadores. Percebo que é importante debatermos sobre isso. São inúmeras as situações em que o trabalhador é punido por ações pelas quais não deveria ser. Vou citar alguns exemplos. Hoje o coordenador-geral do sindicato que representa os eletricitários, que é o pessoal da Cemig, responde criminalmente por falas durante uma assembleia e uma agenda do sindicato. Foi uma forma que se encontrou de coibir a ação desse sindicato que há anos vem denunciando a morte de trabalhadores, o trabalho análogo ao de escravo, a terceirização, os lucros bilionários de uma empresa. A empresa tem de gerar lucro, e a que presta serviço público tem de emprestá-lo por excelência. A Cemig gera lucro para alguns e não para o conjunto da população. Hoje existe um processo criminal em que ela consta como réu.

O presidente do sindicato dos Correios de Belo Horizonte foi preso dentro da Cidade Administrativa sob acusação de estar entregando panfleto convocando para assembleia de determinada categoria, detido e encaminhado a uma delegacia. Qual foi o crime

que cometeu? Estava fazendo panfletagem dentro da Cidade Administrativa sem autorização. As ações dentro desse local precisam de prévia autorização. Quer dizer, é preciso autorização para entregar o panfleto da organização de um trabalhador. Isso ocorreu recentemente, no ano passado.

Há os processos administrativos disciplinares que hoje a Secretaria de Educação move contra os trabalhadores que fizeram a greve de 2011. Essa parte ninguém conta, mas muitos trabalhadores que foram líderes de movimento em diversas regiões do Estado responderam a processos administrativos disciplinares, com punição por participação ou por liderança da greve naquele período.

O problema da criminalização atinge muitas pessoas e não só servidores públicos. Para não dizer que só estou no âmbito dos servidores públicos, podemos citar o massacre de Felisburgo. Quanto tempo ficamos lutando para que aqueles que mataram trabalhadores não saíssem impunemente? Há também o caso de Unai, não é, Calazans? Trabalhadores foram assassinados no exercício de suas funções. Ficamos com aquele sentimento de que, quando se mata um trabalhador, a punição não vem na velocidade necessária para se coibirem novos abusos. Portanto, a luta é social.

Além de ser tratada como caso de polícia... Além dessa repressão e da face policial, é um estado que hoje criminaliza de forma muito veemente quem faz a luta social. Não entendo por que nas manifestações de rua era a Força Nacional de Segurança quem tinha de vir para Belo Horizonte. Fizemos o protesto à época. Força de segurança e aparato repressivo não são o caminho para mediação de conflitos. Então, estamos diante de um estado que pouco se preocupa em mediar o conflito e muito se organiza para reprimir os que fazem a luta social.

A quarta questão é a pergunta que me faço e que vale a pena para o debate. Como os governos escutam a população? O que vejo muito veementes são as campanhas publicitárias bastante bonitas, que constroem a imagem de políticas públicas que parecem ter bom atendimento à população. No entanto, sabemos que a realidade da população é diferente daquilo que nos é dito. Você tem a visão de que está tudo bem, que parece que o problema está só na sua rua, na sua escola, no seu posto de saúde e quarteirão, enquanto a realidade não é essa. O que quero dizer com isso? Que o Estado substitui um diálogo efetivo e de diagnóstico dos problemas por uma avalanche de peças publicitárias. Não adianta eu expor os problemas da educação para vocês porque o governo virá com uma peça publicitária linda falando sobre o Ideb, pronto e acabou.

Nem que eu dissesse a vocês que 10% dos alunos de ensino médio, hoje, não têm nível recomendável em matemática. Mas aí vem o governo e faz a propaganda do Ideb. O Estado não se preocupa em ouvir a demanda, em fazer o diagnóstico, mas de construir a melhor versão que lhe dará projeção eleitoral num futuro mais próximo.

Sobre o Poder Legislativo – com respeito, porque estou na Casa –, há quanto tempo a gente não se depara com maioria e minoria? Há dificuldade. Se a maioria é governista, ela vai votar com o governo, independente das condições que estão colocadas, e isso nos traz dificuldade como sociedade civil. Com quem a sociedade pode contar para discutir seus problemas se não adianta discutir, porque no final vai prevalecer maioria *versus* minoria? Por ser maioria, ela sempre vai ganhar, independentemente do que está colocado. Então hoje existe uma dificuldade do Poder Legislativo de escutar a população. É a mesma questão do diagnóstico e de elementos para mudar a realidade. No final fica o placar maioria *versus* minoria, e a maioria vai sempre ganhar.

Sobre os conselhos de controle social, criados a partir da Constituição de 1988, o que observamos é que são instrumentos importantes de controle, de participação e fiscalização da sociedade. Precisamos discuti-los, porque os governos fazem mecanismos de controle dos conselhos. Podem observar se, na composição dos conselhos, o prefeito, o governador não fazem mecanismos para controlar e ter a maioria, e isso para que o conselho não lhes dê problema, ou seja, para que ele não cumpra o seu papel autônomo da fiscalização.

Conferências, congressos e fóruns não são realizados no âmbito dos estados e municípios, que poderiam ser instrumentos de escuta da população. Percebam que eles só são realizados como etapas de uma conferência ou fórum nacional. Existem poucos mecanismos de escuta da população, como se a escuta somente acontecesse no momento em que voto para deputado ou prefeito. Depois que voto, não é preciso mecanismo de escuta, mecanismos que deem retorno do que a população ou setores dela estão reivindicando. Acho que cabe uma reflexão. Não vou dizer que o Poder Judiciário não tenha um controle social, porém a atuação, hoje, do Poder Judiciário carece de maior participação da sociedade, porque as demandas e a forma de organização desse Poder têm pouca ou nenhuma participação ou discussão da sociedade.

Eu me assustei muito quando circulou a informação de que se discutiria um auxílio-biblioteca, um valor anual para os desembargadores. Sou professora e também acho justo ter um auxílio-biblioteca, porque quero os livros em minha casa, e não na biblioteca da escola; ou na minha casa, e não na biblioteca do tribunal. Mas a relação não é dessa forma. Pouco se discutiu e poucos mecanismos de pressão existiram.

Quando faço a pergunta de como os governos escutam a população, há uma forma mais direta de entendermos isso, e esse é o quinto ponto que quero trazer: a necessidade de uma reforma política. O que percebo hoje é que, cada vez menos, as pessoas acreditam nos órgãos de representação, e isso é ruim para a democracia, muito ruim. Percebo com isso que, cada vez mais, existe uma tendência da judicialização da política. Para aquilo que ontem era fruto de uma pressão popular, de uma organização popular, agora vou à Justiça e quero que ela resolva isso para mim. Quero que ela resolva o meu problema, porém ele não é individual, mas fruto de um grupo maior que está sofrendo a demanda. E, cada vez menos, os Poderes constituídos dão conta de responder a isso, portanto eu o torno judicial também. Existe esse movimento, e ele é do cidadão, de cada vez mais judicializar o que antes eram demandas a que os Poderes Legislativo e Executivo deveriam responder.

Hoje, se cada um de nós quiser ser candidato a deputado, pois neste ano haverá eleições, quanto teríamos de gastar? Teríamos de gastar R\$500.000,00, R\$1.000.000,00? Quem tem esse dinheiro para investir em uma candidatura? O poder econômico influencia muito – se não na totalidade, porque não é na totalidade – na representação que vem para o Poder Legislativo. Isso é um problema. Como explicar que, na Câmara dos Deputados, há 72 deputados oriundos da organização dos trabalhadores, enquanto a maioria representa empresários e latifundiários? Entretanto, a maioria dos brasileiros não é de empresários nem de latifundiários. Então há uma distorção de representação. Hoje o poder econômico influencia muito. Grandes corporações não precisam ter seus deputados,



porque o financiamento e o poder econômico no período da eleição vão dar condições para que essas pessoas defendam seus interesses e não o interesse da maioria da população.

A reforma política precisa ser entendida como uma questão muito importante para nós. É claro que a maioria dos que já estão na estrutura dificilmente concordaria com uma mudança que os atingisse. Por isso, a ideia da constituinte. Acho que é uma oportunidade boa para que, neste momento de pós-ditadura, momento de democratização, consigamos avançar, sob pena de mudarmos ou ficarmos na mesma representação, as pessoas não se sentirem representadas e os Poderes Legislativo e Executivo continuarem sem essa capacidade de escuta das demandas da população.

A penúltima questão que queria levantar, tão importante quanto as demais e muito atual, é que muitos meios de comunicação que hoje bradam pela democracia ontem contribuíram com a ditadura civil-militar. Contribuíram muito, porque a história é uma construção contada a partir de quem faz a narrativa. Por muito tempo, a narrativa foi de uma revolução que nos salvava dos comunistas e de outras coisas mais. E esses órgãos contribuíram para a construção dessa narrativa. Quando falo das peças publicitárias, não é uma tentativa de demarcação de posição com o governo do Estado de Minas Gerais. É porque a publicidade faz a construção de uma narrativa, como tudo que é pautado pelos meios de comunicação. Não dá para pensarmos nas perspectivas e dilemas sem pensar na democratização dos meios de comunicação. Essa também é uma pauta urgente, como tantas outras que colocamos nesse período como perspectivas.

Quero finalizar pedindo licença a vocês e à Mesa. Como último ponto, quero aproveitar para fazer um apelo, que não tem nada a ver com o que estamos discutindo, mas, pelo meu dever e pelo dever do espaço em que estou, tenho de fazê-lo. No dia 26 de março, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o art. 7º da Lei Complementar nº 100. Essa declaração de inconstitucionalidade atingiu dezenas de milhares de famílias, pessoas que já estavam trabalhando no Estado e ele as vinculou ao regime próprio de previdência. Esse assunto não tem nada a ver com o que estamos debatendo, mas, fruto dessa decisão, pedimos ao governador que conversasse com a categoria, porque a situação dela está um caos. Cada um diz uma coisa. Cada um argumenta uma coisa. Uns falam que a culpa é do sindicato; outros, que a culpa é de um partido. Porém a vida das pessoas ninguém está discutindo. Um governo não pode se eximir de conversar com a sociedade ou com a parcela dela que está sofrendo com esse problema. A declaração de inconstitucionalidade não será modificada.

A decisão do Supremo Tribunal Federal é muito clara em tornar vagos esses cargos. Mas as pessoas trabalharam por anos e adoeceram. Como vai ficar a vida dessas pessoas? O Estado está prometendo coisas que não pode cumprir, porque a decisão do Supremo está diferente daquilo que o Estado está dizendo.

O apelo que faço é para que o governo converse com a categoria. Não se justifica tratar dessa forma profissionais da educação. Eu não consigo justificar o porquê de a nossa categoria ser tão maltratada como tem sido. Quero terminar fazendo um apelo para que o governador converse com a categoria. São milhões de famílias que precisam de respostas, de diálogo. E da forma como o governo está fazendo só vai trazer prejuízo. Prejuízos previdenciários, de saúde, de organização da escola. Não é possível o governo agir dessa forma. Em 2007 já se efetivaram sem concurso as pessoas, foi dada a garantia de manutenção no cargo com as cartinhas enviadas, e agora o Estado deve reparar o seu erro, conversando com as pessoas para ver a melhor forma de corrigir o problema e a aplicação da decisão do Supremo Tribunal Federal. Queria terminar fazendo esse apelo, porque é muito difícil representar uma categoria quando não se consegue fazer a sua voz chegar ao governador nem fazer com que o governador responda à sua voz. Faço um apelo em nome de milhões de trabalhadores em educação que esperam um diálogo para resolver as demandas que estão colocadas.

Agradeço a oportunidade. Eu me senti muito honrada ao fazer parte desta Mesa, porque estar aqui e ter feito a trajetória que me foi possível, evidentemente foi graças a todos aqueles que lutaram antes, que morreram antes, que abdicaram de muita coisa de suas vidas por uma luta coletiva. Então vale a pena fazer esse debate, não esquecendo dos desafios que temos nesse momento da nossa conjuntura. Obrigada e boa tarde.

O presidente – Obrigado, companheira Beatriz. As palmas já expressam toda a contribuição que você prestou nesta tarde.

#### **Esclarecimentos sobre os Debates**

O presidente – Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

#### **Debates**

O presidente – Neste momento, passamos aos debates. Agradecemos a todos as perguntas recebidas até agora. Algumas questões nos foram encaminhadas por escrito e outras são solicitações de participação oral. Vou fazer a leitura das perguntas escritas e depois vou listar os inscritos para as perguntas orais.

O Pe. Ângelo Márcio de Paula, de Ribeirão das Neves, pergunta ao Edmundo se essa proposta de nomenclatura se restringe somente aos nomes da ditadura ou também a outros, como Mar. Floriano e outras personalidades, que na avaliação de alguns segmentos podem não ter dado sua contribuição.

A Fernanda Alves de Carvalho, da Faculdade de Direito da UFMG, pergunta ao Edmundo se assumir a data real do golpe, que ocorreu na madrugada do dia 1º de abril, como data oficial, em oposição ao dia 31 de março, não seria um importante passo para a oficialização da verdade.

O Pedro, da sociedade civil desorganizada, faz uma pergunta para mim e para a Beatriz. Ele diz que a expositora citou a publicidade institucional, feita pelos Poderes nos três níveis, em que os serviços públicos aparecem como ótimos. Ele pergunta de quem seria a competência para regulamentar a propaganda dos governos, limitando suas verbas e fazendo com que saíssem da lógica da propaganda comercial.

Os inscritos para perguntas orais são o deputado Adelmo Carneiro Leão, vice-presidente da nossa Assembleia; o Prof. Maurício Tavares, da UFMG; Rogério Salgado; Carlos Calazans; Felipe Rodrigues, que já foi da direção Centro Acadêmico Afonso Pena da UFMG; o Igor, do Instituto Beth Seixas; Pedro Jorge e Rogério.



Gostaria de deixar para a Mesa, para o Edmundo, para a Beatriz e para o Prof. João Antônio uma questão que nos tem inquietado e que tem a ver exatamente com este momento. Pego um pouco a análise do Prof. João Antônio. Houve uma ação violenta do golpe civil, empresarial e militar, e uma reação, uma contestação, uma luta organizada de setores organizados. Conquistamos a transição democrática e retomamos alguns direitos, principalmente ligados à democracia representativa.

Abro um parêntese. Do ponto de vista da agenda política, muitos temas permanecem, como o acesso à terra, a questão dos indígenas e dos quilombolas, a democratização e o papel dos meios de comunicação. Do ponto de vista da existência e funcionamento de partidos, eleições, etc., houve reconquistas. Hoje não só no Brasil, mas também na Europa, há uma crise da democracia representativa. Aqui no Brasil isso é muito motivado pelos aspectos que a Beatriz citou do nosso sistema político eleitoral e a incontestável necessidade de reforma política. Fato é que, principalmente para as novas gerações, há um distanciamento desses mecanismos formais de representação, o que não considero uma ação despolitizada. Pelo contrário, acho que é uma ação, um sentimento politizado em relação ao envelhecimento das instituições.

Nessa linha da reinvenção, Prof. João Antônio, como superar esse desafio? Também não temos como negar determinados espaços de participação e de funcionamento do Estado, do papel do Estado na garantia de direitos. Mesmo os canais da democracia participativa, concordando com a Beatriz, estão envelhecidos. Estão envelhecidos os próprios mecanismos que foram conquistados pós-Constituição de 1988. Essa é uma interrogação. Há uma rejeição das instituições políticas da democracia representativa. Como superar esse desafio, negando ou se distanciando desses próprios mecanismos que, em última instância, hoje ainda têm parcela decisória muito grande na sociedade brasileira?

Passo a palavra primeiramente ao Adelmo. Depois, na sequência, falará o Prof. Maurício Tavares. Em seguida, Maurício, Rogério Salgado, Calazans, Felipe, Igor, Pedro Jorge e Rogério Correia.

O deputado Adelmo Carneiro Leão – Saúdo o presidente desta Mesa e as nossas companheiras e companheiros que estão aqui e nos presentearam com reflexões importantes. João Antônio, é uma alegria tê-lo aqui conosco.

Primeiramente quero reafirmar o convite feito pela manhã. É muito importante a participação de todos, mas de modo muito especial da juventude, da universidade e do pessoal que está na área de comunicação. Quero convidá-los para o ciclo de debates que faremos nos dias 10 e 11 de abril, aqui na Assembleia de Minas, sobre a democratização da mídia.

Beatriz, quando falamos em democratização da mídia, em mídia democrática, sabemos que a mídia quer a democracia como está, para sustentar até mesmo os monopólios e os oligopólios midiáticos, que não têm nada a ver com a redemocratização. Colaborou, no passado, com a ditadura e continua a fazê-lo ao se organizar da forma com está organizada, ao responder às demandas da sociedade e informá-la como o faz de um modo geral. Claro que há exceções. Na realidade, elas reproduzem o espírito ditatorial, que não está sufocado.

Estamos celebrando, comemorando ou relembando a ditadura. Há muitos elementos presentes na forma de organização do Estado, na forma de organização das instituições. A mídia se organiza muito sob a lógica da ditadura. Queremos discutir e debater esse tema, que é muito importante.

Gostaria de dizer à Bia que essa questão da Lei nº 100 tem muito a ver com a realidade que estamos discutindo hoje, com a forma como o governo tratou o processo de incorporação, com a forma como os servidores foram tratados e estão sendo tratados, com a forma como o governo informou aos servidores e os tratou, depois da decisão do Supremo. É a manifestação mais contundente da realidade do espírito ditatorial, da manipulação e da informação distorcida. É a forma de se criar mais uma das Minas, não as Minas de Guimarães Rosa, mas a Minas da propaganda. Incluí-se nas diversas Minas a Minas da propaganda, e, nessa propaganda, muitos dos elementos, que não são de verdade, deram no que estamos vendo. Essa decisão do Supremo, na realidade, expressa uma condição que já estava sendo denunciada no passado.

Quem votou aqui – o André nos deu esse testemunho hoje, para nossa reflexão – alertava que as medidas, a forma de encaminhamento e a forma de incorporação de quase 100 mil servidores foram absolutamente inadequadas, incorretas, e só poderiam resultar no que resultou. Não que não quiséssemos esse resultado, mas era muito provável que resultaria nisso.

O governador do Estado deve chamar a atenção para isso. Ele talvez tenha sido a pessoa, o mineiro mais importante na elaboração da nossa Constituição, do ponto de vista de consultoria. Ele foi um consultor muito importante e sabia da dimensão da legislação, sabia da sua inconstitucionalidade e também das consequências, ou não? Qual foi a medida tomada, e por que foi tomada essa medida?

Vejam qual foi o conteúdo de interesse de governo que se contrapôs ao interesse de Estado: adiar a contribuição previdenciária, porque, ao incorporar os servidores, como foram incorporados, na realidade o governo deixou de formar um fundo, deixou de garantir uma previdência, sem nenhuma responsabilidade com o futuro. Aliás, o futuro do nosso estado está comprometido em função da forma de endividamento que está sendo feita. Isso aqui, Beatriz, infelizmente, tem tudo a ver com o Estado, que sustenta interesses privilegiados, privados e particulares em detrimento do interesse público.

Quero deixar registrado aqui, mais uma vez, o convite para os debates dos dias 10 e 11. Vai valer a pena. Temos debatedores muito interessantes, muito importantes para esses debates. Eles vão debater e discutir aqui a democratização da mídia. Todos vocês estão convidados. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Adelmo. Vou chamar o Prof. Maurício, depois o Rogério Salgado, o Calazans, o Felipe, o Igor, o Pedro Jorge e o Rogério Correia.

O Sr. Maurício Tavares – Boa tarde, pessoal. Gostaria de parabenizar os membros da Mesa por terem organizado esse evento tão importante. Passados 50 anos do nosso golpe, não há nada para se comemorar, muito pelo contrário. Entendemos que esta data é uma data de descomemoração ou de descelebração.

Hoje, mais cedo, conversando com meus alunos, percebi que vários deles fazem muitas confusões. Um desses alunos me disse: "Professor, já estudei demais ditadura militar, já sei muito sobre esse assunto". Eu lhe disse: "Que bom, você poderá contribuir com a aula". Então ele me respondeu: "A ditadura militar ocorreu no período Collor, não foi?". Isso é um absurdo.

Uma pesquisa feita há pouco tempo mostra que mais da metade dos brasileiros desconhece totalmente, ou parcialmente, esse período bastante turbulento, de bastantes trevas, que foi a ditadura civil-militar, pelo qual passamos. Percebemos, como foi bem colocado pela Beatriz Cerqueira, pela Emanuelle e pelo Prof. João, que realmente os resquícios da ditadura estão mais do que presentes, seja na criminalização dos movimentos sociais, seja na concentração midiática.

É um absurdo apenas meia dúzia de famílias deterem esse gigantesco monopólio dos meios de comunicação no Brasil; é um absurdo a concentração fundiária, uma questão histórica que vem desde o período colonial, agudizada durante a ditadura militar brasileira; é um absurdo a concentração de renda no Brasil. Enquanto não conseguirmos superar esses resquícios da ditadura militar, a sociedade brasileira não vai evoluir. Por isso a importância deste evento. Gostaria de parabenizar todos – a Mesa, a juventude presente, os deputados presentes e as lideranças – por este evento que está acontecendo.

Tenho três perguntas a fazer à Mesa. A primeira pode soar redundante, pois o tema já foi abordado aqui. Mas estava pensando nessa pergunta desde o início do seminário. Sabemos que a ditadura militar tinha por hábito governar em cima de atos institucionais, tinha por hábito promulgar atos bastante autoritários. Que o diga o Ato Institucional nº 5, o perverso AI5. Recentemente, um político brasileiro, mais propriamente o governador de um dos maiores estados do Brasil, Minas Gerais, fez uma espécie de ato institucional quando promulgou ou editou a Lei 100, que efetivou sem concurso público quase 100 mil servidores. Foi um ato de extrema irresponsabilidade. Percebemos que esses resquícios ou práticas em plena democracia ainda perduram. Já foi comentado esse assunto, não sei se vale a pena a Mesa falar novamente sobre isso, mas realmente é algo a se lamentar muito.

Outra coisa que me intriga é que boa parte dos historiadores considera que em 1964 houve um golpe, e não uma revolução. Houve um golpe para romper com a ordem vigente do governo João Goulart, que tentava implementar uma reforma de base. Não havia um projeto de revolução para se mudar algo, mas sim queriam tirar João Goulart do poder. Já é praticamente consenso até entre setores militares que não houve revolução, e sim um golpe. Gostaria de saber o que a Mesa pensa sobre declarações públicas do atual candidato a presidente da República pelo PSDB dizendo que, em 1964, houve uma revolução, e não um golpe.

Por fim, gostaria que o Prof. João ou outro membro da Mesa falasse sobre a delicada questão da Lei da Anistia, que perdoou os algozes, os torturadores e as vítimas. Qualquer pessoa percebe que essa lei foi altamente injusta, foi uma lei totalmente parcial, que teve o claro objetivo de proteger os agentes do Estado que cometeram diversos crimes. Sabemos que as leis internacionais condenam crimes de tortura, que são crimes inafiançáveis, que não podem ser perdoados. Gostaria de saber o que a Mesa pensa sobre a revisão da Lei da Anistia. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Maurício. Chegou agora outra pergunta por escrito. Gostaria de solicitar a quem tiver pergunta por escrito que a entregue aos funcionários da Assembleia, porque já temos várias perguntas orais e, depois, vamos passar a palavra para os membros fazerem seu encerramento.

O José Ribeiro pergunta à Emanuelle: “Como o movimento estudantil se organiza ou está organizado para combater a discriminação racial, ética e de gênero? Quais seriam essas ações e como estão sendo organizadas, levando em consideração as manifestações de junho?”. Com a palavra, o Rogério Salgado. Depois, Carlos Calazans.

O Sr. Rogério Salgado – Cancelei todos os meus compromissos para estar ontem e hoje aqui. Estou emocionado por estar vivo nas comemorações dos 50 anos dessa porcaria que aconteceu em nosso país. Fiz 60 anos, sou poeta profissional, tenho 39 anos de carreira, sendo 35 construídos em Minas Gerais. Querendo ou não, apesar de ter nascido em Campos dos Goytacazes, sou mineiro. Não admito que alguém diga que não sou.

Nas décadas de 1974 até 1978, militei muito. Fui um dos caras que foi à praça pública quando a peça *O rei da vela*, de Oswald de Andrade, escrita em 1933 ou 1934, salvo engano, foi proibida. Até hoje essa peça é atualíssima. Briguei para que ela fosse liberada, e conseguimos. Fui preso e não fui torturado, graças a Deus, quando, em conjunto com outras pessoas, escrevi a peça *Retorno a 200 metros*, em 1978. Montamos essa peça no peito e na raça, no teatro de bolso, sem lesar a censura. No segundo dia, a polícia cercou o teatro, mandou o público sair, e todo mundo foi em cana. Apesar de ter escrito três ou quatro peças de teatro que falam exclusivamente de política, escrevi outra peça que não trata desse tema, e sim de amor, mas ela também foi censurada, da primeira à última página. Lembro-me de que, quando fui ao departamento de censura, em Campos, várias pessoas olharam para a minha cara e perguntaram: “Você é o Rogério Salgado?”. Respondi que sim e fiquei calado. Depois, fiquei sabendo que meu nome estava na lista suja.

Na minha terra, foi criado um projeto chamado Manuel Bandeira, do qual participavam apenas poetas que não tinham livros publicados, iniciantes. O objetivo era divulgar o nosso trabalho em escolas. Eu e outro poeta fomos os únicos proibidos de entrar nas escolas. Vivi tudo isso quando tinha 22, 23 anos. Foi barra!

Ontem pela manhã, quando saía do meu prédio, o faxineiro me perguntou: “Está indo para a luta?”. Respondi: “Não. Estou indo para um debate sobre ditadura militar na Assembleia”. Ele disse: “Ah, ditadura?”. Começamos a conversar, disse a ele que só tinha 5 minutos, mas fiquei 20 minutos. Ele é uma pessoa “ignorante”, entre aspas, não sabe ler direito, mas ao final disse: “Moço, quer saber? Tá muito ruim. O meu salário está uma porcaria, estou para aposentar mas estou aqui. Tudo está muito ruim, muito ruim mesmo, mas está bom, porque pelo menos não serei preso nem torturado por falar isso com o senhor”. Achei aquilo muito engraçado.

Termo minhas palavras com um poema que foi proibido no projeto Manuel Bandeira, numa época em que eu tinha vinte e poucos anos. O nome do poema é Ditadura. “Quando a liberdade atrapalha, vem um bando de canalhas transformar o nosso sonho. Aí, o doce vira bosta. E o que outrora tinha a mesa posta transforma-se num inferno. Assim sendo, danou-se. O que era doce acabou-se numa história apagada na borracha dos cassetetes.” Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Rogério. Gostaria de lembrar que ontem o Pedro Paulo Cava mencionou que mais de 500 peças de teatro foram arquivadas e impedidas de serem apresentadas.

Neste momento encerramos as inscrições. Então, depois do Rogério Correia, será o Luís, assessor do deputado Elismar Prado. Chegou a última pergunta, por escrito. A pergunta é do Bruno Gomes Penido, do Colégio Bernoulli, para Beatriz – aliás, há vários estudantes desse colégio aqui, nesses dois dias: “Algum movimento deve surgir entre os jovens da atual geração para conscientizá-los



e ensiná-los a história da ditadura e o que é a democracia e sua importância? Como esse movimento deve ser feito?” Obrigado, Bruno, pela pergunta. Ao final, a Beatriz vai responder. Passaremos a palavra ao Carlos Calazans; na sequência, ao Felipe Rodrigues, da UFMG.

O Sr. Carlos Calazans – Boa tarde, companheiras e companheiros. Quero cumprimentar o nosso Prof. João, que é professor de uma geração inteira de sindicalistas, de lutadores sociais; a Bia, presidente da CUT; o André, presidente da Mesa; o Edmundo, que, no Ministério Público Federal, com a Míriam, lutou durante esses anos para apurar e esclarecer o crime de Unai pelo Ministério Público Federal. Então, Edmundo, o meu respeito, o meu agradecimento e o de nossas famílias pelo bom trabalho que você fez junto à Míriam, esclarecendo e nos ajudando a esclarecer o crime de Unai.

Companheiros e companheiras, hoje é dia 1º de abril. Quero fazer uma homenagem aqui, porque, há 50 anos, 79 sindicatos de Minas Gerais foram cassados. Toda a diretoria foi cassada neste mesmo dia, há 50 anos. Eu, como sindicalista que sou, quero fazer uma homenagem especial a alguns desses sindicalistas, especialmente os companheiros da categoria, do meu sindicato: João Luzia, que era o presidente do sindicato e foi preso na manhã do dia 1º de abril; o companheiro Sinval Bambirra, que foi preso também na manhã de 1º de abril, há 50 anos; Clodesmidt Riani, que era presidente do comando-geral dos trabalhadores – ele é vivo e até hoje representa todos nessa luta e nessa caminhada.

Em Minas Gerais, naquela manhã do dia 1º de abril, há 50 anos, 43 sindicalistas foram presos. Muitos sindicalistas e companheiros pagaram por tudo que fizeram, pela luta que desencadearam, pelas reivindicações, pela história deles e por esse golpe tão duro que derrubou, numa noite tão prolongada, toda a sociedade, todo o povo brasileiro. Quero dizer a vocês, companheiras e companheiros, que esses 50 anos são muito fortes para nós, para toda a nossa geração, em razão de toda a nossa luta, de tudo o que fizemos; porém perguntas ficam no ar para todos nós, Prof. João: Isso passou? Isso acabou? A ditadura pegava as pessoas, colocava-as nos camburões e desaparecia com elas. Mas o que aconteceu mesmo com o Amarildo? Ele não foi colocado no camburão? Não desapareceram com o corpo? Isso aconteceu há 50 anos. Não foi logo ali? Não foi ontem? O que aconteceu com a Cláudia? Ela não tomou um tiro, numa manhã, quando saía de casa para comprar pão? Ela não foi colocada em um camburão e arrastada pela rua? E a ditadura acabou?

Ora, essa história continua numa sociedade em que lutamos, lutamos, lutamos para reinventar, para reconstruir. Mas as coisas continuam assim? Continuam desse jeito? O que nós, que lutamos tanto, que falamos tanto, que brigamos tanto, temos a dizer nesses momentos, nessa situação, nesse cenário?

Na semana passada, perguntaram a um representante dessa história, numa sala: “Como vocês sequestravam as pessoas?” “Pegávamos quem quiséssemos, com nome predeterminado, e levávamos para a cela” “Vocês colocavam onde?” “Antes de colocá-los na cela, normalmente cortávamos as mãos, para não ter identificação. De vez em quando cortávamos também os pés.” “Vocês faziam isso?” “Fazíamos.” “E vocês fizeram isso com quantas pessoas?” “Com muitas.” “Muitas, quantas?” “Centenas.” “E quantas vocês mataram?” “Milhares.” “Mas o senhor não tem como descrever quem são, qual o nome delas?” “Não me lembro do nome de muitas pessoas, mas foram muitas.” “E como vocês desapareciam com os corpos?” “Tínhamos um processo diferente. Geralmente cortávamos a barriga, colocávamos uma pedra, que não podia ser muito pesada porque o corpo afundava ou no rio ou no mar e poderiam localizar o local onde jogávamos os corpos. A pedra também não podia ser muito leve porque senão o corpo boiaria no dia seguinte. Então, colocávamos uma pedra mais ou menos pesada para o corpo desaparecer”. Ele terminou o depoimento e disse: “Vocês poderiam me servir um café?”. Ele tomou o cafezinho e foi embora para casa. Isso aconteceu agora, na semana passada.

Como disse ontem o Paulo, do Ministério da Justiça, os militares se serviram da anistia. Eles foram anistiados, os torturadores, os criminosos, os assassinos foram servidos. Passados 50 anos, João, Bia, Edmundo - você opera o direito como procurador da República -, o que a sociedade, o que nós temos a dizer disso? As instituições são democráticas. O povo participa desta Assembleia Legislativa, deputado Rogério Correia, o povo participa do Congresso Nacional? Edmundo, o povo participa do Judiciário, das decisões do STF?

Há 10 anos ocorreu o famigerado crime de Unai, uma chacina, que é clara como eu. Fico pregando muitas vezes no deserto, Edmundo, mas, há 10 anos, quatro servidores do Estado brasileiro foram assassinados com tiro na cabeça. O processo está no STF, e eles não conseguem julgar os mandantes. Qual é a diferença do processo ditatorial na sua essência? Foram assassinados com um tiro na cabeça quatro servidores trabalhando para o Estado brasileiro, e as tais instituições democráticas do Brasil democrático até hoje não conseguiram dar uma resposta às quatro viúvas, aos sete órfãos dessa sociedade brasileira, em 2014. Fomos conversar com o ministro Dias Toffoli porque o processo está com ele, e ele não consegue terminar o relatório para colocar a questão em votação a fim de fazer o julgamento dos mandantes da chacina de Unai.

Deputado André Quintão, discutimos o que pesou nestes 50 anos sobre todos nós. E esse peso destruiu vidas, famílias. O diálogo desse processo tão nojento, tão terrível, que abalou tantas vidas e que motivou muitas lutas que fizemos e continuamos fazendo, bate com a realidade nua e crua do Brasil. Como nós, agentes sociais, lutadores sociais, sindicalistas, parlamentares, vemos essa cena, Prof. João, passar diante dos nossos olhos todos os dias e nos fazer lembrar de toda a crueldade cometida pela ditadura militar? Como isso dialoga com cada esquina, com cada negro que é abordado numa favela no Brasil, com cada mulher?

Olhem a nossa sociedade autoritária, com vício autoritário, que é capaz de dizer em uma pesquisa que a mulher provoca o estupro porque anda com um *short* ou com uma saia e que pede pena de morte ou a diminuição da maioria penal. Como os instrumentos autoritários, totalitários, conservadores contaminam a sociedade inteira, mesmo depois de 50 anos de autoritarismo no Brasil.

E nós estamos construindo a democracia, a tal democracia, e as tais instituições democráticas. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Calazans. Com a palavra o Philippe Rodrigues. Depois falará o Igor Profeta.

O Sr. Philippe Rodrigues da Silva – Boa tarde, Sr. Presidente da Mesa, deputado André Quintão. Antes de iniciar, gostaria de cumprimentar a nossa companheira de curso, a Sra. Emanuelle Lopes, que nos representa muito bem.

A minha pergunta é direcionada ao Prof. João Antônio de Paula. No Brasil, recentemente, muitos meios de comunicação soltaram editoriais revendo suas posições no momento do golpe. No entanto, alguns articulistas desses próprios jornais defendem hoje uma tese muito revisionista, na qual defendem a posição de que João Goulart criou aquela situação sustentável para sair da presidência e entregar o poder e que não haveria movimento suficiente para manter e enfrentar. Nesse sentido, gostaria de perguntar ao senhor,



dentro do exposto sobre ação, reação e transação, como se articulavam, naquele momento do golpe, os movimentos sociais e os populares? E como eles passaram durante a reação? Hoje, como está essa articulação, esse poder, para fazermos a transformação necessária, para sairmos de um estado ditatorial para um estado de fato democrático? Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Philippe. Com a palavra o Igor. Depois, com a palavra o Pedro Jorge.

O Sr. Igor Profeta Alcântara – Bom dia. Primeiramente, gostaria de pedir um 1 minuto de silêncio pela morte da juíza Patrícia Acioli. Muito obrigado.

Gostaria de fazer uma denúncia que abrange diversos órgãos. Estamos dentro de um verdadeiro Terceiro Reich. A primeira denúncia é sobre as autoridades competentes que exercem uma manipulação sobre órgãos públicos, inclusive órgãos da saúde. Condeno os doutores da guerra.

Apresento mais umas denúncias: escravidão humana; segregação dos praças; expurgo humano e de documentação; abuso do exercício da autoridade; abuso do exercício da liberdade de opinião; negligência médica, direcionada principalmente ao Fusex; tentativa de sabotagem - Polícia Civil e Cersam; abuso do exercício da censura, direcionada à radiodifusão e à televisão; extravio e expurgo de correspondências – Correio e Memovip; movimento Black Block coação das cúpulas conspiracionistas ao incentivo da baderna total – gostaria de fazer um elogio à Guarda Municipal; falta de uma política antiterrorista; denúncia à Polícia Militar e aos demais órgãos. Denuncio os Estados Unidos por infiltração e espionagem, e também a Polícia Militar pelo abuso de poder.

O sistema prisional e agentes penitenciários foram coagidos por alguém no que diz respeito aos armamentos furtados. Denuncio, também, o “conspiracionismo” exacerbado estatal, bem como o movimento grevista, a negligência do sistema prisional e dos agentes penitenciários. Da mesma forma, denuncio a negligência do movimento grevista no intuito de facilitar a corrupção ativa e os demais trâmites que promovem o enriquecimento ilícito. Por fim, denuncio a falha na investigação do Ministério Público. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Igor. Com a palavra, o Sr. Pedro Jorge, em seguida, o Rogério e o Luiz Mário.

Havia uma última pergunta para a Mesa, formulada pelo Sávio Gomes, do Instituto 25 de Março, do saudoso Sérgio Miranda – não é, Sávio? A pergunta é a seguinte: “As reformas de base anunciavam solucionar problemas estruturais da sociedade brasileira, questão agrária, combate ao monopólio, soberania, etc. Qual é a perspectiva de solução hoje desses problemas?”

O Sr. Pedro Jorge – Primeiramente, parabênizo a iniciativa desta Assembleia, os deputados que defenderam este ciclo de debates. Essa luta apenas começa. Assim como temos os simpáticos a Hitler, também temos os simpáticos à ditadura militar. Nos meus 10 anos de idade, na época do golpe, pude observar como a ditadura influenciou, entrou dentro das nossas casas e determinou o modelo de educação. Pude também observar, nas ruas de Belo Horizonte, por meio da minha sensibilidade de um menino que queria ser músico, poeta, quão cruel foi essa ditadura, que não tinha piedade de escorraçar, dar tiros, de jogar gás lacrimogêneo, de sumir com as pessoas, matar e torturar. Havia também os policiais velados, os simpatizantes da ditadura, que delatavam qualquer pessoa de quem não gostavam. Delatavam, denunciavam, dizendo ser um terrorista, um subversivo.

Então fica aqui a minha impressão, na minha ótica de poeta, de músico, que hoje, graças a Deus, sou, com muita luta, pois ser músico, ser artista, só vale depois que se tem fama, até então não vale nada, mas somos intelectuais.

Faço aqui uma homenagem à Livraria do Estudante, onde iniciei o meu trabalho. Pude lá conhecer diversos intelectuais como Henfil, Jota Dângelo, Affonso Romano de Sant'Anna, enfim, a intelectualidade mineira que lutava contra a ditadura e que se reunia naquela livraria e na Editora do Professor. Foi um local muito importante, onde aprendi muitas coisas. Fica o registro em homenagem à Livraria do Estudante.

Não devemos nos descuidar, pois os aprendizes e simpatizantes da ditadura estão aí. Eles estão na mídia, no Judiciário. Eles estão incrustados por todos os lados. Portanto, a nossa luta continua, e está apenas começando. Precisamos fazer isso repercutir. Precisamos ensinar aos jovens que o preço da liberdade é a luta de todo dia.

Nós estávamos lutando contra a ditadura e, de repente, o Sarney era o presidente da República. Para nós isso era um tapa na cara, pois ele foi capacho da ditadura durante muito tempo. Era muito difícil tragar isso. Daí reclamei desse governo com a Mercedes Sosa. E ela me disse: “Pedro Jorge, é melhor uma democracia do que qualquer ditadura”. Nesse dia, ela me demonstrou que sabia tudo sobre o mundo todo, sabia sobre qualquer assunto. Ela foi um contato muito importante para mim e aprendi muito com ela. Para terminar, peço que continuemos nessa luta. Precisamos passar aos jovens que continuem na luta, pois essa história está sendo mal contada.

Em primeira mão quero ler um poema que fiz durante o *show* do Rogério Leonel e da Lígia Jacques. Esse *show* me emocionou muito. Estes dias também têm me sensibilizado muito porque, de repente, me dei conta dessa luta impiedosa que travaram nossos irmãos para que respirássemos um pouco de democracia e de liberdade. Baseado na emoção que tenho vivenciado, escrevi no *show* de hoje, às 13h43min. (- Lê:)

"Terça de todos os dias, 1º de abril de 2014. Teatro da Assembleia Legislativa de Minas de todas as Geraes da Liberdade. Que resplandece ao sol do dia, ao vento da brisa da liberdade tardia... Isso é certo, pois não deveria ter existido nenhum dia... Mas se existiu, valeu o canto, brado forte, ressonante, do bravo povo de cada canto, recanto dessa Nação que fez tremer o mais covarde ditador, escondido atrás dos canhões, dos tanques. E o pior de todas as balas de todas metralhadoras a crueldade, a falta de amor, o desrespeito pelo povo, embora a liberdade que tardia, ardia o desejo de lutar, entregar o seu sangue, suas vidas para que novas gerações pudessem respirar o ar fresco da liberdade, embora não tenham a dimensão de como o dinheiro do povo, que duro trabalhava, lutava para ganhar o pão dos filhos e morrer lutando na ponta da baioneta da força militar mantida pelo suor do povo que trabalhou e lutou... E dos túmulos recita o verso escrito com sangue da vida: a liberdade é uma luta cotidiana que jamais pode descansar, pois há sempre um ditador ou um aprendiz de ditador. Praga daninha que a força, a união do povo e amor à liberdade estarão sempre de prontidão. Ditadura nunca mais..."

Desculpem-me pela emoção. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Pedro Jorge. Com a palavra o deputado Rogério Correia e, por último, o Sr. Mário. Com a palavra, o deputado Rogério Correia.





O deputado Rogério Correia – Deputado André Quintão, o tema de hoje “Da redemocratização aos dias atuais”, desde o início levava aos que nos acompanham e a nós mesmos a questionamentos acerca de quanto avançamos e o que temos a fazer no pós-regime militar para aprofundarmos o processo democrático de forma a garantir também um Brasil melhor do ponto de vista econômico e social e melhora na qualidade de vida das pessoas. Essa talvez seja a grande pergunta que vocês trouxeram com temas interessantes.

Um certo consenso tem se formado no setor mais democrático. É que nós precisamos de fazer agora, depois da experiência do fim do regime militar até hoje, uma reforma política no Brasil. Às vezes falamos em reforma política eleitoral, mas eu diria que é mais amplo. Precisamos hoje de uma reforma político-institucional. A Constituição foi testada, mas muitos problemas permanecem. Aliás, problemas citados pela Bia, que citou muitos, e outros pelo Calazans. Por todos estes dias verificamos que o fim do regime militar não resolveu, evidentemente, todos os processos e procedimentos da luta pela liberdade e por avanços. Às vezes isso leva as pessoas ao pensamento equivocado de que, ao não avançarmos nesse sentido, não conseguimos evoluir no período democrático, nesses pontos. Não é isso. É preciso, portanto, ter certo cuidado.

Temos avançado, ao discutir e solicitar essa reforma político-institucional. Aliás, foi lançada a ideia, nos movimentos sociais, de um plebiscito popular que reivindique uma Constituinte exclusiva, coisa com que concordo, e queria uma opinião dos que estão na Mesa. Seria uma Constituinte para reformar a Constituição na parte referente ao processo eleitoral e também, eu diria, institucional.

Por que digo isso? No caso do parlamento, por exemplo, Calazans, as pessoas participam, e muito, da Comissão de Participação Popular, mas a representatividade em si é uma representatividade completamente equivocada da sociedade. E cada vez mais, a cada eleição piora. O número de parlamentares que representam o empresariado e os setores conservadores da sociedade se amplia muito. No Congresso Nacional, está em torno de 75%, e aqui não deve ser diferente. E é fruto de uma legislação eleitoral que premia o poder econômico e outros defeitos que enumeramos. Mas é claro que, se não avançarmos nessa reformulação, os questionamentos do processo democrático também se ampliam.

O parlamento já não faz a função real de fiscalização do Poder Executivo. Aqui em Minas nem se fala, como diz o deputado Sávio Souza Cruz: está tudo dominado. Mas isso é, de fato, no parlamento como um todo - aqui se exagera. O parlamento tem como uma das funções centrais hoje – e também é assim o parlamento federal – a entrega de emendas parlamentares, o que faz do palco do parlamento uma espécie de “toma lá, dá cá”, em que o parlamentar se subordina ao Executivo e o Executivo faz o parlamento subordinar-se por meio de um mecanismo que não deveria ser parlamentar. Isso nos coloca numa situação que ou se faz uma reforma institucional que atinja o parlamento no tocante a democratizá-lo, ou ele cada vez perde mais a representatividade do ponto de vista global da sociedade. Mas não é só o parlamento.

O Tribunal de Contas dos estados – o daqui particularmente é abominável – é formado pelos deputados que apoiam o governo. O daqui é formado por deputados que foram líderes no governo. João Antônio – a Bia já sabe disso –, em Minas temos um termo de ajustamento de gestão – TAG – que só existe aqui. Em nenhum outro lugar do Planeta, se existir outra coisa além do Planeta, deve existir. Acho que só aqui mesmo. Uma invenção tucana do TCE. Ela diz que o Tribunal de Contas reconhece que o governo do Estado não cumpre a Constituição em dois preceitos fundamentais: 25% para educação e 12% para a saúde. E o que faz o Tribunal de Contas? Cobra do governo? Não, ele faz um termo de ajustamento de gestão, e diz que apenas em 2015 o governador terá que cumprir as Constituições Federal e Estadual. Então um tribunal desses analisa as contas de quem? Qual moral tem esse tribunal para analisar as contas de alguém? Ou se muda a forma de ter os conselheiros, ou o Tribunal de Contas já não terá o moral da sociedade para ser um fiscalizador real do Poder Executivo. Assim funciona o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Já disse isso aqui diversas vezes.

No Tribunal de Justiça, como já se sabe, os desembargadores também são escolhidos com influência do governador. Não há, no Tribunal de Justiça, a isenção necessária. No Ministério Público, é nomeado procurador-geral aquele sendo mais ou menos votado – no caso de Minas, o menos votado é de preferência do governo tucano –, que é escolhido para chefiar o Ministério Público, portanto engaveta questões relativas ao governo, a torto e a direito, para agradá-lo. Afinal de contas, foi indicado por ele. Esses três órgãos, mais a Assembleia Legislativa, que deveriam ser órgãos de controle, estão, portanto, subordinados a uma espécie de estado de exceção.

É também particular o caso da mídia mineira. Não falarei muito dela, porque já é conhecida e virou questão de chacotas nacional e internacional. Aqui só se publica o que o governo quer. Não conseguimos colocar uma visão diferenciada daquela que o governo quer. Enfim, vivemos em Minas Gerais uma espécie de estado de exceção no sentido democrático. Por isso a necessidade de se fazer uma reforma político-institucional séria para que a sociedade tenha confiança de que esses órgãos da democracia burguesa possam, pelo menos, conviver dentro da ordem estabelecida na democracia, que não temos aqui. O caso de Minas é exemplar disso.

Exercências, tipo essa que mencionei a vocês, do TAG do Tribunal de Contas, existem em outros sentidos. Um deles foi a Lei nº 5, que a Bia citou e que está inserida nisso também. Só aqui em Minas mesmo. Foram efetivadas 98 mil pessoas, dizendo-lhes que estariam estáveis, apesar de a Constituição não permitir. E o governo enrolou até quando pôde, para agora a lei ser retirada no espírito do STF, criando-se uma crise. Só aqui em Minas se consegue algo desse tipo, porque a imprensa ficou calada e todos eram obrigados a dizer que estava certo sim, senhor. E ainda culpam os sindicatos pelo erro que cometeram, aqueles que alertam que não pode ser feito. Esse é o estado de coisas que vivemos em Minas Gerais.

É lamentável, porque o governador deixa o governo na sexta-feira, e um dos setores essenciais do governo de Minas, que é o educacional, está um caos. Beatriz, queria que falasse um pouco sobre isso. Noutro dia, estive numa escola em Montes Claros e o que vi foram professoras chorando, umas desanimadas, umas brigando com outras, as auxiliares de escola desesperadas. É um tal de sexto horário, que não funciona, e que dizem que é o Reinventando o Ensino Médio, mas que está sendo chamado de Arrebrandando o Ensino Médio, e que serve de propaganda governamental em véspera de eleição. Mas o governador sairá na sexta-feira para concorrer ao Senado, utilizando farto material de propaganda e o silêncio da mídia para suas questões. Isso desanima, mas é claro que não pode ser confundido com uma bela luta, o fim do regime militar e da ditadura, que foi uma necessidade. No entanto nos coloca também uma necessidade de avanço em relação a outros pontos. Era sobre isso que eu queria que vocês também dessem opinião.



O presidente – Muito obrigado, deputado Rogério Correia. Nosso companheiro Mário, o último inscrito.

O Sr. Luis Mário Giuliani – Quero cumprimentar primeiramente as mulheres e depois os homens e agradecer a esta Casa que aceitou aprovar a lei da criação da Comissão da Verdade de Minas Gerais. Devemos esse projeto à deputada Liza Prado. Sinto-me profundamente orgulhoso de ser militante, filiado ao partido das trabalhadoras e dos trabalhadores. Vocês vêm e escutam os companheiros – falaremos por ordem alfabética –, como o André Quintão, Carlos Calazans e Rogério Correia. Só eles conseguem ter essa coordenação extraordinária e essa tranquilidade invejável.

O Rogério falou sobre a reforma política. Como assessor político do deputado estadual Elismar Prado, que também tem uma tranquilidade impressionante para falar, quero dizer nesta Casa – e tomara que fique gravado mesmo – que a lei eleitoral brasileira é profundamente antidemocrática. A Lei Maior da República, que é a Constituição, diz claramente que as instituições e os seres humanos são iguais perante a lei. Isso é mentira. Não somos. Por que tem de ter uma lei extremamente discriminatória? Só podem ter 2º turno as cidades que têm mais 200 mil habitantes. Então, não se cumpre a lei. Como não é cumprida? Na Câmara Federal – aliás, não quero mentir –, há um projeto de lei para baixar de 200 mil para 150 ou 100 mil habitantes. Isso é uma barbárie. Por que as cidades pequenas onde todos pagam impostos... São 27 Estados e mais de 5.500 municípios. É um horror e um massacre contra a democracia.

Nada podemos esperar de tranquilidade de um sistema econômico, social e político cuja base e estrutura social é a exploração do homem pelo homem, que é condenada há mais de 2 mil anos. Na Bíblia está escrito que o irmão não deve explorar um irmão. Todos somos irmãos. Não se deve também emprestar dinheiro a juros. Certo? Sim. Grandes religiosos sonharam com uma sociedade mais justa, livre e democrática. No entanto, muitos deles foram massacrados. O sonho de uma sociedade fraterna, mais humana e justa não é só propriedade de ateus, mas também de cristãos. Não acredito numa sociedade capitalista brutal e selvagem. É só entrarmos em qualquer indústria... Juventude, por favor, entenda que o trabalho é essencial e fundamentalmente cooperativo. Cooperam entre as diferentes seções para possibilitar a saída da produção dessa enorme riqueza.

Se um trabalho que é essencialmente cooperativo... A apropriação, muitas vezes, é individual. Às vezes, pode ser de 3 ou 4 sócios, sociedade de responsabilidade limitada; 15 ou 16, sociedade anônima. É uma loucura, uma verdadeira loucura. Isso, com certeza. Desculpem-me, Karl Marx estudava em universidades, em qualquer delas, economia política. Segundo ele, na história futura da humanidade, isso que está aqui, agora, será considerado uma pré-história da humanidade.

Eu era jovem, tinha 26 anos, quando me formei como ator de cinema, rádio, teatro, televisão e canto na universidade de Buenos Aires, na Argentina. Fomos montar um jogral do *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles. Era um jogral com música, canções, dança e interpretações de poemas. Tivemos de passar pelo Dops, e eles nos chamaram e cortaram uma parte que dizia assim. Era para cortar isso. Fomos lá e perguntamos: Por que vocês estão querendo cortar isso? Disseram que era porque estávamos querendo falar outra coisa. Perguntaram o que estávamos querendo dizer. Respondemos: “Espera aí, isso não está escrito no texto. Além do mais, Cecília Meireles morreu. E você está no governo, como é isso? É pegar ou largar. Dissemos: "Tudo bem, vamos pegar". Pegamos. Foi um sucesso extraordinário. Começaram a nos seguir, ficaram atrás de nós a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Dops. Eles ficavam sempre nos vigiando. Não sabíamos que estávamos sendo vigiados. Havia três anos que a ditadura militar não mandava verba para a única escola federal de engenharia. Quem dirigiu comigo o jogral do *Romanceiro da Inconfidência* foi um professor de matemática da mais badalada escola estadual. Aonde quero chegar? Ao seguinte: não acredito, em hipótese alguma, nesse sistema.

Estão pedindo que eu conclua. Ontem foi dito aqui que o direitista Milton Campos dizia que tínhamos de estar vigilantes. Desculpem-me, mas, permanentemente, 48 das 24 horas por dia. Essa mensagem é principalmente para a juventude, porque não há nunca certeza de nada nesse sistema. Desculpem-me a franqueza. Muito obrigado pela oportunidade.

O presidente – Muito obrigado, Mário. Agora vou passar para as considerações finais, começando pela Emanuelle.

A Sra. Emanuelle Lopes – O José Ribeiro pergunta como o movimento estudantil está se organizando no combate à discriminação de forma geral e como estamos nos preparando para as ações que esperamos que ocorram em junho. São duas perguntas muito próximas uma da outra. Então vou responder a elas de uma vez só.

No ano passado, as manifestações de junho foram uma surpresa para todos nós, especialmente para nós, jovens desta geração. Até então, não havíamos passado por um momento de tanta efervescência, com tanta gente nas ruas. Isso foi uma surpresa. Em meio a essa surpresa, tentamos nos organizar com o povo nas ruas. Destaco Belo Horizonte. Vamos dizer que a UNE teve um papel importante pelo Brasil. Outras uniões estaduais de estudantes estiveram nas ruas no Brasil.

Trazendo o assunto para Belo Horizonte, pois é a cidade em que estamos, quero destacar o papel do DCE e do Centro Acadêmico Afonso Pena da Faculdade de Direito da UFMG, duas entidades estudantis que estiveram nos atos de junho com os estudantes e o povo, e retomaram o papel histórico de protagonismo político dos estudantes na luta.

Além disso, outra ação que nós, movimentos estudantil e juventude, fizemos em junho foi uma mudança, naquela época simbólica, do nome do Viaduto Castelo Branco. No dia 7 de julho, dia em que ocorreu uma paralisação geral dos trabalhadores, o movimento estudantil, a juventude e o povo também estiveram nas ruas e fizeram essa proposta simbólica de que o Elevado Castelo Branco tivesse o nome trocado por Elevado Helena Greco. Até então era só uma simbologia, ou seja, trabalhar o imaginário do povo para resgatar o que foi aquilo e o que a Helena Greco representou para nós. Hoje isso é algo concreto. Agora, de fato, o Elevado Castelo Branco já não se chama Castelo Branco, mas sim Elevado Helena Greco.

Daqui para frente, há algumas ações que estamos pensando. Duas delas já ocorreram. A ação campanha permanente dos 10% do PIB para a educação é uma ação em que estará envolvido todo o movimento estudantil, com todas as suas entidades de base, de representação. A segunda ação que já está em andamento é a Comissão da Verdade da UNE, que já apurou vários relatos sobre o paradeiro de Honestino Guimarães, que foi presidente da UNE na época da ditadura e assassinado pelo regime. Essa comissão da verdade já existe e está funcionando.



Propostas que estão para acontecer: uma primeira delas, já antecipando a notícia, é uma campanha por creches que a UNE pretende lançar no mês de maio, que é o mês das mães; e uma segunda campanha, que já está tendo articulação e sobre a qual falamos hoje, que é a do plebiscito popular por uma nova constituinte, soberana e exclusiva, do sistema político. Como a Bia bem disse, a ideia é fazer um plebiscito por uma constituinte para que ela discuta uma proposta de sistema político.

Respondendo ao que um companheiro nosso levantou sobre a viabilidade das reformas de base na qualidade, o movimento estudantil acredita que essa reforma no sistema político vai abrir portas para as outras reformas de base. Por quê? Por exemplo, atualmente a reforma agrária não está colocada, enquanto houver no Congresso Nacional uma bancada ruralista influente, tampouco avanços nos direitos humanos estão colocados, enquanto houver a bancada evangélica. Esse sistema político seria uma abertura para essas reformas de base pelas quais historicamente os movimentos sociais, sindicais, estudantis e de esquerda lutam no nosso país.

Por fim, queria fazer um comentário sobre o que significa este espaço hoje de estarmos discutindo a redemocratização, relacionando-a com o nosso período atual. Nós aqui da Mesa e as pessoas que deram contribuições a todo este debate estamos fazendo uma análise que serve tanto para entendermos esses ditos resquícios da ditadura quanto para acumularmos para a superação desse período transicional que foi colocado à Mesa. Nessa análise, temos, sim, de discutir e superar esses resquícios, mas temos de reconhecer os avanços democráticos que tivemos, como o início da redemocratização do País. A própria Assembleia ter cedido este espaço e dado a oportunidade de fazermos este debate para discutir a ditadura militar já é uma demonstração de que hoje vivemos em uma democracia, ainda que haja resquícios da ditadura militar.

Vou noticiar outra coisa que também aconteceu hoje, porque não sabemos o que essa mídia parcial irá divulgar, irá priorizar. Houve hoje pela manhã um escracho contra um ex-militar chamado Pedro Ivo, que foi capitão no início da década de 1970. Um grupo de cerca de 50 jovens foi até a sua casa no Bairro Ana Lúcia e denunciou para toda a vizinhança um torturador, que está impune e dando continuidade à sua vida como se nada tivesse acontecido. Para organizar essa ação, esses mesmos jovens entraram em contato com uma das militantes torturada por ele. Ela nos relatou com dor e transtorno o que passou durante a ditadura militar, porém mais dor sentiu por estar nos contando isso sozinha, já que suas companheiras e seus companheiros morreram torturados por esse regime.

Ações como essa e debates como este seriam inadmissíveis em uma ordem que não fosse democrática. Portanto, devemos reconhecer isso e continuar na luta pela memória, verdade e justiça. Obrigada.

O presidente – Obrigado, Emanuelle. Agradeço-lhe também a parceria na organização deste evento, com 35 entidades, e a escolha de uma jovem militante estudantil para esta Mesa tem a ver com a realidade dos desafios. Reitero também que será exibido o filme: *Na lei ou na marra: 1964, um combate antes do golpe*. Mas como ainda não encerramos essa fase final, o pessoal que já está no teatro vai aguardar o término para iniciar a apresentação do documentário da TV Assembleia. Com a palavra, o procurador da República Edmundo Antônio Dias, para suas considerações finais.

O procurador da República Edmundo Antônio Dias – A primeira pergunta é do Pe. Ângelo, de Ribeirão das Neves. Ele pergunta se a proposta de alteração de nomes de ruas se restringe aos nomes de agentes da ditadura e indaga a respeito de outros, como o Marechal Floriano Peixoto. O período presidencial do Marechal Floriano foi marcado por gravíssimas violações aos direitos humanos. Ainda não havia essa tônica da universalização dos direitos humanos que há hoje. Mas, sem dúvida, os direitos humanos, desde então, já eram muito desrespeitados e foi um período de acentuado autoritarismo na história brasileira.

Com relação à Comissão da Verdade, há uma crítica do Prof. Celso Lafer à Lei nº 2.528, que delimita o período de 1946 à promulgação da Constituição de 5/10/1988, como aquele sobre o qual se debruçaria a comissão. Ele sustenta que, por ser um período muito amplo, o foco poderia se perder. Talvez, se fosse delimitado o período de 1964 a 1984 ou a 1988, pudesse ter sido melhor. De qualquer forma, a Lei nº 2.528 nada mais faz do que remeter ao art. VIII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que concede anistia exatamente nesse período de 18/9/1946 até a data da promulgação da Constituição de 1988. Essa é a base da justiça de transição nas disposições transitórias da Constituição de 1988. De qualquer forma, é claro que seria extremamente salutar que se ampliassem os períodos de alteração de nomes de agentes do Estado que cometeram violações aos direitos humanos, inclusive desde o período presidencial de Floriano Peixoto, assim como o do Estado Novo, de Getúlio Vargas.

Parece-me que há um projeto nesta Casa de autoria do deputado Paulo Lamac, salvo engano Projeto de Lei nº 3.795.

O presidente - Exatamente, e já foi aprovado em 1º turno.

O procurador da República Edmundo Antônio Dias – Esse projeto veda que pessoas que tenham apoiado atos de exceção e cometido crimes contra os direitos humanos sejam homenageadas com nomes de ruas e outros logradouros e equipamentos públicos.

Realmente acho que o caminho é esse. Mencionei o período de 1964 à promulgação da Constituição, porque acredito que já temos um amplo campo de trabalho para se iniciar essa importantíssima operação de nomes de pessoas que realmente não deveriam estar homenageadas no espaço público urbano de nosso estado.

A segunda pergunta, de Fernanda Alves Carvalho, é sobre a data real do golpe. Ela indaga se não seria importante assumir a data real do golpe, que ocorreu na madrugada do dia 1º de abril, em oposição ao dia 31 de março. Como mencionei na exposição, em 31 de março, ocorreu um levante em Minas Gerais porque havia harmonia entre o governo civil mineiro de José Magalhães Pinto e as forças militares do País. Os conspiradores desejavam que o levante golpista se iniciasse num estado no qual houvesse essa harmonia. Por isso, nesse contexto, o general Olinto Mourão Filho iniciou, em Juiz de Fora, na 4ª Região Militar, o levante golpista no dia 31.

Élio Gaspari, em *A ditadura envergonhada*, primeiro volume da quadrilogia, disse que, durante todo o dia, foram feitas ligações para outras regiões militares, dizendo que as tropas da 4ª Região sairiam até o corte do Paraibuna e aguardaria uma posição do Rio de Janeiro. As demais regiões militares aguardavam a posição do Gen. Kruel, da 2ª Região Militar. Fato é que tudo se iniciou historicamente no dia 31 de março, embora, em um dos capítulos desse mesmo livro de Élio Gaspari, conste que o Exército dormiu janguista e, no capítulo seguinte, acordou golpista. Ele mostra essa divisão. No dia 31 de março, quando o Gen. Olinto Mourão anunciou o levante golpista, não havia o apoio dos demais conspiradores, que temiam, caso não houvesse adesão, um malogro do golpe. No dia 1º, com a adesão do Gen. Kruel, realmente o golpe militar assumiu a força golpista que permitiu que o governo de João Goulart fosse deposto. Realmente os historiadores é que devem se debruçar sobre o caso.



Quanto à pergunta feita sobre a Lei nº 100, parece-me que realmente a comparação com um ato institucional é algo exagerado, porque essa lei efetivou sem concurso público um contingente muito grande de servidores. Ela acaba de ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal justamente por não respeitar a regra do concurso público. É evidente que isso realmente acabou gerando um problema social lamentável, que envolve quase 70 mil servidores no Estado de Minas Gerais.

Quanto à pergunta se foi golpe ou revolução, é evidente que foi golpe. Ocorreram também outros golpes dentro do golpe. Ao ocorrer o golpe em 1964, a previsão inicial era que o estado de exceção duraria até 1966. Depois, com os atos institucionais, tivemos novos golpes dentro do golpe. Não foi uma revolução. Não há característica transformadora da sociedade, não partiu da base da sociedade, o que sociologicamente as revoluções apresentam.

Dizer que foi uma revolução é uma tentativa de conferir legitimidade ao golpe, que, desde o início, é ilegítimo. Como diz Pontes de Miranda, fora da Constituição nada prospera, tudo fenece. E o golpe é, evidentemente, sempre fora da Constituição.

O Antônio Calazans pergunta sobre a chacina de Unai. No dia 28 de janeiro deste ano completaram-se 10 anos do quádruplo homicídio que chocou o País e que demorou tanto tempo para ser julgado, por conta dos inúmeros recursos protelatórios da defesa. Lembro-me apenas de que, quanto ao ocorrido no dia 28/1/2004, a denúncia foi oferecida por quatro colegas do Ministério Público Federal: Miriam Lima, José Jairo Gomes, Mário Medeiros e eu. Essa denúncia foi oferecida no dia 30 de agosto do mesmo ano, 2004. As investigações duraram dessa data até agosto. Em 10 de dezembro do mesmo ano - em menos de quatro meses - o processo já havia sido julgado em primeira instância, na 9ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte. Todos os nove réus, executores e mandantes foram pronunciados pela 9ª Vara Federal, o que quer dizer que eles foram encaminhados a júri popular. Imediatamente a defesa interpôs recurso em sentido estrito, encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, e lá esse recurso ficou durante um ano para ser julgado. Depois desse julgamento, já em 2006 - demorou mais um ano julgar os embargos de declaração. Em 2007, todos os recursos foram negados pelo TRF 1ª Região. Passado o prazo preclusivo, a defesa interpôs recurso especial para o STJ e recurso extraordinário para o STF. Houve prazo para a apreciação dos recursos. Os recursos extraordinários e especial da defesa foram inadmitidos pela presidência do TRF. A partir daí, a defesa apresentou agravos de instrumentos ao STJ e ao STF, e lá esses recursos ficaram por muito tempo até que o processo voltasse para julgamento. Isso ocorreu apenas no ano passado.

Diante da demora do julgamento do crime, houve desmembramento, pelo STJ, dos executores, que estavam presos. Eles não poderiam continuar cautelarmente presos sem que fosse realizado o julgamento. Esse desmembramento chegou a Belo Horizonte no final de 2012. O restante do processo estava no STF em 2013. Depois de vários contratempos, foi marcado o júri, realizado com muito êxito pela colega Miriam Lima e pelo aguerrido colega Vladimir Aras, que condenaram os executores. Quando já marcado o júri, Calazans, um *habeas corpus* da defesa junto ao STF novamente fez com que fosse adiado o júri que seria realizado, em relação aos mandantes, no segundo semestre do ano passado. Portanto, Calazans, compartilho com você a mesma revolta em relação ao adiamento do júri dos mandantes da chacina de Unai.

Parabenizo o deputado Rogério Correia pela realização do evento. Em sua fala, ele nos lembrou da Constituinte exclusiva relacionada com os 50 anos do golpe militar. Já me manifestei e, pessoalmente, sou contra porque sigo a mesma posição do ex-presidente do Supremo, Luiz Carlos Ayres Britto. Ele entende que uma Constituição vigente não permite a convocação nem por plebiscito, e, para tratar de uma temática específica, como a reforma política, a Constituição vigente não permite a convocação de uma outra Constituinte.

A Constituinte de 1987, 1988, que aliás não foi exclusiva, foi uma constituinte congressional - o Congresso se reuniu, foram reunidas as duas casas para os trabalhos constituintes. E foi prevista uma revisão constitucional após cinco anos da promulgação da Constituição. Essa revisão ocorreu, portanto, em 1993, no governo Itamar Franco. E ela não previu outras formas. Então entendo que a convocação de uma constituinte exclusiva, ainda que com temática limitada, se encontra além dos limites materiais de alteração da Constituição estabelecidos pelo poder constituinte originário.

Em relação ao mínimo constitucional em saúde e educação, estou de inteiro acordo com a posição defendida por V. Exa. Eram esses os pontos a destacar. Agradeço mais uma vez o convite.

O presidente - Agradeço ao Dr. Edmundo, procurador da República em Minas Gerais. Independentemente da questão da data, que é importante, impõe-se uma outra questão que reforça o caráter civil e militar do golpe, porque a presidência foi declarada vaga pelo presidente do Congresso com o presidente João Goulart no País. O Congresso empossou o presidente da Câmara dos Deputados, e os Estados Unidos rapidamente reconheceram o presidente interino. Então houve uma articulação, seja na esfera política, seja na esfera empresarial. Com a palavra, o Prof. João Antônio para suas considerações.

O Sr. João Antônio de Paula - Tenho aqui um conjunto grande de questões, e já são 17h42min. Não sei se conseguirão suportar o final da reunião, então tentarei ser rápido.

A questão da democratização do País é fundamental. O deputado André me provocou, então vou ser obrigado a falar para não ser deselegante com meu anfitrião. E ela se reporta a essa discussão que está sendo feita aqui sobre a convocação de uma constituinte exclusiva. Três questões me parecem fundamentais para se pensar nisso; diria que são três pressupostos necessários para se discutir a democracia no Brasil. O primeiro é o controle social sobre o Estado, incluindo o Executivo e até a polícia. Sem controle social sobre Executivo, Judiciário e Legislativo, a democracia fica meio tutelada. Estou defendendo explicitamente a necessidade de se introduzirem mecanismos de controle social sobre o exercício do poder do Estado. A sociedade é superior ao Estado. O Estado existe para atender aos interesses da sociedade, e não o contrário.

O segundo aspecto fundamental é o fim do poder econômico sobre processo eleitoral, sobre processo legislativo e sobre ação de governo. Há de haver controle para que as eleições não reflitam o poder do capital, o poder do dinheiro.

A terceira condição é a questão da democratização da informação, da comunicação. Alguém falou em seis, mas são sete famílias que controlam os meios de comunicação de massa no Brasil. São sete famílias que controlam 90% da comunicação social. Felizmente hoje há mecanismos. Na minha época não existiam, tínhamos de rodar no mimeógrafo, era complicado. Agora não, agora há

computador, internet, o que facilita muito. Mas esse aspecto não pode ser negligenciado. Para se falar em democracia é preciso pensar nesses três aspectos, que são cruciais para essa discussão.

Serei mais telegráfico nas outras respostas. Golpe ou revolução? Golpe, sem nenhuma dúvida. Houve um golpe de estado que implantou uma ditadura civil militar. Nada de revolução, não houve transformação social alguma, a não ser o reforço de certos aspectos e traços da sociedade brasileira, como concentração e exclusão. Talvez, se vocês quiserem, uma contrarrevolução. Mas esse conceito me parece equivocado no sentido de impedir que uma revolução acontecesse.

Quanto à lei da anistia, é vendida a tese de que houve um pacto. Não houve pacto, houve votação na Câmara de Deputados da lei aprovada e uma proposta alternativa. Salvo engano, foram 206 votos contra 201. A votação foi apertada. Havia quem, com toda a razão, discutisse que aquela anistia era recíproca, que reconciliava a guilhotina e o pescoço. Não tem jeito. Guilhotina é guilhotina; pescoço é pescoço. Eles não podem ser anistiados simultaneamente. Então, da forma como a lei foi feita, e o Supremo a consagrou, ela se tornou um dos problemas importantes da Comissão da Verdade. Sem apurar a verdade, sem saber quem praticou delitos e crimes contra a humanidade, contra os direitos humanos, contra a dignidade humana, o País não consegue avançar. Sempre ficará esse esquecimento forçado, essa amnésia provocada por um ato de acomodação, que não ajuda a democracia de forma alguma.

Não há tempo para explorar todo o contexto de 1964, mas vamos pensar no governo João Goulart, seu significado, seus impasses e suas dificuldades. Uma coisa é o programa, o tipo de proposta que o governo buscou implementar, a sua consistência e viabilidade; outra coisa é a capacidade de implantar, mobilizar e construir o projeto. Do ponto de vista programático, havia certa clareza sobre o que se queria, e isso era sintetizado na ideia das reformas. Eu diria que as reformas davam conta, de forma abrangente, dos problemas nacionais, do ponto de vista democrático e popular. A capacidade política do governo e das forças de esquerda para implantar as propostas é mais discutível, porque não havia unidade. Em 1964, o Partido Comunista já existia com muita força; o PCdoB já havia surgido, assim como a Ação Popular, a Polop e o Movimento Revolucionário Tiradentes, criado por Francisco Julião. Havia, portanto, uma série de forças políticas que estavam à esquerda do Partido Comunista, mas não havia unidade. Ao lado dos partidos, existiam o movimento sindical e o movimento do campo. Se eu acho que o programa estava razoavelmente bem formulado? Pelo contexto, essas forças que lutavam pela transformação social no Brasil não tinham capacidade de mobilização. E isso foi demonstrado, o golpe ocorreu, e não houve reação. A esquerda foi derrotada sem reagir. Somente mais tarde é que houve um sinal. O problema organizativo era sério e precisava ser considerado. Estamos falando de história. Como dizia o grande Che, “se você quer ser revolucionário, precisa ser verdadeiro”. Não podemos ignorar nossas próprias fragilidades, o que não significa apontá-las a dedo e acusar. É reconhecer uma fragilidade organizacional que se mostrou fatal naquele quadro.

Em relação à questão do Sávio sobre as reformas, quando penso nisso, sempre penso muito no Celso Furtado. Ele era um sujeito que insistia muito na ideia de reformas e foi considerado - e até hoje, com toda a razão - um reformista. O problema é que, para a esquerda, de certa maneira, desde o século XIX, todas as vezes em que se fala em reformas, parece que, digamos, se está optando por uma solução que não leva à revolução - ou reformas, ou revolução. Tenho a impressão de que contemporaneamente estou cada dia mais convencido disto: é preciso pensar reforma e revolução, reformas que levam à revolução. Porque há reformas que vão se dando e que vão colocando cada vez mais a necessidade de se bloquear, de interditar o poder do capital e de se criarem efetivamente condições para uma transformação de qualidade na estrutura social, na estrutura política. Creio que essa perspectiva o Furtado tinha.

Escrevi algumas coisas sobre isso para mostrar que essa oposição clássica entre reforma e revolução tem de ser relativizada, mediatizada pelas situações concretas - como se dá a luta de classes, a conjuntura - e a necessidade de combinar, na verdade, reforma e revolução. Isso é um problema para nós agora, hoje, ou seja como fazemos isso hoje. Mas agora já não dá tempo, Sávio. São 17h52min, e não dá tempo para continuar desenvolvendo isso.

O presidente - Gostaria de agradecer ao Prof. João Antônio. Sem dúvida, um dos mais brilhantes intelectuais engajados de Minas, também um profundo conhecedor da história de Belo Horizonte. Vão chegando as 18 horas e o Lilito também... Tem aula, né?

O Sr. João Antônio de Paula - Hoje não tem Lilito.

O presidente - O Prof. João Antônio tem uma contribuição muito importante na dimensão histórica e também da cultura de nossa capital. Agradeço muito a presença do professor. Com a palavra à Beatriz Cerqueira, nossa coordenadora do Sind-UTE e presidenta da CUT, para suas considerações.

A Sra. Beatriz Cerqueira - Também tentarei ser bem objetiva em algumas questões que nos foram colocadas. O Pedro discute de quem seria a competência para regular peças publicitárias do governo. Farei outra pergunta: elas são realmente necessárias? Vejo uma propaganda do governo que me diz que 80%, 86% das crianças de 7 e 8 anos têm um nível bom no Proalfa. Ora, não é obrigação do Estado que aos 8 anos os meninos estejam alfabetizados? Quer dizer, vejam a inversão: o que é a obrigação do Estado sendo trazido como algo excepcional. Então, questionaria isto: é realmente necessário que o governo preste contas à população do que ele faz nesse esquema de peças publicitárias, de favorecimento de determinadas redes, meios de comunicação? Porque aquilo custa dinheiro. Evidentemente o meu investimento pode me trazer um comprometimento da pauta jornalística. Há lugar em que isso acontece. Então, acrescentaria um questionamento: é necessário mesmo que o governo pague, elabore peças publicitárias? Não há outros mecanismos de prestação de contas do governo à sociedade que não necessitem de investimento de recursos públicos? Acho que é um debate para fazermos em outro momento.

Quando me referi à questão do controle social de fato, acabei não falando sobre o Tribunal de Contas e o Ministério Público, demandas que o deputado Rogério Correia lembrou. Como os demais responderam às questões anteriores, vou me deter nessa. De fato, no caso da educação - que é a provocação que o deputado Rogério Correia fez -, hoje vivemos um caos. As coisas não estão se resumindo ao problema da decisão recente do Supremo. Antes disso, existiam muitos problemas.

Falta quase 1 milhão de vagas no ensino médio. O Bruno me questiona sobre a juventude, sobre a sua conscientização, um movimento sobre a história. Precisamos pensar em como o Estado está tratando essa juventude. Primeiro, o Estado a expulsa da escola. Além de faltarem 940 mil vagas neste momento, o Estado está fechando o turno noturno, não está possibilitando aos alunos trabalhadores estudarem, a não ser que tenham uma carteira de trabalho assinada. O sexto horário, que é o debate que o deputado



também trouxe do Reinventando o Ensino Médio – vem um acréscimo na jornada –, não está significando mais condições ou um currículo melhor para o adolescente que está na escola. Isso me preocupa, porque o Estado está expulsando a juventude da escola. Para a maior parte da juventude que é filha do trabalhador, qualquer educação serve. Debates muito pouco isso. Quando se universalizou o direito à educação no ensino fundamental – todo o mundo tem vaga –, paramos de debater outros aspectos. Então, como eu disse, qualquer educação serve.

Um professor de química é obrigado a dar aulas de matemática, o de português é obrigado a dar aulas de sociologia. E ele é obrigado, a legislação do Estado impõe essas regras absurdas hoje na rede estadual. No início do ano, chegou-se ao cúmulo de faltar a antiga merenda, porque hoje se chama alimentação escolar, em boa parte das escolas estaduais, coisa que imaginávamos já ter superado. Em uma pesquisa recente do Sind-UTE, foi demonstrado que mais de 60% das escolas não têm laboratório, quadra de esporte, refeitório. Chegou-se ao cúmulo de haver escolas que não têm nem sequer sala para o professor.

Não consigo explicar, fora de Minas Gerais, a questão dos 25% na educação. Há 10 anos – isso não é de agora –, não se investem 25% de impostos em educação. As contas do governador são sempre aprovadas pela Assembleia Legislativa, pela maioria. Isso é acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Ministério Público. As contas passam, são aprovadas em todos os órgãos, e poucos questionam. Chega-se ao cúmulo de se acordar o prazo para cumprir a Constituição, que vigora desde 1988. Então, não consigo explicar, fora de Minas Gerais, essa situação.

A última, para a qual fiz o apelo no início, é a situação em que o Estado jogou milhares de famílias. Hoje o Estado tem mais de 70 mil contratos temporários. O que justifica o Estado ter tantos contratos precários? Hoje estou aqui, amanhã posso sumariamente ser demitida, porque o contrato temporário é temporário, como o próprio nome bem diz. A mesma situação acontecia em 2007. Nesse ano, o Estado tinha um volume enorme de contratos temporários. Há várias teorias, e deixo para os operadores do direito fazerem um debate, mas o fato é que o Estado até 2007 não recolhia a contribuição previdenciária dos seus contratados. E, se não há contribuição, não há aposentadoria. Olhem o risco social colocado desde muito tempo atrás. O Estado, em vez de juntar as contas com o INSS, em vez de fazer um acerto de contas, não assumiu essa dívida e trouxe para a sua previdência própria os contratados que ele tinha em 2007. Ao fazer isso, ele colocou esses contratados como titulares de cargo efetivo, que é o que a Lei Complementar nº 100 estabelece em seu art. 7º. Ele vinculou servidores contratados ao regime próprio de previdência, que é exclusivo daqueles que têm um vínculo permanente oriundo de concurso público. À época, ele foi questionado, foi alertado sobre essa fragilidade. Quando isso foi feito, já havia duas outras ações diretas de inconstitucionalidade questionando vínculos sem concurso público, mas ainda assim insistiu numa situação de fragilidade.

O fato é que, sete anos depois, o Supremo Tribunal Federal julgou uma ação proposta pelo Ministério Público Federal, discutindo exatamente esse vínculo e dizendo que não era possível vincular as pessoas ao regime próprio de previdência do Estado, dando a elas a titularidade de cargos efetivos. Não é possível fazer essa vinculação. Essa foi a decisão do Supremo Tribunal Federal. Explicando melhor: nosso apelo é porque, desde que essa ação foi proposta, o sindicato tenta conversar com o governo, porque entendíamos o impacto social, entendíamos uma série de demandas vinculadas a isso. Desde novembro de 2012, pedimos reunião com o governador para discutir o assunto.

Gostaria de fazer uma pergunta: controle social de um governador que não conversa com o povo? Porque somos parte desse povo. Ele não fez nenhuma reunião conosco, logo, está uma situação de instabilidade, em que as pessoas têm informações diferentes. A própria secretaria dá informações contraditórias, colocando todos numa situação de insegurança. Por isso a necessidade do diálogo. O governo continua trabalhando com a falsa ideia da tranquilidade, com uma série de afirmações diferentes da decisão do Supremo Tribunal Federal. Agora está sendo imputada a responsabilidade a quem alerta as pessoas e questiona o governo. A responsabilidade é do governo, que não pode fazer legislação à margem da Constituição Federal e que fez com que as pessoas acreditassem numa ideia de tranquilidade, de que essa situação era possível e que não seria contestada e de que todos estariam resguardados. Há cartas enviadas às pessoas dizendo exatamente isso. Então, a dificuldade, neste momento, é estabelecer um diálogo com o governo, que é o responsável por esse estado de coisas na educação, como havia dito.

Quero agradecer a oportunidade, lembrando a fala do Pedro Jorge: “Não devemos descuidar. O preço da liberdade é a luta de todos os dias”. Nós, em Minas, continuamos muito atentos. Somos lutadores, vamos às ruas constantemente. A cada luta social, mesmo com a judicialização, a criminalização, e essa face policial, que é a única que se apresenta para a gente, permanecemos na rua. E as demandas, como a democratização dos meios de comunicação e a necessidade de uma reforma política, estão nas pautas das nossas lutas de 2014.

Parablenzo os deputados que tomaram a iniciativa desta agenda, que é muito importante, porque, se permanentemente não discutirmos, cai no esquecimento aquilo que precisa de um constante debate. Parablenzo-os e agradeço a oportunidade de o Sind-UTE ter sido convidado para esta Mesa.

O presidente – Muito obrigado, Beatriz. Neste encerramento, agradeço a todas as entidades parceiras na realização deste ciclo de debates, os convidados e convidadas, todo o corpo técnico da Assembleia Legislativa, nas suas várias áreas: gerência de projetos institucionais, relações públicas, cerimoniais e comunicação. Enfim, agradeço a todos os que possibilitaram este ciclo de debates, os deputados e o público presente. Mais uma vez, agradeço a presença dos Profs. Michel e Roseli.

É importante dizer que a mesma Assembleia que há 50 anos cassou os mandatos dos deputados Dazinho, Sinval Bambirra e Clodesmidt Riani, 50 anos depois, apesar de todas essas limitações e desafios, está aqui neste espaço discutindo os avanços necessários no processo democrático do País. A contribuição e obrigação desta Casa, além do que já foi feito de reparação formal dos seus atos, é permanentemente buscar o que o Prof. João Antônio disse sobre o controle social, a participação.

Concordo inteiramente com o deputado Rogério, a participação hoje, por meio de várias audiências, ciclos e processos, tem avançado, mas há um problema geral, no Brasil, com esse modelo e com esse sistema político-eleitoral institucional de representação. Isso é importante também porque, na hora da maioria e da minoria, nem sempre a expressão política de quem participa é expressa nos resultados e votações. Essa é uma questão vinculada a esses desafios. Mas estamos fazendo a nossa parte.

Quero dizer, Beatriz, que esse processo continua na próxima semana. O deputado Adelmo mencionou o ciclo de debates sobre democratização. Outras questões tópicas estão sendo discutidas, como a questão indígena e o golpe na Comissão de Direitos Humanos. Ou seja, teremos uma agenda durante todo o ano, essa reflexão não se esgota no dia de hoje, 1º de abril. Nosso compromisso é, nas várias comissões e nos vários espaços, buscar a solução e fazer a nossa parte.

A presidência informa que a publicação das atas deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo*, na edição do dia 12 de abril, e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)

## **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/4/2014**

### **Presidência do Deputado Hely Tarquínio**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Registro de Presença – Suspensão e Reabertura da Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos – Questão de Ordem – 2ª Fase: Questão de Ordem – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 57/2014; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2014; apresentação do Substitutivo nº 2; encerramento da discussão; requerimento do deputado Sávio Souza Cruz; aprovação do requerimento; discurso do deputado Sávio Souza Cruz; votação nominal do Substitutivo nº 2; rejeição; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação; palavras do presidente; declarações de voto; discurso do deputado Paulo Guedes; declarações de voto; discurso do deputado Lafayette de Andrada – Registro de Presença – Discurso do deputado Paulo Guedes – Encerramento.

#### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Agostinho Patrus Filho - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fábio Cherem - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

#### **Abertura**

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 9h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### **1ª Parte**

##### **Ata**

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### **Registro de Presença**

O presidente – Gostaria de registrar a presença de alunos do ensino médio da Escola Estadual Celso Machado, do Barreiro. Queremos dizer-lhes que estamos felizes com a sua presença. Estejam à vontade entre nós para assistir aos trabalhos.

##### **Suspensão da Reunião**

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

##### **Reabertura da Reunião**

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

##### **1ª Fase**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte e nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

##### **Questão de Ordem**

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, solicito a recomposição de quórum.

O presidente – É regimental. Solicito à secretária que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

A secretária (deputada Rosângela Reis) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 37 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

##### **Questão de Ordem**

A deputada Maria Tereza Lara – Deputado Hely Tarquínio, presidente desta reunião, deputado Adelmo Carneiro Leão, deputado Duarte Bechir, deputada Rosângela Reis, deputado Durval Ângelo, gostaria de registrar que faleceu ontem o advogado Fernando Lara, da OAB de Betim. O velório está sendo realizado na sede da OAB, e o enterro será hoje, às 17 horas. A esposa dele, Dra. Laurita, também é advogada. São pessoas que prestaram relevantes serviços à cidade, principalmente no âmbito do direito. Quero deixar registrados os nossos cumprimentos e as nossas condolências à família, aos amigos e, sobretudo, à equipe da OAB de Betim.

##### **2ª Fase**

O presidente – Não havendo matéria a ser apreciada na 1ª Fase, a presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

**Questão de Ordem**

O deputado Célio Moreira – Presidente, gostaria apenas de dizer que a Comissão de Meio Ambiente estava reunida com cinco deputados. Suspendemos a reunião para os deputados virem ao Plenário e votarem a matéria.

**Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 57/2014, do governador do Estado, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de defensor público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 263, inciso I, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos favoráveis. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - Lafayette de Andrada - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

O deputado Gil Pereira – Registro meu voto “sim”. Obrigado.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 57/2014 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2014, do governador do Estado, que reajusta o subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa:

**SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 4.828/2014**

Fixa o subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado é o fixado no Anexo I desta lei, observados os respectivos prazos de vigência.

Art. 2º - Os subsídios do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral e do Corregedor-Geral são os fixados no Anexo II desta lei, observados os respectivos prazos de vigência.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I**

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2014)

**I - Subsídio dos Membros da Defensoria Pública**

(com vigência a partir de 1º de junho de 2014)

Classe	Valor do subsídio	Símbolo
Defensor Público de Classe Inicial	R\$ 18.935,15	DP-I
Defensor Público de Classe Intermediária	R\$ 20.807,83	DP-II
Defensor Público de Classe Final	R\$ 22.865,78	DP-F
Defensor Público de Classe Especial	R\$ 25.127,24	DP-E

**ANEXO II**

(a que se refere o art. 2º da Lei nº , de de de 2014)

**II - Subsídio do Defensor Público-Geral, do Subdefensor Público-Geral e do Corregedor-Geral**

(com vigência a partir de 1º de junho de 2014)

Classe	Valor do subsídio	Símbolo
Defensor Público-Geral	R\$ 26.172,53	DP-6A
Subdefensor Público-Geral	R\$ 25.484,20	DP-7A
Corregedor-Geral	R\$ 25.484,20	DP-7A

Sala das Reuniões, 9 de abril de 2014.

Sávio Souza Cruz





O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do deputado Sávio Souza Cruz, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será votado independentemente de parecer. Vem à Mesa requerimento do deputado Sávio Souza Cruz em que solicita a inversão da preferência na votação, de modo que o Substitutivo nº 2 seja apreciado antes do Substitutivo nº 1. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sávio Souza Cruz.

O deputado Sávio Souza Cruz\* – Sr. Presidente, só para esclarecer do que se trata, quero dizer que tive a oportunidade, na discussão do Projeto nº 4.828, em 1º turno, de mencionar que este projeto reprisava uma prática que o governo vem adotando há longos anos, que é comprometer o futuro de Minas Gerais. Esse reajuste tardio, como tive a oportunidade de dizer, já em atraso, com débito acumulado com a categoria, ainda vem de forma parcelada: só entrará em vigor, de forma plena, na vigência do próximo governo. Ou seja, o governo quer que o compromisso que firmou com a categoria seja cumprido no próximo governo. Então, para evitar que se perpetue, que se reitere essa prática de irresponsabilidade administrativa, travestida de austeridade fiscal, é que apresento essa emenda, para que todo reajuste acertado com a categoria seja posto em prática na primeira etapa. Ou seja, quem votar a favor desse substitutivo estará concordando com a proposta de que aquela remuneração que eles só teriam ano que vem, na vigência do próximo governo, já entre em vigor agora, no meio deste ano, com o reajuste a ser pago por este governo.

Por essa razão é que encaminho favoravelmente a essa emenda e peço a todos os membros da Casa, em especial do Bloco Minas sem Censura, que deixemos que a categoria tenha acesso ao reajuste acordado e que ele seja pago pelo governo que o celebrou. Assim, encaminho pela votação favorável a essa emenda. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemenda e destaques. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Maria Tereza Lara - Paulo Guedes - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tadeu Martins Leite - Tony Carlos - Vanderlei Miranda.

– Registram “não”:

Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Wander Borges - Zé Maia.

O presidente – Votaram “sim” 11 deputados. Votaram “não” 29 deputados, totalizando 40 votos. Está rejeitado o Substitutivo nº 2. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duarte Bechir - Fábio Cherem - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.828/2014 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

#### Palavras do Presidente

O presidente – A presidência informa ao Plenário que torna sem efeito o voto “não” deste presidente ao Substitutivo nº 2 do Projeto de Lei nº 4.828/2014, em observância ao disposto no § 1º do art. 84 do Regimento Interno. Informa, ainda, que foi computado o voto “não” do deputado Fábio Cherem na votação do referido substitutivo. Dessa forma, o resultado da votação permanece o mesmo, 11 votos favoráveis e 29 contrários.

#### Declarações de Voto

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, parabênzo a Defensoria Pública e os deputados pela importante votação na manhã de hoje, que nada mais fez que justiça aos nossos defensores públicos do Estado de Minas Gerais. Mas, Sr. Presidente, aproveito este momento para fazer uma reflexão sobre o que está acontecendo ultimamente no Brasil. Estamos vendo esses escândalos envolvendo a Petrobras. Nós todos nos recordamos de que a presidente Dilma, à época da campanha eleitoral, dizia que iria proteger a Petrobras, e eu indago: isso que está acontecendo é proteger a Petrobras? Comprar uma refinaria que valia R\$42.000.000,00 por mais de US\$1.500.000.000,00 é proteger a Petrobras? Sr. Presidente, a reflexão que faço ainda é maior. Ficamos estarecidos ao constatar, por meio dos noticiários, que as principais empresas estatais, administradas pelo governo do PT – Banco do Brasil, Petrobras e Eletrobrás -, ao longo desses últimos anos, perderam 52% do seu valor de mercado. Só o Banco do Brasil perdeu 34 bilhões do seu valor de mercado durante o governo do PT. A reflexão que faço é esta: o Brasil não aguenta mais, o PT está desmanchando o Brasil, o povo brasileiro não merece isso. Srs. Deputados, o povo brasileiro não merece esse crime de lesa-pátria que o governo do PT está cometendo contra as empresas estatais brasileiras. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o povo brasileiro cansou de ver o PT destruir o nosso Brasil. Vamos dar um basta nessa gente. Era essa a reflexão que queria fazer. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, agradeço-lhe o zelo e a atenção. De forma objetiva quero declarar o meu voto favorável. Tive a oportunidade, por delegação do presidente da Comissão de Administração Pública, deputado Gustavo Corrêa, de ser relator do PLC nº 27, em 1º turno, na comissão. E gostaria ainda, presidente, de dizer da nossa alegria de contribuir, desde 1999,



quando aqui cheguei, para que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais alcançasse um patamar de dignidade. É a concepção que temos sobre o trabalho que ela realiza em Minas. Para alguns que não conhecem os objetivos, as prerrogativas e as funções da Defensoria Pública, a mais bela de todas é defender a parte chamada hipossuficiente. Na verdade, é a parte mais humilde, desassistida, deputado João Leite, que realmente não tem como contratar um bom advogado, pagar caro um profissional para fazer a sua defesa. A Defensoria Pública presta esse relevante serviço ao conjunto da sociedade. Falei na Comissão de Administração Pública várias vezes - e repito aqui, porque este é o momento final da votação - que o Ministério Público sempre teve um peso maior nessa balança, desequilibrando-a em relação à Defensoria Pública. O que estamos fazendo na manhã do dia 9/4/2014 é dar à defensoria melhores condições na carreira, a sua valorização. Agindo dessa forma, obviamente estamos fazendo com que ela tenha condições de equilibrar esse jogo, porque o MP sempre pesou muito mais do outro lado. Do lado de cá, a Defensoria Pública teve desequilibrada a sua valorização e os seus recursos. Meu eterno líder de governo, deputado Bonifácio Mourão, quero dizer que o governo Aécio-Anastasia, ao longo desses últimos anos, foi resgatando passo a passo a Defensoria. Não de uma única vez, porque não existe governo que conseguiria fazê-lo de uma só tacada. Ao longo de todo esse tempo, os defensores públicos participaram efetivamente de mobilizações, buscaram o apoio dos deputados e pouco a pouco vêm conquistando essa melhor estrutura, essa valorização. É fato que hoje, ao aprovarmos tanto o PLC nº 57 quanto o PL nº 4.828, deputado Bonifácio Mourão, estamos resgatando a dignidade do defensor e da defensora pública do nosso Estado. Portanto, é com muita satisfação e orgulho que fui relator dessa matéria em 1º turno na Comissão de Administração Pública. E agora, com a votação em 2º turno e a aprovação das duas matérias, o Parlamento reconhece que os defensores e defensoras públicas precisam ser valorizados, mais do que nunca. Hoje os defensores e defensoras públicas do nosso Estado saem das galerias do Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com muito mais satisfação e orgulho por terem apostado nessa entidade. Muitos deixaram o órgão no passado, foram para o Ministério Público, para o Judiciário, alguns retornaram à antiga função de advogar. Mas aqueles que permaneceram firmes lá estão colhendo os frutos hoje, graças a esse reconhecimento - repito - do governo Anastasia, que, nesses últimos 12 anos, procedeu a esse resgate e, gradativamente, buscou a sua valorização. Parabéns às defensoras e defensores públicos do nosso Estado. Continuem firmes na defesa intransigente das suas funções e prerrogativas constitucionais. Do lado de cá, os deputados estarão prontos para respaldar as ações de vocês, principalmente a mais bela de todas, que é amparar a parte mais humilde, mais fraca, a parte desassistida. Parabéns! Parabéns a todos os deputados que reconheceram, na hora do voto, a necessidade de valorização da Defensoria Pública. Muito obrigado.

O deputado Paulo Guedes - Art. 164, Sr. Presidente.

O presidente - Obedecendo ao Regimento Interno, a palavra será concedida ao deputado João Leite. Esclareço ao deputado Paulo Guedes que o art. 164 do Regimento Interno será concedido depois da manifestação da deputada Maria Tereza Lara, conforme o Regimento Interno.

O deputado Paulo Guedes - Baseado em que artigo, presidente?

O presidente - O art. 164 do Regimento Interno é concedido a critério da presidência, em momento oportuno. Assim sendo, logo após as declarações de voto V. Exa. terá direito à palavra.

O deputado Paulo Guedes - Quero a palavra para declaração de voto e pelo art. 164.

O deputado João Leite - Sr. Presidente, votamos "sim", acompanhando uma história neste Parlamento. Em 1997, o PSDB, no governo de Minas, fez o primeiro concurso público para defensor público no Estado de Minas Gerais. Foi naquele ano também, juntamente com os deputados Ivair Nogueira, Durval Ângelo e João Batista de Oliveira, que apresentamos, entre os 10 projetos oriundos do relatório final da CPI carcerária, um projeto que determinou a presença da Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais. É interessante, Sr. Presidente, ver aqueles que representavam o governo passado, o governo do PMDB e do PT, falarem sobre Defensoria Pública e sobre aumento de salário. Durante o governo do PT e do PMDB, pagava-se o salário do servidor e do defensor público em sete chamadas. Era assim que o servidor público recebia durante o governo do PMDB e do PT. E agora, o governo que quase quebrou o Estado de Minas Gerais - não fosse a intervenção do governador Aécio Neves, que fez cortes profundos, deixou de nomear cargos de confiança, o que possibilitou a recuperação do nosso Estado - acha um absurdo dar aumento para a Defensoria Pública. Fez bem o governador Anastasia, fez bem o governador Aécio Neves ao valorizar a Defensoria Pública, o que não aconteceu no governo do PMDB e do PT. Deputados, a Defensoria Pública chegou a ser fechada no Estado de Minas Gerais, durante o governo do PMDB e do PT. E agora temos de ouvir que o governador não poderia dar aumento para a Defensoria Pública. Ora, conhecemos a história, sabemos o que o PMDB e o PT realizaram, não em favor dos defensores públicos, porque eles não precisavam, mas em favor dos que são assistidos por eles. Muitas vezes, líder Mourão, os pobres iam à Defensoria Pública e as portas estavam fechadas. Agora eles vêm reclamar porque o PSDB, porque Alberto Pinto Coelho e Aécio Neves estão dando esse aumento. A Defensoria Pública tem de ser valorizada, porque sua valorização é a valorização da maioria da população do Brasil. É a valorização de quem não tem condições financeiras para contratar um advogado para defender sua causa. É a defensora pública, é o defensor público quem patrocina a causa do pobre, daquele que não tem condição de pagar uma assistência jurídica. Portanto, quero compartilhar essa alegria com meu partido, o PSDB, histórico na defesa da Defensoria Pública. A base do governo Alberto Pinto Coelho, que é a mesma base do governo Antonio Anastasia, que é a mesma base do governo Aécio Neves, aprovado por mais de 90% da população de Minas Gerais, vem historicamente colocando novamente esses governante no poder para realizar isso que foi feito aqui, nesta manhã. Estamos de olho na população carente, ao contrário do que estamos vendo em nível nacional. O PT virou as costas para o povo brasileiro. O PT pegou a maior empresa do povo brasileiro e entregou ao capital. Que capital é esse? Aliança com doleiros. É impressionante o que o PT fez no Brasil, fez com a Petrobras, que pertence ao povo brasileiro. Ele entregou a administração da Petrobras a um doleiro, que define o que a empresa vai fazer. E esse doleiro vai dando Land Rover como presente para deputados petistas. É o fim, líder Mourão, do nosso país. A inflação no Brasil medida hoje é de 11%. Não há controle no nosso país. Lamentavelmente estamos vendo o nosso país ser entregue. Não há direção, não há liderança neste momento. Enquanto isso, vemos alguns chegarem aqui e criticarem esse governo, que não paga servidores públicos em sete chamadas. Não me esqueço de minha mãe, servidora pública, que, com 80 anos, tinha sua chamada para pagamento no governo do PMDB e do PT no dia 29. Ela

recebia na sétima chamada. Eu tinha sempre que ajudá-la e fazia isso com muito prazer. Mas era direito dela receber. E passou a receber no 5º dia útil no governo Aécio Neves, no governo Antonio Anastasia e, agora, no governo Alberto Pinto Coelho. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votamos como sempre votamos historicamente: em favor do advogado de graça para a população mais carente das nossas Minas Gerais.

O deputado Duarte Bechir – Meu caro presidente Dr. Hely Tarquínio, quero saudar entre os parlamentares a figura ímpar do deputado Bonifácio Mourão, a quem saúdo e na pessoa de quem cumprimento os demais pares desta Casa. Sr. Presidente, aqui neste momento, neste recinto, há um nome que tem que ser valorizado pelo merecimento; há um nome que tem de ser lembrado pela sua bravura, determinação e capacidade. E o nome que tem de ser lembrado, porque é o nome que contribuiu sistematicamente para a mudança do Estado de Minas Gerais, é o do professor e ex-governador Antonio Junho Anastasia. Ele é o autor do Projeto de Lei nº 4.828, que reajusta o subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Portanto, aqui cabe lembrar que, mesmo fora do governo, a sua lembrança e o seu trabalho ficarão eternizados na memória e no coração do povo de Minas Gerais. Mas, também, façamos justiça à nossa defensora pública-geral, Dra. Andréa Garzon. Ao lado dos bravos defensores, ela demonstra, em todos os instantes, que os poderes têm que ser independentes. Os poderes devem sempre zelar pela independência, mas também pela harmonia; harmonia que facilita os entendimentos; harmonia que busca soluções. A defensora pública, num gesto de grandeza, de perspicácia e de envolvimento com esta Casa, ao lado dos defensores de Minas Gerais, sabe, e muito bem, fazer esse trabalho. Dra. Andréa, receba a nossa consideração especial. A vitória de hoje, Dra. Andréa, é da Defensoria Pública de Minas Gerais, é de V. Exa., é do povo mais simples, é do povo mais sofrido, é de quem precisa da Justiça e que não pode por ela pagar, é do governador Anastasia, dos deputados da Assembleia mineira. É uma vitória, um conjunto de ações que hoje culminou com a aprovação do projeto de lei do governador Anastasia. Digo, Dra. Andréa, a todos os envolvidos neste trabalho que não de se lembrar que ontem a senhora estava em todos os gabinetes dos parlamentares desta Casa. Terminada a reunião, a senhora percorreu os inúmeros gabinetes pedindo apoio, explicando aos parlamentares a importância de estar aqui hoje, nesta manhã de quarta-feira, para votar um projeto de lei dessa grandeza. Sou de Campo Belo, amigos e amigas, senhores e senhoras deputadas, e lá temos nossos defensores públicos. Lá atrás, antes de irmos para esta Casa, podíamos notar a necessidade de termos mais defensores públicos, para que pudéssemos dar ao povo mineiro a grandeza da defensoria, a grandeza da defesa dos interesses daqueles que, quando recorrem à Justiça, não têm recursos para se valerem dela. Hoje, vendo esse projeto de lei aprovado, ou seja, corrigido o subsídio, podemos dizer que lá atrás, mesmo se corrigíssemos o subsídio, não teríamos defensores na quantidade necessária que hoje Minas tem para atender a todo o povo mineiro. Mais uma vez digo aqui, amigo especial, governador Anastasia, que os exemplos que V. Exa. deixa em Minas Gerais certamente trarão à nossa consciência responsabilidade. Mas, em nosso coração, governador Anastasia, fica a grandeza desse homem que deixa um legado ao povo mineiro, que deixa um caminho pavimentado por trabalhos sérios, competentes e honrados; acima de tudo, o governador Anastasia nos deixa a humildade, que é uma das principais características de V. Exa. No dia de hoje não poderia deixar, além de parabenizar todos os parlamentares desta Casa, além de parabenizar a defensora-geral Andréa Garzon e todos os defensores públicos do Estado de Minas Gerais, de prestar esta homenagem reconhecida e importante ao nosso governador Anastasia, que pôde oferecer a todas as comarcas a presença do defensor público. E foi lá atrás, defensora-geral, que esse governo, ao cortar cargos e ao enxugar a folha, pôde oferecer a Minas Gerais a oferta dos recursos onde eles fazem bem, onde eles são necessários, onde eles são urgentes, tirando cargos comissionados ocupados por políticos. O corte foi feito lá atrás e hoje o resultado está aí. Então dou dois parabéns: à nossa Defensoria Pública e ao nosso governador Anastasia, bem como a todos os membros desta Casa pela importante conquista no dia de hoje. Deixo um abraço carinhoso para todos os defensores públicos de Minas Gerais e o nosso reconhecimento pelo belíssimo trabalho. Muito obrigado.

A deputada Maria Tereza Lara – Quero cumprimentar e parabenizar, nesta manhã, a Defensoria Pública de Minas Gerais, sob a coordenação da Dra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral de Minas Gerais, de quem se orgulham muito todos os mineiros, sobretudo a mulher mineira. Dra. Andréa sempre está presente nesta Casa e em outros órgãos, representando a mulher. Em muitas mesas, só a Dra. Andréa está no meio de ilustres e inúmeras autoridades. Além disso, destaco não só a presença dela, como mulher, mas também o trabalho da Defensoria, que é importantíssimo para a democracia, sobretudo por garantir os direitos dos excluídos, dos que não têm condições de pagar um advogado. Quero cumprimentar também o Dr. Nikolas, que coordenou e foi chefe da Defensoria em Betim. Conheço seu trabalho sério e competente. Quero lembrar algo que sempre temos falado nesta Casa: a importância da mulher nos espaços de poder. Já citamos a Dra. Andréa. Agora lembraremos a primeira presidenta mulher deste país, que é do PT, o que nos orgulha muito. Ela esteve aqui em Minas Gerais, na segunda-feira passada, dia 7, no Minascentro, para a formatura da turma do Pronatec. Falo sempre sobre esse projeto de educação, pois hoje já são 6.200 jovens em todo o País, fazendo o curso técnico. Quero falar claro aos telespectadores da TV Assembleia: vocês têm de acompanhar e observar todas as falas de parlamentares desta Casa neste ano, tendo em vista que já estamos em uma disputa eleitoral em Minas e no Brasil. O que importa é que a população possa, de fato, fazer uma análise crítica, conferir as informações e tomar decisões maduras e conscientes. Não podemos aceitar, de forma alguma, que a nossa sociedade seja iludida com mentiras e calúnias. Ela precisa ser informada. Como disse muito bem o papa Francisco, é preciso que a imprensa, a mídia, não fale meias verdades, que não calunie, mas preste – é importante a TV Assembleia – informações à população. Então, que a população, mesmo nesta Casa onde a TV Assembleia tem passado informações importantes, analise criticamente o momento que estamos vivendo e confira os fatos, para que a democracia seja fortalecida e as pessoas que prestam bons serviços a este país e ao Estado possam ser respeitadas. Não podemos aceitar calúnias - e parte da imprensa já está fazendo isso. Não podemos aceitar que a população seja iludida. Temos de defender o direito da população às informações. Aliás, encerrando, deputado Hely Tarquínio, por quem temos grande respeito nesta Casa, a política com pê maiúsculo tem de ser resgatada. É um desserviço à democracia generalizarmos a situação, como se todo político ou todo espaço de poder fossem corruptos. Isso não é verdade. Essa visão pode até nos levar a uma ditadura, o que não queremos de forma alguma. Queremos instituições fortes, um parlamento forte e uma democracia forte com base na justiça e na verdade. Obrigada.

O presidente – Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Paulo Guedes.



O deputado Paulo Guedes – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, pedi a palavra pelo art. 164 para defender a honra do meu partido, que foi atacado por um tataraneto da aristocracia da política brasileira, deputado Lafayette de Andrada. Ele é tataraneto desse grupo que comandou o País por mais de 500 anos. Se não me engano, a sua família está no poder desde o Império. Ele representa a burguesia e tudo o que se passou na política brasileira. Participou de todos os governos e defendeu a ditadura militar com unhas e dentes. E agora vem aqui, desta tribuna, atacar o partido que mudou o País, que deu oportunidade ao povo brasileiro. Oportunidade de sonhar, de estudar, de morar com dignidade. Lamento, de forma veemente, as palavras ditas pelo deputado tataraneto da ditadura, do Império, da burguesia, da turma que comandou o País até dezembro de 2002. Graças a Deus, de lá para cá, o povo brasileiro está tendo oportunidade de sonhar, e sonhar com um emprego digno. Ao longo desse período, criamos 22 milhões de empregos com carteira assinada neste país. Recuperamos a economia nacional, demos dignidade ao povo brasileiro por meio de programas importantes que melhoraram a vida do cidadão na cidade e no campo. Criamos o Luz para Todos e o Bolsa Família, que tirou 40 milhões de pessoas da linha da pobreza, fazendo com que mais de 30 milhões de pessoas migrassem para a classe média nesse período. Esse é o saldo, deputado Lafayette de Andrada, do governo do PT. A Petrobras, de que V. Exa. tanto falou aqui, despedaçada estava no governo FHC. Vocês queriam entregá-la por menos de R\$10.000.000.000,00, na época, e só não conseguiram vendê-la porque a sociedade brasileira reagiu. Da mesma forma, vocês entregaram a Vale por R\$3.000.000.000,00, e hoje ela vale R\$300.000.000.000,00. Foi esse o entreguismo orquestrado pela grande mídia e pelos organismos internacionais liderados pelo FMI, de que o Brasil dependia e diante do qual vivia de pires nas mãos. Será que ninguém se lembra de que, há 12 anos, quem ditava as regras neste país era o FMI? Fernando Henrique Cardoso e o PSDB se ajoelhavam para beijar as mãos do FMI, todos os dias. A nossa dívida era impagável. Todos os dias, baixavam-se pacotes impopulares, que reduziam salários e direitos em razão do risco-Brasil de 3 mil pontos. Hoje essa mesma mídia orquestrada e com poder constituído contra a vontade do povo brasileiro, desde a época da ditadura militar, liderada pelas Organizações Globo, pelo *Estadão*, pela *Folha de S.Paulo*, pela revista *Vêja* e por tantos outros, não tem moral para falar do partido que mudou o País, nem para falar do Lula e da Dilma. Admito, sim, que o PT é um partido com 2 milhões de filiados, então é impossível que todos os seus integrantes sejam puros. É óbvio que pode haver algum desvio de conduta, como acontece em qualquer outro partido. Mas, generalizar, deputado Lafayette de Andrada, isso eu não aceito. Não aceito que um tataraneto da ditadura militar venha aqui atacar o meu partido, da forma como V. Exa. fez. Portanto, lave a boca para falar do meu partido, para falar do Lula e para falar da Dilma. O nosso partido, com o presidente Lula e com a presidenta Dilma, mudou a vida do povo brasileiro. Lave a boca para falar de pessoas dignas, que governam para o povo brasileiro, para quem nunca teve oportunidade. Por fim, antigamente, muitas pessoas nunca puderam ter acesso aos estudos, mas hoje elas contam com o ProUni, com o Fies e com o Pronatec. Existem ainda aquelas pessoas que nunca tiveram luz em suas casas e que hoje foram beneficiadas com o programa Luz para Todos. Da mesma forma, há aqueles que nunca receberam um salário mínimo digno, como o de hoje. Sem falar naqueles que nunca tiveram uma casa e que hoje puderam adquiri-la com o programa Minha Casa Minha Vida. Portanto, pensem duas vezes antes de falar baboseira desta tribuna.

#### Declarações de Voto

O deputado Bosco – Prezado presidente, deputado Hely Tarquínio, agradeço a oportunidade de manifestar nosso voto favorável aos projetos apreciados na manhã de hoje. Nessa manifestação de voto, Sr. Presidente, gostaria de dizer que é fato que a população, que os cidadãos mineiros e brasileiros estão, cada vez mais, cientes dos seus direitos; porém, ainda existe uma grande dificuldade para os cidadãos menos favorecidos, para aquela classe que, ao reclamar seus direitos, ao buscar seus direitos na Justiça, não têm condições financeiras de contratar um bom e excelente advogado, um bom e excelente escritório de advocacia. Daí, a importância, a necessidade premente da ação e atuação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Nesta oportunidade, queremos parabenizar a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e o fazemos por meio da Dra. Andréa, defensora-geral. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem conquistado e apresentado à sociedade mineira excelentes trabalhos e avanços nos últimos anos. Está sempre presente, mesmo com a deficiência de efetivo para atender a contento a todas as demandas dos 853 municípios deste Estado gigante, que é Minas Gerais; porém, temos e devemos reconhecer o brilhante trabalho que está sendo realizado, principalmente e por meio do comando da Dra. Andréa, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais. Ela e a Defensoria Pública estão sempre presentes nos eventos desta Casa, sobretudo naqueles voltados aos cidadãos e ao social. Estão também sempre presentes nas questões do governo do Estado. Sr. Presidente, também quero manifestar meus aplausos ao amigo governador de Minas Gerais, Prof. Anastasia. Sabemos que esse projeto foi encaminhado a esta Casa ainda na sua gestão, no seu governo e visava não só ao reconhecimento da importância dos defensores públicos, mas também à valorização deles. Dessa forma, novos profissionais desejarão atuar na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Ou seja, essa é uma forma de valorizar aqueles que já estão atuando nela e também de atrair novos profissionais para lá. Também quero saudar o nosso sempre governador Anastasia pela valorização da Polícia Civil. Ele encaminhou a esta Casa a modernização da Lei Orgânica da Polícia Civil, que foi aprovada e culminou agora com o lançamento do novo edital para concurso público que selecionará mais mil investigadores para Minas Gerais. Ele teve também uma grande preocupação com o resgate e a valorização dos profissionais da nossa gloriosa Polícia Militar. Não poderia deixar de registrar, Sr. Presidente, esses importantes avanços na questão da segurança pública do Estado de Minas Gerais e, sobretudo, essa visão premente da importância do cidadão mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente, era isso o que tínhamos a dizer.

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 164, porque o deputado Paulo Guedes se exacerbou, atingindo a minha honra, e creio que faço jus...

O presidente – Será concedido o art. 164 do Regimento Interno após as declarações de voto.

O deputado Lafayette de Andrada – Perfeitamente.

O presidente – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio, que preside os trabalhos desta manhã, e nosso líder eterno, deputado Bonifácio Mourão, referência da política e da inteligência que dignifica todos os mineiros, não apenas pela relatoria da Constituição, mas também pela sua vida exemplar no Parlamento de Minas Gerais e pela sua conduta. Para nós, é um prazer tê-lo



aqui, sempre nos orientando e nos dando as suas luzes. Caríssimos amigos e amigas, deputados e deputadas, defensores e defensoras, recebam a minha saudação. Que as minhas primeiras palavras sejam de efusivos cumprimentos e saudações à nossa querida e respeitável Defensoria Pública, que, para Minas Gerais, é um exemplo marcante em todos os segmentos da sociedade mineira, em nossas comarcas, principalmente na prestação jurisdicional de todos aqueles que precisam da Justiça e também da verdadeira distribuição no dia a dia em suas comarcas. Quero dizer a todos que a Defensoria Pública se confunde com a vida parlamentar deste deputado. Quando iniciei aqui os nossos trabalhos, em 1999, pela mensagem do saudoso governador Itamar Franco, tive a honra de ser o seu relator, para dar à Defensoria Pública autonomia e independência. De lá para cá, com certeza, ela nos tem acompanhado, e temos acompanhado o dia a dia dessa valorosa classe que tanto tem feito pelo nosso Estado e, particularmente, para a nossa comarca. Hoje aqui nos encontramos para dar passos importantes. Tive o prazer de ser relator do Projeto de Lei Complementar nº 57, que hoje se tornou efetivo e será, em poucos dias, transformado em norma jurídica. Ao saudar todos os amigos e amigas da Defensoria Pública, peço licença para saudar todos os defensores na pessoa do meu querido defensor público da minha terra natal, Dr. Evandro Santos, que é um exemplo, pois deixou de ser juiz de direito para ser defensor público tão dedicado às suas causas. Aproveito também para saudar a presença honrosa dos nossos caríssimos vereadores da minha terra natal, Ouro Fino. Saúdo também os prefeitos de Monsenhor Paulo e de Dolores de Campos, que aqui se encontram manifestando a importância da nossa Defensoria Pública, principalmente na distribuição da própria justiça. Tive o prazer de ser o relator desse importante projeto de lei, que recebemos através da indicação por mensagem do nosso governador Anastasia, a quem saúdo e cumprimento, por ser, com certeza, um grande amigo da Defensoria Pública. Hoje, nesta manhã de 9 de abril, esta Casa, reunida, praticamente por unanimidade, aprovou essas duas propostas, com as quais teremos grandes avanços em todas as comarcas onde há a nossa Defensoria Pública. Ao saudar todos os defensores públicos, gostaria de fazer um registro especial à minha querida defensora-geral, Dra. Andréa Abritta Garzon, que está conosco desde o primeiro momento em que fui designado relator do projeto de lei complementar. Neste momento, publicamente, gostaria de testemunhar o seu carinho e a sua dedicação fiel no acompanhamento passo a passo dessas propostas, representando, acima de tudo, todos os defensores e defensoras, até a finalização desse projeto que aqui encerramos. Com certeza, esse é um marco importante que a Defensoria Pública recebe hoje desta Casa. Expresso aos nossos defensores e defensoras quanto esta Assembleia Legislativa tem de admiração e respeito, especialmente da minha parte, por vocês. Caríssimos vereadores da minha terra, V. Exas. conhecem muito bem a minha vida profissional quando eu advogava em minha querida Ouro Fino. Em quantas e quantas oportunidades também advoguei como *ad hoc*. Naquela época não havia a lei, de que fui relator, quando o nosso querido e saudoso Itamar Franco a encaminhou para cá, em um primeiro momento. Hoje isso tem dado bons frutos. Neste momento magnífico, quero saudar toda a Defensoria Pública do meu Estado e contar com o nosso queridíssimo governador Alberto Pinto Coelho para sancionar esses dois projetos, que, com certeza, vão resgatar em um só momento, de uma só vez, todos os direitos daqueles que mais precisam da distribuição da Justiça, do aparelhamento judiciário, para que cada comarca possa ter a sua defensora, o seu defensor, agora, muito mais estimulados, muito mais animados. Com certeza, eles vão continuar nessa estrada extraordinária para servir àqueles de todas as comarcas do Estado de Minas Gerais que necessitam. Deixo aqui as minhas homenagens a todos os que nos acompanham. Quero dizer às minhas defensoras e aos meus defensores que valeu. Olho no retrovisor da história e me lembro de quando discutimos pela primeira vez a lei de organização da defensoria, em 1999. Hoje, coroamos de êxito este grande momento, grande marco para todos nós. Parabéns a todos! Muitas felicidades! Que Deus nos abençoe! Parabéns aos nossos queridos vereadores, particularmente os da minha querida terra de Ouro Fino, que se encontram presentes. Obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, deputadas e deputados, não poderia me ausentar desta tribuna no momento em que a Assembleia aprova, por unanimidade, dois projetos de muita importância para a Defensoria Pública de Minas Gerais. Digo isso, Sr. Presidente, porque sou advogado, advoguei por 20 anos, tive a oportunidade de advogar por várias vezes como defensor dativo. Sei que é diferente, mas tanto o defensor público quanto o defensor dativo prestam serviços de grande alcance social. A Defensoria Pública defende aquelas pessoas mais necessitadas, que não têm condições de pagar a advogado, mas têm direitos que precisam ser preservados perante a Justiça e, na maioria das vezes, o fazem por meio da Defensoria Pública. Tanto que estamos aqui para saudar a Dra. Andréa, que ainda está presente, quando a maioria dos defensores se afastaram. Mas não estamos falando aqui só em homenagem aos defensores, que valorizaram muito esta Casa nesta manhã. Estamos falando como reconhecimento do trabalho que a Defensoria Pública faz pelo Estado de Minas Gerais, especialmente pela sua população mais carente, na maioria das vezes, carente de justiça. Por meio dos seus braços e do seu trabalho, é que a população mais carente alcança a Justiça. Por isso, estamos aqui para fazer esse reconhecimento. E quero reconhecer também, Dra. Andréa, o trabalho que fizemos na Constituição Mineira de 1989. Como fomos o relator, pudemos valorizar a Defensoria Pública. Na verdade, antes da Constituição, a Defensoria Pública era uma e, depois da quarta Constituição do Estado de Minas Gerais, tornou-se outra. A defensoria está de parabéns e esta Assembleia também, ao aprovar os dois projetos de interesse maior da Defensoria Pública. Mas, Sr. Presidente, deputadas e deputados, alguns deputados que nos antecederam não se limitaram ao tema Defensoria Pública, abordaram outros e também falaram de alguns assuntos que dizem respeito ao governo federal. Quero dizer ao deputado Lafayette de Andrada do meu sentimento sobre a família Andrada neste País. Sei que um dos maiores defensores da Independência do Brasil foi José Bonifácio Lafayette de Andrada. Então, estamos aqui para fazer justiça a toda a família Andrada, que, ao longo do tempo, seguiu os seus passos. Se ela está com prestígio até hoje é porque tem mérito para isso. Se já decorreram tantos e tantos anos, centenas de anos, mas ela ainda ocupa o seu espaço, é porque, com certeza, o povo brasileiro reconhece o valor dessa família, principalmente o povo mineiro. Estou aqui para fazer esse reconhecimento. Sr. Presidente, fiz algumas anotações. Quero dizer algumas coisas a respeito do governo federal. Não estou aqui para ofender ninguém, mas o que vou dizer talvez incomode muita gente. Hoje, vi no *Bom dia Brasil*, por meio da Rede Globo de Televisão, que a economia brasileira, cujo índice de crescimento estava previsto para pelo menos 4%, está crescendo apenas 1,8%, um dos menores índices de todo o mundo. Não sou eu quem está dizendo isso, mas o FMI, a Agência Moody's, a Agência Standard e Poor's, enfim, todas as agências de avaliação do mundo inteiro. Lamentavelmente esse é um registro triste para o governo federal, não tenho a menor dúvida. Fala-se muito sobre a Petrobras. Hoje mesmo um deputado falou bem da Petrobras. É preciso registrar que, no governo Fernando Henrique,



ela ocupava o 12º lugar entre as maiores empresas do mundo e, hoje, está no 120º lugar. Esse número é assustador. Ao mesmo tempo, existem escândalos dentro da Petrobras, que era um símbolo brasileiro, a maior empresa do País. Cito o caso da Refinaria Pasadena, que foi adquirida por um empresário belga pelo valor de R\$42.000.000,00, mas foi vendida para o Brasil, somadas as correções dos 50% previstos em contrato, por R\$1.200.000.000,00. Esses índices são altamente assustadores e preocupantes. É preciso lembrar também que a Petrobras é fundamental para o Brasil. A empresa de petróleo da Colômbia, como está registrado na revista *Veja*, está com suas finanças inteiramente estabilizadas. A empresa de petróleo da Colômbia está numa situação muito melhor que a Petrobras, porque ela não interfere nos aumentos de gasolina, de óleo, só para manter uma boa média na pesquisa. É fundamental para o governo ter o maior cuidado com essa situação, senão a Petrobras vai se endividar e empobrecer cada vez mais, e quem perde com isso é o povo brasileiro. Não podemos esquecer da inflação, que aumenta cada vez mais, e da segurança pública em todo o País. Não temos mais tranquilidade para caminhar em cidades maiores e menores. A situação é altamente preocupante para todas as famílias brasileiras. Sr. Presidente, V. Exa. que é médico deve saber que a saúde está numa situação caótica no País inteiro, não há uma contribuição federal, não há um índice determinado. Os estados são obrigados a contribuir com o mínimo de 12%, os municípios, com o mínimo de 15%, mas o governo federal não tem índice determinado. Gostaria também de falar sobre a BR-381, porque a presidente da República esteve ontem em Governador Valadares e prometeu que a duplicação seria até Valadares. Depois, esteve lá o diretor-geral do Dnit, o Gen. Fraxe, dizendo que a BR-381 será mesmo duplicada até Valadares. Deputado Lafayette de Andrada, deputado Rômulo Viegas, o documento é o projeto, mas o projeto diz que é até Belo Oriente. A presidente está dizendo que é até Valadares. Será preciso mudar o projeto, que já foi licitado, e a empresa, que já foi contratada. Então, o projeto tem de ser anulado. Será necessário elaborar outro projeto e fazer nova licitação. É preciso parar com mentiras. Isso é mentira, não é verdade. Sr. Presidente, disseram que estou incomodando alguns colegas deputados, mas não estou falando nenhuma palavra que, a meu ver, possa ofender. Estou citando números. Quero terminar as minhas palavras agradecendo, de público, ao governador Antonio Augusto Anastasia, por um dos melhores governos já registrados na história de Minas Gerais, por um dos maiores executivos do País. Se o governo está sendo considerado um dos melhores do País, o grande governador Anastasia é referência nacional na educação, na saúde, na segurança, na infraestrutura, em todos os lados. Também quero desejar ao governador Alberto Pinto Coelho, nosso grande companheiro e amigo, que continue a trabalhar como sempre trabalhou, como verdadeiro líder que foi nesta Casa, como líder de governo, presidente desta Assembleia, vice-governador. Com certeza, será um governador à altura do trabalho realizado por Aécio Neves e Anastasia. Obrigado, presidente.

O deputado André Quintão – Presidente, deputados e deputadas, defensores e defensoras públicas, telespectadores, tivemos a oportunidade de aprovar nesta manhã dois projetos: o Projeto de Lei Complementar nº 57/2014 e o Projeto de Lei nº 4.828/2014. Eles são importantíssimos para o processo de consolidação da Defensoria Pública do Estado. Desde o início da tramitação, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, coloquei-me rigorosamente a favor da aprovação deles. O Projeto de Lei Complementar nº 57/2014 trata da carreira da Defensoria Pública. A sua alteração permitirá maior mobilidade na carreira dos defensores e das defensoras públicas. O Projeto de Lei nº 4.828/2014 reajusta, de maneira escalonada, o subsídio dos membros da Defensoria Pública. Por que esses dois projetos são estratégicos na consolidação da Defensoria Pública? Primeiro porque a defensoria precisa ser valorizada. Ela é a garantia ou o caminho para o acesso do cidadão mais pobre à Justiça. Portanto, quando estamos aqui tomando medidas e aprovando projetos que buscam fortalecer a defensoria, além da valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras do órgão, estamos pensando nas pessoas mais pobres e na repercussão do seu trabalho para esses segmentos. Sou testemunho do trabalho da Defensoria Pública do Estado. Tive a oportunidade de coordenar o seminário legislativo Pobreza e Desigualdade, ocasião em que a defensoria esteve com os seus membros em todas as 10 macrorregiões, discutindo o Sistema Único de Assistência Social, as políticas de segurança alimentar, de combate à violência praticada contra a mulher. Valorizar a defensoria é valorizar um direito à Justiça do cidadão mais pobre. Quando se estabelecem condições de mobilidade na carreira e de reajuste no subsídio, ataca-se um dos grandes problemas enfrentados em alguns espaços institucionais: a alta rotatividade. É muito importante estimularmos, incentivarmos a permanência dos defensores e das defensoras nessa instituição, para que, a partir da experiência acumulada e dos vínculos criados com as comunidades, esse trabalho seja cada vez mais aperfeiçoado. Portanto, esses projetos são importantes. Sabemos que, a partir desse patamar, ainda temos o desafio da universalização de cobertura da defensoria no Estado de Minas Gerais. Queremos que o sistema de defesa, o sistema jurídico funcione de maneira integrada com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com o Ministério Público, com juízes e defensores. Esse é o desenho ideal que temos de perseguir. Para isso, é fundamental que os defensores e defensoras concursados possam permanecer em seus cargos. Por fim, Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de parabenizar a nossa defensora Andréa Garzon. Já disse publicamente que, sob sua liderança, nos últimos anos, a defensoria se fez mais presente nesta Casa, participou de processos de construção de políticas públicas. Foi também um processo de legitimação, perante a Assembleia e perante a sociedade mineira, do trabalho que a Defensoria Pública pode realizar, assim como a Associação dos Defensores Públicos – Adep –, que desenvolve um trabalho muito importante. Essa convergência entre a direção da instituição, por meio da defensora, e a Adep permitiu que, mesmo em um período de obstrução por parte da oposição, acertássemos esse processo para votar o projeto de lei complementar e o projeto de lei que reajusta o subsídio. De 2003 até agora, acompanhamos várias mudanças na legislação que buscaram a autonomia e a consolidação da Defensoria Pública. Assim, podemos celebrar hoje mais um passo, mais uma etapa nesse processo. Espero que tenhamos o mesmo compromisso nos próximos anos, seja com que governo for, até porque a Defensoria Pública é uma instituição do Estado de Direito, e não de um partido ou de outro, para que possamos universalizar essa cobertura e para que o cidadão mais pobre e todos os cidadãos tenham acesso à justiça gratuita e o seu direito preservado. Parabéns a todos os defensores e defensoras públicas do Estado de Minas Gerais.

O deputado Rômulo Viegas – Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio. Início meu pronunciamento cumprimentando a defensora pública Dra. Andréa. Na pessoa dela, abraço todos os defensores públicos do Estado de Minas Gerais. Quero agradecer ao governador Anastasia, ao atual governador Alberto Pinto Coelho, pois, com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 57, definiu-se e foi organizada a carreira dos defensores públicos. E o Projeto de Lei nº 4.828 destaca o subsídio dos defensores públicos. Todos sabemos



da importância da Defensoria Pública no Estado e no Brasil. Precisamos de pessoas que conhecem o direito para fazer a defesa daquelas pessoas que não têm condições financeiras para arcar com as despesas de um bom ou de uma boa advogada. Então, o nosso reconhecimento a todos eles e também ao governo de Minas. Sr. Presidente, fazendo um paralelo, sempre tenho discutido na Casa a questão da remuneração do servidor público brasileiro nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Não entrarei no mérito da discussão política, apenas farei o alerta de que esse modelo de distribuição de recursos públicos no Brasil está errado. É necessário que seja feita uma nova revisão dos índices de distribuição de recursos por parte da União, independentemente de qual governo esteja ou estará no comando da Nação nos próximos anos, para que estados e municípios possam estabelecer melhores condições e remunerar adequadamente os servidores públicos nas três esferas de governo. Cito como exemplo, a minha cidade de São João del-Rei. O ex-reitor da universidade, o Prof. Helvécio, meu colega, filiado ao Partido dos Trabalhadores, assumiu a prefeitura de São João del-Rei e agora se encontra em uma situação delicada, porque as professoras estão em greve reivindicando aumento salarial. Eu poderia dizer aqui que o prefeito Helvécio não gosta de professor, mas não é isso: realmente não há condições financeiras para arcar com a despesa que está sendo reivindicada. Portanto, enquanto não houver mudança na distribuição de recursos para melhorar os índices do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados, ficaremos, cada vez mais, sem condições de atender às demandas públicas em nível de Brasil. Vejam a questão da segurança. Não é só Minas Gerais que tem problemas nessa área; os demais estados também sofrem com essa questão. Portanto, é necessário rever os índices. Mais uma vez, parablenizo os defensores públicos. Parablenizo também o governo do Estado, que, dentro de suas possibilidades financeiras e tendo em vista o conjunto de propostas apresentadas, encontra uma solução para melhorar a carreira do defensor público e fazer o devido pagamento. Vem a crítica, alegando que se está deixando conta para o outro governo pagar. Lamentavelmente – repito –, enquanto não houver uma revisão da distribuição desses recursos públicos, os governadores – do Rio Grande do Sul, que é do PT; do Rio de Janeiro, que é do PMDB; do Espírito Santo, que é do PSB, e outros de várias siglas – verão seus prefeitos em dificuldades para atender às diversas demandas da sociedade nas áreas de segurança, educação e saúde. Encerro minhas palavras, parablenizando os pares da Casa que votaram, quase por unanimidade, no projeto do governo de Minas. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, Srs. Deputados, há alguns instantes subi a esta tribuna para parablenizar a Defensoria Pública pela importante aprovação do projeto, na manhã de hoje. E, logo em seguida, fiz alguns comentários sobre a maneira desastrosa com que o governo do PT vem administrando o País. Falei da Petrobras e dos escândalos nela ocorridos. Disse mais: que o PT estava desmanchando o Brasil, e mostrei os números: as principais estatais do Brasil valem hoje 52% a menos do seu valor de mercado em relação ao valor que tinham há poucos anos atrás. Terminei dizendo que, com isso, o PT está destruindo o País e que o povo brasileiro não merecia isso. Então, o eminente representante do Partido dos Trabalhadores sobe a esta tribuna mostrando um abalo, um estresse, um temor típico de quem vestiu a carapuça, e, como um sinantropo, começou a atingir a minha família, a minha honra pessoal, a falar dos meus antepassados, com argumentos liliputianos e usando termos baixos, palavras chulas, termos que não ousou repetir, mas que mostram bem a sua origem, porque pelas palavras a gente conhece as pessoas e a sua essência. E, pelo teor daquela linguagem, a gente via bem de onde elas partiam. E falava da minha família. Dizia que eu era um membro da aristocracia, um tetraneto da aristocracia. Queria referir-se ao meu sobrenome Andrada, que não teve coragem de pronunciar. Sou, com muito orgulho, um membro da família Andrada. Pena que o nobre deputado não é muito afeito à leitura e não conhece as páginas da nossa história. Sou, com muito orgulho, um membro da família que fez a independência do Brasil. Tenho, na minha genealogia, antepassados que lutaram pela liberdade – liberdade esta que o nobre deputado utilizou para proferir os maiores desatinos contra a minha honra. Tenho, na minha genealogia, homens que lutaram pela história do Brasil, que foram presos, exilados, perseguidos, coisas que esse deputado que subiu à tribuna só conhece da poesia e de ouvir dizer. Tenho, sim, na minha biografia, a honra de ter como antepassados parlamentares que lutaram nesta Casa pelos interesses do povo. Sou, sim, com muito orgulho, tetraneto de José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca da independência, o primeiro homem que lutou contra a escravidão, a primeira voz que lutou pela reforma agrária no Brasil. Sou, sim, com muito orgulho, bisneto do presidente Antônio Carlos, o governante que fez a Revolução de 30, o governante que acabou com o regime da República Velha, o governante que fez a maior estruturação do ensino em Minas Gerais. Sou, sim, com muito orgulho, um membro da família Andrada. Pena que o nobre deputado que subiu a esta tribuna tenha pouca intimidade com os livros e com as letras, conheça pouco a história pátria. É uma pena, lamento. Não vou reproduzir, Sr. Presidente, as palavras por ele proferidas, todas elas tentando imputar a mim a desonra, todas elas querendo ferir a minha dignidade. Mas quero dizer duas coisas. Se pertencem a uma família que está no parlamento há quase 200 anos, Sr. Presidente, é importante que o diga: sempre conduzidos pelo voto popular, sempre trazidos pela vontade do povo. É isso que quero sublinhar. Por fim, quero reproduzir as palavras que foram proferidas na Revolução Francesa. Quando se referiram a um governante, ele assim respondeu: “meu nome não é osso para andar em boca de cachorro”. Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram essas as minhas palavras.

#### **Registro de Presença**

O presidente – Gostaríamos de registrar, com muito prazer, a presença de alunos do Ensino Médio do Instituto Santo Antônio de Pádua, de Itabirito. Estejam à vontade entre nós. Aproveitem a nossa reunião quando puderem, para acompanhar o processo legislativo de Minas Gerais.

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, peço o encerramento de plano da reunião, visto que eu fiz declaração de voto, o deputado Paulo Guedes fez declaração de voto; ele falou pelo art. 164 e eu falei pelo art. 164.

O deputado Paulo Guedes – O deputado está fugindo do debate?

O deputado Lafayette de Andrada – Não estou fugindo do debate. Eu e V. Exa. fizemos declaração de voto...

O deputado Paulo Guedes – Eu retirei o pedido da palavra pelo art. 164.

O deputado Lafayette de Andrada – V. Exa. já o havia utilizado.

O deputado Paulo Guedes – E o presidente me concedeu o art. 164 anteriormente à fala dele.



O presidente – A partir de agora, a palavra está com o presidente. Gostaria apenas de contar com a compreensão dos deputados porque Deus nos fez diferentes dos animais e nos deu o poder da reflexão. Pensar sobre os nossos próprios atos. Então, nesta hora, gostaria de convocar os dois deputados para que refletissem, porque foi dito aqui que a palavra seria dada...

O deputado Lafayette de Andrada – Presidente, vou trazer, então, uma reflexão, como seres humanos que somos, para V. Exa., que está presidindo a Mesa. Eu utilizei a expressão declaração de voto; o deputado Paulo Guedes utilizou a expressão para declaração de voto. O deputado Paulo Guedes utilizou a palavra pelo art. 164; eu utilizei a palavra pelo art. 164.

O presidente – Mas o assunto era diferente. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Paulo Guedes.

O deputado Paulo Guedes – Muito obrigado, Presidente. Quero parabenizar-lhe a coerência ao presidir este Parlamento. V. Exa. é um dos parlamentares que enchem de orgulho esta Casa, pela isenção e pela postura ao se assentar nesta mesa. Vou referir-me aos ataques, nas duas oportunidades, do deputado Lafayette de Andrada, ao ocupar a tribuna. Ele fez um primeiro ataque ao meu partido e, agora, diretamente a mim. Ao encerrar as suas palavras, ele quis, numa paródia, dizer que as palavras que saem da minha boca são como se fosse um osso na boca de um cachorro. Isso não me atinge, deputado Lafayette de Andrada, porque os membros da aristocracia, essa turma que manda no Brasil desde o descobrimento bateu palmas para os ditadores militares. Quando isso vem da boca de um deputado que representa todo um passado político da nossa Nação, de 2002 para trás, não atinge esse simples deputado, filho de um trabalhador rural, que nasceu numa reserva indígena, em São João das Missões. Tenho orgulho do lugar onde nasci, de onde vim, das dificuldades por que passei. Onde nasci não havia escola, não havia água encanada – minha mãe pegava água na cabeça, a 600m de casa; não havia energia elétrica, a luz era de candeeiro e não havia escola. Por isso, só fui alfabetizado aos 11 anos, quando o meu pai teve condições de me levar para estudar na cidade de Manga. Eu me orgulho da luta do meu pai, que, no cabo de uma enxada, criou 12 filhos. Este momento que o País vive é importante para a valorização do povo brasileiro, porque, depois que um retirante da seca nordestina virou presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ele devolveu o Brasil aos brasileiros, respeitou os índios, os negros, as minorias, os mais pobres, com programas sociais, com geração de emprego, com geração de renda, dando oportunidade às pessoas de sonhar com uma casa, como no programa Minha casa Minha Vida; de sonhar em ter um carro novo, em ter emprego digno. Nós geramos 22 milhões de empregos com carteira assinada nos últimos 12 anos neste País. Portanto, tenho muito orgulho do meu partido, da minha origem e é por isso que falo com propriedade que não aceito um tataraneto da ditadura, do império, ou seja de que família for, vir aqui falar o que falou do presidente Lula, falar o que falou do PT, falar o que falou da presidente Dilma. E falar até da Petrobras. A Petrobras valia US\$10.000.000.000,00 quando Fernando Henrique entregou o governo a Lula. Hoje vale mais de US\$100.000.000.000,00. É essa a empresa que eles falam que o PT quebrou? Quebrada estava na época deles. Estamos aqui. Não vamos fugir do debate. Eu desafio o deputado Lafayette de Andrada ou qualquer seguidor dele a fazer comparações do governo do presidente Lula e da presidenta Dilma com o governo que eles representam e que mandou neste país durante 500 anos. Foram 500 anos de miséria, de submissão, de falta de oportunidade. Hoje o Brasil é o país do futuro, o país da Copa do Mundo, das Olimpíadas, do ProUni, das oportunidades, que está criando suas escolas técnicas, da mobilidade urbana que estamos fazendo, do PAC, das obras que eles tanto criticam. Antes o Brasil era criticado porque não fazia obras; hoje a grande imprensa que representa a aristocracia brasileira critica o Brasil porque há obras nos aeroportos, porque está fazendo estradas, porque está fazendo avenidas, porque estão fazendo obras importantes neste país. Portanto, Lafayette, não fugirei do debate. Chame-me do que quiser, pode me chamar do que quiser. Não me importo de ser comparado a um cachorro com osso na boca, porque isso não me fere. Muitos como eu, na época em que vocês eram governo, não tinham oportunidade e, às vezes, até dividiam sim ossos com cachorros; grande parte da população brasileira, na época em que vocês mandavam no Brasil, era chicoteada na escravidão, era chicoteada pela falta de oportunidade; muitos deles não tinham motivo para acender fogo pela manhã, porque não tinham o que cozinhar. Dessa turma que mandou no país há 500 anos, não tenho nenhuma saudade. Portanto, não me atinge, em momento algum, V. Exa. falar que minhas palavras são como osso na boca de cachorro, porque a população brasileira, na época em que vocês governavam, sofria igual cachorro, mas hoje não. Aqueles que sofriam igual cachorro podem andar de avião, podem ter casa nova, podem financiar carro, podem estudar. Viva o povo brasileiro! Viva Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff! Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de logo mais, às às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* – Sem revisão do orador.

#### **ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 2/12/2013**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente; Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Neider Moreira, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza a baixa do acervo patrimonial de bens permanentes da Assembleia Legislativa das balizas de orientação e dos fichários de mesa constantes de anexo do documento original, com a sua reclassificação para materiais de consumo; 2ª) autoriza a aprovação, no Sistema Informatizado de Apuração de Frequência, das horas extras prestadas por servidor lotado na área administrativa, no período de setembro a dezembro de 2013, em quantidade superior ao limite estabelecido no § 1º do art. 17 da Deliberação da Mesa nº 1.541/98, e no art. 15 da Deliberação da Mesa nº 2.477/2010; 3ª) concede aos servidores integrantes do Quadro Suplementar o direito a férias-prêmio, nos termos dos regulamentos de concessão desse benefício. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a AAA





Teletron Casa do Portão Eletrônico Comércio e Indústria Ltda. - ME, tendo como objeto o fornecimento, instalação e manutenção em portões, cancelas e kits de interfones e fechaduras eletrônicas - parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 75/2013, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Espaço e Cor Comércio e Empreendimentos Ltda. - ME, tendo como objeto o fornecimento e instalação de um mil e duzentos metros quadrados de cortina de rolo - parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 71/2013, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Adelmo Carneiro Leão referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Flexx Distribuidora de Alimentos Ltda., tendo como objeto o fornecimento de açúcar - parecer favorável à alteração de quantitativo do objeto, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Padrão IX Informática Sistemas Abertos S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de atualizações de versões e de suporte a programas já licenciados: BRS Search, Net Answer 1.0 e VB Toolkit - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Via das Flores Ltda., tendo como objeto o fornecimento de flores e ornamentação - parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 80/2013, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica permanente no sistema convencional de prevenção e combate a incêndios da Casa - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Contagem, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico da Escola do Legislativo com vistas à estruturação e organização da Câmara Escola no Legislativo Municipal de Contagem - parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Rafteco Comércio de Material de Informática Eireli - ME, tendo como objeto a aquisição de sapatos e cintos - parecer favorável à ampliação do objeto, com aquisição de dez unidades de cinto masculino e dez unidades de sapatos sociais, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Belo Horizonte, tendo como objeto a cooperação na forma de disponibilização de vagas em cursos para servidores e empregados públicos do Município, disponibilização de professores da Escola do Legislativo da Assembleia para ministrarem palestras e minicursos na Escola Virtual de Governo - EVG - do Município, e intercâmbio e desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas de interesse mútuo - parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Akai Locadora de Caçambas Ltda., tendo como objeto a coleta e remoção de entulho por meio de caçambas estacionárias - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, compulsoriamente, a partir de 10/10/2013, com proventos calculados em conformidade com os §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e com a Lei Federal nº 10.887, de 18/6/2004, o servidor Francisco Borja Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; designando Regina Aparecida Henriques de Moraes para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 9 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de dezembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr.

#### **ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 9/12/2013**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente; Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Neider Moreira, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova o calendário de funcionamento da Assembleia Legislativa para o exercício de 2014; 2ª) aprova o Relatório de Análise e Classificação de Bens Permanentes nº 5/2013, elaborado pela comissão especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 5/2013, autorizando, nos termos do art. 6º da Deliberação nº 2.349/2004, a alienação dos bens classificados como antieconômicos ou irrecuperáveis. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.578/2013, a Mesa altera dispositivos das Deliberações nºs 2.346/2004, 2.399/2007 e 2.462/2009, que dispõem sobre os procedimentos necessários à celebração de transação judicial e à adesão a acordo



extrajudicial e sobre a incidência de juros de mora para quitação dos débitos oriundos da conversão de vencimentos, proventos e complementação de pensão em Unidade Real de Valor - URV. Isso posto, através da Deliberação nº 2.579/2013, a Mesa altera a Deliberação nº 2.550/2012, que dispõe sobre a utilização de dados cadastrais de servidores inativos ou pensionistas de servidores falecidos até 28/11/84 que recebem seus proventos e sua complementação de pensão diretamente da folha da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Líder Táxi Aéreo S.A - Air Brasil, tendo como objeto o fretamento de aeronaves - parecer favorável à ampliação do valor global do contrato em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, tendo como objeto o intercâmbio de técnicas e a cessão de dados entre as partes convenientes, visando à construção de uma base de dados para o Projeto "Sala Situação", e à implantação do "Protocolo Digital de Documentos" - parecer favorável à celebração do convênio, considerando manifestações da Secretaria-Geral da Mesa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Duílio de Castro referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de hangaragem de uma aeronave Xingu - parecer favorável à rescisão amigável do contrato, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Hely Tarquínio referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Garbo S.A., tendo como objeto a aquisição de uniformes, jalecos, camisas polo, sapatos e cintos - parecer favorável à ampliação quantitativa do objeto em 5,29% (cinco vírgula vinte e nove por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Deiró Marra referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a RPS - Rios Projetos e Sistemas Ltda., tendo como objeto a cessão de uso, supervisão e manutenção do SAFCI - Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Controle Interno, da Assembleia e seus fundos - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Carlos Henrique referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Eumax Comércio de Envelopes - Eireli, tendo como objeto a aquisição de envelopes timbrados - parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 74/2013, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Material e Controle Patrimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed-BH, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde, através de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: concedendo licença para tratamento de saúde ao deputado Neilando Alves Pimenta, no período de 8 a 23 de outubro de 2013, nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 9/12/2013, o servidor Márcio Juliano Vieira de Almeida, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 11 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de dezembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr.

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 11/12/2013**

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente; Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Neider Moreira, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente distribui ao Deputado Dilzon Melo as seguintes matérias: Projeto de Resolução nº 4.784/2013, que fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do Deputado Estadual - parecer para o 1º turno pela aprovação - aprovado; Projeto de Resolução nº 4.785/2013, que altera dispositivos da Resolução nº 5.100/91, que dispõe sobre o apoio às atividades de representação político-parlamentar, e da Resolução nº 5.214/2003, que altera o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências - parecer para o 1º turno pela aprovação, com as emendas nºs 1 e 2, aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 16 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 16 de dezembro de 2013.



Dinis Pinheiro, presidente - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 16/12/2013**

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente; Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Neider Moreira, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre o custeio pela Assembleia Legislativa das despesas com serviços de postagem, telefonia, impressão de cartões e reprodução de documentos, o fornecimento de material de consumo e de mobiliários e a instalação de equipamentos e sistemas telefônicos nos gabinetes para fins de desenvolvimento das atividades inerentes ao exercício do mandato parlamentar. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Guido Odilon Franco, tendo como objeto a prestação de serviços de afinação de um piano de ¼ de cauda, conforme cronograma - parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, na forma do art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Tiago Ulisses referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Paranaense de Cultura - APC, tendo como objeto a prestação de serviços técnicos especializados de suporte e atualização de versões do software *Pergamum* - Sistema Integrado de Biblioteca - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Juarez Távora, referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Monte Sião, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico da Escola do Legislativo com vistas à instalação e ao funcionamento da Câmara Escola junto à Câmara Municipal - parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Arlen Santiago referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo como objeto a prestação de serviços postais diversos - parecer favorável à ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Alencar da Silveira Júnior referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Lafayette Andrada referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Ulisses Gomes referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; Projeto de Resolução nº 4.784/2013, que fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do Deputado Estadual - parecer para o 1º turno sobre as emendas apresentadas em Plenário, pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 2, e pela rejeição das emendas de nºs 1 a 8, e do Substitutivo nº 1 - aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 17 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 17 de dezembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 17/12/2013**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente; Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Neider Moreira, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente distribui ao Deputado Dilzon Melo o Projeto de Resolução nº 4.784/2013, que fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do Deputado Estadual - parecer para o 2º turno pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno - aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 18 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 18 de dezembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 18/12/2013**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente; Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Neider Moreira, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara



abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente distribuiu ao Deputado Dilzon Melo o Projeto de Resolução nº 4.785/2013, que altera dispositivos da Resolução nº 5.100/91, que dispõe sobre o apoio às atividades de representação político-parlamentar, e da Resolução nº 5.214/2003, que altera o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências - parecer para o 2º turno pela aprovação, na forma do vencido em 1º turno, aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 26 de dezembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de dezembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 26/12/2013**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente; Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente; Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Neider Moreira, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de novembro de 2013, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Fundhab - referente ao mês de novembro de 2013, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 29/11/2013, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009; 4ª) dispõe sobre a contribuição do Deputado Alencar da Silveira Júnior para o Instituto de Previdência do Legislativo de Minas Gerais - Iplemg. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Paraguaçu, tendo como objeto o apoio técnico-pedagógico da Escola do Legislativo com vistas à estruturação e organização da Câmara Escola junto à Câmara do Município - parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços contínuos de condutores de veículos automotores - parecer favorável à revisão de preço contratual em razão da Convenção Coletiva de Trabalho e da redução de preços das passagens de ônibus, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do Deputado Tiago Ulisses referente a assistência médica - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Star One S.A., tendo como objeto o direito de uso de 4.5 Mhz de capacidade espacial em satélite - parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 69/2013, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Automecânica Lantork Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavagem geral e revitalização de pintura em veículos da frota da Assembleia - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termos de convênio a serem celebrados entre esta Assembleia Legislativa e os Municípios de Nova Ponte, Patrocínio, Pirapora, Sabinópolis e São Francisco, tendo como objeto a transmissão do sinal da TV Assembleia - parecer favorável à celebração dos convênios, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: dispensando, a partir de 1º/1/2014, os servidores Alessandra Strambi de Almeida Mitre e Valter Morato Barcelos, membros efetivos, e André Gomes do Amaral, Betânia Lourenço Silva de Almeida e Jacqueline Cobucci Fráguas, membros suplentes da Comissão Permanente de Licitação, e designando como membros efetivos os servidores André Gomes do Amaral e Jacqueline Cobucci Fráguas, e como membros suplentes Michelle Sabrina Vieira Hiderik, Valter Morato Barcelos e Vanessa Cristine Souza Carvalho. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 2 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 2 de janeiro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/2/2014**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados André Quintão, Duarte Bechir e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Fabiano Tolentino, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A



presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.171/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizada audiência pública dessa comissão para debater a implantação da sala de audiências especiais no Centro Integrado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, no âmbito do Poder Judiciário, por meio da metodologia do projeto Depoimento sem Dano ou Inquirição Especial de Crianças e Adolescentes; e

nº 9.172/2014, do deputado André Quintão, em que solicita seja realizado debate público das Comissões de Participação Popular, de Direitos Humanos, de Educação, Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Saúde para debater os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela ONU.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de março de 2014.

André Quintão, presidente - Almir Paraca - Luzia Ferreira.

### ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 12/3/2014

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 19/12/13: ofícios das Sras. Rocicleide Silva, diretora do Departamento de Fomento à Produção e à Estruturação Produtiva, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.022/2013 em que se solicitou aos Grupos Operacionais do Programa Água para Todos o aumento das metas para o Vale do Jequitinhonha; e Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.723/2013 em que se solicitou ao Igam pedido de providências para aumentar a interação e o acompanhamento junto às bacias hidrográficas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.265/2014, dos deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a execução do programa Água para Todos na região do Município de Novo Cruzeiro, bem como o difícil acesso à água, para todos os fins, especialmente pelas comunidades rurais e agricultores familiares, por solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;

- nº 9.266/2014, do deputado Pompílio Canavez, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o tema água e energia elétrica, tendo em vista o programa de gerenciamento participativo do entorno dos reservatórios, trazidos pela Lei Florestal Mineira, Lei nº 20.922, de 2013;

- nº 9.268/2014, dos deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o abastecimento público de água, a condição dos reservatórios, a disponibilidade hídrica, o racionamento e a garantia de oferta;

- nº 9.269/2014, dos deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as ações necessárias para promover o fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas;

- nº 9.271/2014, dos deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva e Pompílio Canavez, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o funcionamento do Sistema de Recursos Hídricos;

- nº 9.272/2014, dos deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva e Pompílio Canavez, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a outorga de recursos hídricos: procedimentos, prazo, preferência, controle, órgãos gestores e tratamento dispensado aos agricultores familiares;

- nº 9.273/2014, dos deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as competências e a autonomia das agências de bacias hidrográficas, bem como suas relações com os gestores de recursos hídricos, em especial, com os comitês de bacia;

- nº 9.275/2014, dos deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva e Pompílio Canavez, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o cumprimento adequado do papel do Fundo de Recuperação de Bacias Hidrográficas - Fhidro;

- nº 9.276/2014, dos deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a possibilidade de replicar o Projeto Manuelzão, desenvolvido no âmbito da Bacia do Rio das Velhas;

- nº 9.277/2014, dos deputados Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva e Pompílio Canavez, em que solicitam seja encaminhada às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia desta Casa, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas e à Presidência do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas cópia da programação dos trabalhos da Comissão Extraordinária das Águas para o ano de 2014;

- nº 9.279/2014, dos deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez e Dalmo Ribeiro Silva, em que solicitam seja encaminhado aos 36 comitês de bacias hidrográficas cópia da programação dos trabalhos da Comissão Extraordinária das Águas para o ano de 2014, bem como pedidos de informações, no âmbito de sua competência institucional e territorial, acerca dos itens abaixo relacionados. 1) Bacia Hidrográfica: a) principais tipos de usuários de recursos hídricos; b) estado da cobrança de recursos hídricos; c) avaliação do plano



diretor de bacia hidrográfica; d) conflitos pelos usos dos recursos hídricos; e) programas desenvolvidos pelos governos estadual e federal na bacia; f) estratégia para reservação de água com a finalidade de enfrentar períodos de baixa oferta hídrica; g) estado da qualidade das águas; h) situação da agência de bacia hidrográfica; e 2) Comitê de Bacia Hidrográfica: a) situação da estrutura organizacional, financeira e operacional do comitê; b) atividades desenvolvidas pelo comitê; c) experiências bem-sucedidas do comitê; d) relacionamento do comitê com as instituições públicas municipais, estaduais, federais e da sociedade civil, como ONGs e sindicatos; e) dificuldades do comitê; f) sugestões do comitê para o aprimoramento da legislação de recursos hídricos e para a resolução de problemas da bacia. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2014.

Almir Paraca, presidente - Elismar Prado - Lafayette de Andrada.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/3/2014**

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Corrêa, Inácio Franco, Sargento Rodrigues e Fábio Cherem (substituindo o deputado Leonardo Moreira, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei Complementar nºs 51/2013 (relator: deputado Inácio Franco); e 57/2014 (relator: deputado Gustavo Corrêa); e dos Projetos de Lei nºs 4.302/2013 (relator: deputado Leonardo Moreira) e 4.828/2014 (relator: deputado Sargento Rodrigues). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2014.

Gustavo Corrêa, presidente - Sargento Rodrigues - Inácio Franco - Rogério Correia.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/3/2014**

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Duarte Bechir (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência suspende a reunião. Às 15h28min, são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Rosângela Reis e dos deputados Celinho do Sinttrocel e Wander Borges. A presidente informa que a reunião se destina a discutir e votar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Kênia Flávia Reis dos Santos, técnica administrativa do Ministério Público do Trabalho, publicado no *Diário do Legislativo* em 22/3/2014. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para cuja relatoria designou os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.510 e 4.702/2013, 4.929, 4.931, 4.935, 4.950, 4.952, 4.960, 4.970, 4.974, 4.976 e 4.977/2014 (deputado Bosco); e 4.954/2014 (deputado Celinho do Sinttrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs nº 3.833/2013 e 4.897/2014 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.363/2014 e 7.406/2014 com a seguinte Emenda nº 1, da deputada Maria Tereza Lara e do deputado Dinis Pinheiro: “Acrescente-se onde convier a expressão: 'e aos vencedores em Minas Gerais de todas as edições do Prêmio ODM Brasil’”. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.331/2014, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada reunião em Presidente Bernardes para debater, em audiência pública, o não cumprimento pela prefeitura de medida judicial de reintegração de servidores municipais;

nº 9.332/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o relatório técnico *Identificação, mensuração e análise dos acidentes, doenças e mortes no setor mineral*, elaborado pela Fundacentro em parceria com a CNTI.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.391/2014, da deputada Rosângela Reis, em que solicita sejam encaminhadas à Presidência da Câmara dos Deputados, aos líderes partidários dessa Casa e aos deputados federais por Minas Gerais as notas taquigráficas do debate público sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 555/2006 e pedido para que apoiem a inclusão imediata da proposta na pauta de votações;

nº 9.392/2014, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as condições de trabalho e segurança dos trabalhadores em minas de ouro no Estado, especialmente em Sabará.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2014.



Rosângela Reis, presidente – Celinho do Sinttrocel – Duarte Bechir – Glaycon Franco.



## ORDEM DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 15/4/2014

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 7.565, 7.583 a 7.586, 7.594 e 7.595/2014, do deputado Sargento Rodrigues; 7.566, 7.573 a 7.580 e 7.587 a 7.592/2014, do deputado Cabo Júlio.

Entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados em atenção ao Requerimento nº 6.659/2013.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial Da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 14 de abril de 2014, destinada a comemorar os 10 anos da Fundação Cristiano Varella – Hospital do Câncer de Muriaé.

Palácio da Inconfidência, 11 de abril de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duílio de Castro, Lafayette de Andrada, Marques Abreu e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 15/4/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2014.

Sebastião Costa, presidente.



## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

- O presidente despachou, em 10/4/2014, a seguinte comunicação:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento do Sr. José Benedito Tovazzi, ocorrido em 10/4/2014, em Cambuí. (- Ciente. Oficie-se.)



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:  
de congratulações com o Sr. Marco Aurélio Cunha de Almeida por sua posse na Presidência do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (Requerimento nº 7.363/2014, do deputado Duarte Bechir);  
de congratulações com os finalistas do Prêmio ODM Minas (Requerimento nº 7.406/2014, da deputada Maria Tereza Lara e outros);  
de aplauso aos policiais civis que menciona pela prisão de um homem e pela apreensão de droga, em 19/3/2014, em Juiz de Fora (Requerimento nº 7.422/2014, do deputado Sargento Rodrigues);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 31º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 18/3/2014, em Lamim, que resultou na apreensão de armas e materiais diversos e na prisão de um homem (Requerimento nº 7.423/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 1º Pelotão de Choque da 3ª Cia. de Missões Especiais da PMMG, pelo eficiente trabalho realizado no período de dezembro de 2013 a janeiro de 2014 em prol da segurança pública e do combate ao crime em Lagoa Santa (Requerimento nº 7.424/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 10º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 21/3/2014, em Bocaiuva, que resultou na apreensão de arma, munição, drogas, colete balístico e dinheiro e na prisão de um homem (Requerimento nº 7.425/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 21/3/2014, em Governador Valadares, na qual prenderam cinco pessoas e apreenderam um menor, bem como droga e balança de precisão (Requerimento nº 7.463/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 51º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 21/3/2014, em Porteirinha, na qual apreenderam carga ilegal de cigarros e prenderam cinco pessoas (Requerimento nº 7.464/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 56º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 22/3/2014, em Itajubá, na qual prenderam duas pessoas e apreenderam um menor, bem como droga (Requerimento nº 7.465/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 23/3/2014, em Belo Horizonte, na qual apreenderam dois adolescentes, bem como droga, dinheiro e celulares (Requerimento nº 7.466/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que integram a diretoria da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Triângulo Mineiro pelos relevantes serviços prestados em favor dos profissionais de segurança pública do Estado (Requerimento nº 7.467/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso ao Sr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários do Ministério Público, pela iniciativa de não participar de audiências na Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais, haja vista que o Ministério Público tem arguido a suspeição do magistrado titular dessa vara (Requerimento nº 7.562/2014, da Comissão de Direitos Humanos).



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 7/4/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Pinduca Ferreira**

tomando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 10/4/2014, que nomeou Junia da Silva Ferreira para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Weberth Eduardo da Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2014

#### NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 39/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de mobiliário hospitalar, a sessão pública virtual fica adiada para as 10h30min do dia 30/4/2014.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.



**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2014****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 43/2014**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 29/4/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de escaninhos e estantes de aço.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

**TERMO DE ADITAMENTO ADT/26/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elite Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de atendimento telefônico. Objeto do aditamento: primeira prorrogação. Vigência: de 2/4/2014 a 1º/4/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO – ADT 30/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ace Seguradora S. A. Objeto: contratação de seguro, através de seguradora, sem interveniência de corretora, para imóveis e conteúdo de propriedade da ALMG. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação, sem reajuste de preços. Vigência: de 0 hora do dia 2/7/2014 até as 24 horas do dia 1º/7/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO ADT/35/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Áudio Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviços de instalação e manutenção de *software* de espera telefônica personalizada. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 2/7/2014 a 1º/7/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.